

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

A “modernização” dos lares lisboetas.
Consumo de energia e electrodomésticos na Lisboa de
após guerra (1947-1975)

Diego Bussola

Orientação Científica:
Prof. Doutor Nuno Luís Monteiro Madureira

Este texto corresponde à dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea, apresentada ao Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa e aí também defendida em provas de mestrado realizadas em Fevereiro de 2005.

O júri esteve integrado pelos Professores Doutores Jorge Fernandes Alves (arguente), Graça Índias Cordeiro (presidente) e Nuno Luís Madureira (orientador). A classificação obtida foi Muito Bom por unanimidade.

Agradecimentos

A altura dos agradecimentos é reconfortante porque significa que a tese está concluída. É também o momento em que se faz o balanço do trabalho feito tentando encurtar a dívida, impossível de saldar, com aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para cada vírgula (aliás, a referência à vírgula não é uma metáfora nos dois primeiros agradecimentos). Assim, gostaria de agradecer:

Ao Prof. Doutor Nuno Luís Monteiro Madureira pelas aulas altamente estimulantes ao pensamento, pela generosidade na partilha de todo o tipo de informação, pela discussão de cada ideia da tese, por ter lido atentamente o meu *portuñol*, pelo apoio e confiança brindado no âmbito do projecto, pelos conselhos e, fundamentalmente, pela amizade.

À Dra. Florencia Miranda, por ter discutido todas e cada uma das ideias da tese, por ter corrigido a lógica e a escrita, por ter lido absolutamente todas as versões e todas as vírgulas ao detalhe. A Flor, por ter partilhado o projecto de estudar “longe da terra”, e ter apoiado sempre o meu trabalho.

Ao Instituto Camões pela bolsa atribuída, sem a qual este trabalho teria sido impossível. Uma palavra especial ao Dr. José Manuel Matias, que sempre esteve disponível para solucionar qualquer tipo de problemas.

Aos colegas do projecto de investigação “A electricidade e a questão energética em Portugal” pelos comentários estimulantes em cada encontro e pela disponibilização desinteressada de material.

Aos membros do Museu de Electricidade, particularmente ao seu director, o Eng.º Borges da Fonseca, por disponibilizar material ao projecto de investigação, ao Dr. Fernando Faria pela generosa partilha de documentação e ideias e à Dra. Fátima Mendes, do Centro de Documentação, pela sua colaboração na pesquisa documental.

À Universidade Nacional de Rosário, particularmente à Prof. Doutora Graciela Cariello, pelo apoio à realização do Mestrado e, em especial, à concorrência à bolsa.

À família e amigos por perguntar insistentemente “¿Cuándo volvés?”

ÍNDICE

Capítulo 1: Definições	1
1. Definição do objecto de estudo	2
1.1. O consumo e as ciências sociais	2
1.2. Consumo como campo interdisciplinar: o possível contributo da História.....	7
1.3. Unidade de observação	9
1.4. O Período de pós-guerra: 1947-1975	12
1.5. O Lugar: Lisboa.....	13
1.6. O Campo: O Quotidiano.....	14
2. Estudos em Portugal: Consumo Doméstico	16
2.1. Historiografia do consumo	16
2.2. Sociologia doméstica.....	17
3. Fontes	19
3.1. Os diferentes documentos.....	19
3.2. Metodologia de leitura da EVA.....	20
4. Estrutura do trabalho	21
Capítulo 2: Estado, CRGE e consumidores.....	23
1. Introdução.....	23
1.1. A instituição dos Electrodomésticos.....	23
1.2. Cronologia das tarifas.....	27
1.3. Documentos	29
2. Os interesses	30
2.1. Condições prévias: mudança de interlocutor.....	30
2.2. Política Geral do Governo	34
2.3. As CRGE	36
2.4. Os “interesses” dos consumidores.....	42
3. O consumidor de electricidade	46
3.1. Periodização.....	47
3.2. “Os consumidores”	53
Capítulo 3: “O gás da Companhia, o combustível de Lisboa”	60
1. As tarifas.....	61
2. Custo do gás	63

2.1. Subvenção.....	63
2.2. Custos de produção ineficientes das CRGE	65
2.3. Quem subvencionava?	66
3. Consumo.....	68
3.1. Consequência das tarifas vigentes: dependência do caminho	68
3.2. O consumo de gás: os anos da guerra.....	70
Capítulo 4: As donas de casa e os electrodomésticos.....	74
1. (Electro)domésticos: A questão do trabalho doméstico	74
1.1. O mundo doméstico em 1940.....	75
1.2. O trabalho no lar: a “doméstica” e o estigma herdado	81
1.3. O trabalho doméstico real no após guerra	83
2. Os electrodomésticos: prioridades, consumo e uso.....	86
2.1. A ordem de prioridades sociais: as listas de prémios	87
2.2. Eva do Natal: análise	90
2.3. Evolução no consumo de electrodomésticos	94
2.4. Uso de electrodomésticos em Lisboa	99
Capítulo 5: Em jeito de conclusão.....	102
1. Depois da nacionalização	105
2. Problemas do novo sistema, da perspectiva do consumidor	109
Anexos.....	112
Bibliografia e fontes arquivísticas	145
Abreviaturas utilizadas	154

CAPÍTULO 1: DEFINIÇÕES

*...os animais se dividem em: (a) pertencentes ao imperador,
(b) embalsamados, (c) amestrados, (d) leitões, (e) sereias,
(f) fabulosos, (g) cães vadios, (h) incluídos nesta classificação,
(i) que se agitam como loucos, (j) incontáveis,
(k) desenhados com um pincel finíssimo de pêlo de camelo,...*

J.L.Borges

Este trabalho propõe-se estudar o processo de modernização dos lares lisboetas baseado no consumo das energias “modernas” (gás e electricidade) e dos electrodomésticos. Visa ainda identificar os interesses em jogo, a mudança nos valores e as alterações no quotidiano, inerentes a este processo. Por um lado, tendo como eixo as alterações tarifárias, de valor e regime, procuraremos estabelecer a relação entre o Estado, a empresa de energia e os consumidores domésticos. Por outro lado, assente na perspectiva do consumidor, identificaremos as tendências nas escolhas que as famílias realizaram associadas ao consumo de energia (gás / electricidade) e ao trabalho doméstico (criadagem / electrodomésticos).

O estudo abrange o período de após guerra, compreendido entre o fim da Segunda Grande Guerra e a crise do petróleo de 1973, tendo como espaço de análise a cidade de Lisboa. O principal actor trabalhado será a família, enquanto unidade de interesses e consumo.

A base documental consta de dois tipos de documentos. Por um lado, os qualitativos – revistas femininas, jornais, documentação oficial das Companhias Reunidas Gás e Electricidade (CRGE) e legislação –, e, por outro lado, os quantitativos, cujo corpus de base é formado por estatísticas oficiais – do Instituto Nacional de Estatística (INE), da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos (DGSE) – e privadas – das CRGE.

O campo de análise está formado pelo cruzamento de três áreas de estudo (a história da família, a história do consumo e a história da electricidade); no entanto, centrar-nos-emos no âmbito do quotidiano com ênfase na relação entre os actores que participam na oferta e procura de energia.

1. Definição do objecto de estudo

1.1. O consumo e as ciências sociais

Até à década de '80, os cientistas sociais estudaram os fenómenos económicos centrando-se sobretudo na produção. Esta ênfase na produção tem estado presente em diversas perspectivas dos estudos sociais, cuja consequência foi a fixação do consumo num papel secundário na compreensão dos fenómenos sociais. Sem tentar fazer uma análise exaustiva das diferentes abordagens, procuraremos apresentar uma síntese da diversidade de estudos que tem relegado o consumo para um segundo plano. Seguidamente apresentaremos – a modo de exemplo – duas perspectivas renovadas em relação ao consumo: a antropologia pós-marxista britânica (no campo teórico) e a historiografia europeia (na área da cultura material).

Nas análises que abordavam as questões da “subjectividade”, o consumo foi subordinado, assumindo-se que o trabalho era a principal fonte de identidade. Assim sendo, o consumo era apresentado como determinado pelo nível de ingresso ou educação. Quando incluíam o consumo particular (variável desagregada), os que consumiam eram as pessoas enquanto trabalhadores. Inclusive, em muitos trabalhos dos finais dos anos '60 que salientaram a importância do aumento no consumo para a construção das identidades (nomeadamente nos estudos sobre o após guerra), a questão desse aumento estava orientada a pensar apenas a falta de acções dos operários enquanto classe¹. De modo que o sujeito social analisado continuava a ser o trabalhador e não o consumidor. Todavia, este foi um dos primeiros passos para uma análise do consumo como gerador de realidades sociais, já que introduziram a problemática do consumo ligado às identidades.

Por seu lado, o marxismo sempre tentou compreender as estruturas “objectivas” da sociedade centrando a análise da sociedade no modo de produção (dialéctica entre forças produtivas e as relações de produção)². A determinação em última instância das condições materiais de produção (estrutura económica) fez com que também se ignorasse o consumo

¹ Como exemplo deste tipo de abordagem, veja-se o caso das análises surgidas na Inglaterra nos anos 60 e 70 que tentaram compreender a falta de identidade de classe dos operários. O ponto de partida para essas análises foi o triunfo do Partido Conservador na década de '50. Uma das causas para essa “ausência” de consciência de classe foi o incremento do consumo no após-guerra. Cf. Os três livros da série: Goldthorpe, J.H. et al., *The Affluent Worker*, Cambridge University Press, 1968, 1969 e 1970.

² Note-se que os três termos (modo de produção, forças produtivas e relações de produção) incluem variantes da palavra “produção”, isto é, o consumo está excluído por definição.

como área de estudo, uma vez que não era a chave para compreender as diferenças sociais (neste caso de classe), nem as identidades. No entanto, na década de '70 alguns trabalhos introduziram o consumo, mas apenas numa perspectiva simbólica³.

Finalmente, a perspectiva macroeconómica, que observa as economias nacionais, tem avaliado a capacidade de consumo destas economias (enquanto variável agregada) a partir do PIB *per capita*, ou seja a partir da produção global⁴. Orientados a fomentar o desenvolvimento industrial, os Estados de Bem-Estar consideraram que o consumo não era uma actividade digna de estudo, na medida em que era assumido como sendo mero “gasto” para a economia nacional. A crise do Estado de Bem-Estar, associada à crise do petróleo, trouxe uma reformulação das análises macroeconómicas que começaram a incluir novas variáveis relativas aos consumidores.

Nos últimos vinte e cinco anos a produção académica mudou, pois os cientistas sociais têm vindo a incorporar o consumo nas suas agendas. A principal causa desta renovação está ligada às transformações da ‘sociedade industrial’ para ‘sociedade pós-industrial’ – que podem resumir-se na alteração das estruturas produtivas, das relações de produção, do mercado (de bens e trabalho) e das identidades. Mas há um aspecto de singular importância para o nosso trabalho que diz respeito ao surto da problemática do consumo em relação às transformações estruturais: a mudança das identidades do âmbito do trabalho para o âmbito doméstico. As alterações no trabalho – quer a nível do tipo de trabalho (robótica, terciarização), quer a nível da estabilidade (desemprego) – implicaram uma perda de potência das identidades induzidas pelas ocupações⁵ para as identidades centradas no lar e dominadas pelo consumo.

Estas alterações conduziram a novas questões e novos estudos, já que com as abordagens anteriores não se podia compreender uma série de fenómenos⁶. Na década de '80 foi reconhecido pelos cientistas sociais o exagerado peso que o âmbito da produção tinha tido nos trabalhos académicos e, em consequência, a necessidade de incorporar outras

³ Estudos deste tipo estiveram limitados a análises que não incluíam a cultura material. Por exemplo, Baudrillard, Jean, *Para uma crítica da economia política do signo*, Lisboa, Edições 70, 1995. A renovação do marxismo não atingiu a área do consumo como actividade material. Inclusive os chamados “marxistas culturalistas”, como E.P. Thompson, continuaram a centrar as suas análises nos trabalhadores.

⁴ Nos manuais de Economia o *Consumo Nacional* é determinado pelo rendimento disponível. A título de exemplo, ver: Samuelson, Paul e Nordhaus, William, *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill, 1999, 419-424.

⁵ A consequência da queda na identidade induzida pela ocupação permite que outras identidades se tornem centrais, entre elas a do consumo. Cf. Brown, Richard, "Attitudes to work, occupational identity and industrial change", in Roberts, B. and et al., *New Approaches to Economic Life*, Manchester, Manchester University Press, 1985, p.474 “(...) the decline of work as a source of social identity of any sort may lead to increasing salience being given to other social or personal characteristics, such as gender, ethnic origin, property ownership or leisure activities, (...)”.

⁶ Um bom exemplo disto é um conjunto de estudos que visavam compreender o triunfo eleitoral dos Conservadores na Inglaterra em 1983. Esta questão exigiu uma incorporação de abordagens diferentes às utilizadas até aos anos '80. Cf. Roberts, Bryan e t al., *New Approaches to Economic Life*, Manchester, Manchester University Press, 1985.

perspectivas para pensar as identidades. Num estudo de 1985, sobre a classe trabalhadora inglesa, a sua identidade e acção, é salientado este aspecto:

“(…) In summary, then, we would argue that sociologists have exaggerated the extent to which the sphere of production generally, and work in particular, does now provide workers with a clear sense of collective social identity (…). Both in the sphere of production and in the sphere of consumption, groups of workers are coming to occupy increasingly diverse social positions (in terms of their potential interests), which traditional working-class organisations such as the Labour Party and the trade unions have failed to articulate or constitute in terms of collective class identities. These diverse potential interests have thus come to be mediated through non-class 'sectional' identities (in the sphere of production) and 'privatised' 'home'- or 'family'-centred identities (in the sphere of consumption) (…)”⁷

O reconhecimento da mudança nas identidades, do âmbito laboral para âmbito não laboral (doméstico ou comunitário), marcou os trabalhos posteriores. Nos estudos das subjectividades (e da formação de identidades) foi incorporado como elemento central o consumo, a partir da introdução dos modelos de estilo de vida (“lifestyle patterns”)⁸. O marxismo entrou numa crise cada vez mais profunda, que talvez tenha alguma relação com a incapacidade de inserir o consumo no modelo dos modos de produção. Já as análises macroeconómicas incorporaram o consumo como variável tão fundamental quanto o PBI. Neste contexto têm surgido variáveis como a “confiança do consumidor”, que ocupam um lugar importante nas avaliações macroeconómicas (nacionais e internacionais), o que demonstra uma orientação diferente em relação aos consumidores.

A partir da década de '80, como dissemos, o consumo começou a fazer parte das preocupações dos cientistas sociais, já que se tornou essencial para compreender o capitalismo actual. Deste modo surgiram vários defensores do consumo como área de estudo com potência própria. Vindo da antropologia, um dos mais empenhados tem sido Daniel Miller⁹, quem considera o consumo como a área de estudo na vanguarda da história e atribui aos consumidores um poder até agora não reconhecido: a capacidade revolucionária. A força dos consumidores reside no seu poder de escolha entre um ou outro produto e, portanto, em determinar o sucesso deste ou aquele produto (e produtor). A tomada de consciência deste

⁷ Newby, Howard e et al., "From class structure to class action: British working-class politics in the 1980s", in Roberts, B. and et al., *New Approaches to Economic Life*, Manchester, Manchester University Press, 1985, p.100.

⁸ Para uma crítica às práticas dos sociólogos que, por um lado, adoptam de modo linear estas transformações e estudam os consumidores a partir de “estilos de vida” (herdados do marketing) e, por outro, estabelecem uma ligação automática entre as identidades e estes modelos (como opções dos consumidores), ver Campbell, Colin, "The sociology of consumption", in Miller, D. (ed.), *Acknowledging Consumption*, Londres, Routledge, 1995, p.111-117.

⁹ Cf. Miller, Daniel, "Consumption as the vanguard of History", in Miller, D. (ed.), *Acknowledging Consumption*, Londres, Routledge, 1995. A novidade deste trabalho de Miller é que tenta reviver o marxismo a partir de centrar a atenção no consumo como determinante económico (e não da perspectiva simbólica como foi o caso de Baudrillard).

poder dará aos consumidores uma capacidade “revolucionária”. Segundo o autor, a hegemonia dos princípios da economia neo-clássica, partilhados pela direita e pela esquerda, tem impedido o reconhecimento do poder do consumidor. Cabe às ciências sociais trazer luz sobre esta questão e dar ao consumo um lugar de destaque nos estudos. Deste modo, a criticar os fundamentos da economia, as ciências sociais transformarão, por um lado, a temática do consumo na vanguarda da história e, por outro lado, os consumidores em agentes. Num esforço por revitalizar o legado de Marx a partir de uma teoria da acção social em que o papel das ciências sociais é fundamental, este autor afirma que o consumo e a identidade por ele induzida têm uma capacidade libertadora face à capacidade opressora do trabalho:

“(…) People have found that an identity constructed through consumption is far more empowering and controllable than that which is dependent upon their placement within ever larger systems of production over which they have little control (Gortz 1982). There is a clear preference for consumers to be able autonomously to employ their sources for the self-construction of their individual and social identity, rendering their place in work as no more than a necessary constraint created by their obligation to earn a living. (...)”¹⁰

Talvez sem que seja o seu objectivo, Miller resolve o problema da falta de consciência de classe dos trabalhadores, produto do aumento no consumo¹¹, transformando-a numa identidade produto da escolha em liberdade. O autor leva o argumento ao limite, ao dizer que essa identidade já não é uma falsa identidade (ou corruptora dos valores de classe), mas uma identidade com potencial revolucionário. Nas palavras do autor: “It is not the proletariat today whose transformation of consciousness would liberate the world, but the consumer. (...)”¹².

Como consequência disto, e partindo da perspectiva da acção, pode afirmar-se que a identidade induzida pelo consumo é fundamental para a acção política, ou seja para a luta pelos direitos. Esta mudança nos estudos das ciências sociais, nomeadamente da sociologia e da antropologia, demonstra que nas condições actuais o consumo como campo de estudo está em processo de construção e precisa de trabalhos que contribuam ao seu debate.

Um outro contributo importante da renovação dos anos ’80 veio dos historiadores que centraram as suas preocupações relativas ao consumo na abordagem do quotidiano.

¹⁰ Cf. Miller, D., "Consumption as the vanguard of History", op.cit., p.42.

¹¹ O problema da falta de consciência de classe na escolha política dos trabalhadores originou estudos na década de '60 e de '80. Exemplos destes artigos são a série do *Affluent Worker (1968-70)* e o conjunto de estudos em *New approaches to economic life (1985)*.

¹² Cf. Miller, D., "Consumption as the vanguard of History", op.cit., p.19.

Surgiram trabalhos orientados a analisar quer a cultura material, quer a vida privada, constituindo-se o quotidiano como um campo de estudo com uma relativa ambiguidade.

Por um lado, na década de '80 as investigações sobre a cultura material começaram a desenvolver-se centrando-se nos bens das famílias. De facto, muitas das análises sobre a cultura material mostravam o conjunto de bens próprios do agregado familiar, sendo o seu objecto de estudo o leque de bens que constituíam o lar. Nesta perspectiva, surgiu um conjunto de trabalhos pioneiros, reunidos em *Probate Inventories*, que se debruçou sobre a cultura material adoptando como fonte de análise os inventários pós-mortem. Na introdução a estes estudos define-se a relação da história da cultura material com a história da família:

“(...) ‘history of material culture’ is defined in a narrow sense as ‘history of the dispersion of durable consumer goods’ (...). As such, it has strong ties with the history of the family, (...). In fact, it could also be named ‘history of the material life of the family’.”¹³

É assim que se estabeleceu uma área de estudo ligada ao consumo de bens duráveis da família, com a particularidade de usar um tipo de fonte centrada na procura (*demand-side sources*).

Por outro lado, surgiram nas últimas décadas estudos que se debruçaram sobre o dia-a-dia das sociedades passadas. Também ligados ao campo do quotidiano, estes estudos buscavam reconstruir as práticas das pessoas de diferentes classes centrando a atenção nos costumes e na cultura. Estimulados pelo sucesso editorial da História da Vida Privada, este modo de abordagem (que incluiu o consumo doméstico como temática) ficou associado a uma espécie de história das curiosidades. Embora com elementos de análise económica, estes estudos nunca foram pensados como fundamentais para a compreensão das estruturas das sociedades, sendo que o âmbito da produção manteve a hegemonia na determinação social.

É importante salientar que este tipo de estudos trouxe para a sociedade uma História diferente da ensinada nas instituições escolares e académicas. Deste modo, intensificou-se o diálogo entre a academia e a sociedade, tornando os livros de História em objectos de consumo. Segundo Paul Glennie essa relação é fundamental na constituição da própria sociedade:

“As consumer objects, histories of consumption play a part in the constitution of identity through images of tradition, everyday life, family and nationality. (...) Here, histories of

¹³ Cf. Van der Woude, Ad e Schurman, Anton, *Probate Inventories*, Utrecht, HES, 1980, p.3.

consumption matter for more than an academic audience. For a popular audience, histories of consumption and the consumption of history have become closely intertwined”¹⁴

Embora Glennie reduza a interligação entre consumo e história às ‘histórias do consumo’, podemos dizer que esta é uma particularidade que se observa em outros âmbitos da produção historiográfica. Assim sendo, uma parte da produção dos historiadores transformou-se também em objecto de consumo¹⁵. Quer isto dizer que a reflexão sobre esta transformação poderá vir a ser uma necessidade para os historiadores na actualidade.

1.2. Consumo como campo interdisciplinar: o possível contributo da História

Embora sociólogos e historiadores partilhem a mudança nas suas análises para a incorporação do consumo como problemática, poucos são os casos de diálogo nessas áreas. Tentaremos avançar o contributo que um estudo histórico sobre o consumo no século XX pode trazer para as outras ciências sociais.

Desde meados da década de ’70, fundamentalmente a antropologia e a sociologia, mas também a geografia, a semiologia e as teorias do comportamento, têm vindo a contribuir fortemente na reflexão teórica e nos estudos de caso relativamente ao consumo. Muitos desses trabalhos têm atribuído ao campo do consumo um lugar central na compreensão da sociedade contemporânea, procurando, a partir das suas análises, outorgar-lhe alguma capacidade crítica e política¹⁶. Foi deste modo que o consumo tem vindo a relacionar-se com temas como o trabalho doméstico¹⁷, as necessidades sociais, a dona de casa como consumidora, a cultura dos mass media, entre outros, dando uma potencialidade etico-política à reflexão sobre o consumo. Toda essa reflexão tem tido pouca influência no campo da historiografia, apesar de as disciplinas partilharem o mesmo objecto de estudo. Como assinala Peter Burke:

“Historiadores e sociólogos (em especial) nem sempre têm mantido a política de boa vizinhança. É inegável que são vizinhos intelectuais no sentido de que os praticantes de

¹⁴ Cf. Glennie, Paul, "Consumption within historical studies", in Miller, D. (ed.), *Acknowledging Consumption*, Londres, Routledge, 1995, p.191.

¹⁵ Talvez, um exemplo em Portugal da transformação do livro de história em objecto de consumo possa ser o sucesso editorial da “História de Portugal” dirigida por José Mattoso. Trata-se de um fenómeno curioso porque, embora esteja mais dirigido ao público académico (diferente é o caso da História da Vida Privada dirigida ao grande público), teve um grande acolhimento no grande público.

¹⁶ Cf. Miller, D., "Consumption as the vanguard of History", op.cit.; Campbell, C., "The sociology of consumption", op.cit. e Slater, Don, *Cultura Do Consumo e Modernidade*, São Paulo, Nobel, 2002.

¹⁷ Basicamente a partir dos trabalhos na problemática do género.

ambas as disciplinas estão interessados (como os antropólogos sociais) na sociedade vista como um todo e no comportamento humano em geral.”¹⁸

Especificamente em relação ao consumo contemporâneo (na segunda metade do século XX), os historiadores têm deixado esta área às outras ciências sociais, cujas contribuições teóricas e de caso têm sido, sem dúvida, de grande valor. Porém, para o restabelecimento do diálogo entre as disciplinas, é necessário que seja reconhecido o possível contributo dos historiadores: o olhar sobre a genealogia dos processos.

A teoria social tem construído o consumo, como um campo de estudo específico, ancorado (a maior parte das vezes de forma implícita) nas transformações da década de '70¹⁹; ancoragem esta que determinou que essas análises estudassem o período contemporâneo²⁰ como uma totalidade, surgindo assim várias acepções: “modernidade”, “sociedade de consumo”, “cultura de consumo”, “sociedade moderna”, etc. A ambiguidade temporal destas periodizações levou a pressupor que determinadas características atribuídas à sociedade em questão fossem invariantes durante todo o processo e, em consequência, foi construído um modelo da “sociedade de pós-guerra” em oposição ao presente. Embora não convenha subestimar estas visões de conjunto – já que permitem dar unidade ao período –, elas não ajudam a compreender o processo de instituição das práticas e das relações sociais, nem as mudanças sociais. Cabe aos historiadores²¹, portanto, desenvolver as periodizações e identificar as géneses dos processos de constituição da sociedade contemporânea.

É, justamente, num diálogo com essas disciplinas que o historiador pode contribuir com o seu saber-fazer: reflectir sobre as mudanças, os processos e os modos de instituição do radicalmente novo. Dado que a sociedade é auto-alteração, uma das tarefas dos historiadores pode ser compreender esse processo – de auto-transformação²². Julgamos que o contributo dos historiadores, em diálogo com as outras disciplinas, consiste em delimitar esses momentos e períodos, caracterizando a especificidade da sua lógica.

¹⁸ Cf. Burke, Peter, *História e teoria social*, São Paulo, UNESP, 2000, p.12.

¹⁹ São frequentes as referências aos pares “Sociedade industrial/Sociedade pós-industrial”, “Fordismo/Pós-Fordismo”, “Modernismo/Pós-modernismo”, entre outros, para diferenciar a actualidade do passado recente. Geralmente, o acontecimento escolhido para essa mudança é a crise petrolífera de 1973. Para uma caracterização destes três pares e as correntes de pensamento a que estão ligadas, veja-se Kumar, K, *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

²⁰ Aqui “período contemporâneo” não escapa ao oxímoro próprio das definições do “presente”, já que não inclui os últimos 25 anos. No entanto, é usado em termos de historiador: período que vai da Revolução Francesa à crise do petróleo.

²¹ Sempre mais atentos às sociedades “passadas”, os historiadores têm deixado o estudo da “sociedade actual” à sociologia e à antropologia, que, como já foi referido, desenvolveram ferramentas e análises críticas ligadas ao consumo.

²² Para as noções de “auto-alteração”, “instituição do radicalmente novo”, ver, Castoriadis, Cornelius, *A Instituição Imaginária Da Sociedade*, São Paulo, Paz e Terra, 2000, II parte.

1.3. Unidade de observação

Todo o trabalho precisa estar centrado em algum actor. Para a escolha de qualquer unidade de observação temos que recorrer a simplificações que podem ocultar conflitos de interesses. Apresentaremos qual consideramos a unidade de observação básica no desenvolvimento da expansão da cultura material e os conflitos de interesses inerentes a ela.

Segundo Hobsbawm, a sociedade industrial é a primeira na história da humanidade com capacidade de crescimento ilimitado²³. De facto, a **tendência para o crescimento contínuo da cultura material** é um traço fundamental do período contemporâneo. Não pode ser menosprezado o corolário destas transformações: o aumento do bem-estar para a sociedade no seu conjunto. Miller sintetiza este resultado com uma imagem, embora exagerada, bastante clara do nível de vida actual nos “países desenvolvidos”:

“The rich of previous centuries might well look enviously at the possessions and mobility of the lower-middle class of today (this is not the less true for being a cliché). (...)”²⁴

As etapas de estabilidade na sociedade industrial foram caracterizadas por um aumento constante do bem-estar. Mas este aumento do bem-estar, este crescimento da cultura material, precisa da identificação do actor a ele associado. Qual consideraremos a unidade de recepção dessa materialidade mais representativa para o período contemporâneo? O indivíduo como receptor (consumidor) dessa materialidade faz parte do modelo da economia neo-clássica²⁵ mais do que da realidade. Por seu lado, os historiadores da cultura material têm vindo a centrar a atenção na família estabelecendo, assim, vínculos com os historiadores da família. Para o Antigo Regime há poucas dúvidas de que a melhor escolha seja centrar-se na família, mas para o período de pós-guerra manteremos o “lar”, a “família”, como a unidade de estudo, com algumas reservas.

Em princípio, consideramos como **unidade de observação estatística** o agregado familiar, visando manter as categorias usadas no período: fogo, família, unidade familiar. Para o período, em termos legais e estatísticos, o agregado familiar é uma unidade que inclui para além da ‘família’ os criados, ou seja todas as pessoas que moram sob um mesmo tecto. Embora para as análises estatísticas essa “unidade” seja a melhor, surgem alguns problemas.

²³ Cf. Hobsbawm, Eric, *Las revoluciones burguesas*, Barcelona, Guadarrama, 1982. Cap. I, ‘El mundo en 1780-1790’.

²⁴ Cf. Miller, D., “Consumption as the vanguard of History”, op.cit., p.6.

²⁵ O indivíduo como maximizador de benefícios e adequado à *função consumo* tem sido fortemente criticado pelas ciências sociais.

O mais importante diz respeito aos **interesses** dessa unidade. Pode ser a família considerada como “unidade de interesses”, além de unidade de consumo? Esta questão, não contemplada pela abordagem quantitativa, não pode ser ignorada. A caracterização da família como unidade de interesses tem sido fortemente contestada pelas perspectivas feministas²⁶, que têm distinguido os diferentes interesses dentro do agregado doméstico, geralmente orientados a demonstrar que homem e mulher têm interesses encontrados. Inclusive, nesta mesma perspectiva têm-se argumentado que os “interesses da família” não coincidem necessariamente com os interesses das mulheres; por exemplo, o melhoramento da aparelhagem doméstica no lar não parece ter derivado em benefícios para o trabalho doméstico feminino²⁷.

Embora essas unidades (o lar, a família) estejam constituídas por indivíduos com interesses diferenciados, para o nosso trabalho os “interesses da família” serão considerados como aqueles que dominam a unidade familiar. Mas os interesses da família, como unidade de consumo, serão considerados como o produto das relações de força entre os seus integrantes. Isto não exclui que por vezes os interesses dos integrantes da família possam ser tidos em conta no nosso trabalho, mas sempre em relação a duas temáticas específicas: o consumo de energia (e aparelhos eléctricos) e o trabalho doméstico²⁸.

Uma última palavra em relação à unidade de estudo. De todos os actores que convivem no lar um deles tem-se transformado no estereótipo do consumidor doméstico: a dona de casa. Tal como afirma Miller:

“I do not know what proportion of purchasing is made by such housewives, (...). Nevertheless there are grounds for focusing upon this stereotypical figure. This is partly because in popular culture (from misogynistic newspaper strip cartoons to television sitcoms) the mythic figure of the housewife dominates the image of consumption.”²⁹

A função da dona de casa enquanto gestora do lar tem contribuído fortemente para a criação deste estereótipo. Assim sendo, consideraremos as donas de casa como sendo o actor

²⁶ A modo de exemplo veja-se a crítica feita por Judy Wajcman aos trabalhos de Jonathan Gershuny. Wajcman, Judy, "Domestic Technology: Labour-saving or enslaving?", in Jackson, Stevi e Moores, Shaun (ed.), *The Politics of Domestic Consumption: Critical Readings*, Londres, Prentice Hall, 1995.

²⁷ Vários são os exemplos das diferenças nos interesses: homens desempregados que não fazem tarefas domésticas (enquanto as mulheres são o ganha-pão), diferente uso dos electrodomésticos segundo o sexo (predominância dos homens no uso dos electrodomésticos destinados ao lazer e das mulheres nos destinados ao trabalho), etc. Ver sobre este assunto: Cowan, Ruth S., *More work for mother: The ironies of household technology from the open hearth to the microwave*, USA, Basic Books, 1983; Morris, Lydia, *The Working of the Household: a US-UK Comparison.*, Oxford, Polity Press, 1996.

²⁸ Este tema tem vindo a ser desenvolvido quase exclusivamente pela literatura feminista. Tentaremos contribuir ao debate instituído por essa perspectiva, a partir de uma caracterização da família como um campo de forças (de interesses encontrados) e não como um lugar de exploração masculina.

²⁹ Miller, D., "Consumption as the vanguard of History", op.cit., p.8.

principal no que diz respeito ao consumo doméstico e uma parte importante da análise estará baseada em discursos dirigidos a elas.

Em síntese, consideraremos, por um lado, os interesses da família na disputa com os interesses do Governo e das empresas, e, por outro lado, os interesses dentro da família formalmente definida – do marido, da dona de casa e das criadas³⁰.

No período contemporâneo o consumo da família de produtos industrializados trouxe como consequência uma importante mudança no quotidiano³¹; no século XX, o melhoramento do bem-estar das famílias tem dependido quase exclusivamente da “modernização” do lar. A viragem esteve relacionada com a mudança nos tipos de energia disponíveis para os usos domésticos. A passagem da lenha, o carvão e o petróleo para o gás e/ou a electricidade significou um ponto de inflexão na história do quotidiano. Essa “modernização” esteve centrada na incorporação de aparelhos que transformam a energia final em energia útil³², o que em termos concretos significa: um certo grau de mecanização das tarefas domésticas (facilitando o trabalho doméstico) e novas formas de lazer. Entre esses aparelhos, os electrodomésticos têm tido um papel cada vez mais hegemónico³³ na alteração do quotidiano. Curiosamente essas mudanças poucas vezes são associadas a uma transformação tecnológica, nem pensadas como aquilo que são: a transformação tecnológica do lar. Ruth Cowan Schwartz salientou a importância desta alteração tecnológica:

“When we think about the interaction between technology and society, we tend to think in fairly grandiose terms: massive computers invading the workplace, railroad tracks cutting through vast wilderness, (...). These grand visions have blinded us to an important and rather peculiar technological revolution which has been going on right under our noses: the technological revolution in the home.”³⁴

³⁰ Embora “os criados” (e as criadas) fossem considerados parte da família no Antigo Regime, para o período em estudo a sua situação é mais difícil de definir. Formalmente, quando moram na mesma casa, são considerados membros da família. No entanto, vamos considerá-los – em relação aos interesses – exteriores à família; já que são uma despesa para o orçamento familiar. Mas até que ponto a tradição não deixou a sua marca, até que ponto a substituição de criadas por aparelhos é desejada? Até que ponto e em que classes as criadas são consideradas parte da família? Tentaremos resolver algumas destas questões no capítulo 4.

³¹ Cf. Briggs, Asa e Clavin, Patricia, *Historia contemporânea de Europa: 1789-1989*, Barcelona, Crítica, 1997, p.202-204.

³² Para os conceitos de energia final e energia útil ver: Percebois, Jacques, *Economie de l'energie*, Paris, Economica, 1989.

³³ Que hoje os aparelhos eléctricos sejam hegemónicos (em quase todas as cidades da Europa) não significa que com o nascimento da electricidade ela tenha-se tornado hegemónica. Entre o fim do século XIX e meados do século XX em Lisboa houve uma clara concorrência entre várias formas de energia: lenha, carvão, petróleo, gás e electricidade. Este processo somente será trabalhado no que se refere à concorrência gás/electricidade. Para ver a tendência crescente nos USA do uso de electricidade como energia doméstica, ver: Burwell, Calvin e Swezey, Blair, "The home: evolving technologies for satisfying human wants", in Burwell, C. and et al. (ed.), *Electricity in the American Economy. Agent of Technological Progress*, Nova Iorque, Greenwood Press, 1990.

³⁴ Cowan, Ruth S., "The industrial revolution in the home", in MacKenzie, D. and Wajcman, J. (ed), *The Social Shaping of Technology*, Bokingham, Open University Press, 2002, p.281.

Embora não possamos caracterizar a difusão dos aparelhos eléctricos nos lares como uma revolução³⁵ (como o faz Ruth Cowan), temos que reconhecer a profunda alteração no quotidiano que introduziram. A incorporação de electrodomésticos no período de pós-guerra deu como consequência uma alteração qualitativa das práticas e dos costumes. É uma alteração sócio-cultural produzida, não no âmbito laboral, mas no âmbito habitacional. Trata-se da instituição de novas subjectividades, novos valores e novos costumes. Para compreender esta alteração é necessário estudar a difusão dos electrodomésticos e as alternativas energéticas dos lares.

1.4. O Período de pós-guerra: 1947-1975

Embora a chamada sociedade de consumo esteja incluída no período contemporâneo, há uma época que resulta paradigmática para o estudo do consumo: o período de pós-guerra. É uma época marcada pelo crescimento constante do consumo, pela ausência de profundas crises e pela consolidação de um tipo específico de sociedade de consumo. O período encontra-se delimitado por duas fases de estagnação da economia na sequência da Segunda Guerra e da crise petrolífera.

No caso português, este período tem uma forte ligação com a **História da Energia**³⁶, devido à difusão tardia da electricidade como forma dominante de energia. O período esteve marcado por dois momentos que têm a particularidade de estarem ligados a variações nas políticas de consumo de electricidade e que dão uma unidade à época por eles delimitada. No caso de Lisboa, essa unidade está circunscrita por duas conjunturas de estagnação que tiveram algum impacte no acesso à energia eléctrica por parte dos consumidores: 1. No período 1942-47 impõem-se restrições ao consumo doméstico de electricidade, por causa dos altos custos (e/ou ausência) do carvão importado, provocados pela grande guerra; 2. Houve uma mudança na política de consumo energético (provocada pela crise de 1973),

³⁵ As três “revoluções industriais” estão associadas à incorporação de novas tecnologias (vapor, electricidade e informática) na indústria. Em que medida houve uma “revolução” nos lares é uma questão bastante mais complicada, já que implica extrapolar um conceito de um âmbito (da produção) para o outro (o consumo). Porém, não há dúvida que no período de pós-guerra a electricidade se transformou na energia dominante no lar.

³⁶ “Toda a primeira metade do século XX (1890-1947) se caracteriza por um aumento muito lento do consumo de energia, constituindo uma espécie de pré-história da sociedade moderna e industrializada. (...). 3º - A partir de 1947 assiste-se a um crescimento do consumo de energia primária, com uma aceleração ainda maior depois de 1968 (...); Cf. Madureira, Nuno Luís, “O consumo de energia em Portugal”, Comunicação apresentada no Seminário Fontes e Métodos para a História da Energia, ISCTE - Lisboa, 2003.

passando de fomentar o consumo para a poupança de electricidade³⁷. Na perspectiva dos consumidores o período 1947-1975 contou com uma particularidade: o estímulo ao aumento do consumo doméstico de electricidade. Os mecanismos para este estímulo foram basicamente dois³⁸: as tarifas degressivas³⁹ e as vendas dos aparelhos eléctricos em prestações. Em duas gerações difundiram-se os aparelhos de uso doméstico, passando-se da caixa de gelo ao frigorífico, da vassoura ao aspirador de pó, da lavagem a mão à máquina de lavar roupa, etc. A profunda alteração do quotidiano ligada ao consumo de electricidade e dos aparelhos eléctricos faz deste período um dos mais marcantes em termos de mudanças qualitativas da história portuguesa. A ausência de investigações em Portugal sobre o tema quando comparado ao resto da Europa e à América justificam o seu estudo⁴⁰.

1.5. O Lugar: Lisboa

Partimos do pressuposto de que a difusão dos aparelhos eléctricos nos lares esteve na base do aumento do bem-estar doméstico no Portugal de pós-guerra. Todavia, esse crescimento esteve condicionado por uma série de variáveis e actores. A instalação de uma rede de electricidade⁴¹, a garantia de um funcionamento estável dessa rede, a venda de aparelhos eléctricos e a sua manutenção, os preços de venda de electricidade e aparelhos, os costumes, as empregadas domésticas, as alternativas energéticas, etc. são alguns dos constrangimentos que limitavam a difusão dos “electrodomésticos”.

Levando em consideração estes condicionantes, escolhemos a cidade de Lisboa como lugar de estudo. Nela muitos destes condicionantes estavam reduzidos ao mínimo o que facilita o trabalho com determinadas variáveis. Podemos salientar uma série de características que justificam a particularidade do seu caso: uma rede eléctrica instalada em toda a cidade já para o fim da guerra, uma alta percentagem de lares electrificados no

³⁷ As alterações tarifárias de 1975, a nacionalização das CRGE e toda a discussão de 1976 em relação às tarifas assinalam o ponto de inflexão para os consumidores domésticos.

³⁸ Embora aqui sejam somente mencionados os mecanismos, não estamos a pensar a partir de um determinismo político (p.e. mecanismos fomentados pelo Governo). São mencionados para estabelecer as condições a partir das quais os actores agiram. São pensadas como o primeiro filtro para a acção constituído pelos constrangimentos económicos, sociais, legais e psicológicos (“constraints”) que menciona Jon Elster. Cf. Elster, Jon, *Nuts and Bolts for the Social Science*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992, p.13-21.

³⁹ A questão das tarifas degressivas é desenvolvida no Capítulo 2.

⁴⁰ Cf., entre outros: Beltran, Alain e Carré, Patrice, *La fée et la servante. La société française face à l'électricité XIX-XX siècle*, Paris, Belin, 1991; Beltran, Alain et al., "L'interconnexion et le marché, 1919-1946", in Lévy-Leboyer, Maurice e Morsel, Henri (ed.), *Histoire Générale De L'Électricité En France*, Paris, Fayard, 1994; Nye, David E., *Consuming Power. A social history of american energies*, Sabon, Massachusetts Institute of Technology, 1988 ; Burwell, Calvin e et al., *Electricity in the American Economy. Agent of Technological Progress*, Nova Iorque, Greenwood Press, 1990.

⁴¹ Cf. Madureira, Nuno Luís, "Asymmetry and discrimination of the electric network. Portugal 1920-1947", Comunicação apresentada no Business History Conference, 2004.

começo do período⁴², uma única companhia encarregada de distribuir a energia eléctrica (as CRGE), uma estrutura comercial própria de uma grande cidade (fácil acesso aos comércios de aparelhos), a relativa estabilidade numérica da sua população (diferente da queda registada no resto do país ou do crescimento exponencial verificado na sua periferia), não se ter transformado num pólo de atracção habitacional (a diferença da sua periferia)⁴³; em síntese, a ausência de saltos qualitativos no período causados por condições exógenas à cidade.

O Porto partilha muitas destas características com Lisboa, mas algumas diferenças justificam o nosso interesse. A cidade do Porto (e não Lisboa) deve ser considerada a precursora⁴⁴ na incorporação da electricidade nos consumos domésticos. Todavia, o desenvolvimento da electricidade em Lisboa teve uma singularidade interessante: a concorrência gás/electricidade. As duas redes funcionando em paralelo fizeram com que no pós-guerra os consumidores optassem por uma e/ou outra forma de energia. Assim sendo, a capital foi a precursora no uso alternativo de gás e electricidade. Centrar a análise nessa opção permitir-nos-á salientar a singularidade da capital com uma forma de energia: o gás. A ausência de trabalhos sobre os consumos domésticos de electricidade, gás e electrodomésticos em Lisboa justificam a sua escolha.

1.6. O Campo: O Quotidiano

Nos últimos trinta anos, o quotidiano tem sido frequentemente abordado como campo de estudo pela historiografia. A ambiguidade do seu uso, como já foi salientado, fá-lo confundir com uma história das curiosidades:

“A história da vida quotidiana (...). Terra de ninguém, esta área de estudos confunde-se não raras vezes com o repertório de factos curiosos, pequenos rendilhados do saber histórico que dão origem a uma retórica do supérfluo.”⁴⁵

⁴² Em Lisboa 80% dos lares tinha electricidade em 1950. Cf. Recenseamento Geral da População, Lisboa, INE, 1950. Os dados de alojamentos com electricidade para Portugal muito diferentes: 1960 = 40,5%; 1970 = 63,8%; 1981 = 90,7%; 1991 = 97,7%. Fonte: INE - Censos da população citado em Barreto, António, *A Situação Social Em Portugal, 1960-1999*, Lisboa, ICS, 2000.

⁴³ Cf. Rosas, Fernando, "O Estado Novo", in Mattoso, José (dir.), *História De Portugal*, Lisboa, Estampa, 1998, p.371-77.

⁴⁴ O Porto teve a singularidade de uma expansão significativa da electricidade a partir da guerra: “(...) os novos preços da electricidade para usos domésticos proporcionados pelo contrato de 1938, o fim da produção de gás e as dificuldades em adquirir combustíveis (petróleo, carvão, lenha, etc.) (...) levaram a um aumento exponencial do consumo de electricidade (...)”; “De todos estes números e factos deverá tirar-se uma conclusão: O Porto serviu de laboratório aos defensores da difusão do consumo doméstico de electricidade”; Cf. Cardoso de Matos, Ana et al., *O Porto e a electricidade*, Lisboa, Museu de electricidade, 2003, p.214 e 218.

⁴⁵ Cf. Madureira, Nuno L., *Lisboa, luxo e distinção*, Lisboa, Fragmentos, 1990, p.9.

Este problema obriga-nos a definir concretamente o que entendemos por quotidiano e de que perspectiva o abordaremos. Na sequência de Slater, assumiremos que o quotidiano está ligado à cultura de consumo. Reformulando a tradicional noção de quotidiano, o autor afirma que “(...), a "cultura de consumo" é uma história de luta pela alma da vida cotidiana, de batalhas para controlar a estrutura do cotidiano.”⁴⁶

Consideramos, portanto, o quotidiano do ponto de vista conflitual, salientando os interesses encontrados dos diferentes actores sociais⁴⁷. O quotidiano é a arena em que se enfrentam as diferenças de interesses dos grupos sociais. A arena destes conflitos não é a constituída pelas instituições às que tradicionalmente foi atribuído o campo de luta social (p.e. partidos políticos, sindicatos, fábricas, etc.), mas pelos meios de comunicação. É através deles que são “representados” os interesses dos consumidores e das instituições⁴⁸. A definição de conflito de Slater está limitada à relação entre a vida privada e as instituições públicas. Proporemos alargar essa definição de conflito às outras instituições (p.e. empresas) e aos componentes do agregado familiar. Isto é, interessa-nos também salientarmos o jogo de interesses dos actores que fazem parte do lar – especificamente marido, mulher e empregada doméstica.

Seguindo esta linha de pensamento, utilizaremos a definição do quotidiano (neste caso aplicada à história do quotidiano) que se circunscreve ao estudo dos conflitos ligados a um campo de forças constituído pelo consumo. Tal definição implica pensar o consumo (a chamada cultura do consumo) como uma actividade do indivíduo em posição de sujeito, e não como uma actividade meramente passiva. Implica também pensar nas identidades induzidas pelo consumo a partir de uma posição ético-política. Segundo Don Slater:

“(...), a cultura do consumo é uma história de luta pelo cotidiano, em parte porque ela nos liga ao campo social da "ética" (no sentido que Foucault lhe atribui), da identidade e da natureza do eu.”⁴⁹

⁴⁶ Cf. Slater, D., *Cultura Do Consumo e Modernidade*, op. cit., p.13.

⁴⁷ Poder central, poder camarário, empresas e consumidores são alguns dos actores cujos interesses serão pensados no percurso da investigação.

⁴⁸ Aqui a categoria de instituição inclui Governo e empresas. Estas instituições são o que Douglass North chama organizações. “Organizations include political bodies (political parties, the Senate, a city council, a regulatory agency), economic bodies (firms, trade unions, family farms, cooperatives), social bodies (churches, clubs, athletic associations), and educational bodies (schools, universities, vocational training centers). They are groups of individuals bound by some common purpose to achieve objectives.” Cf. North, Douglass, *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, p.5.

⁴⁹ Cf. Slater, D., *Cultura Do Consumo e Modernidade*, op. cit., p.14.

Em síntese, o nosso campo de estudo é o *quotidiano* (ligado à “cultura do consumo”), pensado não como um reservatório de curiosidades, mas como uma *arena de conflitos* que liga, por um lado, a *vida privada* às *instituições* (públicas ou privadas) e, por outro, os *integrantes do agregado familiar*.

2. Estudos em Portugal: Consumo Doméstico

Uma história sobre o consumo doméstico de energia e electrodomésticos exige, como já foi referido, um esforço de articulação de três campos de estudo e de várias disciplinas. Por um lado, vincula a história do consumo/quotidiano com a história da família e da electricidade. Por outro, alimenta-se dos desenvolvimentos teóricos e de casos sobre o consumo desenvolvidos nos últimos anos pelas diferentes disciplinas, nomeadamente a sociologia e a antropologia. O objectivo da presente secção é apresentar alguns contributos que consideramos significativos da produção portuguesa relativos ao consumo doméstico.

Embora não existam estudos específicos sobre o consumo de energia doméstica nem dos electrodomésticos sobre a Lisboa de após guerra, alguns trabalhos devem ser salientados. Focalizaremos a atenção nos contributos de trabalhos vindos de duas áreas diferentes. Por um lado, a História do quotidiano no Antigo Regime trouxe uma renovação metodológica e documental que permitiu ingressar na intimidade dos lares, no seu dia-a-dia. Por outro lado, a Sociologia Doméstica contribuiu para o conhecimento das relações de poder e dos diferentes interesses dentro do lar ligadas ao consumo e as tarefas domésticas dos últimos anos.

2.1. Historiografia do consumo

A historiografia portuguesa que mais se aventurou no estudo do consumo/cultura material/quotidiano foi a orientada para o estudo do Antigo Regime. A quantidade e a qualidade dos estudos sobre este período são um claro exemplo da renovação historiográfica e do seu alcance. Muitos destes trabalhos, contemporâneos dos trabalhos de Van der Woude e Schuurman⁵⁰, basearam-se no uso dos inventários pós-mortem⁵¹. A utilidade destes

⁵⁰ Van der Woude, A. e Schurman, A., *Probate Inventories*, op. cit.

documentos parece ter sido maior para a análise dos grupos não nobres⁵², assim como para os bens que faziam parte do património e não para o consumo expressado nas despesas ordinárias⁵³. Os inventários têm uma singularidade e um valor fundamentais para quem pretende fazer uma análise do quotidiano (e do consumo) na sociedade tradicional, já que permitem ingressar no quotidiano doméstico⁵⁴.

Lamentavelmente, a metodologia desenvolvida no uso destes documentos está limitada aos séculos XVI-XIX, período em que cobraram vida os inventários. Para o período observado no nosso trabalho, a ausência de inventários pós-morte e a presença de outros documentos exige uma reformulação das metodologias desenvolvidas pelos historiadores. Por outro lado, para o século XX, a historiografia parece ter deixado a problemática do consumo a outras disciplinas. Teremos portanto que avançar para a constituição de um corpus documental e uma metodologia de análise *sui generis*.

2.2. Sociologia doméstica

Uma das áreas – ligada ao consumo doméstico – que teve uma importante expansão nas duas últimas décadas, é aquela que tenta pensar as tarefas domésticas em termos de trabalho. O seu maior contributo reside em ter criticado uma ideia muito difundida – baseada no determinismo tecnológico – que pode ser sintetizada da seguinte maneira: a “revolução tecnológica do lar” facilitou (ou até eliminou) as tarefas domésticas. Na base desta ideia está a promessa de facilitar o trabalho à dona de casa e ao mesmo tempo poder prescindir das criadas. Vários trabalhos tem vindo a demonstrar que a electrificação do lar e a instalação de aparelhos como máquinas de lavar roupa, máquina de lavar loiça, aspirador,

⁵¹ Para o uso de inventários na historiografia portuguesa, ligados ao consumo: Cf. Madureira, Nuno L., *Inventários: aspectos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*, Tese dactilografada, FCSH-UNL, 1989; Madureira, Nuno L., "Ouro e prata, os gestos na Lisboa antiga", in *Ler História*, vol.20, 1990; Madureira, N.L., *Lisboa, luxo e distinção*, op. cit. e Monteiro, Nuno G., *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal: 1750-1832*, Lisboa, Casa da Moeda, 1998. Para o uso de inventários no Brasil: Cf. Del Priore, Mary, "Ritos da vida privada", in Mello e Souza, Laura (org.), *História Da Vida Privada No Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997; Mezan Algrantí, Leila, "Famílias e vida doméstica", in Mello e Souza, Laura (org.), *História Da Vida Privada No Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

⁵² Cf. Madureira, Nuno Luís, *Inventários: aspectos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*, op. cit. O autor reconhece que para a análise dos nobres não é um bom instrumento, pois não inclui os bens vinculados no total do património.

⁵³ Cf. Bussola, Diego, "Os inventários pós-morte: consumo de livros e arte decorativa", Trabalho dactilografado, ISCTE, 2002.

⁵⁴ "...[O inventário] apresenta um valor histórico excepcional, pois devolve ao historiador a imagem do interior das casas, da actividade económica do agregado, e até, do alcance das suas relações pessoais", Cf. Madureira, Nuno Luís, *Inventários: aspectos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*, op. cit., p.9.

ferro, cozinha eléctrica, micro-ondas, etc. não tem trazido, por variadas razões, uma redução no trabalho doméstico feminino⁵⁵.

Um dos problemas presentes nestas críticas é que estão baseadas na ideia da exploração de um género pelo outro. Como consequência, muitas destas pesquisas pensam o trabalho doméstico como trabalho não pago e defendem a tese de que a dona de casa é explorada pelo marido (ou pelos integrantes do lar no seu conjunto).

Contemporâneos destes trabalhos são alguns dos estudos que a sociologia portuguesa tem vindo a desenvolver baseados em *corpora* documentais feitos a partir de entrevistas. De um ponto de vista semelhante ao anteriormente citado, o trabalho pioneiro de Ana Nunes de Almeida⁵⁶ parece ter marcado o rumo em Portugal. Fundamentalmente preocupada com o trabalho doméstico feminino das classes baixas, nos lares e fora deles, o seu trabalho de campo sobre os bairros de barracas em Oeiras retoma a perspectiva de género. Ao analisar as histórias de vida, a partir das entrevistas realizadas, reconstrói o percurso destas mulheres do 2º terço do século XX até a actualidade. As suas conclusões sobre o papel da mãe como gestora do orçamento familiar, a exclusividade das tarefas domésticas como femininas, etc. são de muito interesse para o nosso trabalho.

Um dos poucos (se não o único) trabalhos feitos em Portugal sobre o consumo doméstico (na actualidade) é a tese de mestrado de Catarina Delaunay, *O enredo conjugal*⁵⁷, que pode incluir-se no contexto de uma série de dissertações de mestrado que retomaram as questões de género⁵⁸. Orientada para a análise das relações dentro do casal enquanto relações de poder, articula a problemática do género com o consumo. O trabalho vem demonstrar a distância entre as representações e as práticas que o casal tem relativamente ao consumo⁵⁹ (i.e. o ideal partilhado da “igualdade de responsabilidades nas tarefas domésticas” vs. as declarações de que “o homem “ajuda” à mulher”). Decisões de consumo, práticas de consumo, etc. são apresentadas a partir da dicotomia entre homem e mulher e das

⁵⁵ A tese de Joann Vanek, que foi re-lançada por Ruth Cowan, constituiu-se num dos pilares da literatura feminista. “Her [Joann Vanek’s] surprising conclusion, that the introduction of domestic technology had practically no effect on the aggregate time spent on housework, soon became the orthodoxy amongst feminists working in the area”. Cf. Wajcman, Judy, “Domestic Technology: Labour-saving or enslaving?”, op.cit., p.217. Ver também o importante trabalho de Ruth Schwartz Cowan: Cowan, R.S., *More work for mother: The ironies of household technology from the open hearth to the microwave*, op. cit.

⁵⁶ Cf. Almeida, Ana N., “Trabalho feminino e estratégias familiares”, in *Análise Social*, vol.XXI, 1985.

⁵⁷ Cf. Delaunay Gomes, Catarina, *O enredo conjugal: uma viagem à realidade quotidiana do consumo*, Tese de Mestrado, ICS-UL, Lisboa, 2000.

⁵⁸ Cf. Gorrão, Vanda, *Mulheres em tempos sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo (1945-1974)*, Tese de Mestrado, ICS-UL, Lisboa, 2000; Baptista, Virgínia, *As mulheres no mercado de trabalho em Portugal: representações e quotidianos (1890-1940)*, Tese de Mestrado, ISCTE, Lisboa, 1998.

⁵⁹ Consumo é usado, na sequência de Colin Campbell, como: compra, uso, manutenção de qualquer bem ou serviço. Cf. Campbell, C., “The sociology of consumption”, op.cit.

suas diferenças. Embora cheio de boas ideias apresenta um problema metodológico comum a este tipo de abordagem: a redução da documentação às entrevistas.

Assim sendo, encontramos dois problemas relativos a este campo da Sociologia doméstica. Por um lado, a perspectiva do género enviesa as análises para a dicotomia homem/mulher fazendo esquecer que também há interesses comuns aos casais e enfrentados a um terceiro (p.e. o Estado e as políticas públicas). Por outro lado, as entrevistas são usadas como único documento tanto para as práticas como para as representações, e os depoimentos recolhidos nas entrevistas são analisados como se fossem o que realmente aconteceu e não apenas como as percepções dos protagonistas. A combinação destes problemas faz com que, às vezes, estas análises pareçam perder objectividade.

Julgamos necessário o desenvolvimento de análises sobre o quotidiano do lar (nomeadamente o seu consumo e trabalho) que não estejam enviesados pela problemática de género, embora esta problemática tenha estado – nos anos ‘80 – na vanguarda deste tema e que sejam construídos a partir de uma articulação de diferentes tipos de documentos.

3. Fontes

3.1. Os diferentes documentos

Desenvolveremos o nosso trabalho a partir de um variado conjunto documental que dependerá da problemática abordada em cada capítulo. Para as questões relativas à orientação da política energética do Governo e à sua relação com os consumidores, trabalharemos principalmente com duas fontes. Por um lado, a legislação, que será abordada no duplo sentido de resultado dos interesses encontrados e de discurso argumentativo do Governo para as medidas resultantes. Por outro lado, as declarações do Ministro da Economia à imprensa, que permitirão estabelecer qual a relação do Governo com as empresas e os consumidores. Relativamente aos interesses da CRGE (empresa fornecedora de gás e electricidade à cidade de Lisboa) o documento mais importante é o livro de Actas do Conselho de Administração. A partir deste documento, tentaremos reconstruir os interesses da empresa e a relação com o Governo e os consumidores, para o que também serão estudadas as publicidades na imprensa. As variadas estatísticas (INE, CRGE e DGSE) aportarão os índices económicos e as tendências nos consumos de energia (gás e electricidade) e de electrodomésticos, de população dedicada às tarefas domésticas, etc.

Finalmente, usaremos as Revistas Femininas (nomeadamente a EVA) para caracterizar o “mundo feminino” e o consumo doméstico. A variedade e qualidade de informação encontrada na revista EVA, obrigou a uma análise detalhada que procurasse classificar a informação segundo o seu uso. Na seguinte secção detalharemos essa classificação.

3.2. Metodologia de leitura da EVA

A primeira pergunta que surgiu aquando do começo da investigação foi qual era a melhor fonte para estudar as donas de casa como consumidoras e gestoras do lar. Ou seja, como analisar esse lugar situado entre as práticas quotidianas, as percepções e os valores sociais instituídos. Um leque importante de publicações, tais como *Eva*, *Crónica Feminina* e *Jornal Feminino*, tem circulado no pós-guerra contribuindo para a estruturação do “mundo feminino”. Dirigidas às donas de casa, estas revistas podem ser bons instrumentos para trazer luz ao estudo do *significado* e do *impacte* no quotidiano do consumo de (dos) aparelhos eléctricos.

Em primeiro lugar, parecem fundamentais para reconstruir as *imagens* dominantes na “opinião pública” (surgidas basicamente nos artigos), que acompanharam as transformações no consumo de electricidade e aparelhos eléctricos: os estereótipos construídos no período. Em segundo lugar, centrando a atenção do lado da oferta, podem contribuir à compreensão da imagem (construída nas publicidades) dos aparelhos eléctricos como parte de uma *estratégia empresarial*, e à caracterização do público-alvo visado por essa estratégia. Finalmente, uma leitura das entrelinhas, se bem que indirectamente, pode ajudar a estudar as *percepções* dos protagonistas: as mudanças nas funções da dona de casa, nos valores relacionados às estruturas materiais (cozinha, sala, quartos, electrificação, etc.), na racionalidade (p.e. luxo ou necessidade) e nos discursos familiares.

Aceitando as revistas como bom instrumento de trabalho, temos que definir como as abordaremos, já que se trata de um documento com uma ampla variedade interna. Em princípio, dois discursos convivem nessas revistas: publicitário e jornalístico. A priori, estes discursos podem ser trabalhados a partir de dois tipos de texto: artigos (imagem, funções, práticas, etc.) e publicidades (de aparelhos eléctricos). Na prática, a pesquisa obrigou a rever essa caracterização e foram definidos quatro tipos de texto: artigo, editorial, publicidade e lista de prémios. Esta divisão em diferentes tipos de texto, justifica-se em que cada tipo de texto tem características estruturais diferentes: objectivos (intenção), valorização do objecto

discursivo, frequências de publicação, enunciador (responsável da enunciação). Portanto, a metodologia de recolha esteve estruturada a partir desses quatro **tipos de texto** (Ver também Anexo I).

Esta selecção permitiu identificar temáticas pertinentes a cada um destes tipos, pelo que vamos avaliá-los separadamente (como se trabalhássemos diferentes documentos):

1. Os **artigos** têm referências às práticas, valores e relações domésticas. Falam das donas de casa, das suas actividades, do consumo, das relações com outros (maridos, criadas, etc.). É de salientar as referências recorrentes às criadas, o que faz destes artigos um elemento fundamental para a questão doméstica.

2. Os **editoriais** fornecem a posição ideológico/política da revista (a sua posição oficial), as suas intenções (p.e. o público-alvo); e também apresentam temáticas pertinentes como as dos artigos.

3. Na **publicidade** encontramos referências à energia e aos aparelhos eléctricos. Uma diversidade de slogans, argumentos, imagens (fotos e desenhos), marcas, produtos, etc. fazem dela um bom instrumento de trabalho⁶⁰.

4. A **lista de prémios** de Natal (na revista EVA) oferece uma série de bens (socialmente desejáveis) que estão ordenados segundo o seu preço e valor preferencial. A evolução, entre 1939 e 1973, da presença de aparelhos eléctricos (e os restantes bens) resultou útil para pensar a ordem de prioridades dos consumidores.

4. Estrutura do trabalho

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos. No capítulo 2 desenvolve-se o consumo doméstico de electricidade na imbricação de interesses do Estado (Governo central e Câmara Municipal de Lisboa), a empresa produtora e distribuidora de electricidade (CRGE) e os consumidores domésticos. Tendo como eixo a problemática das tarifas, analisam-se as acções e representações destas instituições, públicas e privadas, em relação aos consumidores domésticos de electricidade. Ainda é estudada, do ponto de vista do consumidor, a evolução no consumo doméstico de electricidade visando salientar quem (quais consumidores), quando (em que período houve uma real aplicação do regime

⁶⁰ Embora tenha sido realizada a recolha documental de publicidades, por razões de espaço não serão desenvolvidas as questões relativas aos objectivos empresariais. Todo o desenvolvimento da comercialização e venda da energia e dos electrodomésticos fica para um trabalho posterior. Assim sendo, o uso das publicidades é, no presente trabalho, marginal.

tarifário) e por que (para que usos foi destinada a electricidade) beneficiou das tarifas degressivas. O capítulo 3 debruça-se sobre as opções energéticas que têm tido os consumidores domésticos de Lisboa, nomeadamente entre o gás e a electricidade. Centra-se na escolha de tarifas e regime tarifário, particularmente no período da guerra, e nas causas e consequências destas opções; articulando-as com os problemas das CRGE relativos ao seu balanço financeiro, ao crescimento das centrais, à alternativa produção/distribuição e à relação das explorações de gás e de electricidade. A primeira secção do capítulo 4 ingressa na intimidade dos lares e analisa as relações entre donas de casa, empregadas domésticas e aparelhos eléctricos, tendo como eixo a questão doméstica. Procura compreender a evolução do trabalho doméstico, ligada aos diferentes interesses, aos valores atribuídos e às funções da dona de casa. A segunda secção deste capítulo, debruça-se sobre a evolução do consumo e uso de electrodomésticos, visando estabelecer a ordem de prioridades nos gostos relativamente a estes aparelhos.

O capítulo 5 articula as principais ideias desenvolvidas nos capítulos anteriores, com o objectivo de mostrar a potencialidade da questão do regime tarifário na articulação das políticas públicas e os consumidores. A título de exemplo, é feita uma abordagem crítica, do ponto de vista do consumidor, do regime tarifário que vigorou depois da nacionalização das CRGE.

CAPÍTULO 2: ESTADO, CRGE E CONSUMIDORES

1. Introdução

1.1. A instituição dos Electrodomésticos

É possível assumir que certas formas de denominação a que uma língua recorre (palavras, frases, etc.) constituem pistas acerca do modo como são percebidos os objectos e dos seus processos de instituição numa determinada sociedade.

Na publicação *O amigo do Lar* de 1933, uma publicidade da Siemens exibia os “Aparelhos eléctricos para uso doméstico”; uma outra publicidade, desta vez da AEG, apresentava os “Aparelhos eléctricos de uso doméstico”. Um artigo de 1937 da mesma revista descrevia as vantagens dos aspiradores, identificando-os como sendo “hoje indispensáveis aparelhos electrodomésticos”. Em *O Século* de 1954, as CRGE publicitavam a sua “aparelhagem eléctrica”, enquanto a Casa Dardo fazia uma “exposição de artigos eléctricos”. Em 1958, por ocasião da abertura do II Salão das Artes Domésticas, a Casa Dardo era apresentada como expositora “na variada gama dos seus frigoríficos e artigos electrodomésticos”. Nas publicidades de 1960 da *Crónica Feminina* a Siemens apresenta o seu conjunto de “aparelhos eléctricos de uso doméstico”, enquanto a Moulinex publicita os seus “aparelhos electro domésticos” ou, na *Eva*, os “aparelhos electro-domésticos”. No mesmo ano, os Estabelecimentos Sida publicitam na *Eva* os “artigos electro-domésticos”. Em 1970, as casas que faziam parte dos prémios de Natal da *Eva* de 1970 estavam equipadas com “toda a moderna aparelhagem de uso doméstico” ou com “toda a moderna aparelhagem electrodoméstica”. Também na *Eva*, no mesmo ano, eram publicitados os “aparelhos electro-domésticos” Morphy-Richards.

Ora bem, a palavra **electrodoméstico** veio substituir toda uma série de denominações de construção mais complexa. O processo de instituição deste significante, nas suas formas adjectiva e substantiva, transcorreu entre o segundo e o terceiro quartel do século XX e hoje usamo-lo com toda a naturalidade. É também com toda a naturalidade que usamos os aparelhos e a energia que os faz funcionar. A simplificação das diferentes formas complexas numa única palavra contribuiu para essa naturalização. No entanto, as antigas

frases fornecem indícios sobre os elementos fundamentais para a instituição destes objectos: a relação entre os aparelhos, o lar e a electricidade.

Embora constatámos a existência da palavra “electrodoméstico” em 1937, o seu uso naquela altura era pouco frequente. Mais ainda, o uso reiterado, depois de 1930, de “aparelho”, “aparelhagem” ou “artigo” acompanhados das suas características “eléctrico”, “doméstico”, “caseiro” ou até “electrodoméstico”, e a variedade de formas apresentadas acima, vêm demonstrar que ainda em 1970 não estava consolidada a palavra *electrodoméstico* como substantivo. Hoje o dicionário define o termo da seguinte maneira: “*electrodoméstico* = adj. e s. m. diz-se de qualquer aparelho ou utensílio eléctrico de uso caseiro; cada um desses aparelhos ou utensílios”⁶¹. Isto é, actualmente coexistem dois valores para este termo: adjectivo e substantivo.

Apesar de que em nenhum dos casos citados acima, a palavra seja usada como substantivo, é de destacar que será na década de ‘60 que o termo aparecerá com mais frequência – começando a ser usada como adjectivo (acompanhando os substantivos *aparelho* ou *aparelhagem*), “*electrodoméstico*” ou “*electrodoméstica*”. Note-se ainda que os casos observados fazem parte de textos que se inscrevem nos discursos jornalístico e publicitário e que em ambos os casos o meio de circulação é partilhado: jornais e revistas; quer dizer, são textos que fazem parte do quotidiano português. Este uso cada vez mais frequente da palavra composta e unificada (“*electrodoméstico*”) em lugar das formas hifenizadas (“*electro-doméstico*”) ou das frases (do género “*aparelhos eléctricos de uso doméstico*”), permite identificar uma primeira fase no processo de instituição da palavra. Mas esta primeira fase de estabilização lexical será apenas na sua forma de adjectivo.

Uma segunda fase diz respeito à utilização da palavra enquanto substantivo. Um dos primeiros indicadores que temos neste sentido releva de um emprego oficial, sendo que, em 1968, o INE incorpora “os *electrodomésticos*” como variável. É, portanto, na viragem de década que começa a surgir (e a consolidar-se no uso) o valor substantivo. Num artigo da *Eva* de 1970, faz-se referência às vendedoras de “*electrodomésticos*” (elidindo a palavra *aparelho*). Assim, a começos da década de ’70 a palavra já aparece no formato que hoje a conhecemos, embora coexistindo com as formas adjectivas e complexas (“*aparelhos electrodomésticos*”, “*aparelhos (artigos) electro-domésticos*”). Para esta altura a fórmula desenvolvida (“*aparelhos eléctricos de (para) uso doméstico*”) ainda usada em 1960, já desapareceu.

⁶¹ Cf. *Dicionário Universal. Língua Portuguesa*, Lisboa, Texto editora, 1999.

Qual a relevância para o nosso estudo desta mudança de denominação? Uma via de análise como esta leva-nos a observar que durante o período que identificamos como constituindo uma primeira fase (basicamente de emprego enquanto adjectivo) as formas utilizadas visam fornecer uma definição de um **conceito** que – uma vez que precisa ser definido – não está incorporado no uso quotidiano. Para apoiar uma observação como esta, note-se ainda que nas primeiras publicidades de “artigos electrodomésticos” os aparelhos eram desenhados incluindo os cabos e as fichas e a palavra eléctrico acompanhava cada aparelho (p.e. frigorífico eléctrico, ferro eléctrico, torradeira eléctrica, etc.); ou seja, era necessário explicitar o tipo de energia necessária para o seu funcionamento. De facto, no fim da guerra tampouco estava largamente difundido o uso da electricidade para além da iluminação. Já na segunda fase – em que o termo é recategorizado como substantivo – não parece ser preciso fornecer definições ou especificações relativamente aos aparelhos, o que nos leva a admitir que com o emprego do termo enquanto substantivo os objectos já tinham adquirido uma verdadeira identidade, isto é, já faziam parte do quotidiano. Deste modo, no dealbar da democracia estes objectos “são” electrodomésticos.

Para o presente trabalho será importante observar a dupla base de composição da palavra: *electro / doméstico*. No período focalizado pelo nosso estudo estamos perante o processo de instituição dos “electrodomésticos”, o que implica também a instituição de um tipo específico de lar e de uma classe de energia. Assumindo, então, a necessidade de abordar o problema que nos interessa em função destas duas componentes, a nossa proposta será centrar, primeiramente, o foco de atenção na problemática das fontes de energia (no presente capítulo e no capítulo 3), isto é, na primeira componente do termo, para depois, no capítulo 4, observarmos de modo mais específico a segunda componente da palavra, ou seja, a incorporação destes objectos à vida doméstica.

ELECTRO(domésticos)

Os electrodomésticos têm a singularidade de ser bens finais que dependem para o seu uso de um bem intermédio: a electricidade. Mas a relação entre a electricidade e os electrodomésticos é bastante mais complexa do que um único condicionamento (ou determinação); não estamos perante a situação em que uma (a electricidade) é condição do outro (electrodomésticos). Existe uma relação de condicionamento mútuo; isto é, *por um lado, os electrodomésticos dependem da electricidade para o seu funcionamento, e por*

outro lado, a electricidade depende dos electrodomésticos para a sua expansão sustentável no consumo familiar.

A primeira parte desta equação é uma condição necessária que não precisa de justificação, mas a segunda pode trazer algumas dúvidas, já que durante algum tempo a electricidade se difundiu apenas para iluminação. Contudo, nesse período a electricidade era uma das várias energias utilizadas no lar. Pensamos, neste sentido, que é possível colocar a hipótese de que os electrodomésticos tenham sido fundamentais para o desenvolvimento da electricidade como o meio energético dominante nos lares.

Já numa abordagem mais específica, note-se que a primeira parte da equação apresenta duas condições importantes, a saber: uma rede eléctrica instalada⁶² e electricidade a preços comportáveis⁶³. Na sequência disto, as tarifas de electricidade estão directamente relacionadas com a difusão dos electrodomésticos, pois constituem uma das suas condições.

O estudo das tarifas permite-nos conhecer um campo de conflito constituído pelos actores e os seus interesses. Esse quotidiano⁶⁴ é a arena em que se relacionam os consumidores, os fornecedores de energia eléctrica e o Governo. A singularidade do nosso período radica em que, no decorrer da guerra, houve uma mudança de interlocutor. Tendo como ponto de inflexão o ano de 1942, as CRGE passaram de negociar com a Câmara Municipal de Lisboa (CML) a fazê-lo com o Governo Central, primeiro com o Ministério de Obras Públicas (representado pela Junta de Electrificação Nacional) e a partir de 1944 com o Ministério de Economia (representado pela Direcção Geral dos Serviços Eléctricos). A principal consequência disto foi o debilitamento do poder de negociação das CRGE, principalmente causado pela necessidade de inserção dos seus interesses dentro do plano energético do Governo. Esta subalternização dos interesses das CRGE piorou com o surto, ainda que incipiente, de uma terceira voz que vinha a pôr em causa algumas das suas propostas: a opinião pública.

Centraremos a nossa atenção nas mudanças tarifárias por representarem momentos chave para compreender estes actores, as suas acções e os seus interesses.

⁶² A rede eléctrica na cidade de Lisboa já está espalhada por toda a cidade para o fim da Segunda Guerra. Cf. Madureira, Nuno Luís, "Asymmetry and discrimination of the electric network. Portugal 1920-1947", Comunicação apresentada no Business History Conference, 2004. Assim sendo, a rede não é um problema para o desenvolvimento do consumo de electricidade.

⁶³ Preços comportáveis significa que seja mais racional e desejável o uso de energia eléctrica do que outra forma energética para os aparelhos da casa.

⁶⁴ Retomamos aqui a noção de quotidiano de Don Slater anteriormente citada. Ver ponto 1.6. do capítulo anterior.

1.2. Cronologia das tarifas

No quadro nº1 está representado o regime tarifário de Lisboa estabelecido para os usos domésticos entre 1929 e 1975. A variedade tarifária exige algumas explicações. Em primeiro lugar, foram usadas “tarifas degressivas”⁶⁵ cujo elemento distintivo é que estavam divididas por escalões de preços. Para passar de um escalão a outro era necessário atingir um determinado consumo que variava segundo a quantidade de divisões do lar e conforme a época do ano (ver Anexo II). Em segundo lugar, existia o regime de “tarifas únicas”. Segundo o período, foram utilizadas tarifas únicas, tarifas degressivas com dois ou com três escalões, ou uma combinação de tarifas degressivas e únicas. Finalmente, a partir de 1951 existiu um regime tarifário especial para pobres, destinado àqueles cujo consumo anual não ultrapassasse os 100 kWh e tivessem habitações de, no máximo, três divisões.

Quadro nº1						
Tarifas Domésticas das CRGE: Cidade de Lisboa						
Período	Tarifa	Tarifa Degressiva			Tarifa especial	Legislação
		Escalão			Pobres	
	Única	1º	2º	3º		
Outubro 1929-Dez. 1936	1,896					Contrato de 1928
Janeiro 1937-Março 1942	1,896	1,896	1,20	0,50		Não indicado na fonte
Abril 1942-Janeiro 1945	1,896*					Min OP, Portaria 10048, 20-3-42
Fevereiro 1945 ⁶⁶ -Abril 1947	2,50*					Min. Economia, Despacho 30-12-44
Mai 1947-Abril 1948	2,50					Não indicado na fonte
Mai 1948-Abril 1951	2,50	2,50	1,80			Não indicado na fonte
Mai 1951-Dezembro 1954		2,00	1,50	0,70	1,50	Min. Economia, Despacho 16-04-51
Janeiro 1955-Setembro 1958		2,00	1,50	0,50	1,30	Min. Economia, Despacho 23-12-54
Outubro 1958-Abril 1975		2,00	1,30	0,50	1,00	Não indicado na fonte
Março 1975		2,00	1,40	0,70	1,00	Sec. de Estado do Abastecimento e Preços da Indústria e Energia, Despacho 334-(9), 3-3-1975.

Fonte: “Elementos estatísticos - CRGE” e “Actas do Conselho de Administração – CRGE”.

* Multa de 10\$00 por cada kWh de excesso.

A priori podemos identificar três fases no regime tarifário demarcadas por quatro acontecimentos: Contrato de 1928, Restrições de 1942, Fim das restrições de 1947 e Nacionalização de 1975. A primeira fase (Outubro de 1929 – Março de 1942) caracterizou-se pela homogeneidade tarifária. Em 1928 foi assinado um contrato entre a Câmara Municipal de Lisboa e as CRGE que estabelecia uma nova tarifa de electricidade a partir de Outubro de 1929. Embora o contrato estabelecesse uma fórmula para a actualização do

⁶⁵ Acerca das “tarifas degressivas”, ver os pontos 2.1. “Condições prévias” e “Tarifas degressivas” neste capítulo.

⁶⁶ Despacho 30-12-1944, do Ministério da Economia (Diário do Governo, I Série, 10/1/1945), fixa a tarifa geral de venda para iluminação e usos domésticos em 2\$50, no Concelho de Lisboa citado em Mariano. Mário, *História da electricidade*, Lisboa, EDP, 1993, p.166.

preço da electricidade, até 1945 não sofreu aumentos. A única alteração foi a introdução das tarifas degressivas em Janeiro de 1937, enquadradas no Decreto 27.289 (24-11-1936)⁶⁷.

A guerra trouxe uma série de alterações tarifárias e, portanto, marcou o começo da segunda fase. Esta decorreu entre Abril de 1942 e Abril de 1947 e caracterizou-se pela restrição nos consumos e pelo aumento tarifário. Em Abril de 1942 foi decretado o fim das tarifas degressivas, voltando-se para o regime de tarifa única combinada com restrições no consumo. Estas restrições implicavam a exigência de uma queda no consumo de 25% a partir do consumido em 1941. Cada utente era inserido numa classe (p.e. A10 = 153-168 kWh consumidos em 1941) e toda a electricidade consumida para além desse limite era paga como “multa” a Esc.10\$00/kWh. No quadro deste sistema, a tarifa foi elevada de Esc.1\$896 a Esc.2\$50/kWh, a partir de Fevereiro de 1945.

Finalmente, com o fim da Guerra, ingressamos na terceira fase (Abril 1947 – Março 1975). Esta teve como aspecto relevante a queda dos preços e o restabelecimento das tarifas degressivas. Em Abril de 1947 foi decretado o fim das restrições e, um ano mais tarde, foram reintroduzidas as tarifas degressivas⁶⁸, mas apenas para dois escalões. Depois, o regime manteve-se estável a partir de Maio de 1951 com a introdução das tarifas degressivas a todos os consumidores e o nascimento das tarifas para pobres (1\$50/kWh). Quedas nos valores sucederam-se em Janeiro de 1955 (3º escalão de 0\$70 a 0\$50; pobres de 1\$50 a 1\$30) e em Outubro de 1958 (2º escalão de 1\$50 a 1\$30; pobres de 1\$30 a 1\$00). Em Março de 1975 foram aumentados os valores das tarifas degressivas, mantendo-se inalterada a tarifa dos pobres. E em 1976 aumentaram novamente. Estas duas mudanças tarifárias fizeram com que pela primeira vez desde 1951 o preço médio do kWh consumido (nominal e real) aumentasse⁶⁹. Com a nacionalização das CRGE fecha-se também para os consumidores um período de queda do preço médio de energia consumida.

Pode-se concluir a partir do quadro anterior que entre 1948 e 1974 as tarifas para os consumidores domésticos baixaram o seu valor nominal. Ainda é importante salientar que como o primeiro e o segundo escalão eram pautados por quantidades fixas de kWh (variando segundo as divisões das habitações), um aumento no consumo implicava uma queda no valor médio do kWh para a unidade doméstica. Portanto, a combinação de tarifas

⁶⁷ O decreto obrigava que os cadernos de encargos das concessões Municipais de energia eléctrica fossem submetidos à aprovação do Ministério de Obras Públicas e Comunicações. Também obrigava à introdução nesses cadernos de tarifas que estabelecessem valores degressivos em função da utilização.

⁶⁸ Nesta altura, as tarifas degressivas não abrangiam todos os consumidores domésticos.

⁶⁹ Sobre esta questão do custo médio de electricidade ver o ponto 3.1 “Periodização”. Sobre a questão do valor das tarifas ver o ponto “Tarifas degressivas”.

cada vez mais baixas e tarifas degressivas implicou que no período em questão o custo da electricidade descesse constantemente para os moradores de Lisboa.

Colocam-se assim uma série de interrogações: Quais os factores que causaram esta situação tão vantajosa para os consumidores? Qual o modelo de consumidor construído, em torno da questão das tarifas, por cada um dos actores (Governo, CRGE e “opinião pública”)? Houve uma queda real no preço médio de electricidade em todo o período? Quem beneficiou deste regime tarifário? Tentaremos dar resposta a estas questões no presente capítulo.

1.3. Documentos

Na legislação podemos encontrar as alterações tarifárias e as suas fundamentações. O problema deste tipo de documentos é que se trata do ponto de chegada de uma série de forças em jogo. A análise desta documentação apenas diz respeito ao resultado das negociações e ficamos com um vazio de informação se tentamos perceber, por um lado, as diferentes posições perante o problema e, por outro, as consequências da aplicação das tarifas.

Para tentar esclarecer estas questões, pelo menos em parte, resolvemos trabalhar a partir de diferentes tipos de documentos: Actas do Conselho de Administração das CRGE, Comunicados de imprensa do Ministro da Economia, editoriais dos jornais, legislação e estatísticas.

Na seguinte secção (“Os interesses”), estabelecer-se-á uma primeira articulação destas fontes, a partir do que consideramos ser os momentos de conflito fundamentais: as fases de mudança nas tarifas de electricidade. As Actas do Conselho de Administração das CRGE permitirão compreender a posição da empresa em relação ao Governo e aos consumidores. Embora condicionada pela presença do Comissário do Governo⁷⁰ nas reuniões do Conselho, é possível perceber os interesses da empresa e os conflitos com o Governo. De modo que o discurso aqui analisado tem a particularidade de pertencer a uma empresa privada, mas dirigido a dois interlocutores implícitos: os accionistas e o Governo.

⁷⁰ Este funcionário público informava o Governo sobre o discutido no Conselho de Administração. Também, transmitia ao Governo alguns pedidos feitos pela empresa, intervindo de algum modo nas negociações, e comunicava ainda ao Governo os elementos estatísticos sobre a situação da empresa.

O segundo tipo de documento que trabalharemos é constituído pelas declarações do Ministro da Economia à Imprensa. Trata-se de comunicados reproduzidos na íntegra nos jornais e cujo enunciador responsável é o Ministro, quem convoca os representantes da imprensa na altura de algum acontecimento importante com o intuito de informar o conjunto da população. Como dissemos, serão trabalhadas especificamente as declarações relativas às mudanças tarifárias.

O terceiro e último tipo de documento é constituído por artigos jornalísticos. A escolha dos textos baseia-se num critério essencialmente temático: são os editoriais de *O Século* cujo tema é a discussão das mudanças nas tarifas e os interesses dos consumidores. Embora atravessados pela censura e num jornal oficioso como *O Século*, estes artigos apresentam uma terceira posição. Estão principalmente dirigidos à população e ao Governo. A análise dos diferentes interesses no quadro das mudanças tarifárias é completado com a legislação.

Na última parte do capítulo serão ainda apresentadas as consequências do regime tarifário, a partir da análise dos consumos domésticos de electricidade. Várias estatísticas serão articuladas visando um panorama de conjunto. Usamos nomeadamente os “Elementos Estatísticos” das CRGE (1942-1965 e 1975) e as estatísticas da DGSE. O problema com a agregação de dados e a falta de informação exigiu uma tal articulação (ver Anexo III).

2. Os interesses

2.1. Condições prévias: mudança de interlocutor

Do ponto de vista da Economia, as tarifas de electricidade não estão estabelecidas a partir das regras do mercado concorrencial, produto do equilíbrio entre a oferta e a procura, mas fazem parte dos chamados “monopólios naturais”, que geralmente se encontram regulamentados pelo Estado⁷¹. No caso português, podemos colocar que o tipo de regulamentação foi mudando com o correr dos anos, tendendo para uma centralização progressiva. Na questão tarifária essa centralização teve duas características importantes para o nosso estudo. Em primeiro lugar, a possibilidade de uso de tarifas degressivas ligada

⁷¹ Cf. Samuelson, Paul e Nordhaus, William, *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill, 1999, p.159-160 e 307-309.

a uma crescente preocupação pelos interesses dos consumidores⁷². Em segundo lugar, uma mudança de interlocutor nas negociações tarifárias. Para o caso de Lisboa significará que a partir de 1942 as CRGE terão que negociar as tarifas com o Governo (Ministro de Obras Públicas e/ou Ministro da Economia) e não com a Câmara Municipal⁷³.

Segundo João Figueira, no fim do século XIX era competência de cada Câmara o estabelecimento das tarifas a praticar, a partir dos contratos de concessão. A consequência disto foi uma grande proliferação de tarifas, variando de Concelho para Concelho e em função de diversos factores (i.e. tipo de energia, horário de uso, por contador, por avença, etc.). Nessa altura, os contratos não levavam em conta a “actualização” das tarifas, inclusive quando os custos de exploração aumentavam consideravelmente. Na década de '20 – altura de forte inflação (1918-1925) – surgiram várias disposições legais que contemplavam a hipótese de alteração das tarifas estabelecidas nos contratos, visando corrigir os aumentos nos custos de exploração. Em 1936, há uma nova legislação tendente a unificar as tarifas e a centralizar as decisões no Governo (Ministério de Obras e Serviços Públicos) em relação a elas.⁷⁴

Para o nosso estudo, a característica fundamental do Decreto 27.289 de Novembro de 1936 é a introdução da possibilidade de um novo regime tarifário. Esse decreto marca um salto em relação à situação anterior: *a preocupação com o custo que pagavam os consumidores domésticos*. A regulamentação que pretende impor o Governo está fundamentada na protecção do consumidor doméstico relativamente aos abusos dos grandes distribuidores. Na sua introdução expressa claramente esse espírito:

“(…) o pequeno consumidor em baixa tensão depende, quase sem defesa, do distribuidor que o serve; e se este não sabe ou não quer dar às suas tarifas a maleabilidade que os usos da corrente exigem, só fica àquele o recurso de não consumir. E isso tem efeito.”⁷⁵

O texto continua sublinhando que para proteger os consumidores domésticos e permitir algum “progresso” eram necessárias tarifas que permitissem alargar os consumos a variados usos caseiros:

⁷² Esta alteração a partir do decreto 27.289 de Novembro de 1936 poderia estar causada pela chamada “greve dos consumidores”. Algumas ideias relativas a esta “greve” são desenvolvidas no ponto 2.4.

⁷³ Ver leis que poderiam abonar uma abordagem nesse sentido: “Disposições atinentes a regular e coordenar a produção e a distribuição de energia eléctrica”, Decreto-Lei nº 31.911, 10-3-1942; “Criação da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos”, Decreto-Lei nº33.576, 15-3-1944 e “Electrificação do País”, Lei nº 2002, 26-12-1944.

⁷⁴ Cf. Figueira, João, “A evolução do sistema tarifário no sector eléctrico nacional: dos primórdios da electrificação até à ‘Lei de Electrificação Nacional’”, in *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, vol.II, 2000. A citação deste texto foi autorizada pelo autor, quem solicitou que fosse referido o estatuto provisório do trabalho, já que se encontra em fase de reelaboração.

⁷⁵ Cf. Decreto nº 27.289, 24-11-1936, Introdução.

“(…) Não se pensa atingir o esplendor de algumas regiões do Mundo bem fadadas pela Natureza; mas pensa-se fazer algum progresso dentro da bitola dos nossos recursos e crê-se que será possível praticar na pequena indústria e nos variados usos caseiros tarifas de baixa tensão que, certamente por razões muito atendíveis, sejam ainda hoje entre nós pouco mais que curiosidades matemáticas. (...)”⁷⁶

A medida mais importante para atingir essa meta – e que estará presente em todo o período do pós-guerra – é a introdução das **tarifas degressivas**. Estas tarifas visam difundir o uso de outras aplicações domésticas além da iluminação.

“Art. 2.º. Nesses cadernos de encargos serão obrigatoriamente introduzidas, nos termos do artigo anterior:

(...) b) Normas de tarifas que marquem, expressamente e sem restrições de potência ou consumo, preços de energia para pequena força motriz e aplicações domésticas além da iluminação, que a tornem acessível a estes usos, estabelecendo-se eventualmente valores degressivos em função da utilização; (...)”⁷⁷

Em última análise, as tarifas degressivas vêm premiar todo o consumo que ultrapasse o da iluminação. Quer dizer que o kWh consumido por aparelhos eléctricos de uso doméstico (2º e 3º escalão) deverá custar menos que aquele consumido para a iluminação (1º escalão). Por outras palavras, o objectivo é “modernizar” os lares portugueses⁷⁸.

O “Contracto para o fornecimento de gás e energia eléctrica à cidade de Lisboa”, assinado em 1928, entre a Câmara Municipal de Lisboa e as CRGE, estipulava a duração da concessão para 50 anos e esteve em vigor até à nacionalização da empresa em 1975. Este contrato foi a principal ferramenta que regulou a exploração de gás e electricidade em Lisboa. Os seus artigos 37º a 40º estabeleciam o tipo de tarifas e os seus ajustamentos. O artigo 37º indicava a tarifa máxima para iluminação, que devia ser calculada a partir de uma fórmula que dependia das seguintes variáveis: 1. Salário dos operários da Central Tejo; 2. Carvão posto na Central Tejo (carvão + frete + taxa de câmbio)⁷⁹. O artigo 39º ampliava

⁷⁶ Cf. *Ibidem*.

⁷⁷ Cf. *op.cit.*, Art. 2º.

⁷⁸ Em Lisboa, a aplicação de tarifas degressivas com uma queda real no custo médio da electricidade para os consumidores somente acontecerá a partir de 1951. Ver a secção 3 (“O consumidor de electricidade”) deste capítulo.

⁷⁹ O custo do *cif* Tejo era obtido da seguinte forma: “Tomar-se-ha o preço trimestral do carvão Best Admiralty Large, publicado no *South Wales Journal of Commerce*, assim como o preço trimestral do frete, de Cardiff a Lisboa, publicado no mesmo jornal, acrescido do custo do seguro marítimo; obter-se-ha deste modo o custo *cif* Tejo do carvão acima indicado. Este preço será convertido em dinheiro português, tomando como cotação, a média trimestral das cotações sobre Londres, indicadas no Boletim Oficial da Bolsa de Lisboa.

estas variáveis e incluía o câmbio escudo/libra esterlina: “Emquanto a média trimestral do câmbio sobre Londres fôr inferior a cem escudos por libra esterlina ou a média trimestral da cotação *cif* Tejo da tonelada de carvão Best Admiralty Large, não ultrapassar 34 shellings, será mantida a actual tarifa única de Esc.1\$58 por kw-hora.”⁸⁰. A partir da aplicação da fórmula presente no contrato, a tarifa foi elevada a 1\$89,6 a partir de Outubro de 1929. Como consequência deste aumento produziu-se a chamada “greve dos consumidores” – protagonizada pela Associação Comercial dos Lojistas (de Lisboa) – o que fez com que a aplicação futura da fórmula enfrentasse sempre a resistência da CML. Em Setembro de 1931, face à negativa da CML à aplicação da fórmula, as CRGE recorrem ao Tribunal Arbitral, que se pronunciou favorável à empresa. No entanto, o aumento foi adiado. No relatório feito em Bruxelas sobre o exercício do ano 1935, a conclusão era que, por um lado, um aumento poderia provocar outra “greve dos consumidores”, por outro lado, as negociações para que a Câmara permitisse a aplicação da fórmula contratual tinham falhado:

«Le tarif maximum pour l'électricité est régi par une formule contractuelle, tenant compte du charge, du prix du charbon et des salaires. En appliquant actuellement cette formule, les Compagnies obtiendraient une majoration de 10 a 15% des tarifs d'éclairage, majoration qui serait certainement fort mal accueillie en ce moment et pourrait conduire à une grève de la clientèle. L'application de cette formule s'ailleurs rencontré l'opposition de la Municipalité. Des négociations ont été engagées avec le Ministère de l'Intérieur et les autorités municipales, tendant à faire reconnaître le droit de les Compagnies Réunies d'appliquer le formule au cas où le prix du charbon ou la valeur de la monnaie portugaise par rapport à [l'or] s'écarteraient leur valeur actuelle d'un certain pourcentage minimum. Ces négociations n'ont pas donné de résultat jusqu'à présent. (...)»⁸¹.

Este problema será uma constante na década de '30. Foram apresentados recursos pelas CRGE às diferentes autoridades para que intervissem perante a CML para a aplicação do contrato de 1928. O resultado é a estagnação das tarifas entre 1929 e 1945.

Todavia, durante a guerra houve um ponto de inflexão para as relações CRGE/Estado. A partir de Dezembro de 1941, as CRGE pedem insistentemente o aumento das tarifas. Depois de vários pedidos justificados em extensos *memoranda* enviados à CML, a 2 de Março enviam uma carta do seguinte teor:

O preço assim obtido será acrescido das despesas de porto, direitos aduaneiros e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre o carvão, factura consular, descarga e transporte até a Central, devidamente justificadas e verificadas pela Câmara.” Ver: “Contracto para o fornecimento de gás e energia eléctrica à cidade de Lisboa” artigo 37º.

⁸⁰ Cf. Contracto para o fornecimento de gás e electricidade à cidade de Lisboa, Lisboa, Tipografia Municipal, 1928, artigo 39º.

⁸¹ CDEDP, CRGE / ACA Nº884, 4-4-1936.

“Lisboa, 2 de Março de 1942. Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Exmo. Sr. Como seguimento à nossa carta de 16 de Janeiro de 1942, temos a honra de informar V.Exa. de que, não podendo as Companhias Reunidas adiar por mais tempo a execução das medidas anunciadas na nossa comunicação de 12 de Dezembro do ano findo, resolveram pôr em vigor as novas tarifas de venda do gaz e da energia eléctrica (...) a partir do corrente mês de Março e para o segundo trimestre de 1942.”⁸²

É importante referir que a 26 de Dezembro de 1941 as CRGE tinham enviado um *memorandum* ao Presidente do Conselho de Ministros sobre política em matéria tarifária. O fim destas negociações veio com o decreto-lei nº 31.911 que no seu artigo 1º, § 3º estabelecia:

“A partir da publicação deste Decreto-lei não poderão os concessionários de serviços públicos de fornecimento e distribuição de energia eléctrica ou de tracção eléctrica aplicar tarifas ou proceder a alterações ou ajustamentos tarifários **sem prévia aprovação do Governo**, independentemente do que estiver disposto em diplomas legais ou nas cláusulas regulamentares dos respectivos contratos.”⁸³ (sublinhado meu)

Este decreto abrange também as tarifas de gás. Assim sendo, a partir desta data as tarifas de gás e electricidade passam a ser negociadas com o Governo. Numa primeira fase o interlocutor é o Ministro das Obras Públicas (pela Junta de Electrificação Nacional), mas a partir da criação da DGSE⁸⁴, que terá competência sobre as tarifas de gás e electricidade o interlocutor será o Ministro da Economia⁸⁵. Deste modo, a orientação da regulamentação para uma centralização progressiva significou para as CRGE que em determinados aspectos, nomeadamente na alteração tarifária, o interlocutor mudasse da Câmara para o Governo (Ministro da Economia). Portanto, essa mudança do responsável pelas negociações das tarifas energéticas, por parte do Governo, obriga a centrar a atenção num actor: o Ministro da Economia.

2.2. Política Geral do Governo

⁸² CDEDP, CRGE / ACA N°958, 26-2-1942.

⁸³ Decreto-lei 31.911 de 10 de Março de 1942. Note-se que este decreto também autorizava o estabelecimento de restrições ao consumo no seu artigo 1º: “(...) fica autorizado o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, pela Junta de Electrificação Nacional, a determinar: 1) As restrições de consumo e de fornecimento que forem aconselháveis, em todas as redes de distribuição de energia eléctrica; (...)”

⁸⁴ Decreto-lei 33.576 de 15 de Março de 1944.

⁸⁵ A Direcção Geral dos Serviços Eléctricos (DGSE) é um organismo que depende do Ministério da Economia.

A partir de meados da década de '30, as tarifas de electricidade – enquadradas dentro da política geral do Estado – desempenharam um papel chave na orientação que o Governo⁸⁶ pretendia dar à economia. Assim, foi determinado o preço da electricidade que devia variar segundo cada uma das suas utilizações⁸⁷.

No pós guerra, um conceito base guiava os valores da energia eléctrica: as actividades produtivas, nomeadamente a indústria e a agricultura, deviam ter valores inferiores à média. Para que isto acontecesse, os outros consumidores, os domésticos em particular, deviam pagar valores superiores a essa média. O Ministro da Economia, Ulisses Cortês, expôs a política que orientava o Governo de forma clara:

“(…) uma parte substancial da energia produzida se destina a abastecer, a preços excepcionalmente baixos, as actividades industriais e agrícolas de que depende o desenvolvimento económico do País. (...) No aspecto económico essas aplicações [da indústria] e as destinadas à intensificação da produção agrícola oferecem relevante interesse e só terão viabilidade desde que os encargos do seu baixo preço sejam suportados pelos restantes usos da energia e, especialmente, pelos consumos domésticos.”⁸⁸

Esta diferença nas tarifas exige compreender a função que estas desempenhavam para o Governo. Não se tratava apenas de uma remuneração a um produto ou serviço conforme o custo. O seu papel social era muito mais importante: o de orientar o consumo para o modelo de sociedade que se desejava atingir. O Ministro da Economia expressava com eloquente clareza esse ponto de vista ao anunciar a descida do terceiro escalão para consumo doméstico em Lisboa:

“(…) Um sistema de tarifas, não deve, pois, constituir apenas uma escala de preços, destinados a remunerar a electricidade fornecida; tem de actuar, também, como instrumento fomentador de consumo e da sua orientação no sentido mais aconselhável.”⁸⁹

Em síntese, as tarifas desempenhavam um papel fundamental para o Governo na planificação da economia nacional: por um lado, o de orientar os consumos⁹⁰, por outro, o de redistribuir a riqueza nacional segundo os sectores que se queria apoiar.

⁸⁶ Uma estratégia possível do Governo poderia ter sido a de estabelecer tarifas de tal modo que estas pagassem o custo de exploração e deixassem às companhias produtoras e distribuidoras uma margem de lucro. Porém, não foi essa a estratégia escolhida pelo Estado Novo.

⁸⁷ As CRGE não partilhavam deste princípio. Nas Actas do Conselho de Administração consta que há: “(...) divergências fundamentais entre o ponto de vista do Estado e o das CRGE, pois o Governo preocupa-se sobretudo com a natureza da actividade económica de cada consumidor e esta empresa não tem que considerar o caso nem pela sua natureza, nem pelo regime do contrato. (...)”; Cf. CDEDP, CRGE / ACA Nº1020, 28-11-1946.

⁸⁸ Comunicado dirigido à Imprensa pelo Ministro da Economia, Ulisses Cortês, por ocasião do novo regime tarifário para Lisboa que iria estar vigente a partir de Janeiro de 1955. Cf. O Século, 21-10-1954, p.4.

⁸⁹ Cf. O Século, 11-3-1951, p.6.

Embora as prioridades do Governo em matéria de fomento energético fossem a agricultura e a indústria, no após guerra, as tarifas domésticas foram cada vez mais baixas. Os benefícios para os consumidores domésticos, que visavam a “modernização” dos lares, dependiam da conjuntura económica favorável. Mais ainda: a adopção – entre 1948 e 1977 – de tarifas degressivas (fomentadoras do consumo) e não progressivas (limitadoras do consumo) demonstra que, mesmo que não fosse uma prioridade, muitas vezes os consumidores beneficiaram das estratégias governamentais. É evidente que as acções do Estado não são lineares e que dependem não só das bases por ele estabelecidas, mas do jogo de forças entre os diferentes interesses⁹¹.

2.3. As CRGE

A política das CRGE estava assente em dois princípios básicos: tarifas que reflectissem os custos de exploração e aumento do consumo. Para o primeiro, as bases foram estabelecidas pelo contrato de 1928; para o segundo, desenvolveram toda uma série de campanhas⁹². Para que as Companhias tivessem os lucros esperados era necessário aplicar a fórmula tarifária e criar o mercado de electricidade. Mas os processos sociais sempre são bastante mais complexos do que os projectos.

As CRGE tentaram ao longo de todo o período que o Governo aceitasse aumentos das tarifas de electricidade, justificando o seu pedido nas cláusulas estabelecidas no contrato de 1928. O principal argumento baseava-se no aumento dos custos de exploração, resultado do aumento do custo da matéria-prima (principalmente do carvão) ou da obrigação de utilizar carvões de baixo rendimento ao mesmo custo que o Cardiff. Em 1930 vão encontrar o primeiro entrave à sua política. A primeira aplicação da fórmula aumentou a energia de 1\$58 para 1\$89,6 em Outubro de 1929. A reacção dos comerciantes de Lisboa não se fez

⁹⁰ Esta orientação dos consumos faz referência à necessidade de fomentar o consumo em Lisboa equilibrando os valores do kWh com outras regiões do País (nomeadamente o Porto).

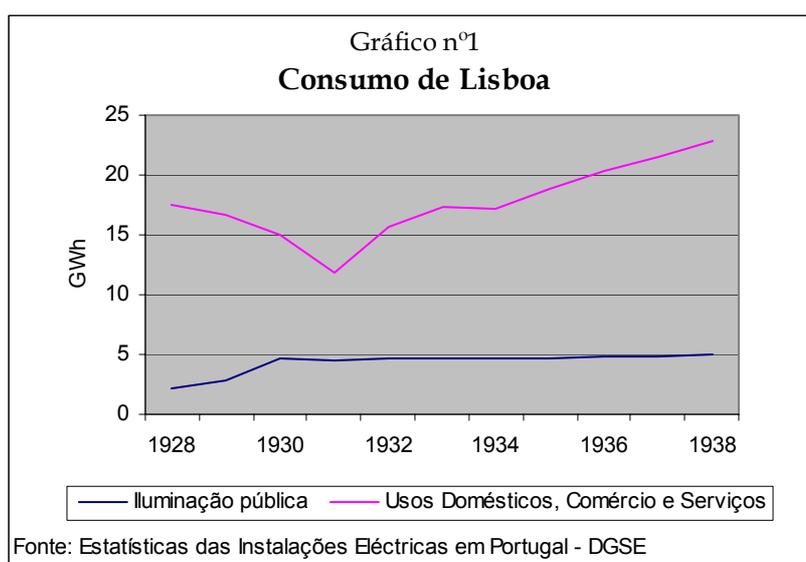
⁹¹ Em relação às tarifas domésticas de electricidade na cidade de Lisboa existiam outros actores cujos interesses contribuíram para o regime tarifário estabelecido: a empresa e os consumidores. Por ocasião do novo regime tarifário para Lisboa (Maio de 1951) o próprio Ministro reconhecia a existência destes interesses: “(...) optou-se finalmente pela fórmula que melhor correspondia à justa satisfação de todos os interesses.” Cf. *O Século*, 11-3-1951, p.6.

⁹² A questão das campanhas publicitárias e de comercialização, nas que as CRGE estiveram envolvidas e que visavam fomentar o consumo de electrodomésticos não serão estudadas neste trabalho. Para uma introdução a este tema ver: Faria, F. e Goy, R., “Electricidade e electrodomésticos”, 2004; in URL: www.historia-energia.com; Bussola, Diego, “A criação do mercado de electrodomésticos”, in *Diário Económico*, vol., 2004 e Bussola, D., “As publicidades de aparelhos eléctricos no pós-guerra”, 2003; in URL: www.historia-energia.com.

esperar, desencadeando a chamada “greve dos consumidores” que se desenvolveu entre Dezembro de 1929 e Janeiro de 1931⁹³. Ainda no relatório de 1935, os administradores da empresa explicavam que uma aplicação da fórmula significaria um aumento de 15% nas tarifas, mas estavam com receio de o fazer pela possível greve dos consumidores⁹⁴. Esta resistência dos consumidores marcou profundamente as alterações tarifárias futuras. As CRGE, no relatório do exercício de 1943 lembravam-se das quedas nos consumos durante o período:

“(…) Na chamada greve dos consumidores, de Dezembro de 1929 a Janeiro de 1931, a redução do volume de vendas não ultrapassou 6 milhões de kWh e, no entanto, foram precisos seis anos e dois meses para restabelecer a situação.”⁹⁵

A greve não atingiu a Iluminação Pública (que as CRGE deviam fornecer segundo o estipulado no contrato), mas sim o consumo doméstico e, sobretudo, o consumo comercial. Os seus efeitos podem ser apreciados no gráfico nº1⁹⁶.



Além disso, as CRGE encontraram, em todo o período em que negociaram as tarifas com a administração local, uma forte resistência da CML ao aumento tarifário pela aplicação da fórmula. De facto, depois desta “greve” a companhia nunca mais pôde

⁹³ Cf. CDEDP, CRGE / ACA N°984, 28-2-1944. A chamada greve dos consumidores merece um estudo mais aprofundado. Infelizmente pouco se tem escrito sobre essa situação e como excede o quadro temporal deste trabalho não será abordada aqui.

⁹⁴ Ver citação anterior do item 2.1 da Acta: CDEDP, CRGE / ACA N°884, 4-4-1936.

⁹⁵ CDEDP, CRGE / ACA N°984, 28-2-1944

⁹⁶ Os dados utilizados para a construção deste gráfico foram gentilmente cedidos por Fernando Faria.

aumentar as tarifas enquanto as negociações eram com a Câmara⁹⁷. De modo que esta primeira fase (1928-1942) deixou claro que os interesses dos consumidores deviam ser contemplados na aplicação tarifária e que a aplicação da fórmula iria ser difícil ou impossível. A transferência do aumento nos custos de produção (da central térmica) para os consumidores não parecia tarefa fácil.

A partir de 1939, na sequência da escassez e do aumento no custo do carvão, as CRGE pedem insistentemente a aplicação da fórmula para um aumento tarifário. Mas o Governo iria encontrar uma solução que prejudicava duplamente à companhia. No mesmo decreto que estabelecia a mudança de interlocutor⁹⁸ foi autorizado o estabelecimento de restrições ao consumo. A partir de Abril de 1942, o Ministro de Obras Públicas impõe um regime de restrições ao consumo, sendo que aqueles que excedessem a cota estabelecida pagariam Esc. 10\$00 por kWh (quando o valor era de Esc. 2\$00). Este tipo de política contrariava os interesses das CRGE porque fomentava a poupança e porque lhe fazia pagar o custo político perante os consumidores⁹⁹. O Conselho de Administração das CRGE critica o facto de que esta política das restrições pudesse ser aplicável a longo prazo. Já em Dezembro de 1943 as CRGE pedem ao Governo para que cessem as restrições por estas imporem um espírito de poupança contrário às políticas da Companhia. Mesmo que as restrições trouxessem à Companhia mais lucros¹⁰⁰, contradiziam o espírito geral de fomento do consumo. É desta forma que o Sr. Administrador De Stoop expressava os interesses do Conselho de Administração:

“ (...) o sr. Dr. De Stoop propôs que (...) se peça ao Governo a modificação do regime de restrições, no sentido de serem aumentadas as possibilidades de consumo. (...) Disse que deve ter-se em conta o total das multas por excesso de consumo (cerca de 5.000 contos até fins de Setembro próximo passado), recebido pela Companhia, acentuando que esta receita é contraproducente e contrária a tudo o que, até então, se fez no sentido do desenvolvimento do consumo. Julga, pois, oportuno fazer-se a solicitação já referida.”¹⁰¹

No fundo, o que a empresa pretendia era o fim das restrições – o que significava o fim das multas e um incremento do consumo – e um aumento da tarifa de electricidade. Portanto, nesta segunda fase (1942-45) em que negociavam com o Governo, as CRGE são prejudicadas num segundo aspecto: as cotas aos consumos.

⁹⁷ Recorde-se que o fim da relação com a CML em questões tarifárias ocorreu em 1942.

⁹⁸ Acerca da mudança de interlocutor ver o ponto 2.1 deste capítulo.

⁹⁹ Acerca do “custo político perante os consumidores”, ver ponto 2.3. deste capítulo.

¹⁰⁰ De facto, devido à aplicação das multas os lucros foram bastante elevados.

¹⁰¹ CDEDP, CRGE / ACA N°981, 30-12-1943.

Em suma, no período da guerra, face aos aumentos nos custos da exploração, as CRGE foram duplamente lesadas, pela estagnação tarifária e pelas restrições ao consumo. Apenas em 1945, e ao pôr a questão da impossibilidade de comprar combustível sem aumento das tarifas, o Ministro da Economia autoriza o aumento para Esc. 2\$50, embora mantendo as restrições. É importante salientar que em 1945 as CRGE conseguiram um dos seus objectivos: o aumento da tarifa; mantendo-se, porém, inalterado o outro: o fim das restrições. A compatibilidade CRGE/Governo foi possível apenas a partir da queda nos custos de exploração, provocado pela entrada em laboração de Castelo de Bode; investimento no qual as CRGE tinham participado através da Companhia Nacional de Electricidade (CNE). Assim sendo, a aquisição de energia à rede nacional significará uma viragem das CRGE, de produtora/distribuidora para distribuidora, e permitir-lhes-á obter lucros significativos na década de '50.

Ao longo de todo o período, as CRGE sempre tentaram conseguir, por um lado, como já foi dito, que as tarifas fossem elevadas (ou pelo menos que acompanhassem os custos de exploração) e, por outro lado, que a quantidade de consumidores e o consumo per capita aumentasse¹⁰².

“O defensor dos consumidores” vs. CRGE: uma ficção partilhada (1936-1951)

Uma estratégia do Governo é a de se apresentar como “defensor do povo” contra as empresas privadas. Assim, em 1936, o Decreto anteriormente citado, fomenta a criação das tarifas degressivas para proteger o consumidor que estaria sem defesa perante as empresas distribuidoras¹⁰³.

Este argumento foi repetido por ocasião do fim das restrições impostas pela guerra. Nessa altura, o Ministro da Economia, Daniel Barbosa, em Comunicação que pede para que seja publicada na Imprensa, “responde” ao Relatório do Conselho de Administração (gerência de 1946) das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, dizendo:

¹⁰² Uma ideia que gostaria de salientar, embora a mero título hipotético, é que o problema das CRGE não foi de falta de matérias primas, nomeadamente carvão, como era frequentemente argumentado. A empresa queimava (e alterou todas as suas máquinas para usar essas matérias primas): mazout, lenha, carvão de inferior qualidade, etc. O problema era o custo do produto (kWh). Assim sendo, se eles tivessem podido aumentar as tarifas, as restrições poderiam ter-se limitado a poucos meses (ou até nenhum). De facto, o custo médio do kWh para os consumidores subiu entre 1942 e 1946 (ver secção 3 “O consumidor de electricidade”); contudo, a companhia necessitava de um aumento ainda maior.

¹⁰³ Reproduzimos aqui parte do depoimento já citado na secção 2.2 deste capítulo: “(...) o pequeno consumidor em baixa tensão depende, quase sem defesa, do distribuidor que o serve; e se este não sabe ou não quer dar às suas tarifas a maleabilidade que os usos da corrente exigem, só fica àquele o recurso de não consumir. E isso tem efeito.” Cf. Decreto nº 27.289, 24-11-1936, Introdução.

“(…)Sabendo-se que há quem pretenda tirar conclusões precipitadas do que se refere ao «racionamento de consumo de electricidade para iluminação» no Relatório do Conselho de Administração (gerência de 1946) das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, esclarece os interessados: 1) que o Governo não está disposto a tomar em consideração qualquer pedido de aumento das tarifas de venda de energia eléctrica; (...) 4) que se compreende que as restrições contrariam os interesses materiais das C.R.G.E.; (...)”

Não pode, porém, o Governo preocupar-se com este aspecto no momento em que se preocupa, muito mais, com os inconvenientes que as restrições acarretaram aos consumidores; e acabá-las é todo o seu desejo, e tem esperança de que as condições exteriores tal venham a permitir, embora repete-se marque desde já a atitude de o fazer sem qualquer agravamento de tarifas.”¹⁰⁴

Culpa-se, assim, as CRGE de pretenderem um aumento tarifário e de se preocuparem com a queda nos lucros na sequência do fim das multas. Este documento cria uma imagem de um Governo protector dos consumidores face às injustiças das CRGE. Por outras palavras, no discurso do Governo constrói-se uma imagem paternalista de defesa dos consumidores perante as empresas distribuidoras.

A variedade documental com que trabalhámos permitiu-nos conhecer o impacte que estas declarações tiveram nas CRGE, o diálogo estabelecido com o Governo e, sobretudo, a relação de ambos com os consumidores. A 23 de Abril de 1947 a companhia envia uma “nota” ao Ministério da Economia em que esclarecem uma série de pontos e pedem para que o Governo se retracte do dito. O ponto mais importante dessa nota é que as CRGE, por um lado, não solicitaram ao Governo o aumento das tarifas, simplesmente disseram no relatório que isso “seria justo” e, por outro lado, sempre foram contra as restrições¹⁰⁵. A Companhia recebe uma resposta do Governo que esclarece o acontecido e, portanto, decide deixar a situação como estava:

“(…) Depois de termos sido elucidados sobre as circunstancias de ordem política que haviam provocado a publicação da referida Nota, (...), consentido em vista de ajudar o Governo a criar uma psicose de baixa no país, renunciámos a dar ao nosso “Esclarecimento” uma maior publicidade, que a difusão da Nota à qual respondia teria largamente justificado.”¹⁰⁶

Desta forma, as CRGE estão dispostas a carregar com o custo político do fim nas restrições para alinhar na política de “psicose de baixa”¹⁰⁷ que o Governo pretendia transmitir à população. Mas essa psicose de baixa precisava de um responsável. As CRGE

¹⁰⁴ O Século, 13-4-1947, p.1 e 6.

¹⁰⁵ Foi uma constante nas CRGE pedir ao Governo o fim das restrições.

¹⁰⁶ CDEDP, CRGE / ACA N°1026, 25-4-1947.

¹⁰⁷ Esta psicose de baixa foi complementada com outros anúncios do Ministro da Economia em relação à intransigência do Governo com os aumentos de preços; Cf. “«Não estamos dispostos a consentir alterações de preços que não tendam à baixa do custo geral da vida», afirmou o sr. ministro da Economia”. O Século, 24-4-1947, p.1-2.

jogaram esse papel, inclusive não partilhando a política tarifária desenvolvida pelo Governo¹⁰⁸.

Isto vem demonstrar duas coisas: em primeiro lugar, muitas das decisões em relação às tarifas prendiam-se com a necessidade de acalmar os consumidores; em segundo lugar, embora confrontados nos seus interesses, Governo e CRGE adoptavam posições concertadas quando era necessário aquietar a população.

Governo vs. CRGE: os anos de calma (1951-1975)

Com a entrada em funcionamento do Castelo de Bode inicia-se uma etapa em que o Governo e as CRGE começam a dialogar de modo mais cooperativo. Os objectivos de um e do outro, tarifas mais baratas (Governo) e aumento dos consumos (CRGE), viriam compatibilizar-se graças à energia hidroeléctrica. A Companhia perdia o seu principal método de aumento dos lucros: a aplicação da fórmula tarifária. No entanto, como as tarifas estavam relacionadas com os novos custos de exploração e existia um aumento significativo de consumo e consumidores, o equilíbrio estava garantido.

Já neste período as alterações tarifárias (1951, 1954 e 1958) foram propostas pelo Ministro da Economia e discutidas (e alteradas) em diálogo com as CRGE. Aquando da última alteração do período, o Ministro propunha uma queda de 1\$30 para 1\$00 nas tarifas dos pobres e de \$10 no valor no terceiro escalão. A contraproposta das CRGE foi uma queda de \$10 no segundo escalão, a queda para 1\$00 na tarifa dos pobres e uma uniformização das tarifas de Lisboa e a Grande Lisboa. O resultado foi a queda do segundo escalão de 1\$50 para 1\$30, a queda da tarifa dos pobres para 1\$00 e a uniformização de Lisboa e a sua periferia. Uma nota sobre a primeira conversa mantida com o Ministro a 1 de Julho de 1958 mostra o tom de cooperação das relações reinante no período:

“(…) No que se refere pròpriamente às Companhias Reunidas, lembrou [o Ministro da Economia] a atitude que tomara em 1951 e em 1954.

Assim, quando da primeira baixas das tarifas estudada, por ocasião da inauguração da central de Castelo de Bode, a situação das Companhias Reunidas era bastante difícil, e, ele tinha procurado pedir-nos um sacrifício mínimo, por forma a permitir-nos um rápido restabelecimento da situação.

Com efeito, (...), verificara que o equilíbrio da empresa se tinha restabelecido, e não queria, agora, por forma nenhuma, pô-lo em dificuldades pois por princípio «não cometia injustiças nem fazia demagogia».

¹⁰⁸ Cf. CDEDP, CRGE / ACA N°1026, 25-4-1947, “(…) Uma política de baixa só é, na realidade, susceptível de realização se tiver sido precedida da política de alta que as condições do momento impunham: mas forçar a baixa dum preço que foi mantido, durante demasiado tempo, abaixo do seu nível normal, cria dificuldades de que não é justo que tenhamos que suportar o encargo.(…)”

Disse, ainda que desejava que o problema fosse examinado em estreita cooperação, e, assim, começou por sugerir que o preço da energia destinada aos economicamente débeis baixasse de 1\$30 em Lisboa, para cerca de 1\$00 por kWh. (...) O Sr. Ministro sugeriu, seguidamente, que o 3º escalão da tarifa geral baixasse para \$40, (...)”¹⁰⁹

Esta nota e o resultado das negociações demonstram que a entrada em laboração da Central de Castelo de Bode trouxe calma para os interesses encontrados entre o Governo e a companhia. A mudança fundamental foi que as CRGE passaram a actuar como distribuidor, adquirindo energia hidroeléctrica da CNE. Neste novo ordenamento, a produção da Central Tejo manteve-se apenas como “apoio térmico”. Assim sendo, as tarifas degressivas de energia vendida aos consumidores domésticos foram compensadas pela queda no custo da energia para as CRGE; portanto, os lucros vieram fundamentalmente da energia hidroeléctrica. Uns dos mais favorecidos por esta solução foram os consumidores domésticos de Lisboa (mas também da Grande Lisboa), que beneficiaram de tarifas cada vez mais baixas.

2.4. Os “interesses” dos consumidores

Se, segundo o Ministro da Economia, a valores reais a electricidade desceu em Lisboa entre 1939 e 1950 29 %¹¹⁰ e entre 1938 e 1953 44%¹¹¹, por que há indícios da insatisfação dos consumidores face a estas melhoras? Em princípio, convém observar que a percepção dos consumidores está mais ligada aos valores nominais do que aos valores reais. Portanto, o aumento tarifário de 1945 deve ter feito com que se sentissem afectados e daí a insatisfação. Todavia, fica sem explicação a percepção dos consumidores face às alterações posteriores, que introduziram quedas no valor nominal das tarifas. Deste modo, procuraremos explicar por que, nos anos posteriores a 1951, as sucessivas quedas do valor médio nominal da electricidade não trouxeram satisfação aos consumidores.

¹⁰⁹ Cf. “Nota sobre a conversa realizada com o Sr. Ministro da Economia, em 1/7/1958”, CDEDP, série CRGE – Acção Comercial.

¹¹⁰ Segundo o Ministro da Economia: “(...) A evolução dos índices do custo de vida em Lisboa a partir de 1939 revela, efectivamente, que a tarifa média, expressa em escudos com o poder de compra de antes da guerra, baixou 29 por cento. Na verdade, os valores reais daquela tarifa nas duas épocas referidas foram, respectivamente, de \$80,7 e \$57,4. (...)”, Cf. O Século, 11-3-1951, p.8.

¹¹¹ Segundo o Ministro da Economia, Ulisses Cortês: “Por seu lado, o preço médio de venda evoluiu do seguinte modo: 1938, 1\$36,2; 1950, 2\$05,7; 1951, 1\$78,9; 1953, 1\$58,1. Com referência às tarifas de antes da guerra, verifica-se que, enquanto o índice dos preços de retalho subiu à roda de 100 por cento, o preço médio da electricidade acusa um agravamento de apenas 11,6 por cento que, considerada a variação do valor da moeda, corresponde a uma diminuição real de 44 por cento.” Cf. O Século, 21-10-1954, p.4.

É muito difícil saber por depoimentos de primeira-mão quais eram os interesses dos consumidores. Apenas contamos com as publicações da imprensa que estão dirigidas, na maioria das vezes, aos consumidores. Uma leitura de editoriais, declarações do Ministro e artigos das revistas femininas permite avançar que, apesar de que fossem aplicadas tarifas cada vez mais baratas, existia um descontentamento recorrente nos consumidores. Este paradoxo entre melhoramento das condições reais e insatisfação pode ser compreendido a partir da teoria da privação relativa¹¹². A percepção de estar em desvantagem em relação a um *outro* está no fundamento dessa insatisfação. Embora *a priori* possamos caracterizar esse outro como aquele que tem energia eléctrica a valores que lhe permitem atingir um estilo de vida “moderno”, tentaremos identificar qual esse *outro* ideal e quais os diferentes factores que podem explicar o descontentamento.

Entre os anos de 1945-47 os moradores de Lisboa tiveram os maiores valores tarifários nominais da sua história. Além disso, ainda estavam vigentes as restrições ao consumo¹¹³. Numa das mais importantes revistas femininas da época – a *Eva* – criticava-se o preço da electricidade de Lisboa, culpando às CRGE:

“(…) Quantos inventos contribuindo para o bem-estar da dona de casa, (...) Quando se dignarão os nossos fornecedores de electricidade dar-nos corrente eléctrica a preços de gente civilizada, que precisa ter corrente não para luxo, mas para facilitar a vida, em vez das multazinhas a propósito de tudo? (...) **excepção feita às felizardas do Porto que tem já possibilidades de utilizar a electricidade como se vivessem em América!**

Vamos lá senhoras que tudo podem: **precisamos de corrente eléctrica a preços verosímeis** para aliviar as nossas canseiras de donas de casa”¹¹⁴ (sublinhado meu)

Este fragmento introduz um elemento fundamental para compreender a percepção dos lisboetas: a comparação com as tarifas do Porto. Enquanto o consumo de electricidade em Lisboa era restringido por cotas (e multas), no Porto era fomentado. Porém, não se tratava de querer ser como os do Porto, este era apenas o exemplo nacional do ideal de consumo. As donas de casa do Porto viviam nessa situação ideal, já que dispunham de electricidade “como se vivessem em América!”. A aplicar a propriedade transitiva entre a América e o Porto, os portuenses representavam, com os seus “preços verosímeis”, o ideal moderno.

¹¹² Sobre a teoria da privação relativa ver: Boudon, R., “The logic of relative frustration”, em Elster, J. (ed.) *Rational Choice*, Oxford, Basil Blackwell, 1986; citado em Hargreaves Heap, Shaun, “Rationality”, in Hargreaves Heap, Shaun et al. (ed.), *The Theory of Choice. A Critical Guide*, Oxford, Blackwell, 1992, p.13.

¹¹³ Nessa altura, no Porto praticavam-se tarifas degressivas. A tarifa de Lisboa (1945-1947) era de Esc.2\$50/kWh com multas sobre o excesso do consumido a Esc. 10\$00/kWh. No Porto (1946-1954) as tarifas degressivas aplicadas, depois do aumento, eram de: 1\$87 (1º Escalão), 0\$99 (2º Escalão) e 0\$24 (3º Escalão).

¹¹⁴ Cf. *Eva*, Agosto 1946, Nº895, ano 21, p.22-23.

Contudo, os sinais do descontentamento não surgem somente nas revistas femininas. Por motivo do anúncio feito pelo Ministro da Economia aos representantes da imprensa em relação às novas tarifas a vigorar em Lisboa, a partir de Maio de 1951, um artigo (editorial) de *O Século*, intitulado “As novas tarifas eléctricas”, salientava o descontentamento dos consumidores:

“(…) É possível que nem toda a gente, que nem toda a massa dos interessados ficasse contente com o que o ministro disse. (...) As instalações de Castelo de Bode, ao contrário do que poderia supor-se, não estão ainda concluídas. E a electricidade ali produzida não chega, por enquanto, para abastecer Lisboa. (...) E isso contribui para impedir que as tarifas possam ser desde já tão baixas quanto o desejavam os consumidores (...)”¹¹⁵

A referência às tarifas “tão baixas quanto o desejavam” pode referir-se às do Porto. Mas há um outro elemento causal que liga as expectativas e os desejos aos benefícios dos portuenses. Aquando da inauguração da barragem de Castelo de Bode, tinha-se gerado uma importante expectativa de que o preço da electricidade iria descer. Era sabido que a hidroelectricidade deste empreendimento estava orientada para o consumo de Lisboa e viria substituir a produção térmica da Central Tejo. No artigo anteriormente citado estas questões eram salientadas:

“(…) De há muito, desde que os aproveitamentos eléctricos entraram na ordem do dia e principiaram a ser um tema de preocupação para os consumidores de electricidade nas suas múltiplas aplicações, que a fixação dos preços futuros do fluído proveniente das quedas de água era objecto de uma atenção especial e de uma expectativa, que se adensava tanto mais quanto mais se espaçavam as soluções esperadas e quanto maior era a resistência que certos *técnicos* mais do que suspeitos lhe opunham.”¹¹⁶

Esta electricidade barata foi-se transformando num direito para os lisboetas na comparação com os portuenses. A percepção dos consumidores lisboetas estava assente no princípio de que se as tarifas do Porto eram baixas por causa dos aproveitamentos hidroeléctricos, a entrada em funcionamento do Castelo de Bode devia significar que Lisboa devia atingir os valores daquela cidade. Toda a redução tarifária que não igualasse às tarifas do Porto, seria insuficiente para os consumidores da capital. Contrariamente ao desejado, em todas as reduções tarifárias (1951, 1955 e 1958) Lisboa teve tarifas superiores às do Porto. Finalmente, e apesar de que entre 1968 e 1974 as cidades tivessem tarifas semelhantes, as identidades já estavam constituídas. No Porto, a electricidade era barata e, portanto, os

¹¹⁵ Cf. *O Século*, 12-3-1951, p.1, “As novas tarifas eléctricas”.

¹¹⁶ Cf. *O Século*, 12-3-1951, p.1.

consumidores de Lisboa tiveram, até à uniformização definitiva na década de '80, a percepção de serem prejudicados.

Ainda há um outro elemento que merece ser destacado, desta vez, relativamente às diferenças nos interesses dos consumidores domésticos da capital. Mesmo que face aos portuenses todos os lisboetas estivessem em “desvantagem”, existiam diferenças entre os moradores da capital. Coloca-se, então, a questão de saber se todos foram igualmente beneficiados pelas alterações tarifárias. Por motivo do anúncio da queda no valor do terceiro escalão em 1954, um editorial de *O Século* salientava o descontentamento por parte de alguns consumidores, frisando que a alteração tarifária era de alguma maneira elitista:

“É certo que, pelo que respeita aos consumidores da capital, nem todos os escalões de consumo vão sofrer alterações que os tornem mais elásticos e mais suaves. Há-de haver razões de peso para que suceda assim. Em todo o caso é pena que nem todos os consumidores possam vir a ser beneficiados, expurgando-se por essa forma as medidas anunciadas de um certo **exclusivismo**, que não concorre para receberem do público o aplauso unânime que de outro modo alcançariam. (...)”¹¹⁷

Em 1954 apenas 16% dos consumidores domésticos consumiram no terceiro escalão. Deviam ser as classes mais abastadas as que consumiam suficiente energia eléctrica como para atingir esse terceiro escalão. Embora indirectamente, a crítica mostrava alguma consciência sobre o cariz elitista das tarifas degressivas em relação aos consumos da década de '50.

Em síntese, o Porto beneficiou a partir da década de '30, e sobretudo a partir do novo contrato de 1938, de tarifas muito mais baixas comparativamente às de Lisboa. Isto esteve ligado ao tipo de energia utilizada desde cedo na região norte: hidroeléctrica. Estes dois factores (tarifas baratas e hidroelectricidade) transformaram o Porto na “capital nacional da electricidade”¹¹⁸, conferindo-lhe uma marca identitária ligada ao consumo de electricidade. Essa identidade estava relacionada com o modelo de sociedade moderna que se pretendia atingir, um ideal que parecia tomar forma nos lares dos Estados Unidos. Embora o caminho para este modelo estivesse aberto a partir dos empreendimentos hidroeléctricos, a distribuição desigual dos seus benefícios era percebida de alguma maneira pelos consumidores. Assim sendo, podemos desenhar o interesse dos consumidores: ter electricidade barata como um meio para atingir uma vida moderna.

¹¹⁷ Cf. “A electricidade na vida nacional”, *O Século*, 23-10-1954, p.1.

¹¹⁸ Cf. Cardoso de Matos, Ana et al., *O Porto e a electricidade*, Lisboa, Museu de electricidade, 2003, p.214-230.

3. O consumidor de electricidade

O resultado dos interesses em jogo – discutidos na secção 2 deste capítulo – foi o estabelecimento de um regime tarifário que fomentava o consumo doméstico de electricidade. Em Lisboa, esse regime esteve marcado por um progressivo melhoramento no tarifário para os consumidores: fim das restrições (1947), instauração de tarifas degressivas (1948), ampliação das tarifas degressivas a três escalões e queda nos seus valores (1951), queda no terceiro escalão (1955) e queda no segundo escalão (1958). Esta análise diz respeito apenas a uma parte da questão relativa ao consumo doméstico de electricidade: as condições prévias. Interessa-nos agora reflectir sobre os consumidores de electricidade enquanto agentes.

Qual a relação entre estas condições e as acções dos consumidores? Segundo Jon Elster um bom esquema para analisar as acções humanas é pensá-las como produto de duas operações de filtragem. O primeiro filtro está constituído pelos constrangimentos, cujo resultado é o conjunto de oportunidades (“opportunity set”). O segundo filtro é constituído por mecanismos (a escolha racional e as normas sociais) que determinam que a acção será levada a cabo dentro do leque de oportunidades. Tomando como mecanismo central a escolha racional (e deixando de lado por enquanto as normas sociais) pode afirmar-se que as acções humanas (e dentro delas o comportamento dos consumidores) podem ser explicadas a partir das oportunidades e dos desejos¹¹⁹.

“In this perspective, **actions** are explained by **opportunities** and **desires** -by what people can do and by what they want to do. Consumer behavior is a simple example. (...)”¹²⁰
(Sublinhado por mim)

Podemos considerar que o regime tarifário faz parte das condições prévias, ou seja, é o primeiro filtro que permite explicar as acções dos consumidores.

Não há dúvida de que existia toda uma série de constrangimentos para o consumo de electricidade: ingressos, custo de instalação, etc.; todavia, a importância das tarifas constitui, sem dúvida, um aspecto central. E, se quisermos tentar perceber o ponto de vista dos consumidores, teremos de considerar não só se essas tarifas eram realmente boas para o

¹¹⁹Cf. Elster, Jon, *Nuts and Bolts for the Social Science*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992, p.13-14.

¹²⁰Cf. *ibidem*.

consumo, mas também qual era a imagem que os consumidores tinham delas. Em definitiva, para as acções são tão fundamentais as oportunidades reais, como o que os sujeitos pensam que são as opções.

“In fact, what explains the action is the person's desires together with his *beliefs* about the opportunities. (...)”¹²¹

Muito provavelmente a ideia que circula na sociedade em relação às alterações tarifárias será de vital importância para compreender as alterações no consumo¹²². A situação real está construída pelas tarifas degressivas e pela queda no valor dos escalões; no entanto, o factor decisivo para o consumo diz respeito às crenças relativamente às oportunidades, que podem ser observadas, pelo menos em parte, na imprensa. Não há dúvida de que o Governo “publicitava” as medidas favoráveis para os consumidores, como foi o caso anteriormente citado da “psicose de baixa”. Porém, um dos efeitos foi a instituição da crença de que as tarifas eram, de facto, baratas.

Nesta secção tentaremos dar conta das acções, ou dos diferentes resultados dessas acções, centrando a atenção no consumo de energia eléctrica. Por se tratar de um produto complexo e que é muito mais um meio do que um fim (dado que ninguém pode desejar consumir electricidade), as causas deste consumo serão abordadas quando analisarmos o consumo de electrodomésticos.

3.1. Periodização

Embora tenhamos afirmado que o efeito mais importante da aplicação das tarifas degressivas, no após guerra lisboeta, foi a queda constante do preço médio de electricidade, é necessário fazer uma análise mais detalhada. A aplicação das tarifas degressivas é uma condição necessária mas não suficiente para essa queda, já que existem outros factores importantes. Portanto, procuraremos identificar o peso destes outros factores para

¹²¹ Cf. Elster, J., *Nuts and Bolts for the Social Science*, op. cit., p.20

¹²² Com efeito, uma queda no valor médio ou um aumento acentuado no consumo está relacionado com a *crença* de que será benéfico esse consumo para a economia doméstica.

determinar em que período o consumidor doméstico médio beneficiou de uma queda real no preço médio do kWh¹²³.

Os factores de relevância que permitem falar de uma queda do preço médio da electricidade são basicamente três. Em primeiro lugar, um facto óbvio mas que deve ser mencionado é que devem incrementar-se os consumos de electricidade. Uma segunda condição é que o valor real das tarifas (de cada um dos seus escalões) se mantenha ou desça, já que um aumento no valor de qualquer um dos escalões pode significar um incremento no preço médio do kWh consumido¹²⁴. Finalmente, é importante que a aplicação das tarifas degressivas abranja todos ou a maior parte dos consumidores domésticos¹²⁵. Com todos estes factores a funcionar juntos está garantida a queda do preço real médio de electricidade, mas também pode acontecer que a inexistência de alguma destas condições seja compensada pela acção das outras.

Consumo (1942-1975)

Embora saibamos que o crescimento do consumo doméstico de electricidade foi uma constante no após guerra, é importante estabelecer quando começou este crescimento. Depois de uma queda de 6% entre 1942 e 1943 o consumo cresceu constantemente. Houve um primeiro salto de 17% em 1948, na sequência do fim das restrições¹²⁶, e depois uma taxa de crescimento anual contínua que variou entre 10 e 16%. A excepção foram os anos de 1961 e 1962 com taxas de 9% e 8% respectivamente, causado pelo começo das guerras coloniais.

Assim sendo, entre 1943 (ponto mais baixo) e 1975, os consumos domésticos de electricidade cresceram constantemente¹²⁷. Nem o prolongamento durante cinco anos das restrições (multas), nem o aumento tarifário de 1945 fizeram com que o consumo descesse

¹²³ O preço médio do kWh que usaremos será o de uma média ponderada. Quando usamos a categoria “Iluminação Doméstica”, a média é obtida a partir da divisão entre o consumido e o facturado. Quando usamos a categoria “Tarifas degressivas domésticas”, a média é estimada a partir dos consumos (multiplicando pelo valor de cada escalão).

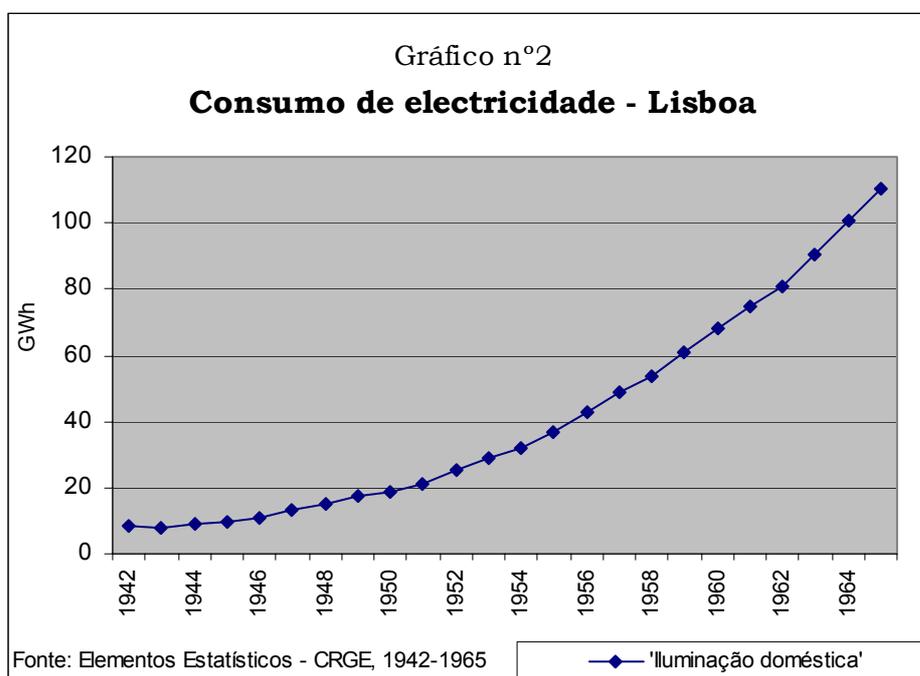
¹²⁴ Aqui intervêm dois factores. Em primeiro lugar, os valores nominais das tarifas em cada escalão. Em segundo lugar, o índice de preços ao consumidor. A articulação destes factores dará o valor real por escalão.

¹²⁵ Essas tarifas dão como resultado uma queda significativa no preço médio da energia consumida quando atingem a maior parte dos consumidores domésticos. Como veremos mais à frente, nos períodos em que atingem uma parte reduzida dos consumidores não produzem tal efeito.

¹²⁶ Cabe salientar que os excessos não estavam contabilizados nestes números (entre 1942 e 1947). No primeiro quadrimestre de 1947 os excessos comportaram 8,2 % dos consumos domésticos. Todos os excessos passaram a ser computados, a partir de 1948, como consumo. Este facto atenua o salto de 17% entre 1947 e 1948, já que 8,2 % do consumo de 1947 não fora estimado.

¹²⁷ Devido à ausência de estatísticas das CRGE entre 1966 e 1974 não foi possível construir o gráfico. No entanto, temos o valor para 1975 e tudo parece indicar que se manteve a tendência anterior.

em termos absolutos depois de 1943. De modo que a queda do valor médio da electricidade dependeu menos deste factor do que dos outros (ver gráfico nº2).



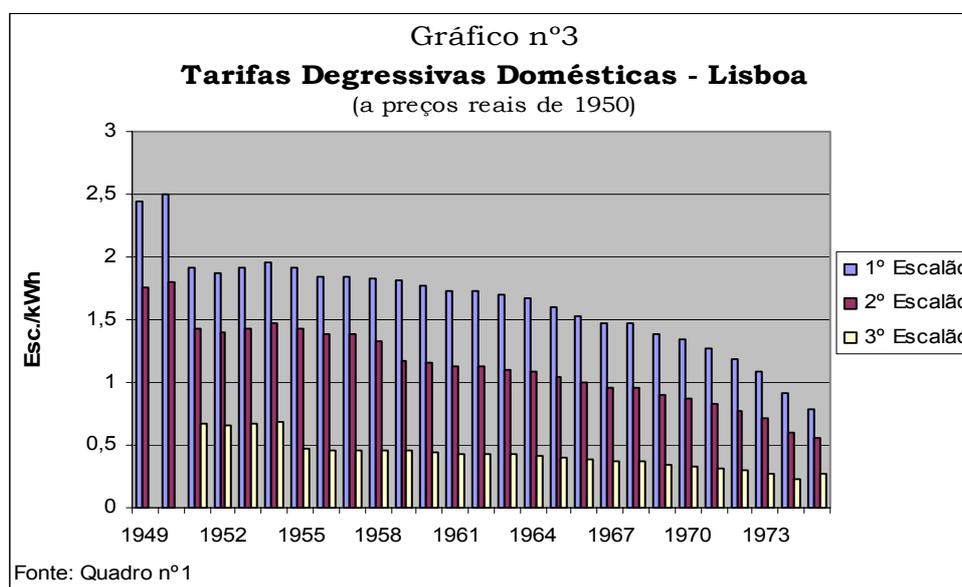
Tarifas Degressivas (1948-1975)

Em 1948 foi da última vez que as CRGE tomaram a iniciativa no estabelecimento de tarifas reduzidas. A partir dessa data sempre foi o Governo quem propôs as alterações tarifárias de 1951, 1955 e 1958. Essas alterações (sobretudo a primeira) foram fundamentais para que o preço médio da electricidade descesse durante todo o período. Entre 1951 e 1974 não houve aumento do valor em nenhum dos escalões para uso doméstico. A condição de possibilidade para este fenómeno foi a mudança na energia produzida. Portanto, a verdadeira descolagem da difusão doméstica de electricidade cada vez mais barata em Lisboa foi produto da construção de Castelo de Bode¹²⁸.

Embora a valores nominais as tarifas nunca sofressem aumentos no período 1948-1974, houve alguns anos em que os seus valores reais aumentaram. Uma queda no índice de

¹²⁸ O fenómeno da queda do preço real da electricidade no pós guerra (1950-1973) não é exclusivo de Portugal ou de Lisboa. Para o caso dos Estados Unidos, por exemplo, o preço real do kWh doméstico desceu entre 1950 e 1973; ver Burwell, Calvin e Swezey, Blair, "The home: evolving technologies for satisfying human wants", in Burwell, C. and et al. (ed.), *Electricity in the American Economy. Agent of Technological Progress*, Nova Iorque, Greenwood Press, 1990. Os autores salientam que este foi o período de maior crescimento do consumo doméstico de electricidade beneficiando da queda nos preços do kWh consumido.

preços ao consumidor deu como resultado o aumento nos valores reais das tarifas em 1950, 1953 e 1954 (Ver Gráfico nº3)¹²⁹.



Esta queda nos valores reais das tarifas degressivas fez com que o preço médio do kWh vendido aumentasse somente em 1950. Como se verá no ponto seguinte, em 1953 e 1954 a queda no índice de preços foi compensada pelas outras duas condições que se mantiveram: aumento do consumo e tarifas degressivas para a maior parte dos consumidores domésticos. Portanto, confirma-se que a partir de 1951 houve uma queda constante do preço do kWh vendido, apesar do aumento (1953-4) das tarifas.

Como veremos, estes aumentos das tarifas foram compensados pelo crescimento no consumo do terceiro escalão. Diferente é o caso do aumento verificado no terceiro escalão em 1975. Embora baixassem o primeiro e segundo escalão, o aumento no terceiro fez com que o preço médio pago pelos consumidores aumentasse, isto causado pelo excessivo peso do consumo no terceiro escalão nessa altura¹³⁰. Isto marca o fim de um período.

O custo da energia eléctrica

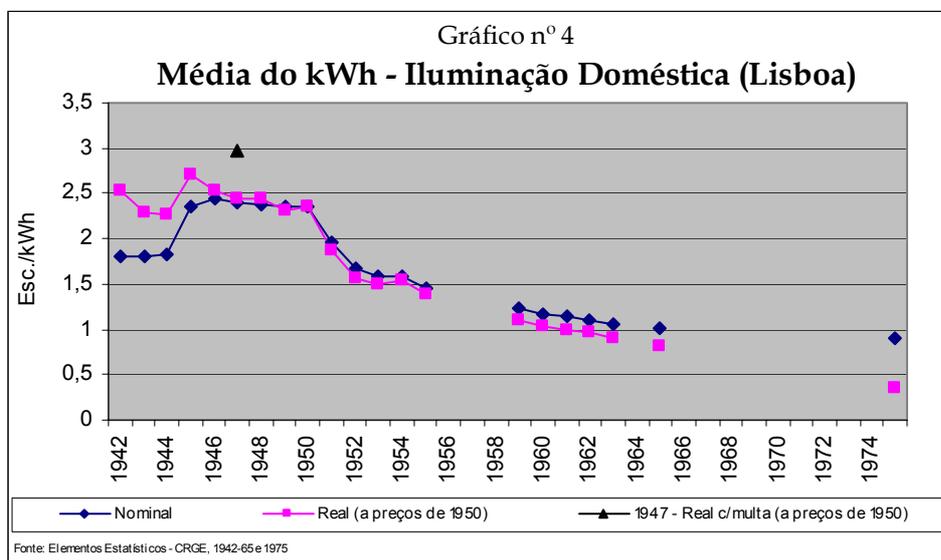
Entre 1951 e 1975 verificamos uma queda no preço médio da energia vendida aos consumidores domésticos (ver gráficos nº 4 e 5). Tentaremos analisar quais foram os

¹²⁹ Aos valores das tarifas foi aplicado o índice de preços de Nuno Valério. Cf. Valério, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Lisboa, INE, 2001.

¹³⁰ Não contamos com dados sobre o consumo domésticos conforme escalão em 1974. Para apurar a média ponderada usamos o consumo de 1975, aplicando-o aos dois anos (1974-75). Verificámos que os preços médios (a valores reais de 1974) foram: Esc.0\$78 (1974) e Esc.0\$81 (1975). Era a primeira vez que o preço real médio aumentava desde 1951.

factores que impediram que as tarifas degressivas (1948-1975) e o aumento nos consumos domésticos (1943-1975) produzissem uma queda no preço médio real entre 1942 e 1950. Identificaremos duas fases em que diferentes factores retardaram a queda no preço médio do kWh consumido. A segunda destas fases merece uma análise mais detalhada por estar em funcionamento as tarifas degressivas.

A primeira fase (1942-1947) foi condicionada pelas medidas adoptadas na guerra: restrições ao consumo e fim das tarifas degressivas em Lisboa¹³¹. Nessas condições, o valor médio real do kWh vendido desceu entre 1945 e 1947, mas como ainda eram aplicadas as multas (o que não está contemplado nestes números) não se pode considerar que o preço médio tenha efectivamente descido¹³².



A segunda fase (1948-1950) inicia-se com o fim das restrições (Maio de 1947)¹³³, e o restabelecimento das tarifas degressivas (em Maio de 1948), mas só com dois escalões (a Esc.2\$50 e Esc.1\$80). Nesta fase, o valor médio nominal manteve-se constante e o valor real flutuou, devido às variações no índice de preços (Ver gráfico nº4)¹³⁴. Como compreender que a aplicação das tarifas degressivas, num contexto de aumento dos

¹³¹ Como já foi salientado, nessa altura estava vigente o regime de restrições que multava os excessos com um valor de Esc.10\$00/kWh.

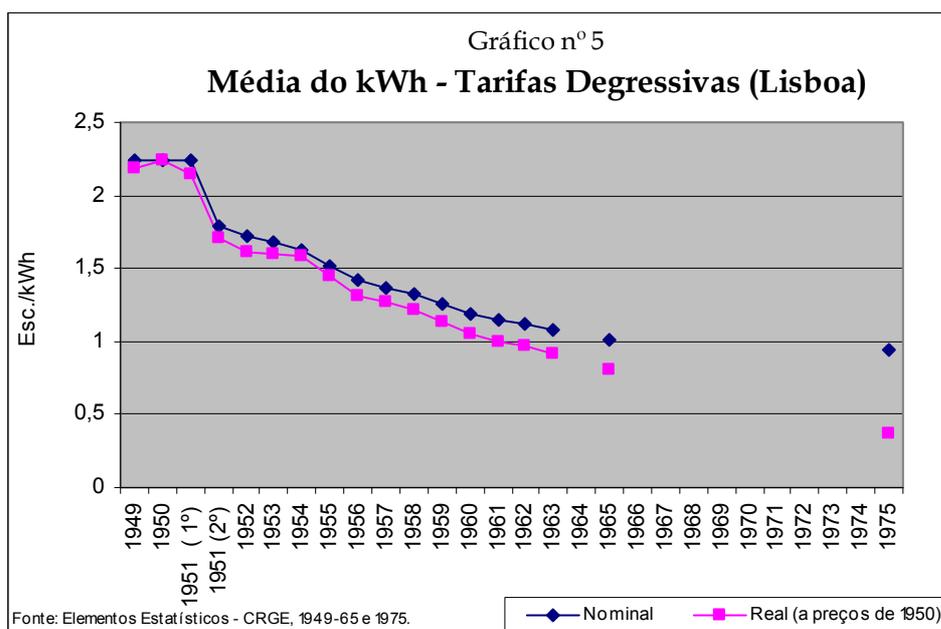
¹³² Num cálculo feito para os quatro primeiros meses de 1947 quando ainda vigoravam as multas (único período em que contamos com informação sobre as multas para os consumos domésticos), o preço médio nominal para iluminação doméstica foi de Esc. 2\$98 em lugar de 2\$41. Em valores reais (como usados no gráfico a valores de 1950) corresponderiam a 3\$01 (triângulo no gráfico nº4) e 2\$44, respectivamente.

¹³³ Podemos considerar a partir dessa data o valor real do facturado, já que não há mais multas.

¹³⁴ Este gráfico foi construído a partir do que as estatísticas das CRGE chamam “iluminação doméstica”. O valor médio foi obtido a partir da divisão entre as receitas (Esc.) e o consumido (kWh). Para todos os casos em que apresentamos valores reais, eles foram obtidos a partir da aplicação do índice de preços feito por Nuno Valério. Cf. Valério, N., *Estatísticas Históricas Portuguesas*, op. cit.

consumos, não provasse uma queda significativa no preço médio (nem nominal, nem real) entre 1948 e 1950?

Uma explicação razoável pode encontrar-se na quantidade de consumidores que beneficiaram dessas tarifas. Em Abril de 1951 – ainda com as tarifas de 1948 – estavam inscritos 22.798 consumidores nas tarifas degressivas. A partir da entrada do novo regime tarifário em Maio, foram incluídos todos os consumidores domésticos nas tarifas degressivas, e o número passou para 116.765 (Dezembro de 1951). Este aumento de 412% na quantidade de consumidores abrangidos pelas tarifas degressivas, somado à queda nos valores de cada escalão (2\$50 (1º), 1\$80 (2º) para 2\$00 (1º), 1\$50 (2º) e 0\$70 (3º)), trouxe como consequência uma queda significativa no preço do kWh consumido (de 2,25 a 1,79). A mudança no número de consumidores inscritos nas tarifas degressivas, no decorrer do ano de 1951 (entre 1º e 2º parte), vem explicar o salto no preço médio (Ver gráfico nº5)¹³⁵.



Assim, não podemos considerar as tarifas degressivas de 1948 mais do que uma tímida experiência entre as restrições e o período de difusão das tarifas degressivas. De facto, o objectivo destas tarifas era fomentar o aumento dos consumos, mas de forma moderada para não produzir problemas de potência na central Tejo.

¹³⁵ O gráfico nº5 foi construído a partir dos valores dos consumos de kWh com as tarifas degressivas para os consumidores domésticos. Embora as tarifas vigorassem a partir de 1948, somente temos dados a partir de 1949. Os valores foram estimados a partir do que era pago em cada escalão. É, portanto, uma média ponderada.

“No intuito de aproveitar ao máximo as possibilidades que se oferecem, depois de acabadas as restrições, dum desenvolvimento mais acelerado do consumo de energia eléctrica, em baixa tensão, a Comissão Executiva, resolveu estudar um programa de tarifas degressivas a pôr em vigor a contar da leitura dos contadores no próximo mês de Maio. O referido programa, aliás estabelecido de maneira a evitar aumentos de consumos exagerados, susceptíveis de produzir a curto prazo graves problemas de potência na nossa Central, foi apresentado à consideração das entidades oficiais, que o aprovaram. O Conselho tomou conhecimento.”¹³⁶

Em síntese, os factores mencionados no início desta secção estiveram todos presentes a partir de 1950-51¹³⁷: *aumento do consumo, não aumento dos escalões da tarifa (valores reais) e aplicação alargada das tarifas degressivas*. A queda verificada entre 1945 e 1947 não pode ser considerada real porque ainda vigoravam as multas. A particularidade do período 1948-1951 foi que a aplicação de tarifas degressivas não transformou a situação, devido à pequena percentagem de consumidores domésticos abrangidos por estas tarifas. O salto significativo, que inaugurará uma nova era, decorrerá entre o primeiro e o segundo quadrimestre de 1951. O ponto final deste período estará provocado pela alteração tarifária depois da nacionalização das CRGE. Isto permite afirmar que, do ponto de vista dos consumidores domésticos de Lisboa, o período 1951-75 teve uma unidade marcada pela queda constante do preço médio do kWh. Por outras palavras, o após guerra para estes consumidores foram esses 25 anos caracterizados pelo fomento do consumo de electricidade.

3.2. “Os consumidores”

Constatámos que para o conjunto dos consumidores domésticos em Lisboa o preço médio da electricidade desceu. Todavia, é necessário compreender como foi aproveitada essa vantagem pelos diferentes consumidores. Vamos dividir os consumidores a partir do critério estabelecido pelo regime tarifário – segundo a quantidade de divisões do lar –, isso será designado “tipo de consumidor”¹³⁸.

O primeiro elemento a ter em conta é que esta vantagem não abrangia todas as famílias que moravam em Lisboa já que, para 1950, só 81%¹³⁹ tinha electricidade instalada.

¹³⁶ Cf. CDEDP, CRGE / ACA N°1039, 30-4-1948.

¹³⁷ Na sequência da nossa análise, podemos acrescentar que nos anos em que as tarifas aumentaram (1953 e 1954), o preço médio do kWh desceu devido à intensificação dos outros factores: o aumento do consumo e a aplicação das tarifas degressivas.

¹³⁸ O pressuposto é que a diferença de classe passava em parte pela dimensão do lar. Este pressuposto deve ser tomado com extremo cuidado, já que a dimensão do lar e a classe social não têm necessariamente que coincidir.

¹³⁹ Cf. Recenseamento Geral da População, Lisboa, INE, 1950. Anexo: Inquérito às condições de habitação da família

Portanto, o processo do aumento nos consumos inclui também a incorporação de novos consumidores. O segundo elemento que convém destacar é que o regime tarifário beneficiava àqueles que consumiam mais electricidade. O custo marginal de cada kWh consumido, para aqueles que ultrapassavam o primeiro escalão, era sempre inferior à média. Assim sendo, os que mais consumiam pagavam menos por cada kWh. O terceiro elemento é que as tarifas degressivas estabeleciam cotas de consumo segundo a quantidade de divisões do lar (ver Anexo II). Os lares com maior quantidade de divisões deviam consumir mais electricidade por cada escalão para passar a consumir no seguinte (mais barato). Pode dizer-se, então, que o regime tinha algum carácter progressivo¹⁴⁰, na medida em que os lares pequenos passavam de uma para outra tarifa com menos kWh consumidos.

Para o período que começa na década de '50 e acaba em meados dos anos '70, podemos consultar os “Elementos Estatísticos” das CRGE relativamente aos consumos domésticos divididos por lares. Embora com algumas lacunas, esta documentação pode contribuir para o esclarecimento das diversas acções dos diferentes tipos de consumidores e verificar que tipos de consumidor aproveitaram mais as tarifas degressivas. Esta caracterização será fundamental para compreender as diferenças na incorporação dos electrodomésticos segundo os tipos de consumidor.

Lares electrificados (por divisões)

Nos 25 anos transcorridos a partir de 1951, verificaram-se duas tendências. A primeira tendência foi que em termos absolutos houve um aumento do número de consumidores até 6 divisões, enquanto que se registou uma queda (em valores absolutos) dos consumidores com 7 ou mais divisões. A segunda tendência foi um crescimento relativo maior para os lares de até 4 divisões em relação aos lares de 5 e 6 divisões. O efeito destas duas tendências foi o aumento do peso relativo dos lares pequenos de até 4 divisões.

As casas de até 4 divisões representaram 30% e 51% do total de lares electrificados, em 1952 e 1975 respectivamente. Este resultado pode ter duas leituras (não contraditórias). Por um lado, uma crescente urbanização dominada por unidades de até 4 divisões. Por outro lado, que todos os “novos consumidores” de electricidade foram aqueles que tinham lares de até 6 divisões, ou seja os tipos de consumidor mais pequenos. Ainda fica sem explicação a

¹⁴⁰ Progressivo aqui é usado com o mesmo sentido em que se emprega nos impostos (p.e. o IVA é um imposto regressivo, já que atinge por igual a todas as classes sociais e o Imposto às ganâncias é progressivo porque pena mais aos que mais ganham).

queda em valores absolutos das casas de mais divisões. Pode significar que deixaram de ter electricidade, o que é duvidoso, ou pode significar que foram divididas em unidades menores¹⁴¹.

Resumindo, em primeiro lugar, todos os novos consumidores têm 6 ou menos divisões, o que significa que em 1950 as grandes casas já estavam todas electrificadas. Em segundo lugar, o aumento no peso relativo de lares (electrificados) de até 4 divisões pode indicar uma tendência para uma urbanização com lares de menos divisões.

Quem beneficiou mais com as tarifas degressivas? Como seria de esperar, o consumo médio por lar segundo as divisões mostra uma relação directamente proporcional entre o número de divisões das casas e o seu consumo. Conforme avançamos para lares maiores, maior é o seu consumo; e este comportamento manteve-se ao longo de todo o período. Um indicador talvez mais pertinente seja o consumo por divisão. Para todo o período, os valores mostram um consumo por divisão cada vez maior para as casas de 6 ou mais divisões. À medida que avançamos para casas maiores, é maior o consumo por divisão. Isto sugere que os consumidores com lares maiores (6 ou mais divisões) foram os que tiraram maior partido das tarifas degressivas. Todavia, é importante salientar que o peso relativo deste tipo de consumidores (6 ou mais divisões) foi cada vez menor, como foi anteriormente indicado.

A perspectiva de cada consumidor

Coloca-se a questão de qual o uso de electricidade que os consumidores domésticos deviam fazer para beneficiar de preços baixos; e, portanto, para que usos podia estar destinada. Dois regimes tarifários vigoraram entre 1951 e 1975 para os consumidores domésticos: **tarifas para pobres** e **tarifas degressivas**.

No caso dos consumidores pobres a questão é complexa. Eles têm uma tarifa única para a qual o preço do kWh é igual ao valor do 2º escalão (1951-54) ou inferior (1955-74), nunca beneficiando de valores próximos ao terceiro (ver quadro do Anexo IV). Não há dúvida de que, de entre os que consumiam electricidade somente para iluminação, os pobres eram os que pagavam tarifas mais baixas (os outros pagavam 2\$00/kWh). Mas eles não podiam consumir mais de 100 kWh por ano; o que significa que para beneficiar de tal tarifa deviam reduzir o uso da energia eléctrica ao mínimo (8,3 kWh/mês). O frigorífico que usou

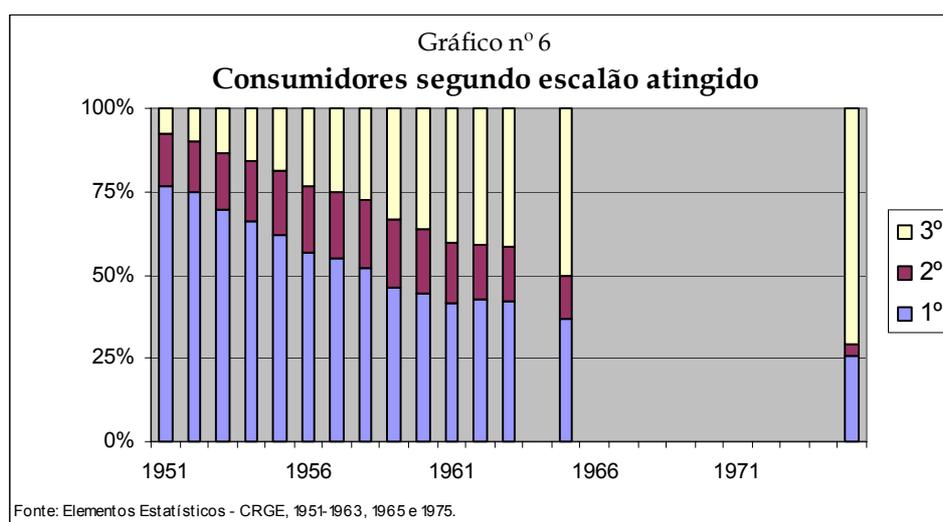
¹⁴¹ Sem tentar mexer em questões sobre urbanismo, parece razoável afirmar que algumas casas foram divididas em casas de dimensões (e divisões) inferiores ou que foram transformadas em outro tipo de imóvel não destinado à habitação.

Ferreira Dias na sua experiência doméstica em Lisboa, e que afirma ter tido um desempenho de altíssimo rendimento, consumiu 219 kWh ao ano (1939-41)¹⁴². Portanto, para todas as lides da casa, os consumidores pobres estavam obrigados a usar fontes de energia alternativas: petróleo, lenha, carvão e gás, já que somente podiam consumir 0,274 kWh por dia¹⁴³. Muito provavelmente a iluminação eléctrica também tenha sido complementada por algum tipo de lâmpada a petróleo (que permitia a deslocação de uma divisão para outra).

A partir de 1951, todos os outros consumidores domésticos eram abrangidos pelas tarifas degressivas. Nem todos beneficiavam das vantagens destas tarifas, já que uma queda no preço abrangia apenas aqueles que: (1) ultrapassavam o 1º escalão e aumentavam constantemente o seu consumo. (2) consumiam dentro do escalão em que o seu valor baixou (2º e 3º escalões em 1951, 3º escalão em 1955 e 2º escalão em 1958). Veremos que estas condições imprimiram um carácter anti-social ao regime tarifário¹⁴⁴.

Analisando em detalhe o consumo segundo o escalão atingido (gráfico nº 6), podemos constatar que embora fossem poucos os consumidores domésticos que, em 1951, beneficiavam das tarifas degressivas, o seu número aumentou constantemente.

Em primeiro lugar, encontram-se os consumidores que não ultrapassando o primeiro escalão, não beneficiaram das tarifas degressivas e, portanto, pagaram Esc.2\$00/kWh durante todo o período. Eles são os pequenos consumidores e o seu número veio diminuir constantemente: 77% em 1951 e 26% em 1975. Podemos afirmar que estes consumidores não usavam nenhum electrodoméstico e usavam a electricidade apenas para iluminação.



¹⁴² Cf. Ferreira Dias, José, "Uma casa electrificada", in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, vol.nº50, 1941. Trata-se de um artigo em que o autor descreve a experiência de usar durante três anos (1939-41) apenas aparelhos eléctricos.

¹⁴³ Isto significa 11 horas diárias de uma lâmpada de 25 watts (ou 6hs50' de uma lâmpada de 40 watts).

¹⁴⁴ Sobre o carácter anti-social das tarifas degressivas, comparadas com as tarifas aplicadas a partir de 1977, ver: Ferreira, Jaime e Figueira, João, *A electrificação do centro de Portugal no século vinte*, Lisboa, EDP, 2001, p.57-58; Leite Garcia, António, "Linhas gerais do novo sistema tarifário", in *Electricidade*, vol.nº 130, 1977.

Em segundo lugar, estão aqueles que atingiram o segundo escalão sem consumos no terceiro: 16% em 1951 e 3% em 1975. Estes podem ter usado alguma pequena aparelhagem (p.e. ferro ou rádio) ou apenas iluminação. Podemos ter certeza que nunca poderiam ter usado um frigorífico (0,8-1,3 kWh/dia¹⁴⁵), já que os obrigaria a consumir no terceiro escalão. Já estes consumidores médios beneficiaram de uma queda, embora pouco significativa, no custo da energia: Esc.1\$75 kWh (1951-58) ou Esc.1\$65 kWh (1958-75). O conjunto dos consumidores pequenos e médios (em 1951, 93%) não beneficiou de uma queda significativa no preço médio de electricidade, e, no melhor dos casos, tinha alguma pequena aparelhagem eléctrica (ferro ou rádio).

Finalmente, aqueles que atingiam o terceiro escalão, os grandes consumidores, eram os únicos que tiravam proveito das tarifas degressivas, a partir de utilizar todo tipo de aparelhagem doméstica. Como se pode apreciar no gráfico nº6, houve um número cada vez maior de utentes no terceiro escalão. No entanto, convém notar o carácter não redistributivo das tarifas degressivas, já que beneficiavam os que mais consumiam, ou seja, os consumidores mais abastados.

A conclusão é que as tarifas degressivas não buscavam distribuir equitativamente a electricidade, nem fomentar às classes mais pobres a consumir electricidade, nem fornecer electricidade barata aos pequenos consumidores, mas difundir o uso de “aparelhagem doméstica”; por outras palavras, a modernização dos lares. Para beneficiar do 3º escalão era necessário usar a energia eléctrica para outros usos que não fossem apenas os da iluminação; quer dizer, era necessário o uso alargado de electrodomésticos. Embora o seu número fosse cada vez maior, em 1951 apenas 7% dos consumidores domésticos o faziam.

Reacção perante as mudanças¹⁴⁶

As mudanças nas tarifas implicavam novas oportunidades de consumo para os utentes. As quedas no tarifário foram muito difundidas na Imprensa por meio de comunicados do Ministro, artigos dos jornais e publicidades das CRGE, contribuindo para a difusão entre os consumidores da ideia de que as tarifas eram baixas. Coloca-se a questão de observar como reagiam os consumidores a essas mudanças.

¹⁴⁵ Os valores são para os frigoríficos da AEG de 100 litros e 160 litros respectivamente, Cf. AEG, *Matériel Électrique – Catalogue Général*, s/d, p.362-3 [circa década de 1940].

¹⁴⁶ Acerca das reacções perante as mudanças no caso dos consumidores pobres ver Anexo IV.

Quadro nº 2								
Consumos na altura de alteração tarifária								
Ano	1º Escalão	2º Escalão	3º Escalão	Total	Cresc.	Consum.	Cresc.	Tarifas
	KWh				Cont.	Nº	Cont.	
1953	17.919.047	4.273.859	5.228.181	27.421.087		130.728		2\$00/1\$50/\$70
1954	18.318.791	5.062.654	6.798.729	30.180.174	10%	130.961	0%	
1955	19.994.262	5.969.800	9.331.547	35.295.609	16%	136.808	4%	2\$00/1\$50/\$50
1956	20.978.794	6.539.023	13.735.603	41.253.420	16%	140.730	3%	
1957	22.249.459	7.314.143	17.182.486	46.746.088	12%	146.707	4%	
1958	23.034.220	8.810.283	20.005.195	51.849.698	10%	149.505	2%	
1959	24.193.812	9.688.683	24.474.596	58.357.091	12%	154.732	3%	2\$00/1\$30/\$50

Segundo os dados estatísticos que temos para 1955 e 1958¹⁴⁷, a diminuição no preço da electricidade não parece ter tido um efeito imediato de grande importância. A *elasticidade preço da procura* da electricidade foi de 0,44 e 0,77 respectivamente¹⁴⁸, o que permite concluir que se trata de uma procura rígida no curto prazo. É lógico pensar que é uma procura rígida por ser um bem necessário, ou de primeira necessidade, cujo consumo dificilmente possa ser aumentado (ou diminuído) no curto prazo. Todavia, vemos no quadro nº2 que a taxa de crescimento contínuo anual foi de 16% nos dois anos a seguir ao aumento (1955-56), um pouco superior ao registado em 1954 (10%). Isto significa que a redução das tarifas teve um efeito no meio prazo, que durou pelo menos dois anos. Segundo Samuelson e Nordhaus, este tipo de bens (como também é o caso da gasolina) têm uma elasticidade no longo prazo¹⁴⁹. No caso da electricidade, é fundamental salientar que uma queda nas tarifas não produz um aumento imediato no consumo, já que depende do uso de electrodomésticos. Por outro lado, embora as tarifas fomentassem o *uso* destes aparelhos, eram necessários outros incentivos para a sua *aquisição*. Portanto, para poder aproveitar a electricidade cada vez mais barata é necessário ter electrodomésticos.

Este facto foi reconhecido pelo Ministro da Economia que, por ocasião da redução das tarifas, anunciava uma campanha de crédito para facilitar a compra de electrodomésticos

¹⁴⁷ Como já foi mostrado, a alteração tarifária de 1951 trouxe uma queda muito significativa no preço médio de electricidade. Antes dessa alteração não existia o terceiro escalão e os utentes das tarifas degressivas eram uma percentagem mínima do total dos consumidores domésticos. Por essa razão, escolhemos para analisar o comportamento dos consumidores apenas fase às alterações tarifárias de 1955 e 1958.

¹⁴⁸ Estes valores obtiveram-se considerando como “preço” a variação percentual do escalão que mudou e como “quantidade” a alteração no consumo total. Se fizermos o cálculo considerando como “quantidade” a mudança no escalão dará os seguintes valores: 0,88 e 0,79 respectivamente.

¹⁴⁹ Cf. Samuelson, P. e Nordhaus, W., *Economia*, op. cit., p.64-65. Os autores destacam a especificidade deste tipo de bens a partir do exemplo da gasolina, o que pode ser aplicado à electricidade: “(...) Para muitos bens, a capacidade para ajustar os padrões de consumo implica que as elasticidades da procura sejam maiores no longo prazo do que no curto prazo”. Cabe salientar que o exemplo da gasolina é pensado a partir de um aumento do seu preço e não de uma queda como foi o caso da electricidade.

a prestações: “(...) Dar-se-ão finalmente, em colaboração com as casas da especialidade, mais amplas facilidades de crédito para compra do equipamento destinado a aproveitar o benefício das novas tarifas. (...)”¹⁵⁰. Como dissemos, o crescimento na quantidade de consumidores que atingiram o segundo e terceiro escalões entre 1951 e 1975 demonstra o uso cada vez alargado de electrodomésticos.

Voltando ao esquema inicial desta parte, que salienta a importância dos desejos para as acções dos indivíduos, coloca-se a seguinte questão: pelo facto de a electricidade ser um bem intermédio, poderá ser ela desejada como qualquer outro bem pelo actor? Por um lado, como já foi dito, *stricto sensu* ninguém pode desejar consumir electricidade. Por outro lado, o desejo dos consumidores estará ligado ao uso dos bens finais – iluminação e electrodomésticos – e não do bem intermédio – electricidade. Além disso, como foi analisado, o consumo doméstico de electricidade tem a particularidade de que as alterações tarifárias têm efeitos no meio prazo, já que dependem do uso de electrodomésticos¹⁵¹. Portanto, a difusão dos electrodomésticos era uma condição necessária para que as quedas tarifárias desencadeassem um aumento no consumo. Assim sendo, a análise dos desejos dos consumidores deverá estar orientada ao consumo e uso de electrodomésticos.

¹⁵⁰ Cf. O Século, 21-10-1954, p.4.

¹⁵¹ O aumento do consumo significa usar mais electricidade. Pode acontecer a partir de dar maior uso aos aparelhos disponíveis ou de comprar (e usar) mais aparelhos.

CAPÍTULO 3: “O GÁS DA COMPANHIA, O COMBUSTÍVEL DE LISBOA”

Em Portugal, entre a década de '30 e a crise do petróleo, não existia uma escolha racional entre gás e electricidade. Lisboa e Porto, as principais cidades, optaram por modelos energéticos diferentes. Contudo, é necessário recuar no tempo para compreender que estas diferenças não estavam determinadas *a priori*. Em ambas o gás fez o seu aparecimento no século XIX. Em ambas a electricidade veio substituir a iluminação pública a gás. Todavia, na década de '30 os caminhos bifurcam-se. Enquanto no Porto o gás vai desaparecendo progressivamente, em Lisboa convive com a electricidade no consumo doméstico. Os portugueses sempre terão tarifas de electricidade inferiores às dos lisboetas. Durante a guerra acentuam-se estas diferenças, nomeadamente com o fim da produção de gás no Porto e o incremento de consumo de gás canalizado em Lisboa. No após guerra consolidam-se os dois modelos diferentes. A partir da década de '70, no consumo de electricidade os caminhos tendem a unir-se. A política de uniformização tarifária fez com que, em 1975, as duas cidades tivessem tarifas domésticas de electricidade semelhantes. Todavia, o ponto de chegada ocorre na década seguinte com a uniformização tarifária¹⁵² em todo o País.

Os diferentes percursos seguidos no após guerra deixaram as suas marcas no quotidiano doméstico das cidades. Enquanto no Porto os consumidores domésticos tinham “possibilidades de utilizar electricidade como se vivessem na América”¹⁵³, os consumidores da capital beneficiavam da singularidade de que “só em Lisboa temos o gás em casa”¹⁵⁴. Dois modelos de consumo doméstico ligados a alternativas energéticas.

O presente capítulo debruça-se sobre a singularidade lisboeta: a coexistência de gás e electricidade. Centraremos a atenção nos aspectos do gás mais relevantes para os consumidores: tarifas, custos e consumo; estabelecendo um nexos com o consumo de electricidade. O objectivo é mostrar como evoluiu a difusão do gás em Lisboa e quais foram os factores que condicionaram essa difusão. Tentaremos demonstrar que a dependência no caminho – efeito da conjuntura da guerra – fez com que o gás canalizado “resistisse” perante

¹⁵² Sobre a questão da uniformização tarifária ver: Ferreira, Jaime e Figueira, João, *A electrificação do centro de Portugal no século vinte*, Lisboa, EDP, 2001, p.56-58.

¹⁵³ Cf. Eva, Agosto 1946, Nº895, ano 21, p.23.

¹⁵⁴ As CRGE desenvolveram uma campanha na década de '60 sobre as vantagens do gás. Um dos slogans era o citado. Cf. Eva, Janeiro 1960, Nº1056, ano 34, p.57.

o avanço da electricidade e se transformasse na energia que distinguia Lisboa do resto do País.

Procuraremos demonstrar também que, do ponto de vista dos consumidores, a estagnação do preço do gás, durante os primeiros anos da guerra, se revelou fundamental para a substituição das antigas formas de energia, permitindo deste modo a “modernização” dos lares. A política do Governo foi essencial, ao procurar manter as tarifas sem alteração. O preço subavaliado do combustível foi possibilitado por dois mecanismos: a subvenção (durante a guerra) e a inovação tecnológica (no após guerra). Na evolução das CRGE, na sua passagem de produtora/distribuidora para distribuidora, foi de grande importância a relação entre os custos de produção e as tarifas vigentes. O resultado deste percurso foi o convívio de duas formas de energia “modernas”, e a singularização energética de Lisboa: a existência de gás canalizado.

1. As tarifas

O elemento chave para compreender o consumo doméstico de gás em Lisboa são as tarifas. Como se pode ver no quadro nº3, houve poucas mudanças tarifárias para o gás vendido aos consumidores domésticos. Também houve poucas flutuações no preço médio nominal¹⁵⁵ do gás consumido. Uma observação geral que se pode fazer a partir da leitura do quadro é que os preços médios dependem directamente das tarifas. Assim sendo, para analisar a evolução daqueles é necessário conhecer as tarifas.

Quadro nº 3				
Data	Tarifa Única	Tarifas Progressivas		Preço Médio
		1º Escalão	2º Escalão	Nominal
1929 – Fev. 1943	1\$10			
Março 1943 – Maio 1944	1\$50			
Junho 44 – 1947		1\$80	2\$20	1\$96
1947-1975		1\$60	2\$00	1\$75/1\$76

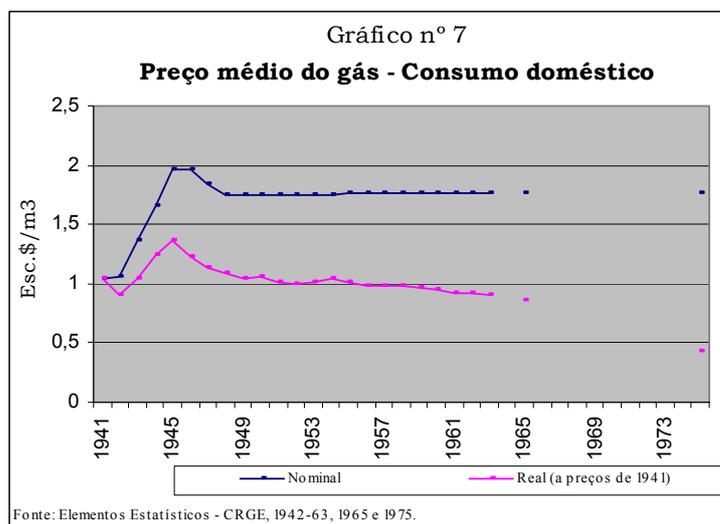
Fonte: “Actas do Conselho de Administração - CRGE” e “Elementos Estatísticos - CRGE”.

Ao analisarmos as tarifas do quadro nº3 podemos identificar duas fases claramente definidas. A primeira teve o seu começo com o contrato de 1928 e foi até Maio de 1944. A característica fundamental desse período é que vigorou o regime de tarifa única. A única

¹⁵⁵ O preço médio nominal é ponderado, e obteve-se a partir de dividir o total dos escudos efectivamente facturados pelos m³ consumidos pelos “consumidores domésticos”.

alteração foi a implementação de um aumento em Março de 1943. A segunda fase começa com a instauração das tarifas progressivas, em Junho de 1944, sofrendo uma única alteração em 1947 (queda no valor dos dois escalões); de modo que no após guerra – entre 1947 e a nacionalização das CRGE – a tarifa nominal se manteve sem alterações. Contrariamente ao regime aplicado para o consumo doméstico de electricidade (tarifas degressivas), estas tarifas progressivas fomentam a poupança, pois o custo marginal do m³ consumido no segundo escalão é superior ao m³ médio pago pelo consumidor¹⁵⁶. Do ponto de vista do consumidor, embora não fomente o consumo, é um regime mais redistributivo, já que os grandes consumidores pagam um valor médio superior. É importante referir que durante todo o após guerra (1947-1975) foi aplicado este regime de tarifas progressivas para o consumo doméstico de gás.

Como se pode ver no gráfico n.º 7, o preço médio nominal alterou-se num primeiro período (1939-47) e manteve-se constante numa segunda fase (1948-75). As alterações verificadas na primeira fase devem-se a três razões. Em primeiro lugar, às alterações tarifárias. Em segundo lugar, ao facto de as alterações tarifárias não coincidirem com o ano civil¹⁵⁷. Finalmente, no caso do valor médio real, à mudança no índice de preços. Assim sendo, podemos considerar que as variações no custo médio são fundamentalmente causadas pelas alterações tarifárias.



A segunda fase levanta duas questões. Por um lado, em relação aos padrões de consumo, como explicar que o preço médio nominal se mantivesse constante usando tarifas

¹⁵⁶ Para os utentes as tarifas progressivas são semelhantes às multas por excesso de consumo.

¹⁵⁷ São os casos dos anos: 1943, 1944 e 1947. Portanto, para o primeiro valor da tarifa progressiva (Junho 1944-1947) consideramos Esc. 1\$96/m³ o valor médio (valor apurado para os anos 1945 e 1946).

com escalões? A razão para esta estagnação é que, num contexto de tarifa inalterada, o consumo específico (por consumidor) se manteve quase constante (por volta dos 600 m³/ano)¹⁵⁸. Embora o preço real pago pelos consumidores fosse decrescente a partir de 1945 (ver gráfico nº 7), isto não foi suficiente incentivo para que houvesse um aumento significativo do consumo por lar; por outras palavras, não se verificou no pós guerra uma alteração dos padrões de consumo de gás. Muito provavelmente, a causa deste fenómeno assente nas tarifas progressivas, que fomentavam a poupança.

Por outro lado, quanto aos custos de produção, cabe perguntar como foi possível as CRGE venderem ao mesmo preço nominal entre 1947 e 1975 perante os aumentos do carvão; ou seja, como foi possível vender o gás a valores reais cada vez mais baixos? Dois factores permitiriam uma tal situação: valor subvencionado e inovação tecnológica (aumento da produtividade). É sobre esta questão que avançaremos na secção a seguir.

2. Custo do gás

2.1. Subvenção

Durante a guerra a exploração das CRGE sofreu uma diminuição nos lucros e corria sérios riscos de ser deficitária. Embora as restrições permitissem equilibrar as contas, o gás era vendido com prejuízo, o que foi compensado pelas receitas da exploração de electricidade¹⁵⁹.

Em Maio de 1939 começaram os problemas com o custo do gás na sequência do aumento do custo do carvão¹⁶⁰. A ausência de ajustamentos tarifários adequados aos aumentos nos custos do carvão deram como resultado uma queda dos lucros. Em Outubro de 1940, embora se registassem aumentos nos consumos de gás (8,74%) e electricidade (8,06%), o aumento do carvão gerava uma queda dos lucros de exploração, como é assinalado nas Actas do Conselho de Administração:

“ (...) Temos, no entanto, de notar que se verificou no mês de Outubro, pela primeira vez, uma redução dos lucros mensais que, em relação aos de igual mês do ano anterior, atinge 10%, isto

¹⁵⁸ Um aumento ou diminuição pronunciada do consumo médio teria provocado uma alteração do preço médio por causa da aplicação das tarifas progressivas.

¹⁵⁹ Depois da Primeira Guerra, os Serviços Municipalizados do Porto tinham atravessado por uma situação idêntica. Para este assunto ver: Cardoso de Matos, Ana et al., *O Porto e a electricidade*, Lisboa, Museu de electricidade, 2003, p.95-102.

¹⁶⁰ “(...) o preço do custo do m³ de gás produzido está em aumento crescente por virtude do custo do combustível utilizado”. Cf. CDEDP, CRGE / ACA N°923, 20-5-1939.

devido ao facto das nossas receitas não acompanharem o rápido aumento das nossas despesas de exploração, especialmente em combustível”¹⁶¹.

Esta queda nos lucros transformou-se numa exploração deficitária em 1943. O mais grave foi que o aumento tarifário de 1943 não foi suficiente para que essa exploração deixasse de ser deficitária, já que foram também aumentados os ordenados do pessoal¹⁶². O Relatório do Exercício de 1943 explicita a subvenção da exploração de gás por parte dos lucros da electricidade, e insiste-se na necessidade de que o Governo altere a situação a partir do aumento tarifário:

“(…) A totalidade do aumento das receitas brutas foi absorvido pelo agravamento das despesas de exploração (...). Na exploração de electricidade, verificamos um aumento de lucros de 2.598 contos; na de gás, vê-se que as perdas aumentaram em 2.020 contos, o que absorveu aqueles. (...) Urge que o Governo compreenda que a presente situação é insustentável, que a cada momento que passa aumenta o enfraquecimento da empresa (...)”¹⁶³.

Em Junho de 1944 é estabelecido o novo sistema de tarifas progressivas (1\$80 1º Escalão e 2\$20 2º Escalão). Este aumento permite estabilizar a situação, mas faz com que se atenuem o aumento do consumo (1945-46). As CRGE pedem para que se baixe o 2º escalão a 2\$00¹⁶⁴, o que permitiria um aumento dos consumos, mas finalmente o Governo decreta em 1947 uma redução nos dois escalões (1\$60 1º, 2\$00 2º). Estas quedas tarifárias fomentaram um novo incremento nos consumos (1947, 1948 e 1949). Em finais de 1951 a situação complica-se novamente perante um novo aumento no preço do carvão. Em lugar de autorizar o aumento tarifário, o Governo opta por dar condições especiais (a partir de Março de 1951) para o fornecimento de carvão¹⁶⁵, que se expressavam no reembolso das taxas diferenciais sobre o carvão e no fornecimento de carvão ao preço médio de 1948-50.¹⁶⁶ Mas estas compensações cessaram a partir do segundo trimestre de 1954. A solução definitiva viria na década de '60 com a compra de gás à Petroquímica.

¹⁶¹ Cf. CDEDP, CRGE / ACA Nº942, 29-11-1940.

¹⁶² Cf. CDEDP, CRGE / ACA Nº975, 24-6-1943.

¹⁶³ Cf. CDEDP, CRGE / ACA Nº984, 28-2-1944.

¹⁶⁴ Cf. CDEDP, CRGE / ACA Nº1016, 30-7-1946.

¹⁶⁵ A partir de Janeiro de 1951 foi estabelecida a ligação a Castelo de Bode, o que implicava uma queda significativa no consumo de carvão por parte das CRGE.

¹⁶⁶ Cf. CDEDP, CRGE / ACA Nº1090, 28-3-1952.

2.2. Custos de produção ineficientes das CRGE

Um elemento característico das CRGE, no pós guerra, foi a utilização de métodos de produção ineficientes e que foram substituídos por outros que eram fornecidos por empresas de capitais mistos¹⁶⁷. Embora tivessem tecnologia adequada à época no momento da sua construção, as centrais de gás e electricidade tornaram-se obsoletas num curto período, devido ao seu custo de produção já que a exploração a partir do carvão, em relação a outras matérias-primas, era cada vez mais cara. Nem as ampliações, nem as alterações tecnológicas das centrais evitaram que mudasse o papel das CRGE de produtora/distribuidora para apenas distribuidora.

No caso do gás, foram várias as alterações na produção que procuravam baixar os custos de exploração. Em primeiro lugar, a Fábrica da Matinha (de melhor rendimento) veio substituir a antiga central de Belém. Devido às necessidades geradas pela guerra, as duas fábricas funcionaram em paralelo (1944-1948), mas a partir de Fevereiro de 1949 a fábrica da Matinha passou a abastecer toda a cidade de Lisboa. Em segundo lugar, a partir de Maio de 1955, começaram a receber gases residuais da Sacor (como substituto do *gasoil*) para a carburação do gás e em 1958 foi posta em funcionamento a terceira linha de gás de água que funcionava com “cracking” destes gases. Finalmente, a partir de Março de 1964, começaram a receber a totalidade do gás necessário para a cidade de Lisboa produzido pela Petroquímica, ficando a fábrica da Matinha como apoio. Todas estas mudanças contribuíram para manter o preço de venda do gás, sem prejuízo para a empresa.

No caso da electricidade, a Central Tejo sofreu sucessivas ampliações, sendo que o seu aumento de eficiência esteve marcado pela introdução de caldeiras de alta pressão. A instalação da última caldeira (nº15) é sintomática de um processo aliás semelhante ao da fábrica da Matinha. Esta última caldeira praticamente não entrou em laboração. A partir de 1951, a central foi gradualmente substituída pela energia vinda da Central de Castelo de Bode e ficou como apoio térmico, entrando em laboração somente em determinadas ocasiões.

Surpreende que nos casos da Central Tejo e da Fábrica da Matinha as últimas ampliações quase não tenham sido utilizadas. Mesmo que as CRGE estendessem as suas centrais para as adequar às necessidades de consumo, algo não estava a correr bem: o custo de produção. Tanto num caso como no outro, o custo da unidade energética produzida dava

¹⁶⁷ É importante salientar que as CRGE geralmente participavam nos capitais destas empresas. Aquando da criação da Petroquímica, as CRGE participaram com 8% do capital inicial. Cf. CDEDP, CRGE / ACA Nº1154, 30-7-1957.

como resultado tarifas in comportáveis para os consumidores segundo os parâmetros do Governo. O processo, em ambos os casos, parece ter sido o mesmo. Primeiro, a empresa pedia um aumento das tarifas justificado nos custos de produção e no contrato de 1928; depois, o Governo negava-se a dar os aumentos e buscavam-se alternativas. Nos dois casos a solução final foi a transformação das CRGE de produtora/distribuidora para distribuidora, ficando as centrais apenas como apoio em caso de necessidade.

Por que não foi possível para as CRGE baixar os custos de produção, a partir de inovações tecnológicas, de tal forma que se adequassem às tarifas? Uma resposta possível é que por se tratar de “monopólios naturais” a ausência de concorrência fazia com que não se procurasse a solução mais eficiente. Aliava-se a este princípio geral uma condição fundamental: o contrato de 1928 (que vigorou durante o período em questão) estabelecia que as tarifas dependiam dos custos de produção¹⁶⁸. Todavia, a resposta talvez seja mais simples e esteja relacionada com o papel disciplinador do Estado. Embora muitas vezes as CRGE procurassem baixar os custos, nunca o faziam de tal modo que as tarifas propostas pelo Governo permitissem manter os lucros. O Estado, ao defender os consumidores, obrigava a baixar os custos de produção de bens não concorrenciais e obrigava a uma produção mais eficiente. A transformação das CRGE de produtora/distribuidora em distribuidora foi a solução que permitiu manter tarifas reais decrescentes.

2.3. Quem subvencionava?

A condição de possibilidade de as CRGE, durante algum tempo, depois de 1951, subvencionarem a exploração de gás baseava-se na existência de lucros da exploração de electricidade. O que significa que os consumidores de gás pagavam tarifas subvencionadas pelos consumidores de electricidade. Mas quais os consumidores de electricidade que pagavam tarifas mais elevadas (capazes de suportar os prejuízos do gás)? Os consumidores domésticos no seu conjunto. Em 1954, o Ministro da Economia afirmava que eram estes consumidores os que – com tarifas mais elevadas – subvencionavam o consumo da agricultura e da indústria¹⁶⁹. Curiosamente, na mesma conferência, o Ministro reconhecia

¹⁶⁸ O contrato de 1928 estabelecia tarifas máximas variáveis segundo diversos factores. No caso da electricidade, havia uma fórmula de cálculo da tarifa máxima que contemplava dois factores: o preço do carvão e os salários. No caso do gás, o m³ não podia custar mais de cinco centavos de ouro, e este valor devia ser convertido em centavos papel segundo a cotação oficial da libra-ouro. Cf. *Contracto para o fornecimento de gás e energia eléctrica à cidade de Lisboa*, Lisboa, Tipografia Municipal, 1928.

¹⁶⁹ Veja-se o fragmento já citado no capítulo 2, O Século, 21-10-1954, p.4.

que o gás estava a ser vendido a preços inferiores ao seu custo¹⁷⁰. Mas faltava-lhe reconhecer a relação entre estas duas questões: os consumidores domésticos de electricidade subvencionavam os consumidores domésticos de gás.

Todavia, estamos perante um problema. Examinámos (no capítulo anterior) que o preço pago pelo kWh doméstico era cada vez mais baixo e que isto fomentou o consumo doméstico. Se este consumo subvencionava a indústria de gás, cabe perguntar se será o mesmo consumidor quem beneficia de gás subvencionado e de tarifas degressivas de electricidade? Por outro lado, serão todos os consumidores de electricidade os que subvencionam o gás ou apenas um sector?

Os consumidores que beneficiaram das tarifas degressivas de electricidade foram diferentes dos que subvencionaram o gás. As cotas de consumos por cada escalão determinavam a quantidade de energia que devia ser consumida para passar de um para o outro, dependendo da quantidade de divisões (ver Anexo II). Qualquer que fosse a dimensão do lar (quantidade de divisões) os que não atingiam o segundo e o terceiro escalão eram os “pequenos consumidores”. Por um lado, estão aqueles que não atingiam o 3º (ficando pelo 1º ou pelo 2º). O preço médio pago pelos que consumiam somente no 1º escalão (ou ainda no 1º e 2º)¹⁷¹ mostra que eram estes consumidores os que subvencionaram o gás. Assim sendo, foi o grupo dos pequenos consumidores o que subvencionou o consumo de gás. Por outro lado, estão os consumidores que consumiam energia no 3º escalão, que beneficiavam das tarifas de electricidade mais baixas. Estes pertencem ao grupo dos grandes consumidores. Muito provavelmente os consumidores de gás fossem também grandes consumidores de electricidade, já que os primeiros eram a metade dos segundos¹⁷². Em síntese, os pequenos consumidores de electricidade subvencionaram o gás dos grandes consumidores de electricidade, que ainda beneficiavam das tarifas degressivas.

¹⁷⁰ A 21 de Outubro de 1954, numa conferência de imprensa em que anuncia a queda nas tarifas de electricidade para Lisboa, o Ministro da Economia reconhece “que [o gás] nos últimos anos tem sido vendido, por virtude da alta do carvão, a um preço inferior ao seu custo”, Cf. O Século, 21-10-1954, p.4.

¹⁷¹ Aqueles consumidores que não atingiam o terceiro escalão pagavam no mínimo Esc.1\$65/kWh no período em que as tarifas foram as mais baixas (1958-74); enquanto que os que não atingiam o segundo escalão pagavam Esc.2\$00/kWh.

¹⁷² Esta tabela apresenta o número de “consumidores domésticos” de gás e de Iluminação doméstica” de Lisboa.

	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
Gás	64.331	69.082	73.443	77.743	81.430	84.995	89.075
Electricidade	137.073	136.907	144.082	147.914	153.196	156.359	161.530
Ratio	2,13	1,98	1,96	1,90	1,88	1,84	1,81

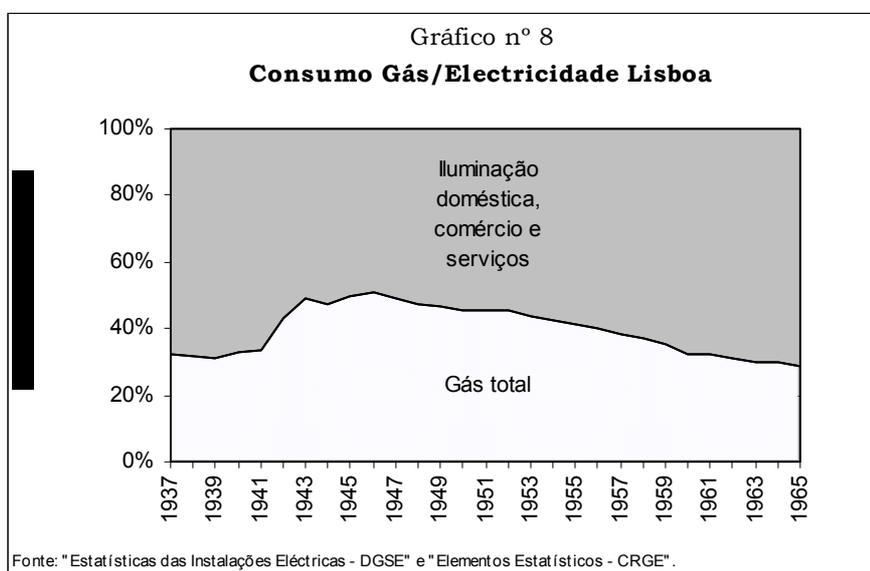
Fonte: Elementos Estatísticos – CRGE, 1953-1959.

3. Consumo

As medidas adoptadas no dealbar da guerra – que fomentaram o consumo do gás em detrimento de outros combustíveis – alteraram as tendências da década de '30 e criaram uma dependência do caminho que contribuiu para a “modernização” dos lares lisboetas. Tentaremos compreender o que se passou na relação entre gás e electricidade em Lisboa; e, nomeadamente, como evoluiu o consumo doméstico de gás.

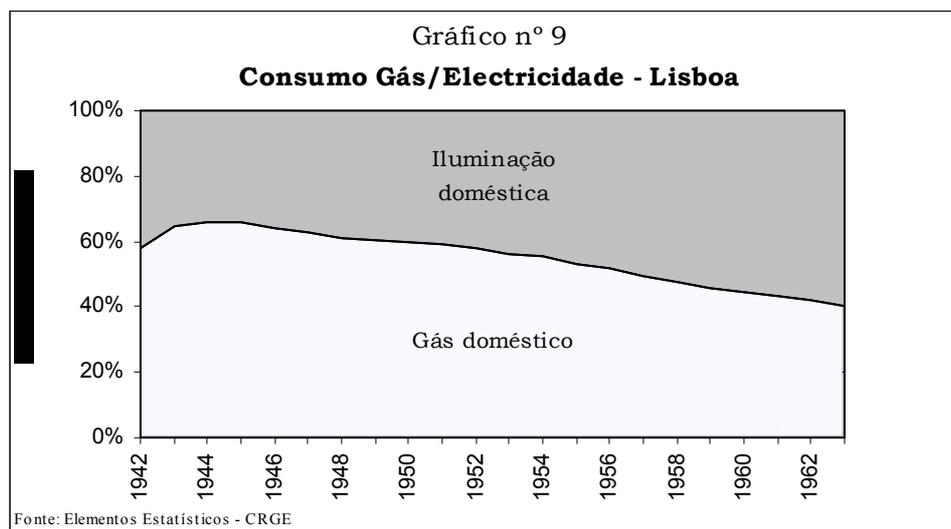
3.1. Consequência das tarifas vigentes: dependência do caminho

Podemos identificar três períodos diferentes na relação gás/electricidade¹⁷³. O primeiro está compreendido pelos anos anteriores à guerra (1937-39), em que a electricidade estava a ganhar força relativamente ao gás. Um segundo período está constituído pela guerra (1939-46), em que essa tendência se inverte e o consumo do gás dispara perante a quebra no consumo de electricidade. Finalmente, no após guerra a tendência volta a ser a mesma de antes da guerra, com uma propensão para a electricidade ganhar terreno face ao gás (ver Gráfico nº 8).



¹⁷³ Para esta análise no longo prazo tivemos que usar outros dados diferentes dos consumos domésticos. Como já foi referido, os Elementos Estatísticos das CRGE têm lacunas para o consumo doméstico de gás e electricidade. Tentaremos apresentar as tendências no longo prazo a partir da articulação de duas fontes: as estatísticas da DGSE e das CRGE. Como salientamos no Anexo III, as estatísticas da DGSE são muito instáveis. Usaremos para a construção do gráfico nº8: consumo total de gás dos Elementos Estatísticos da CRGE (o consumo doméstico sempre esteve por volta de 80%) e para a electricidade usamos “Iluminação doméstica, comércio e serviços” (agregados a partir das estatísticas da DGSE). Para

Como dissemos, antes da guerra, verifica-se uma tendência para o aumento percentual da electricidade em relação ao gás, que só é retomada a partir do após guerra (1945-46 no caso dos consumos domésticos, gráfico nº9). Como podemos interpretar isto? Os consumos durante a guerra inverteram de tal forma a tendência que as percentagens relativas de 1939 são atingidas novamente só na da década de '50. As decisões tomadas na altura da guerra (nomeadamente a fixação do preço do gás) condicionaram a tendência no peso relativo que se vinha verificando na relação entre o gás e as outras formas de energia. Entre 1939 e Junho de 1944, o gás foi vendido a valores anormalmente baixos, num contexto de falta de combustíveis tradicionais e (a partir de Abril de 1942) de restrições ao consumo de electricidade. Esta vantagem comparativa para os consumidores favoreceu um incremento anormal no consumo do gás e, em consequência, criou-se uma dependência no caminho¹⁷⁴.



Uma análise detalhada do período para o qual dispomos de valores dos consumos domésticos permite identificar as equivalências energéticas do conjunto dos lares. Em 1942, 58% do consumo doméstico em Lisboa era de gás e chega ao seu valor máximo em 1944-45 (66%). O aumento no consumo da electricidade doméstica faz decrescer o peso do gás que

confirmar as tendências o gráfico nº9 apresenta os valores de: “Consumo doméstico” para o gás e “Iluminação doméstica” para a electricidade, cuja fonte são as Estatísticas das CRGE.

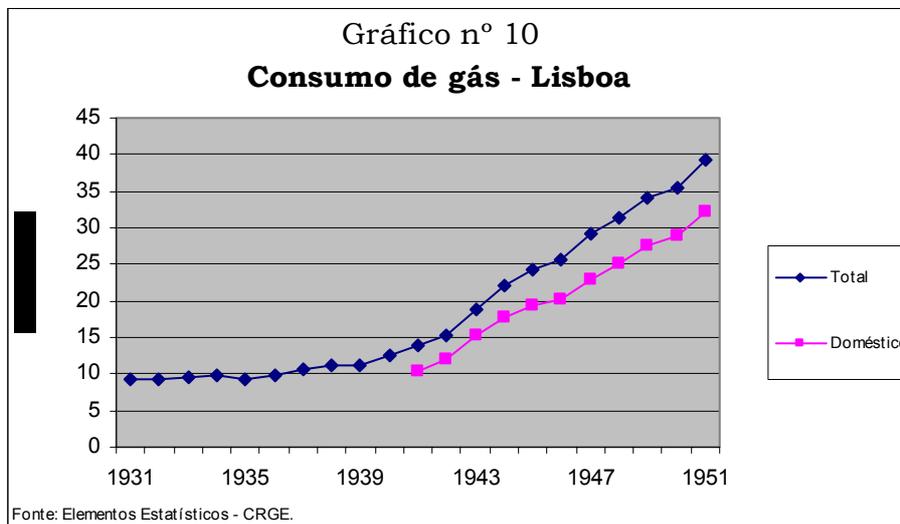
¹⁷⁴ Produziu-se, deste modo, uma dupla dependência do caminho. Em primeiro lugar, do lado da procura, a partir da criação de uma rede de adoptores (consumidores de gás); em segundo lugar, do lado da produção, pelo investimento de capital fixo na Fábrica da Matinha. Para a discussão do uso do conceito de “dependência do caminho” pode consultar-se: Margolis, S. e Liebowitz, S., "Path dependence, Lock-in and History", 1995; in URL: <http://wwwpub.utdallas.edu/~liebowit/paths.html> e Margolis, S. e Liebowitz, S., "Path dependence", s.d.; in URL: <http://wwwpub.utdallas.edu/~liebowit/palgrave/palpd.html>. Para o emprego do conceito em relação a questões de redes energéticas ver: Madureira, Nuno Luís, "Momentos tecnológicos e economias de rede", Trabalho dactilografado, 2003.

atinge, em 1965, apenas 38% do consumo doméstico e, em 1975, 25% do “consumo energético moderno”¹⁷⁵.

O que os dois gráficos permitem ver é que o consumo de gás no período da guerra (5 anos) criou uma situação de um peso relativo do gás anormalmente alto. Depois, foram necessários muitos anos para voltar às condições de 1939. Esse impulso terá gerado a difusão de um conjunto de aparelhos a gás que permitiu a “modernização” dos lares, criando deste modo uma dependência do caminho.

3.2. O consumo de gás: os anos da guerra

Entre 1931 e 1939, o consumo total de gás cresceu muito lentamente (2% anual)¹⁷⁶ e dependia quase exclusivamente dos novos consumidores (3% anual). Esta década de estagnação terá a sua reviravolta com a guerra. Com o começo das hostilidades, o consumo doméstico de gás deu um salto e veio substituir as fontes de energia que escasseavam. O crescimento do consumo doméstico médio entre 1941 e 1944 foi de 20% anual (com um pico de 27% em 1943).



No gráfico pode-se ver esse ponto de inflexão que significou 1940. Embora tenhamos identificado o período 1940-45 como o de crescimento excepcional do consumo de gás, é preciso demarcar dois sub-períodos. No primeiro, o salto no consumo pode ser

¹⁷⁵ Entendo por “consumo energético moderno” o consumo resultante das fontes de energia criadas no século XIX: gás e electricidade. Isto significa que estão excluídas da análise as outras fontes de energia: lenha, carvão, coque, petróleo, etc.

¹⁷⁶ Aqui estamos a avaliar o crescimento a partir das taxas médias anuais.

explicado pela ausência de outro tipo de combustíveis para consumo doméstico, como a lenha, a hulha ou o carvão, transformando-se o gás no substituto quase natural para o aquecimento e a cozinha. Perante esta situação, o gás era o único que não só não escasseava, como também não tinha aumentado o seu preço. Como até Março de 1942 a electricidade tinha mantido as tarifas degressivas, o gás era basicamente substituto dos combustíveis tradicionais. Com o fim das tarifas degressivas e o aparecimento das restrições ao consumo de electricidade inaugura-se o segundo sub-período (Abril de 1942 e Junho de 1944), em que o gás se apresentou também como substituto da electricidade. As CRGE estavam conscientes das consequências de o gás ser o único combustível disponível e barato:

“O decreto sobre as restrições de consumo não faz alusão ao gás e, a não serem dadas novas instruções para completar estas restrições, poderá prever-se um aumento sensível no respectivo consumo ocasionado pela impossibilidade do consumidor encontrar no mercado carvão, lenha e petróleo. Actualmente, apenas um combustível se pode obter sem limites e pelo mesmo preço que vigoravam antes da guerra: o gás. Devemos por isso, esperar que o seu consumo aumente em proporções muito sensíveis.”¹⁷⁷

Estas previsões foram confirmadas em 1943. Nessa altura o incremento do consumo doméstico (27%) foi, em parte, provocado pelo importante aumento de novos consumidores (12,1%)¹⁷⁸. Estes aumentos demonstram que aqueles que tinham gás deviam usá-lo na maior parte das actividades do lar.

Este acréscimo no consumo gerou dois problemas. Por um lado, no curto prazo os stocks de carvão desceram a velocidades que superavam as previsões. Em Fevereiro de 1943, o Conselho de Administração das CRGE estava preocupado pela situação anormal provocada pela falta de outros combustíveis para consumo doméstico.

“(…) O aumento sensível da emissão, motivado pela falta de qualquer outro combustível para usos domésticos, deu origem a este consumo de carvão, muito maior do que havíamos previsto. Tendo efectivamente desaparecido do mercado não só a hulha, como também o sobro, a lenha, o petróleo, etc. os nossos antigos clientes aumentaram o seu consumo e grande número de novos consumidores foram ligados à nossa rede. (...). Dias houve, em que o debito foi de 40% superior ao de igual dia do ano precedente.”¹⁷⁹

Por outro lado, este aumento do consumo obrigou a abertura da Fábrica da Matinha a partir de Dezembro do mesmo ano. Se no Natal de 1942 se tinha atingido a produção

¹⁷⁷ Cf. CDEDP, CRGE / ACA N°959, 27-3-1942.

¹⁷⁸ Os anos em que mais cresceu o número de consumidores no período 1930-1975 foram: 9,2% em 1942 e 12,1% em 1943.

¹⁷⁹ Cf. CDEDP, CRGE / ACA N°970, 27-2-1943.

máxima de 61.000 m³ diários, com a entrada em laboração da Fábrica da Matinha atingiu-se no seguinte Natal 72.000 m³ e em Fevereiro de 1944 84.000 m³. Face às sucessivas restrições no aumento de consumidores de electricidade, foram criadas condições para o aumento do consumo e dos consumidores de gás em 1944: a Fábrica da Matinha melhora a pressão de rede e a empresa compra contadores.

“A nova fábrica de Gás da Matinha foi posta em serviço no dia 1 de Dezembro e produz, actualmente, cerca de 40% do gás consumido pela nossa clientela. (...) A produção diária de gás atingiu, ultimamente, 72.000 m³, enquanto que no ano passado ela apenas foi de 55.000 m³. Pode, portanto, afirmar-se que esta produção aumentou cerca de 30%, aumento que é devido às duas seguintes causas principais: 1º Melhoria da pressão na rede, o que permite à clientela consumir em melhores condições; 2º Ligação de novos consumidores. A este respeito, deve salientar-se que foram finalmente recebidos contadores em quantidades suficientes não só para poder ligar à rede os 1.200 clientes inscritos, e ainda não servidos por virtude das circunstâncias, mas também para fazer face a todas as necessidades do ano 1944.”

180

Com a entrada em funcionamento da fábrica da Matinha solucionaram-se os dois problemas. Entre 1944 e 1948 as duas fábricas funcionaram em paralelo, e enquanto a fábrica de Belém queimava “lenhas e outros sucedâneos”¹⁸¹, a fábrica da Matinha queimava carvão estrangeiro. Essa combinação permitiu aumentar a produção e não ter que restringir o consumo de gás.

Para este equilíbrio também contribuiu o abrandamento no consumo do gás no após guerra. Identificamos 1945 (1946 no gráfico nº8) como a data em que se inverte a situação e o gás deixa de crescer comparativamente à electricidade. No entanto, há um outro factor que poderia ter contribuído para o crescimento do gás, o aumento da tarifa de electricidade em 1945 (além da continuidade das restrições). Parece razoável afirmar que o freio ao crescimento do gás foi causado pelo novo regime tarifário do gás a partir de Junho de 1944. Para essa altura, a produção diária rondava os 85.000 m³. A notícia do aumento das tarifas de gás provocou uma queda diária no consumo de 10.000 m³.¹⁸² Parece razoável afirmar que o novo regime tarifário teve efeitos não só no curto prazo, mas também no longo prazo, causando uma queda nas taxas de crescimento dos consumos domésticos de gás de 18%, 9% e 4%, em 1944, 1945 e 1946, respectivamente.

¹⁸⁰ Cf. CDEDP, CRGE / ACA N°981, 30-12-1943

¹⁸¹ Cf. CDEDP, CRGE / ACA N°984, 28-2-1944.

¹⁸² Cf. CDEDP, CRGE / ACA N°989, 29-6-1944.

Estas alterações perante a mudança da tarifa indicam que o consumo do gás foi elástico. Uma possível razão desta elasticidade¹⁸³ é que se tratava de um combustível substituto e, portanto, com alternativas energéticas (coque, carvão, lenha e electricidade). Esta elasticidade nos consumos domésticos de gás pode ser ainda constatada a partir das novas tarifas de 1947. A queda nas tarifas (1º escalão de 1\$80 para 1\$60; 2º escalão de 2\$20 para 2\$00) trouxe como consequências aumentos nos consumos na ordem de 12%, 9% e 8% para 1947, 1948 e 1949 respectivamente. No entanto, a guerra já tinha acabado para a electricidade e a relação entre as duas formas de energia manter-se-ia durante todo o período¹⁸⁴.

Do anteriormente analisado pode-se concluir que na década de '30 o consumo do gás estava a aumentar muito timidamente. A guerra gerou a possibilidade da sua revitalização devido à ausência nos lares de outros combustíveis e, posteriormente, pelas restrições ao consumo de electricidade. A decisão de não aumentar significativamente as tarifas de gás até meados de 1944 fez com que o consumo tivesse um crescimento fora do normal, constituindo-se no combustível substituto para o uso doméstico. A consequência desta política foi que o gás teve um impulso inimaginável voltando às condições de 1939 somente a finais da década de '50; sendo que se criou uma dependência do caminho que fomentou a “modernização” mais acelerada dos lares lisboetas, em que o gás veio substituir os combustíveis tradicionais (e em parte a electricidade). Em suma, poder-se-ia dizer que o gás se tornou hegemónico em Lisboa para alguns usos domésticos: cozinha e aquecimento de água.

¹⁸³ Note-se que a elasticidade é no longo prazo, mas também houve uma reacção imediata registada nas Actas do Conselho de Administração acima citadas.

¹⁸⁴ No Anexo V apresentamos uma cronologia que articula os diferentes aspectos desenvolvidos no capítulo.

CAPÍTULO 4: AS DONAS DE CASA E OS ELECTRODOMÉSTICOS

1. (Electro)domésticos: A questão do trabalho doméstico

“MADEMOISELLE Ancelin estava excitadíssima...

A cozinheira, pela primeira vez desde que estava ao seu serviço, tinha pedido licença para sair à tarde. E era a primeira vez há três anos, que ela tinha ocasião de fazer o jantar para ela e para o sobrinho.

Dir-me-ão que não existe nisso nada que justifique o enervamento duma solteirona de 53 anos...

Mas vejam primeiro: Mademoiselle Ancelin, tendo perdido o pai, tinha conservado a casa onde habitavam há dez anos, se bem que a casa fôsse demasiado grande para o que necessitava, porque quando o pai tinha assinado o arrendamento, as rendas eram ainda a preços abordáveis.

Tinha pedido ao sobrinho, o Carlos, que era empregado bancário, que viesse habitar em casa dela, e teve que pensar no **problema da criadagem**.

Não podia permitir-se ter mais que uma criada. Mas se, tendo que escolher entre uma cozinheira e uma criada de fora, ela tinha escolhido a cozinheira, não era que ela própria não soubesse cozinhar.

Tinha tomado essa decisão no dia em que o representante duma fábrica de aspiradores lhe tinha feito uma demonstração dêsses **aparelhos**.

Foi para ela uma revelação: uma cozinheira e um aspirador.

Tomada a decisão nunca teve que se arrepender, salvo quando a cozinheira se lembrava de fazer torta de maçãs para a sobremesa. (...)”¹⁸⁵ (sublinhado meu)

Nesta “História duma torta de maçãs”, publicada na revista Eva, em 1941, é salientada a coexistência de dois processos simultâneos: a passagem de um conjunto de criados – *criadagem* – para *uma criada de todo o serviço*, e a difusão de *aparelhos eléctricos de uso doméstico*. Estes dois processos referem-se a uma mesma questão: as escolhas alternativas das donas de casas para as tarefas domésticas.

Há um outro aspecto interessante nesta história que diz respeito à dona de casa enquanto agente. A escolha realizada por Mademoiselle Ancelin foi produto da impossibilidade de manter a criadagem. Forçada pelas circunstâncias, a opção pelo aspirador significou a melhor escolha perante a incapacidade de reproduzir o modo de vida tradicional, que destinava vários criados às tarefas domésticas. Do ponto de vista das donas de casa, a primeira escolha era a criadagem e não os aparelhos eléctricos. Deste modo, na

¹⁸⁵ Cf. Renée, “História duma torta de maçãs” (novela inédita) in Eva, Dez.1941, p.14. Renée fazia parte da equipa de redacção da revista Eva.

década de '40 começa um processo de mudança nas tarefas domésticas, em que o ideal de ter vários criados é condicionado pelos limitados recursos económicos. Assim, o quotidiano doméstico de após guerra será produto da articulação da dona de casa, da criada e dos electrodomésticos, num contexto de mudança das condições económicas.

No capítulo 2 foram desenvolvidas as questões relativas à electricidade, focando a questão dos “electrodomésticos” apenas no que diz respeito à energia eléctrica e ao seu uso. Na presente secção deste capítulo debruçar-nos-emos sobre a segunda componente do termo electrodoméstico: **a questão doméstica**. O objectivo é categorizar o mundo doméstico lisboeta de 1940, para compreender as transformações acontecidas no quotidiano doméstico a partir da difusão dos electrodomésticos. Serão desenvolvidas várias temáticas relativas ao **trabalho doméstico**. Em primeiro lugar, apresentaremos o quotidiano citadino em 1940 a partir do ideal burguês herdado e do quotidiano das criadas. Depois, será abordado o tema dos valores relativos ao trabalho doméstico. Finalmente, introduziremos uma visão global e sintética da evolução das mulheres implicadas nas lides domésticas¹⁸⁶.

1.1. O mundo doméstico em 1940

A Europa da década de '40 é herdeira do **ideal burguês** que pode ser sintetizado na casa com criadagem encarregue de realizar todo o trabalho doméstico. A regra estabelecia que a criadagem, e não a dona de casa, devia fazer as diferentes tarefas domésticas. Para a limpeza da casa, a feitura da comida, o tratamento da roupa, etc. era normal ter, por exemplo, a cozinheira e a camareira, às que se somavam, nos lares da elite, a ama-de-leite, o preceptor, a dama de companhia e a governanta. A vida urbana exigia aos burgueses que o trabalho da casa fosse desempenhado pela criadagem, mesmo quando uma mesma pessoa pudesse desenvolver várias tarefas¹⁸⁷.

Não foram poucas as vezes que as revistas femininas portuguesas apresentavam queixas sobre a falta de criadas na capital. Perante estas queixas pode surpreender que as estatísticas de 1940 revelem que na cidade de Lisboa a “profissão” mais numerosa fosse a de

¹⁸⁶ Para a problemática da evolução das “domésticas” em Portugal e Lisboa ver Anexo VII.

¹⁸⁷ Cf. Prost, Antoine, "Fronteiras e espaços do privado", in Ariès, P. and Duby, G. (dir.), *História Da Vida Privada. Da Primeira Guerra Aos Nossos Dias*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p.42-46.

“criados” (42.043)¹⁸⁸, seguida de longe pelos “caixeiros de balcão” (16.026) e pelos “empregados de escritório” (12.765). Assistimos deste modo à existência de um paradoxo na capital portuguesa: os criados representavam a profissão mais importante, mas as “donas de casa” sentiam que escasseavam.

Provavelmente este paradoxo pode ser explicado pela existência de uma distância entre **representações e práticas**. Essa distância era entre o ideal burguês de vários criados e a realidade de estarem obrigados a optar pela criada para todo o serviço. A vida citadina na altura em que se desencadeava a segunda Grande Guerra não permitia a multiplicação de criados. Somente a elite da cidade podia dar-se ao luxo de ter criadagem; para os outros restava o recurso a uma criada para todos os serviços. Este era o ideal também vigente no resto da Europa, em que o “mínimo aceitável” era uma criada para todo o serviço. Prost destaca a importância do criado para manter o estilo de vida burguês na França de entreguerras:

“Um lar burguês (...) é inconcebível sem o criado, (...) a própria organização da vida cotidiana supõe empregados para a limpeza, a cozinha, as louças, etc. Não há como manter o nível social sem ter pelo menos uma empregada para todo o serviço.”¹⁸⁹

Também as cidades portuguesas estavam a mudar, e o ideal de ter vários criados era corroído pelas condições económicas que exigiam a adopção de saídas intermédias para as tarefas domésticas. Assim sendo, a organização da vida doméstica mais difundida era aquela em que a dona de casa tinha uma ou nenhuma criada. As revistas femininas da época ilustram com agudeza esta relação:

“(…) Nas grandes cidades, em que a vida se tornou extremamente difícil, e em que o pessoal de serviço é reduzido ao mínimo – muitas vezes a zero – (...). A tendência acentua-se, forçada pela necessidade de economizar, para diminuir o trabalho doméstico de forma a este poder ser feito pela dona de casa ou por uma criada de todo o serviço.”¹⁹⁰

Cabia à “senhora” apenas organizar esse trabalho e distribuir as tarefas, ou seja, desenvolver o “governo da casa”. Estas funções desenvolvidas pela “dona de casa”, estavam relacionadas com uma condição de posse, que lhe conferia um estatuto particular. A sua situação era análoga à do patrão em relação aos seus empregados, era o “patrão

¹⁸⁸ Como seria de esperar, o conjunto dos criados de Lisboa era basicamente constituído por mulheres (90%); Ver *Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE, 1940.

¹⁸⁹ Prost, A., "Fronteiras e espaços do privado", op.cit., p.44.

¹⁹⁰ “O arranjo das cozinhas”, in *Eva*, 2-9-1939, p.22-23.

doméstico”¹⁹¹. A definição do Dicionário Cândido Figueiredo de 1939, sintetiza bem esse ideal na sociedade portuguesa:

“Senhora, f. Mulher que tem autoridade sobre certas pessoas ou coisas. Dona. Dona de casa. Possuidora. Título de cortesia, dado a mulheres. (...) Fam. O mesmo que esposa: como está, meu amigo? E a sua senhora como passa? (De senhor).”¹⁹²

A **senhora**, sinónimo de dona de casa, é aquela “que tem autoridade sobre certas pessoas”, leia-se criados, criadagem ou criada. Naquela altura, o sintagma dona de casa fazia referência à condição de posseção (dono, patrão) e à actividade própria desta condição. Não estava associado de maneira alguma ao trabalho físico doméstico. Deste modo, o ideal estava representado por uma divisão do trabalho entre o físico, desenvolvido pelos criados, e o de gestão (governo da casa), nas mãos da senhora/dona de casa.

Perante estes ideais o mundo doméstico estava a mudar. Uma parte significativa das mulheres lisboetas deixou as suas funções de gestão sobre os criados (governo da casa), para desenvolver parte (ou a totalidade) das lides domésticas. A redução constante no número de criados, o surto dos electrodomésticos e a valorização positiva da “modernização” do lar, contribuíram para esta transformação da mulher (dona de casa) de “senhora” em “doméstica”. Todavia, nas décadas de ’40 e ’50 consolidou-se o modelo intermédio: a criada para todo o serviço.

A criada no quotidiano doméstico

O mundo doméstico lisboeta, articulado em torno da figura da criada, foi descrito brilhantemente por Maria Archer em 1940. Na base de entrevistas a 50 criadas desenhou um quadro do quotidiano dessa época que vale a pena reproduzir:

“Vive connosco, na nossa casa, come da nossa comida, abriga-se sob o nosso tecto. É a *criada* dos pobres, são *as criadas dos ricos*. Desde manhã cedo que os seus passos ressoam lá dentro. Levantou-se sem ruído, recebeu o leite, o pão, fêz o café, varreu, limpou, arejou as salas. Quando nos levantamos da cama já encontramos o nosso dia preparado e facilitado por ela. É modesta, desataviada, desamparada, pobre. Raras vezes tem um lar, lá fora, que a acolhe nos dias de saída. Pode ter, sim, uma prima, uma outra rapariga, gente *da terra*. Todo o seu mundo visível se fecha no baú garrido onde guarda as roupas, baú revistado, em segredo, a miúdo, pela dona da casa. Mas o seu mundo de sonhos, o seu mundo interior, escapa-nos.

¹⁹¹ Ao descrever uma foto da cozinha de uma casa grande da França de entreguerras afirmava Antoine Prost: “A cozinha de uma grande “casa”. A impressionante bateria de panelas e os cestos de legumes a serem escolhidos permitem adivinhar o número de convivas. Esse modo de vida constitui uma pequena empresa que tem como chefe a “dona de casa”...” in Prost, A., “Fronteiras e espaços do privado”, op.cit., p.44.

¹⁹² Cf. Cândido de Figueiredo, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 1978 [1939].

Tentamos conhecê-lo? Não. Nós vivemos com ela e separados dela. Ela é a criada – como quem diz – um ser doutra espécie. (...)”¹⁹³ (sublinhado no original)

Vinda da província, em 1940, a criada de todo o serviço morava com os patrões. Contrariamente à mulher-a-dias, estas criadas eram consideradas parte da família e nas estatísticas são recenseadas como um dos seus integrantes¹⁹⁴. Contudo, não se encontra em pé de igualdade com os outros membros, já que este “ser doutra espécie” herdou o seu lugar dos escravos domésticos e dos serviçais. A etimologia da palavra “criado”¹⁹⁵ faz referência ao facto de serem instruídos e educados pela dona de casa. “A patroa deve educar a doméstica e lhe ensinar a ‘cuidar de uma casa’”¹⁹⁶. Enquanto se vai aprendendo o ofício estabelece-se uma diferença na retribuição pelo trabalho. De facto, as diferenças na experiência no trabalho doméstico comporta diferenças no ordenado. Segundo as entrevistadas de Maria Archer:

“A Sílvia ganha, oitenta escudos. A Umbelina ganha cem. À vezes aparece a visitá-las a Conceição, que ganha apenas 50. Veio há pouco da terra, ainda não sabe o serviço, e sujeita-se a tudo até aprender.”¹⁹⁷

Assim, apenas atingirão o mesmo estatuto que as suas colegas uma vez aprendido o ofício. Portanto, a relação de inferioridade não se limita apenas à aprendizagem do trabalho e ao conhecimento da profissão. Há uma outra classe de instrução, mais subtil e apertada, ligada aos valores morais.

Uma série de exemplos podem contribuir ao mostrar gestos e comportamentos que retratam esse mundo das criadas na sua condição inferior. Dona de casa, familiares que moram em Lisboa e porteira são as instituições que cumprem uma função normativa no que diz respeito às práticas quotidianas das criadas. Estas “instituições” atingem os vários espaços em que se desenvolve a vida das raparigas: a casa (dona de casa), as saídas (os familiares) e a área de serviço (as porteiras).

As donas de casa, além de lhes ensinarem o trabalho doméstico, exercem um controlo “secreto”, intervindo no único espaço privado: o quarto. Uma prática habitual é a

¹⁹³ Archer, Maria, “Tipos populares. A criada”, in *Revista Municipal*, CML, N°5, 1940, p.49-52.

¹⁹⁴ Nos *Recenseamento Geral da População* de 1940-1970 as criadas a tempo inteiro (que coabitam no agregado familiar) são consideradas parte da família.

¹⁹⁵ Criado: participio do verbo criar.

¹⁹⁶ Archer Maria, *Idem ant.*, p.46.

¹⁹⁷ Archer, Maria, *Idem ant.*, p.50.

de mexer no baú da criada periodicamente¹⁹⁸. Um controlo sistemático do quarto da criada era recomendado pelos manuais de boa educação da época¹⁹⁹. A outra “instituição” de controlo estava constituída pelos familiares estabelecidos em Lisboa, que faziam de nexos com a terra de origem. Cuidavam, sobretudo, que a rapariga não fosse tentada pelas luzes da cidade no que diz respeito à sua moralidade (sexualidade). Não era um controlo no dia-a-dia, mas a partir da leitura da transformação estética da rapariga no sentido de perda dos valores morais. Quando isto acontecia, a rapariga era afastada pelos seus. Novamente, Maria Archer descreveu esta relação com muita perspicácia:

“ [As criadas] Têm uma irmã, uma tia, uma prima, que as recebe da terra e as coloca a servir, na primeira vez. Dessas, algumas olham por elas, vigiam-nas na conduta moral, dão informes para a terra, aos pais, e recebem-nas em casa, quando se desempregam. Mas há as que se desinteressam. Se a rapariga começa a calçar meias de sêda e a usar pó de arroz consideram-na «perdida» e põem-na de parte.”²⁰⁰

O controlo moral do quotidiano das criadas feito pela “família” (de residência ou de sangue), estava atento à evolução da rapariga para que não se desviasse do caminho correcto. Todavia, existia um controlo ligado ao dia-a-dia e ao espaço de circulação da criadagem, as escadas de serviço. Embora pertencente à mesma classe social que as criadas, a porteira tinha a função de representar o senhorio perante os inquilinos, e essa função dava-lhe uma autoridade sobre as criadas que efectivamente exercia. Uma dessas porteiras falando das suas funções dizia:

“- A porteira é indispensável à ordem da escada e à conservação do prédio. Sem a sua fiscalização, os inquilinos abusam. E principalmente, as criadas dos inquilinos.”²⁰¹

É nas escadas de serviço, longe do olhar dos patrões, em que se desenvolvem os acontecimentos mais íntimos destas raparigas. Na base do regulamento que proíbe namoros na escada de serviço, as porteiras exercem esse controlo. Num jogo de negociações, as porteiras proíbem ou ignoram o que acontece nas escadas, dependendo da relação que tenham com as criadas. O “poder legal” por parte das porteiras encontra algum equilíbrio face ao “poder económico” das criadas. Perante a pergunta se as porteiras sempre andavam mal com as criadas, uma delas respondia:

¹⁹⁸ Ver trecho anteriormente citado; Archer, Maria, “Tipos populares. A criada”, in Revista Municipal, CML, N°5, 1940, p.49-52.

¹⁹⁹ Prost, A., "Fronteiras e espaços do privado", op.cit., p.42.

²⁰⁰ Archer, Maria, op.cit, p.50.

²⁰¹ Archer, Maria, “Tipos populares. A porteira”, in Revista Municipal, CML, N°2, 1939, p.61.

“-Isso é outra história... É a história das escadas de serviço... As senhoras lá dentro das casas, nem sonham com o que se passa. Nós fechamos os olhos a muito... As criadas, quando andam de bem com a gente, põem num jornal as cascas das batatas, os restos da hortaliça, do pão, as sobras dos pratos; e aquilo é um govêrno para a capoeira. Quando andamos de mal, vai tudo para o caixote do lixo... Depois, sempre faz arranjo; vem o seu bocado de sôpa, de guizado, de peixe, enfim, do que sobeja. Mas o peor, são os namôros delas. À noite, num prédio de cinco andares, com dois inquilinos em cada andar, duas criadas em cada inquilino, **está tudo a namorar na escada de serviço**. E o senhorio não consente.

Mostra-nos o regulamento.

- Cá está! Eu não sei ler, mas o meu homem já leu. Diz aqui que a porteira não pode consentir namôros na escada de serviço. E saiba a senhora, **é isto o comêço de tôdas as questões com a criadagem.**”²⁰² (sublinhado meu)

Nos interstícios deste conjunto de controlos, as criadas conseguem algum espaço para a sua vida privada. O principal objectivo é arranjar um namorado para depois casar. Os candidatos ao namoro são geralmente aqueles homens com quem tratam no seu quotidiano por causa das tarefas domésticas. Um desses candidatos pode ser o padeiro. Vejamos um destes encontros, embora se trate de uma ficção de Maria Archer, que deve ser bastante representativo do que acontecia na época:

- Triim...É o padeiro.

A criada corre ao patamar. Para êle e por êle ergue-se com o sol, empôa a face trigueira, alisa o cabêlo de crinas fortes, perfuma-se de brilhantina, põe a bata mais janota e mais engomada. E começa o derriço:

-Ditosos olhos que a veem.

-Bôa! Se lhe fôsse a dar ouvidos.

O padeiro não derriça? A criada começa a queixar-se aos patrões:

- Não é pão de confiança, o dêste padeiro. Traz o cêsto mais sujo! E cheira a suor... E então as unhas? Negras, mais negras que as do carvoeiro...

Aterrados com o descritivo, os patrões autorizam a ladina a mudar de fornecedor.²⁰³

A maior parte das criadas sonham casar-se e viver numa casa própria. É por isso que os namoros são tão importantes: não é apenas o desenvolvimento de uma vida amorosa, mas a possibilidade de uma casa própria, de uma vida própria.

Embora em termos objectivos, de ocupação ou profissão, não exista muita diferença entre a criada e a empregada doméstica (mulher-a-dias); no que diz respeito à subjectividade destas mulheres há uma diferença muito significativa. É a possibilidade de ter casa, família e vida próprias. Muito provavelmente esta diferença permite compreender a tão difundida

²⁰² Ibidem, p. 60.

²⁰³ Archer, Maria, “Tipos populares. O padeiro”, in Revista Municipal, CML, Nº11-12, 1942, p.67.

imagem de que o único objectivo das criadas era encontrar namorado, recorrentemente ficcionalizado em filmes, novelas, telenovelas, etc.

1.2. O trabalho no lar: a “doméstica” e o estigma herdado

“Quando há bem pouco tempo nos alargámos em concepções sobre aquela profissão que as raparigas de hoje tentam, a todo custo, não fazer constar nos seus bilhetes de identidade – **doméstica** –, perante um grupo de ambos os sexos, fomos surpreendidos pela pronta defesa que partiu deles a favor dessas donas de casa que abominam o primeiro designativo que, segundo elas, as equipara ao gatinho e ao loulou.

Ser doméstica, portanto, não é, infelizmente, para a moderna geração uma profissão agradável, que goze de extraordinária simpatia. (...)”²⁰⁴ (sublinhado meu)

Originariamente feito por escravos, serviçais ou criadas²⁰⁵, o trabalho doméstico herdou uma posição subalternizada no mundo contemporâneo²⁰⁶. Na Lisboa de após guerra houve uma tendência para o desaparecimento das criadas e o aumento das donas de casa encarregues das lides domésticas²⁰⁷. Pode dizer-se que esta condição de inferioridade do trabalho doméstico foi transferida às donas de casa sem criadagem, via a designação de doméstica. De facto, se a categoria *doméstica* nunca foi utilizada pela população, é justamente pelo seu carácter “pejorativo”, já que põe em igualdade de condições à empregada e à dona de casa.

A dona de casa: de *senhora* a *doméstica*

Durante o período salazarista definiu-se às mulheres que se dedicavam às lides da casa “criando/substantivando” a categoria *doméstica*. No dicionário de 1939 não existia a palavra doméstica, mas uma das acepções de doméstico era “(...) Diz-se do animal que vive ou é criado dentro de casa ou em dependências desta. M. Aquele que serve por soldada. Criado. (Lat. domesticus)”. Claramente, a forma substantiva da palavra estava associada aos criados. No censo de 1940 já é usada a categoria “doméstica” para as mulheres sem ocupação sob a categoria de “condição não profissional”. Num dicionário de 1961, doméstica é definida do seguinte modo: “s.f. Mulher que se emprega em serviços caseiros,

²⁰⁴ Milai Bensabat, “Primeira página”, in *Crónica Feminina*, 10-3-1960, nº172, p.1.

²⁰⁵ Os escravos, os serviçais e as criadas foram, cada um na sua época, considerados seres inferiores em relação aos patrões.

²⁰⁶ Aqui contemporâneo refere a um período concreto da história ocidental que se inicia com as revoluções burguesas.

²⁰⁷ Ver ponto seguinte.

mediante salário; serviçal, criada. || Mulher sem profissão e que só trata do amanhã da sua casa.”²⁰⁸. No decorrer dessas duas décadas, o termo consolidou-se no uso oficial. A ambivalência introduzida neste período irá existir – nos dicionários – até aos nossos dias: o mesmo significante faz referência à dona da casa e à criada; ou seja, é usada a mesma palavra para identificar as pessoas encarregadas do trabalho doméstico remunerado e do gratuito. Embora seja uma definição apenas usada na administração pública (bilhete de identidade, censos, etc.), e não desenvolvida pelo uso, o termo identifica as tarefas domésticas com um actor: **doméstica**.

Do lado das criadas esta equiparação poderia ser considerada um reconhecimento do seu trabalho. Para uma entrevistada em 1940, a difusa linha que separava empregadas domésticas e donas de casa era percebida como uma mais-valia:

(...) [As criadas] acham que ser criada é ser mulher de casa, mulher recatada, como que uma senhora menor.

-As senhoras, quando não têm criada, fazem o serviço que nós fazemos...²⁰⁹

Claramente a categoria “doméstica” é pensada para as donas de casa que realizam o trabalho doméstico. Assim sendo, o termo “doméstico” estava associado àqueles indivíduos que realizavam um trabalho inferior: às tarefas domésticas. Do lado das donas de casa, o termo tem um carácter fortemente pejorativo, já que as equipara às empregadas domésticas.

O ponto de chegada é que o dicionário define hoje doméstica como: “*s. f.* mulher que se emprega nos trabalhos domésticos mediante salário; mulher que só trata da sua casa, não exercendo nenhuma outra ocupação profissional”²¹⁰. O desaparecimento das acepções “serviçal, criada”, da definição anteriormente citada, não contribui para a classificação. Sendo um substantivo feminino que define e atribui propriedades inerentes ao trabalho doméstico, não diferencia segundo a condição perante o trabalho entre o patrão e o empregado. Dificilmente alguém possa rever-se nesta categoria, o que deve ter contribuído para o seu desuso.

²⁰⁸ Cf. António de Moraes Silva, *Novo dicionário compacto da Língua Portuguesa*, vol.II, [1961] 1980.

²⁰⁹ Archer, Maria, “Tipos populares. A criada”, *op.cit.*, p.52.

²¹⁰ Dicionário Universal. Língua Portuguesa, Lisboa, Texto Editora, 1999.

1.3. O trabalho doméstico real no após guerra

Uma obra importante da historiografia feminista americana sobre a relação entre o trabalho doméstico e os electrodomésticos é o livro de Ruth Schwartz Cowan *More work for mother*²¹¹. A tese central postula que o melhoramento das condições de vida nos EEUU no período da após guerra, e a consequente difusão de electrodomésticos, não trouxe uma diminuição do trabalho doméstico das donas de casa. A causa desta situação esteve baseada num processo que começou no primeiro pós-guerra. Em começos da década de '20, as donas de casa começaram a ter mais trabalho por causa da diminuição no número de criados. Depois da segunda grande guerra as mulheres americanas tiveram mais trabalho, produto do duplo trabalho dentro e fora de casa. Portanto, a incorporação dos electrodomésticos não significou mais tempo livre para as donas de casa americanas, já que a queda dos criados e o aumento do trabalho fora de casa trouxeram mais trabalho às mulheres.

Embora o processo para Lisboa abarque um período posterior, parece-nos importante analisar a evolução da quantidade de pessoas destinadas às tarefas domésticas no âmbito familiar. Mademoiselle Ancelin optou pelo aspirador e a cozinheira. Isto significa que ela própria iria realizar uma parte das tarefas domésticas. Será que a maior parte das donas de casa lisboetas fizeram a mesma escolha? Analisaremos a evolução no número de mulheres dedicadas às tarefas domésticas. Para o caso de Lisboa, partimos da tese de que a partir da década de '50 coexistiram dois fenómenos: por um lado, houve uma queda significativa no número de pessoas destinadas às tarefas domésticas; por outro lado, registou-se um aumento significativo de consumo de electricidade e de electrodomésticos²¹².

As donas de casa e as questões domésticas

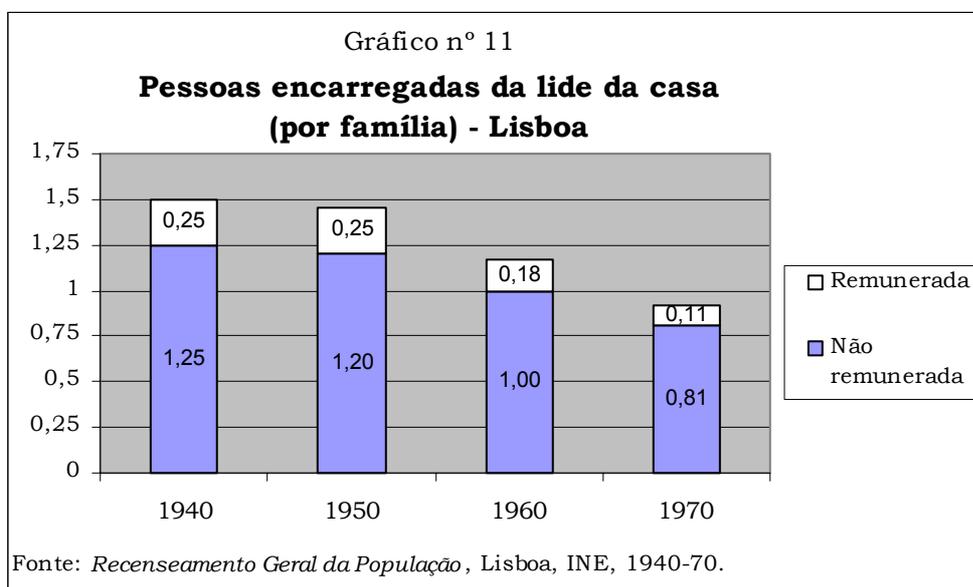
Para avaliar a presença de trabalhadores destinados às lides domésticas foi escolhida como unidade de observação estatística a família. Deste modo, os valores apurados mostram uma evolução bastante mais representativa do que os valores absolutos. O conjunto das pessoas dedicadas ao trabalho doméstico foi dividido, por um lado, nas mulheres **não**

²¹¹ Cowan, Ruth S., *More work for mother: The ironies of household technology from the open hearth to the microwave*, USA, Basic Books, 1983.

²¹² As questões relativas aos electrodomésticos serão estudadas na segunda parte deste capítulo.

remuneradas (donas de casa e familiares²¹³), e, por outro lado, nos trabalhadores domésticos **remunerados** (criados²¹⁴).

Na Lisboa dos anos '40, manifesta-se embrionariamente a tendência que se acentuará no após guerra: uma queda no número de pessoas encarregue dos trabalhos domésticos. Embora em valores absolutos entre 1940 e 1950 os criados em Lisboa tenham aumentado²¹⁵, o seu número por família manteve-se constante; ou seja, que o aumento de mulheres vindas da província foi absorvido pelo aumento no número de famílias. No mesmo período, registou-se uma diminuição no número de mulheres não remuneradas dedicadas às lides da casa (muito provavelmente familiares), o que provocou uma queda no número de pessoas destinadas aos trabalhos domésticos (ver Gráfico nº 11).



Na década seguinte (valores de 1950-60) verifica-se um salto significativo no conjunto das mulheres dedicadas às tarefas domésticas. Esta tendência manteve-se na década de '60, sendo que, num espaço de 20 anos, se passou de 1,45 para 0,92 pessoas por família destinadas às tarefas domésticas. Esta queda na quantidade de trabalhadores domésticos poderia ter a sua causa em vários fenómenos: queda no número de criados, queda no número de familiares dedicadas a tarefas domésticas e aumento do trabalho feminino fora do lar²¹⁶.

²¹³ A categoria “familiares” inclui as mulheres que se dedicam às tarefas domésticas, mas não são responsáveis pelo lar. Identificando à dona de casa como *ego* nas relações de parentesco, “familiares” serão: filha, mãe, tia, avó, etc.

²¹⁴ A incluir homens e mulheres.

²¹⁵ Os números absolutos de criados em Lisboa são: 42.043 (1940) e 48.379 (1950).

²¹⁶ Para as tendências do trabalho feminino (domésticas) em Portugal, ver Anexo VII.

Segundo Ana Bela Nunes²¹⁷, houve em Portugal entre 1950 e 1960 uma queda real e relativa²¹⁸ do trabalho feminino, que pode ter sido causada pela diminuição de criadas. A “modernização” do país, salientado pela autora, foi acompanhada por uma transformação nas estruturas domésticas. A esta tendência somar-se-á, a partir de 1960, um aumento das mulheres no mercado de trabalho. Começa nessa década a “modernização” do sector terciário que de estar predominantemente formado por criadas passa a ter uma importante presença de mulheres em outras actividades, nomeadamente Comércio e Administração Pública. Deste modo, em 1960 começa o processo de transformação da mulher portuguesa de dona de casa para trabalhador terciário, o que explica a diminuição das “domésticas”.

Estes números médios não permitem avaliar um elemento fulcral: quantas eram as famílias que tinham empregadas domésticas. Embora as estatísticas não forneçam dados sobre as famílias com e sem criadagem, os censos de 1950 e 1960 desagregam (dentro da categoria ocupações) a categoria de “a mulher que se ocupasse principalmente das lides domésticas” em: *dona de casa, doméstica, familiar e doméstica agrícola* (Ver Anexo VI); e permitem saber como estava distribuída a criadagem no conjunto das famílias. Se, em 1950, 17% das famílias tinha criados, esse número desceu para 9 % em 1960. Ou seja, na década de '50, a sociedade lisboeta sofreu uma transformação das estruturas domésticas que iria continuar nos anos seguintes. Houve uma transformação de “donas de casa” em “domésticas”²¹⁹; isto é, o número de mulheres com ajuda de empregadas domésticas foi cada vez menor. Este aumento de mulheres sem ajuda externa (“doméstica”) e a diminuição de familiares destinadas a tarefas domésticas veio transformar as estruturas do lar moderno, consolidando-se o modelo da dona de casa como a única trabalhadora dentro da casa. Esta mudança trouxe uma outra consequência ao nível do quotidiano doméstico: o interior do lar transformou-se num espaço cada vez mais privado devido à diminuição de terceiros: mão-de-obra remunerada e não remunerada.

Em síntese, a diminuição da força de trabalho doméstica teve que ser compensada de algum modo. Como foi demonstrado, uma parte deve ter sido substituída pela própria dona de casa. Inferimos que a outra foi substituída pela aparelhagem doméstica. Assim sendo, paralelamente à entrada em laboração da central de Castelo de Bode, num período com uma queda constante no preço médio de electricidade consumida, houve uma diminuição na

²¹⁷ Cf. Nunes, Ana B., "A evolução da estrutura, por sexos, da população activa em Portugal - um indicador do crescimento económico (1890-1981)", in *Análise Social*, vol. XXVI, 1991.

²¹⁸ Esta queda é relativa em relação ao trabalho masculino.

²¹⁹ O uso de aspas (“”) faz referência às categorias usadas no *Recenseamento Geral da População*. No caso concreto de estas categorias (“dona de casa” e “doméstica”), utilizamo-las segundo a definição do *Recenseamento Geral da População* de 1960, citada no Anexo VI.

força de trabalho destinada às tarefas domésticas. Deste modo, vão coexistir estes fenómenos que estarão mutuamente condicionados. A diminuição da força de trabalho doméstica remunerada (empregadas domésticas) e não remunerada (familiares) será em parte compensada pela incorporação alargada de electrodomésticos. O seu uso será cada vez mais barato devido às tarifas degressivas. Assim, o fim da guerra trará a consolidação de um modelo de lar diferente, em que no máximo existia uma criada e que o trabalho a tempo inteiro da dona de casa era facilitado pelos electrodomésticos. A difusão destes aparelhos intensificar-se-á na década de '60 com a entrada no mercado de trabalho das donas de casa. O fim do percurso será o quase desaparecimento da dona de casa a tempo inteiro.

2. Os electrodomésticos: prioridades, consumo e uso.

Para a abordagem do consumo de electrodomésticos, é preciso sublinhar antes de mais duas problemáticas que se colocam. Por um lado, convém notar que o conjunto dos electrodomésticos é normalmente associado apenas ao trabalho doméstico – embora, na realidade, esse conjunto abarque também aparelhos que se destinam a outras funções diferentes do trabalho, a saber: aquecimento, lazer, informação, conforto, etc. No pós guerra, este conjunto deixou de ser constituído por uma dezena de bens para contemplar uma quantidade e diversidade muito maior. Assim sendo, optámos por fazer uma classificação que organizasse os aparelhos segundo duas variáveis que consideramos fundamentais para o estudo do seu consumo: preço e função (Ver Anexo X). Esta organização constitui um dos eixos estruturadores do presente capítulo

Por outro lado, para o estudo do consumo (de electrodomésticos e não só) é necessário levar em consideração a intervenção de um factor, geralmente considerado “prévio” às escolhas realizadas pelas pessoas: a existência de uma ordem de preferências. Acerca desta questão, note-se que a teoria do consumo formulada pela escola neo-clássica pressupõe que para cada consumidor há uma ordem de preferências perfeitamente delimitada e exaustiva sobre os possíveis agrupamentos (“*bundles*”) de um conjunto de bens²²⁰. Esta teoria não explica por que o consumidor, que dispõe de um orçamento y , escolhe determinado agrupamento e não outro. Por outras palavras, para a escola neo-clássica estes “gostos” constituem um dado que vem com o sujeito e, portanto, não

²²⁰ Cf. Sugden, Robert, "Consumer Theory", in Hargreaves Heap, Shaun et al. (ed.), *The Theory of Choice. A Critical Guide*, Oxford, Blackwell, 1992, p.26-27.

incorpora nenhuma teoria sobre a formação dos gostos²²¹. Já para a Sociologia, esta ordem está atravessada por valores e costumes partilhados; ou seja, os gostos são socialmente construídos. Veja-se, por exemplo, a teoria de Bourdieu segundo a qual estes gostos, portadores de um valor simbólico, são geradores do estilo de vida:

“**Taste** (...) is the generative formula of lifestyle, a unitary **set of distinctive preferences** which express the same expressive intention in the specific logic of each of the symbolic sub-spaces, furniture, clothing, language or body hexis.”²²² (Sublinhado meu)

Para o nosso trabalho consideraremos que a ordem de preferências não é um dado adquirido para cada indivíduo (escolha racional), nem o produto de determinações da estrutura social, mas resultado de uma estruturação contínua efeito da acção reflexiva. Assim sendo, os objectivos dos consumidores (as preferências ou os gostos, segundo a escola) não estão predefinidos, mas são formulados, pelo consumidor, atribuindo-lhes um valor ético-simbólico²²³ e são reformulados a partir da reflexão sobre os resultados da acção²²⁴. Quando a acção é o acto de consumir e a ordem de preferências é constituída pelos bens de consumo, estamos perante a acção reflexiva do consumidor. É a este processo dinâmico que identificaremos como a formação social dos gostos.

Nesta linha de reflexão estabelecemos dois objectivos para a presente secção: por um lado, apresentar a evolução da **ordem de preferências** sociais durante o após guerra, e verificar se essa ordem esteve relacionada com as variáveis *função* e *preço*; por outro lado, buscaremos mostrar a evolução do **consumo** e **uso** dos electrodomésticos em Portugal e em Lisboa.

2.1. A ordem de prioridades sociais: as listas de prémios

É difícil perceber para cada momento de uma sociedade quais são os bens mais desejados pelos consumidores. E mais difícil ainda é perceber como evoluíram esses “gostos”. Coloca-se, portanto, a questão de saber que documento poderá ser representativo

²²¹ Cf. Douglas, Mary e Isherwood, Baron, *The World of Goods*, Londres, Routledge, 1996 [1979], p.7.

²²² Cf. Bourdieu, Pierre, *Distinction. A social critique of the judgement of taste*, Londres, Routledge, 1992 [1979], p.173.

²²³ Veja-se, por exemplo, a formulação de “racionalidade expressiva” de Heap. Cf. Hargreaves Heap, Shaun, "Rationality", in Hargreaves Heap, Shaun et al. (ed.), *The Theory of Choice. A Critical Guide*, Oxford, Blackwell, 1992, p.21-25.

²²⁴ Na teoria da estruturação de Giddens, é o caso do conceito de “monitorização reflexiva da conduta”. Cf. Giddens, Anthony, *Dualidade da estrutura. Agência e estrutura*, Oeiras, Celta, 2000, p.11-22.

desta ordem de valores e, ao mesmo tempo, permitir a construção de uma série (evolução) destes gostos; ou seja, que fonte será apropriada para o estudo da formação social dos gostos.

Precisamos de um conjunto documental que cumpra duas condições: por um lado, deve ser uma enumeração ordenada de bens (neste caso de electrodomésticos), de modo que seja possível identificar uma ordem de preferências; por outro lado, tem que ter sido produzido regularmente durante o período de análise, de forma tal que seja possível construir uma série.

A priori as “listas de prémios de rifas” cumprem parte da primeira condição, pois estabelecem uma ordem para os prémios (em forma decrescente, do mais para o menos importante). O problema é que em muitos casos os prémios são oferecidos em dinheiro (contos ou barras de ouro) – como por exemplo na Lotaria, no Totobola, etc. Todavia, no período que interessa ao nosso estudo, estava bastante difundida em Portugal a prática de atribuir bens como prémios nos sorteios. Houve muitas instituições que, a partir da venda de rifas, premiavam os participantes do sorteio com um conjunto de bens normalmente ordenados segundo o seu valor económico.

Como é evidente, para que estas rifas fossem compradas os bens premiados deviam ter algum atractivo para os participantes. Os “primeiros prémios”²²⁵ destes concursos cumpriam essa condição. Para os participantes, é a possibilidade de aceder a determinados produtos, cuja aquisição seria difícil de outro modo, ou até mesmo impossível. Trata-se de bens duradouros que, sendo desejados, não podem fazer parte das despesas ordinárias familiares. Ainda é importante salientar que a sua obtenção num sorteio lhe dá um carácter de excepção para a maior parte da população; ou seja, podemos considerá-los como “bens excepcionais”²²⁶. A compra dos números para o sorteio é um bom indicador de que esses bens eram cobiçados pela população; por outras palavras, o facto de as rifas serem um sucesso comercial explica-se, justamente, pelo grau de atracção exercido pelos prémios²²⁷.

²²⁵ Consideramos “primeiros prémios” aqueles que, publicitados como os prémios mais importantes, induziam à compra dos números do sorteio. Dependendo do tipo de concurso podiam ser os primeiros cinco, dez, vinte ou até cinquenta, variando conforme a quantidade total de prémios. O potencial (ou grau de atracção) dos prémios era decrescente, segundo o lugar que ocupassem na ordem. Em princípio, a sua força atraente é inversamente proporcional ao seu lugar na lista de prémios, sendo que os primeiros lugares eram ocupados pelos “grandes prémios” ou mais desejados.

²²⁶ Uso aqui a noção de “bens excepcionais” para não os confundir com os “bens de consumo sumptuário”. Embora a fronteira entre estes dois tipos de bens seja ténue, podemos identificar como característica fundamental que enquanto o consumo sumptuário diferencia a elite do resto da população, o consumo excepcional pode introduzir algumas diferenças entre os membros da mesma classe, mas nunca estabelecer uma diferença de classe. Ou, em termos de Bourdieu, estes bens excepcionais não produzirão uma mudança no estilo de vida. Esta divergência está baseada em que as diferenças de estilo de vida remetem ao consumo de um conjunto de bens (e não apenas a um) e a uma série de gestos a eles associados.

²²⁷ Há um factor que não trabalharemos e que é importante para a compra dos números do sorteio: o facto de se tratar de um jogo representa um atractivo adicional para os consumidores.

Um modo de publicitar o sorteio, e ao mesmo tempo informar os consumidores sobre os prémios, era a apresentação na imprensa da “lista de prémios”. Seria possível admitir que estas listas são de certa forma representativas da ordem de preferências dos consumidores na época. Já se pensarmos nos efeitos produzidos por este tipo de divulgação na altura, poderemos dizer que as listas, elas próprias, foram veículos de estruturação das preferências sociais.

Resta saber se estas listas têm algum interesse para o investigador. A observar do ponto de vista do historiador, estas listas são os documentos que mais fielmente podem representar a ordem dos gostos sociais. Algumas vezes, estas listas têm a vantagem de incluir informações adicionais: explicando a metodologia, fazendo descrição dos prémios, incluindo a marca dos prémios, as casas fornecedoras, etc. Também, no que poderíamos chamar o contexto do sorteio, podem existir notas (ou publicidades) que descrevem os prémios, que falam dos premiados, etc. Assim sendo, a “lista de prémios” e, marginalmente, os documentos que informam sobre o sorteio constitui um conjunto documental de inestimável valor para a investigação.

O problema principal destes sorteios como base documental é que muitas vezes eram realizados apenas para situações singulares: construção de um estádio, ampliação do quartel dos bombeiros, etc. A utilização destes sorteios pode contribuir para o estabelecimento da ordem de valores para uma data determinada, mas o seu carácter excepcional impede a construção de uma série. Por outro lado, as lotarias de Natal (p.e. da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) mantiveram-se ao longo dos anos, mas ofereciam prémios em dinheiro e não em bens.

São poucos os casos de instituições que, por um lado, sorteiam bens e, por outro lado, existem durante um prolongado período de tempo. A revista *Eva do Natal*, abrangendo o nosso período de estudo, reúne estas duas condições que são necessárias para a construção da série. A estabilidade no seu preço e o aumento da tiragem permitem afirmar que se trata de um documento fidedigno para a construção da série (Ver Anexo VIII).

É sobretudo esse aumento na tiragem o que nos permite comprovar o sucesso que a revista *Eva do Natal* foi ganhando; sendo que este factor pode constituir também, e especificamente no caso dos prémios de Natal, um indicador do papel destas listas na formação dos gostos. Trata-se, assim, de reconhecer um certo poder formativo exercido pelas listas de prémios sobre os consumidores. Alguns mecanismos de sedução podem ter contribuído para este papel. De facto, todos os artigos e publicidades que a revista publicava

ao redor das listas também contribuíam para dar valor simbólico aos prémios. A título de exemplo, podemos ver como era publicitado o primeiro prémio do Natal de 1947:

“O primeiro carro a entrar em Portugal do novo modelo de 1948 do «Austin 10», que triunfa neste momento no “Salon” automóvel de Paris, será para o primeiro prémio da “EVA” do Natal”²²⁸

A apresentação dos prémios da Eva como bens “modernos” ou de “vanguarda” dava-lhe à lista de prémios um certo carácter performativo: a lista podia ser a lista dos valores sociais.

Quanto ao público visado e à sua representatividade para o nosso estudo, cabe observar que a revista estava dirigida às donas de casa de classe media urbana e, portanto, este documento pode contribuir para traçar uma série sobre a formação social dos gostos desta faixa da sociedade lisboeta no após guerra.

2.2. Eva do Natal: análise

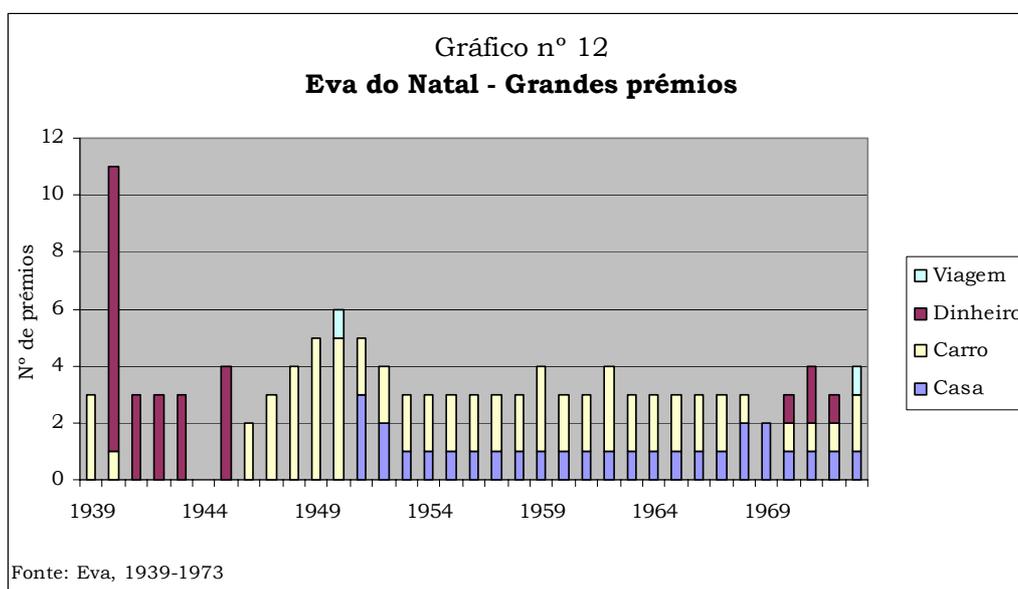
Na sequência das observações apontadas acima, faremos uma análise do conjunto documental constituído pelas listas de prémios da revista Eva do Natal, que foram publicadas entre 1939 e 1973²²⁹. Mas antes disso, convém referir duas questões gerais em relação à ordem que a revista estabelecia para os prémios: por um lado, que tal ordem tinha a particularidade de estar apresentada numa escala que pareceria estar directamente ligada ao valor monetário dos bens; por outro lado, pudemos constatar que esta ordenação não se verificava apenas no caso desta revista, uma vez que outros sorteios também propunham uma ordem semelhante. Com efeito, pode ver-se a título de exemplo deste último comentário o “Grande Sorteio de 1954, promovido pela Casa dos Rapazes da Cidade” para o estádio do F.C. Belenenses²³⁰, que, ainda que se trate de um sorteio excepcional, apresenta quase os mesmos produtos numa ordem próxima à da Eva do Natal do mesmo ano.

²²⁸ Eva, Novembro 1947, p.55.

²²⁹ Cabe sublinhar que em meados de 1974 se interrompe um ciclo na vida desta revista, que só irá voltar a ser publicada em 1975 sob uma nova direcção editorial. Isto quer dizer que no ano de 1974 – e pela primeira vez desde que começou – não há um número especial da Eva no Natal.

²³⁰ Cf. OS, 11-12-1954, p.7.

De um total de 300 prémios²³¹, a publicidade salienta normalmente um conjunto de **grandes prémios** que representariam “os grandes prémios da Eva do Natal”²³². Este conjunto de bens (entre três e cinco) pode estar constituído por: moradia, terreno, carro, dinheiro e (excepcionalmente) viagem. O gráfico nº 12 permite observar como evoluíram estes prémios. O carro constitui o primeiro prémio entre 1939 e 1950, embora durante a crise da guerra (1941-1945) fosse substituído por dinheiro. A partir de 1951 esse lugar é ocupado pelas moradias, passando os carros para uma segunda posição. A partir de 1970 são acrescentados dinheiro e uma viagem (1973).



Deste modo, podemos afirmar que no após guerra (1951-1973), os prémios mais importantes eram a casa, em primeiro lugar, e o carro, em segundo lugar. De algum modo, esta ordem pode estar a representar um dos desejos das famílias: o anelo de ter casa e carro próprios.

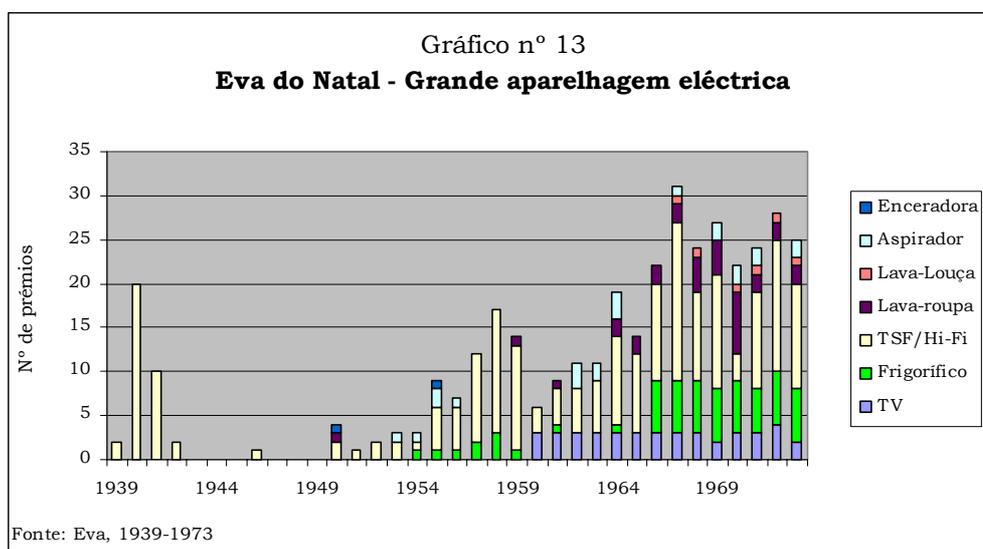
Depois deste primeiro grupo surge uma série de bens²³³ entre os quais se encontram os electrodomésticos. De entre estes, são aqueles que podemos considerar mais caros, os que geralmente se situam entre **os dez (ou 15) primeiros prémios**; constituindo um conjunto de aparelhos que, quer pelo preço, quer pelo tamanho, podemos chamar “grandes

²³¹ Embora o número de prémios mude para alguns anos, por exemplo durante a guerra, a quantidade mais representativa é de 300 prémios (74% entre 1939 e 1973).

²³² Outra denominação utilizada é “os primeiros prémios da Eva do Natal”.

²³³ É importante referir a existência de dois bens que ao longo de todo o período partilharam do lugar com os grandes electrodomésticos: a máquina de costura (1939-1973) e a máquina de tricotar (1961-1973). Veja-se uma análise pormenorizada destes aparelhos no Anexo IX.

electrodomésticos”. Para efeitos de simplificação da análise, foram agrupados sob essa categoria os seguintes electrodomésticos: o frigorífico, a máquina de lavar roupa, o aspirador, a encerradora, a TSF, o Hi-Fi e a televisão.



Em cada período, o prémio que encabeçava este conjunto (ou seja, o electrodoméstico considerado “principal”) foi mudando. Esta alteração – a incluir na maior parte dos casos, a passagem para um lugar secundário – poderia estar a mostrar uma mudança na formação social dos gostos. Até meados da década de ’50, o lugar principal foi ocupado pelas TSF’s. A partir de 1954, os frigoríficos ocupam essa posição, enquanto que em 1960 é cedida aos televisores. Já em 1970 os primeiros do conjunto serão os aparelhos de Áudio Hi-Fi.

Estes movimentos na ordem dos grandes electrodomésticos podem ser esquematizados tal como se apresenta no quadro nº4.

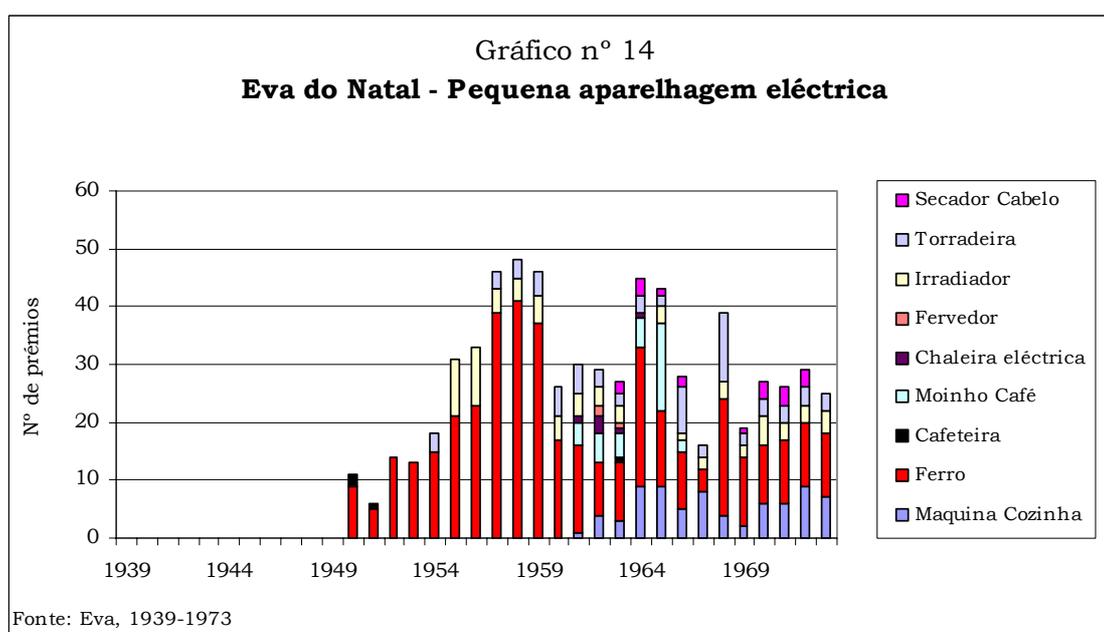
Quadro nº4: Ordem dos grandes electrodomésticos na Eva do Natal		
	Ordem segundo nº de prémio	
Período	Principal	Secundário
1950-53	TSF	TSF; máquina de lavar roupa ou aspirador
1954-59	Frigorífico	Frigorífico; TSF; aspirador ou máquina de lavar roupa
1960-69	TV	TV; frigorífico, aspirador ou máquina de lavar roupa; TSF
1970-73	Hi-Fi	Hi-Fi; máquina de lavar roupa ou lava-loiça; TV; Frigorífico*

* Neste período a ordem altera-se constantemente.

A leitura do quadro permite sublinhar algumas regularidades que se prendem com a relação entre a posição dos aparelhos nas listas, por um lado, e as suas funções²³⁴, por outro. Neste sentido, podemos dizer, em primeiro lugar, que o prémio principal está ligado basicamente às actividades de lazer (TSF, TV e HiFi)²³⁵. Em segundo lugar, o frigorífico – cuja função é a conservação – assume uma notável importância: ocupa o lugar mais importante entre 1954 e 1959 e, a partir desse período, sempre esteve entre os primeiros vinte e cinco prémios. Em terceiro lugar, os artigos de limpeza doméstica – como o aspirador e a máquina de lavar roupa (e a máquina de lavar loiça) – estarão sempre situados no plano secundário.

Para além disso, é possível observar regularidades no que diz respeito à mudança de posição dos aparelhos: por um lado, a ocupação do lugar “principal” poderá estar originada no carácter inovador dos aparelhos (TV em 1960-69 e Hi-Fi em 1970-73); por outro lado, a banalização (p.e. TSF a partir de 1954) pode explicar a deslocação para a posição secundária. Deste modo, a dinâmica social de inovação/difusão/banalização parece contribuir para explicar a mudança na ordem dos prémios.

A partir de 1950, a lista de prémios apresenta, depois dos grandes electrodomésticos e misturados com outro tipo de prémios, a **pequena aparelhagem eléctrica**. Nesse ano, ocupavam posições a partir da 20ª, sendo que iriam atingir lugares cada vez mais altos à medida que o tempo passasse (p.e. 135º em 1972). Deste grupo de aparelhos faziam parte o



²³⁴ Para a classificação dos electrodomésticos de acordo com as funções em que se baseia esta análise, ver o Anexo X.

²³⁵ A excepção é o frigorífico no período 1954-59.

ferro, o irradiador, a torradeira, a cafeteira, a chaleira, o secador de cabelo, entre outros.

Na evolução desta aparelhagem nos prémios, podemos identificar três períodos. Uma primeira fase (1939-1949) é marcada pela ausência desta classe de electrodomésticos. O segundo período iniciar-se-á em 1950, altura em que, como dissemos, começam a fazer parte dos prémios de Natal. Nesta fase, é de destacar a predominância do ferro face aos outros pequenos aparelhos. Finalmente, a partir de 1960 observa-se a diversificação e multiplicação (de tipos e funções) destes aparelhos entre os prémios oferecidos.

Em síntese, até 1950 o único aparelho eléctrico a ser oferecido como prémio era a TSF, o que demonstra a fraca posição dos aparelhos eléctricos enquanto prémios. Esta baixa presença é efeito da igualmente baixa difusão dos aparelhos na sociedade; por outras palavras, em 1950 estes aparelhos quase não faziam parte do quotidiano. Nessa altura, os electrodomésticos tampouco estavam associados à poupança de trabalho doméstico, e apenas tinham alguma presença no que diz respeito a lazer/informação. A publicidade, a venda a prestações e a electricidade cada vez mais barata serão fundamentais para a incorporação destes aparelhos no quotidiano de após guerra.

2.3. Evolução no consumo de electrodomésticos

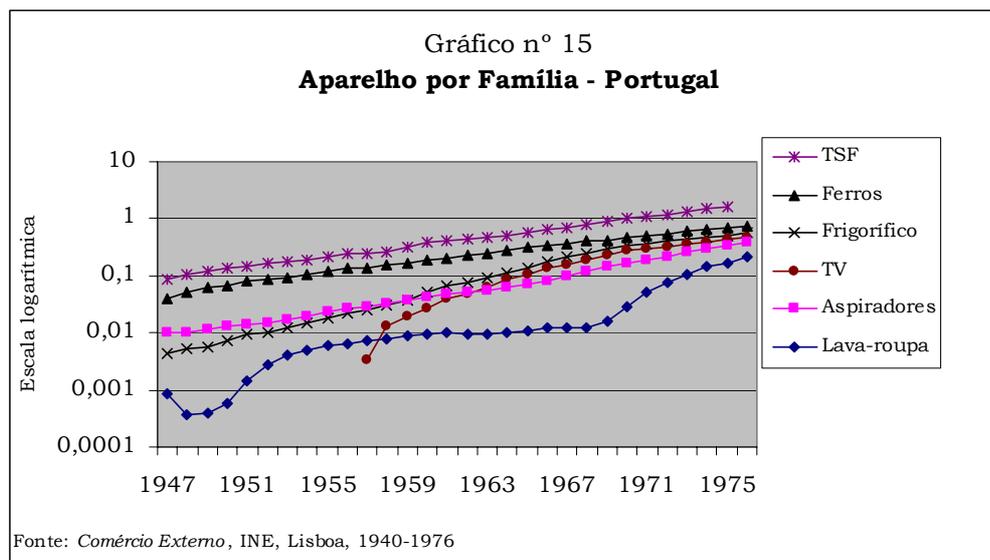
Considerámos a ordem estabelecida para a grande aparelhagem da Eva do Natal como um bom indicador da formação dos gostos da família. Resta saber como evoluiu o consumo real, ou seja, qual foi a tendência na difusão dos diferentes aparelhos. O objectivo desta secção é analisar o consumo de electrodomésticos, visando confirmar a evolução das prioridades observadas.

É difícil encontrar um documento que permita saber para cada momento quais e quantos eram os electrodomésticos presentes nos lares. É também difícil saber como evoluiu o uso que as famílias faziam destes aparelhos. De facto, não existem inquéritos às famílias que nos ofereçam elementos neste sentido. Assim sendo, para a construção de uma série que permita representar o consumo destes aparelhos será necessário recorrer a informações indirectas.

Por estas razões, usaremos dados sobre importações de aparelhagem eléctrica do Comércio Externo. Para a construção da série, consideraremos a importação de vários

electrodomésticos²³⁶, estimando a sua vida útil em dez anos²³⁷. Visto que adoptamos como unidade de observação estatística a família, ponderaremos os valores apurados em função do número de famílias.

No gráfico estão representados os aparelhos por família²³⁸. O “atraso relativo” dos aspiradores e, sobretudo, das máquinas de lavar roupa em relação aos outros electrodomésticos aqui representados vem confirmar a prioridade dos aparelhos de lazer (TSF e TV) e conservação (frigorífico). Assim, aparelhos como a máquina de lavar roupa ou o aspirador, destinados ao trabalho doméstico das donas de casa, não foram dos mais consumidos (ou seja, não foram prioritários) cedendo o primeiro lugar ao frigorífico, TV e TSF, destinados ao uso familiar. Nem a diminuição de empregadas domésticas (a partir da década de '50), nem o aumento do trabalho feminino fora de casa (que começou na década de '60), fizeram com que os electrodomésticos para a limpeza fossem uma prioridade, mesmo que poupassem trabalho às donas de casa. É possível concluir que, no após guerra, dominaram os aparelhos destinados ao entretenimento dos homens ou da família.



²³⁶ Dada a ausência de produção nacional e de exportação de electrodomésticos, consideramos a importação um bom instrumento para a medição do consumo. Para um estudo mais aprofundado desta questão ver: Bussola, Diego, *Difusão de aparelhos eléctricos de uso doméstico em Portugal (1945-1975)*, Actas do XXIII Encontro APHES em CD-Rom, Coimbra, 2003.

²³⁷ Para cada ano, serão somados os aparelhos importados nos dez anos anteriores. Isto traz duas vantagens: (1) Permite ter uma ideia mais aproximada da quantidade de electrodomésticos em uso em determinado momento; (2) Atenua as flutuações de ano para ano nas importações, próprias da acumulação de stocks.

²³⁸ É importante esclarecer que se o número for 1 não significa que 100% das famílias tenham esse electrodoméstico. Com efeito, esta forma de ponderação não diz nada em relação à distribuição dos aparelhos.

Todavia, interessará saber se os aparelhos de lazer eram aproveitados pelas donas de casa no seu dia-a-dia. Uma lisboeta, visitada por uma vendedora de aspiradores, expressava da seguinte maneira a sua relação com a televisão, no contexto do seu quotidiano:

- Desculpe o tempo que lhe roubamos. [Disse a vendedora]

- Oh que ideia! É o que me vale são estas pessoas que me batem à porta. Sempre se conversa e distrai. Porque de resto é sempre a mesma coisa: à sexta limpezas, ao sábado a sabonaria e mais a cozinha e o engomar e cozer, etc. Olhe que tenho 3 homens. E cada um come a sua coisa. É uma verdadeira vida de trabalho. (...)

«Mas a vida não pode ser assim só trabalhar. Sempre é preciso distrair um bocado» - comentava-se.

«Pois olhe eu tenho televisão e nunca a abro senão quando o meu marido está cá. Ou por outra só abro se fôr assim uma tourada ou um desafio de futebol».²³⁹

Ainda que se trate apenas de um depoimento singular, pode ter alguma representatividade para o conjunto das donas de casa, já que a televisão, quer pelo horário de uso (ao fim da tarde), quer pela programação, era um aparelho basicamente familiar (e não feminino). As telenovelas, introduzidas depois do 25 de Abril, tiveram uma enorme expansão desde o grande sucesso de “Gabriela” em 1977²⁴⁰. Quer pelo horário, quer pela temática, trata-se da primeira fórmula televisiva dirigida principalmente às mulheres com o objectivo de distrair. Deste modo, o crescimento exponencial dos TV’s, entre 1957 e 1975, veio complementar (ou até substituir em parte) a TSF como aparelho destinado à família. O estereótipo da dona de casa a assistir às telenovelas começará somente depois de 1977.

Alguns casos: a máquina de lavar roupa e o ferro

A título de exemplo, propomos observar a evolução no consumo de dois electrodomésticos para os que é possível identificar dois “modelos de difusão”²⁴¹ diferenciados: a máquina de lavar roupa e o ferro de engomar.

Se em 1987 43,6% dos lares portugueses tinha máquina de lavar roupa, uma década mais tarde este número ascenderia a 78,5%²⁴². Isto significa que em dez anos quase se

²³⁹ Cf. Eva, Agosto 1970, p.10.

²⁴⁰ Segundo a história da Rádio e Televisão Portuguesa (RTP): “Com “Gabriela”, a televisão já não dispensa a telenovela. E é assim que [em 1978], no espaço da Hora do almoço surge “Escrava Isaura”, a telenovela da Globo que lançou definitivamente Lucélia Santos.” Cf. <http://noticias.rtp.pt/web/historiartp/index70.htm>. O facto de a novela ser passada na hora do almoço, demonstra que estava principalmente dirigida às donas de casa.

²⁴¹ Nesta análise dos casos da máquina de lavar roupa e do ferro de engomar retomamos algumas ideias já desenvolvidas num trabalho anterior, nomeadamente o conceito de “modelo de difusão”. Cf. Bussola, Diego, *Difusão de aparelhos eléctricos de uso doméstico em Portugal (1945-1975)*, op. cit.

duplicou a quantidade de lares com este tipo de aparelhos, verificando-se uma taxa de crescimento média de 7%. Este aumento tão pronunciado foi causado pelo baixo ponto de partida, ou seja, pela fraca introdução das máquinas de lavar roupa no após guerra.

Embora estivesse presente desde cedo nas publicidades das CRGE (década de '30), nos prémios da Eva do Natal (1950), nas publicidades de jornais e revistas (década de '50), a sua incorporação alargada só começou a partir de 1969-70. Este comportamento no consumo foi o que em outro trabalho chamamos “modelo de difusão tardia”. A combinação de, pelo menos, três factores poderia explicar este fenómeno. Em primeiro lugar, o facto de se tratar de um aparelho de limpeza, de uso exclusivo das “domésticas” (empregadas domésticas ou donas de casa). Em segundo lugar, o seu elevado preço, que em 1950 era igual ou maior do que um frigorífico²⁴³. Em terceiro lugar, a existência de modalidades alternativas, como as lavadeiras ou a lavagem a mão feita pela dona de casa ou a criada. E ainda outros factores culturais devem ter influído neste atraso relativo – como o sentimento de orgulho das donas de casa portuguesas pela brancura da sua roupa²⁴⁴ ou o ideal de poupança (de água e electricidade).

Assim sendo, no breve espaço de três décadas (1968-1997) passou-se de 1,3%²⁴⁵ para quase 80% de lares com máquinas de lavar roupa. É somente em finais da década de '60 que se inicia uma fase de expansão e de massificação destes electrodomésticos.

Uma difusão tão restrita pode ter sido um elemento de diferenciação social. A ser considerado um artigo de luxo, significa que o seu consumo estava limitado à elite. Quando no período 1938-40, o Eng.º Ferreira Dias fez a experiência de “modernizar a sua casa” (de 215 m² e 10 divisões) com toda uma aparelhagem eléctrica, como se se tratasse de uma casa futurista, declarou não ter incluído a máquina de lavar roupa por esta ser *muito cara*²⁴⁶. Na altura em que foi desenvolvida a experiência, o então presidente da Junta de Electrificação Nacional – que tinha adquirido todo tipo de electrodomésticos –, não comprou a máquina de lavar roupa porque até era um artigo de *luxo*.

²⁴² Cf. Barreto, António, *A Situação Social Em Portugal, 1960-1999*, Lisboa, ICS, 2000, p.165.

²⁴³ Numa publicidade das CRGE da década de '50 os preços iam desde: máquina de lavar roupa, Esc. 3.500\$00; frigorífico 3.250\$00.

²⁴⁴ Como o sentido da brancura da roupa como ideal de aprumo que retrata uma ocupação socialmente qualificada, sendo a não sujidade um elemento indicativo de trabalho no braçal ou “não mecânico” – para usar a terminologia do Antigo Regime. Cf. Vigarello, Georges, *O limpo e o sujo*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1988.

²⁴⁵ Os valores apurados a partir de considerar a vida útil em 10 anos foram: 1968 (1,3%), 1969 (1,6%), 1970 (2,9%), 1971 (5,2%). Estes números confirmam a baixa percentagem de famílias com máquinas de lavar roupa em começos da década de '70.

²⁴⁶ Cf. Ferreira Dias, José, "Uma casa electrificada", in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, vol.nº50, 1941, p.87.

Apenas a partir da década de '70, deixaria a sua condição de artigo de luxo ou de objecto de consumo conspícuo²⁴⁷, ingressando nos lares de classe média. Esta mudança pode ter significado um ponto de inflexão no quotidiano das donas de casa.

Bem diferente do caso anterior é o consumo do ferro de engomar, que pode ser representado por outro modelo de difusão. Por se tratar de um aparelho que vem substituir um outro já incorporado no quotidiano, podemos falar de uma **difusão por substituição**. A sua característica central radica na presença anterior do aparelho baseado numa outra tecnologia (neste caso, na fonte de energia do carvão que aquece a superfície do ferro)²⁴⁸.

Para compreender o processo de substituição teremos de recuar até à década de '30, no intuito de avaliarmos as diferenças nas importações dos ferros eléctricos e dos ferros não eléctricos. Em 1930, 81% dos ferros importados eram a carvão, mas essa percentagem cairia para 30% em 1932 e 13% em 1937²⁴⁹; mostrando que a década de '30 houve uma significativa substituição. Já em 1959 apenas 0,6% dos ferros eram 'não eléctricos'. Assim, é principalmente na década de '30 que se verifica uma substituição significativa dos ferros 'não eléctricos' pelos 'eléctricos'.

Por se tratar de um aparelho relativamente barato e cujas funções eram já conhecidas, foi o electrodoméstico de difusão mais rápida, junto da TSF. Passou-se de 13,1% a 20,24% dos lares lisboetas electrificados (60.000 e 109.000) a terem ferro eléctrico entre 1930 e 1936, respectivamente²⁵⁰. A incorporação rápida fez com que este aparelho estivesse muito difundido. Este começo de difusão nos alvares da electrificação pode ajudar a compreender a baixa taxa de crescimento²⁵¹ no período de pós-guerra.

A **difusão tardia** da máquina de lavar roupa significa que, enquanto artigo de luxo, só uma camada alta da sociedade dispunha deste aparelho. Como consequência, apenas a partir dos anos '70 as tarefas de lavagem de roupa deixaram de ser feitas à mão na maior parte dos lares. A **difusão por substituição** do ferro implica que o surgimento da versão eléctrica do aparelho não veio instaurar um modo diferente de realizar uma tarefa, mas sim possibilitar a opção por uma outra fonte de energia e outra qualidade. Isto pode ter produzido alguma identidade e diferenciação social entre as camadas médias e baixas da

²⁴⁷ Cf. Baudrillard, Jean, *Para uma crítica da economia política do signo*, Lisboa, Edições 70, 1995, p.51-79.

²⁴⁸ Um outro exemplo deste tipo de difusão é a iluminação (passou-se de gás e petróleo para electricidade). Também o fogão eléctrico e o aquecimento eléctrico fazem parte deste modelo de substituição.

²⁴⁹ Para a década de '30 não eram referidas as unidades importadas nas estatísticas do INE, mas as quantidades apresentadas eram as toneladas totais importadas por ano. Isto obrigou a usar essa medida para realizar a comparação.

²⁵⁰ Ver Faria, Fernando, "Electricidade e modernização do quotidiano", in Faria, F. and Maria Helena, F. (ed.), *Electricidade e Modernidade*, Lisboa, EDP, 2000, p.63.

²⁵¹ Esta taxa é baixa em relação à taxa de crescimento dos aspiradores e frigoríficos. Ver Gráfico nº 15.

sociedade. Cada modelo dá, assim, pistas sobre a diferença do impacte no quotidiano dos diferentes aparelhos.

Note-se que estamos perante dois modelos que podem ser considerados extremos no conjunto dos electrodomésticos. O primeiro, ingressou massivamente nos lares no final do nosso período de estudo. O segundo, no fim da guerra já estava bastante difundido. São a cota inferior e superior de um processo que se concretizou no após guerra.

2.4. Uso de electrodomésticos em Lisboa

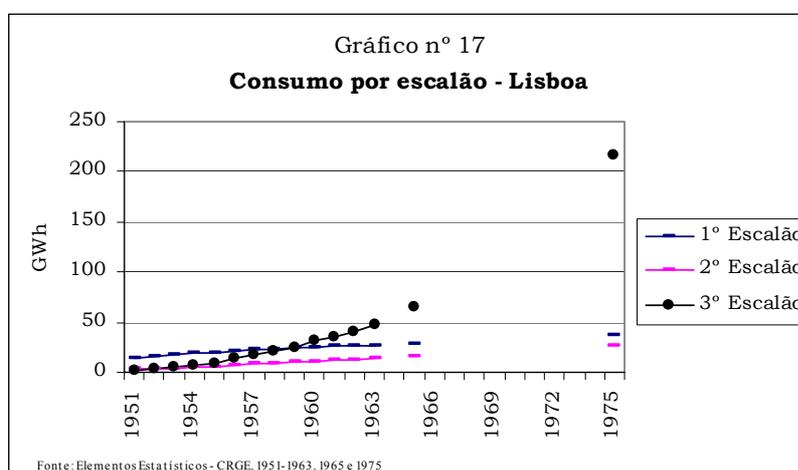
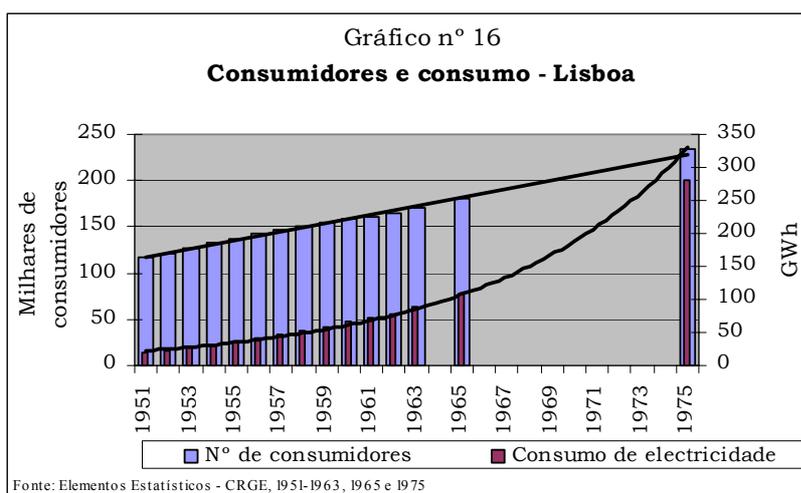
Falta ainda saber quantos eram os lares lisboetas que tinham electrodomésticos. Este aspecto é de difícil conhecimento no após guerra, já que não contamos com dados relativos à distribuição de electrodomésticos na capital. Contudo, mais uma vez existe a possibilidade de usar informação indirecta. Na base do consumo de electricidade, e do escalão atingido, podemos esquematizar o uso efectivo de aparelhos eléctricos nesses lares²⁵². Este método de análise tem a vantagem de medir o uso efectivo de electrodomésticos, e não a quantidade existente; já que ter aparelhos não é a mesma coisa que os usar²⁵³.

Teremos, em primeiro lugar, que saber se o aumento do consumo foi causado por um aumento no número de consumidores, por um aumento no consumo de iluminação ou por um aumento no consumo de electrodomésticos. Em segundo lugar, será necessário saber como evoluiu a quantidade de lares que usava electrodomésticos, isto é, quantas eram as famílias que consumiam electricidade para o uso de electrodomésticos.

A analisar os dados sobre consumo das tarifas degressivas, foi encontrado que o crescimento no número de consumidores e do consumo de electricidade, no primeiro e segundo escalões, foi linear, enquanto que o crescimento do consumo no terceiro escalão foi exponencial (ver Gráficos nº 16 e 17). Isto mostra que tanto a incorporação de novos consumidores como o consumo de iluminação (1º escalão) cresceu de forma diferente do consumo de electricidade para electrodomésticos (3º escalão). Assim sendo, o crescimento exponencial da electricidade (baseado no consumo do 3º escalão) deveu-se ao *uso* cada vez mais alargado de electrodomésticos e não à incorporação de novos consumidores.

²⁵² Parte desta análise já foi feita na última secção do capítulo 2.

²⁵³ Os inquéritos mais recentes (1987-97) medem a proporção de aparelhos, mas não o seu uso real. Ter um aspirador e usá-lo uma 1 ou 30 horas por mês é muito diferente. Este segundo aspecto é medido pelo consumo de electricidade, enquanto que o primeiro é medido pelas condições de vida das famílias.

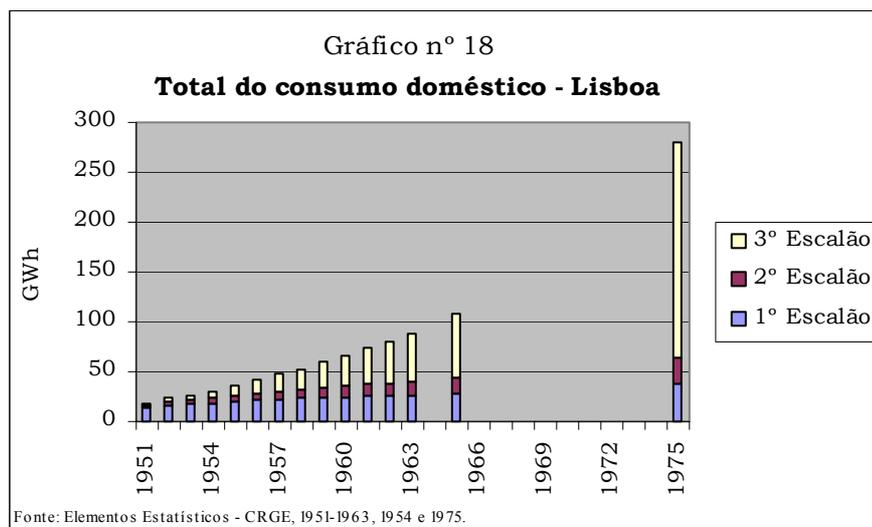


Na sequência do analisado no capítulo 2, também na base dos consumidores que atingiram os diferentes escalões, podemos afirmar que em 1951: (1) os “consumidores pobres” não dispunham de qualquer aparelho eléctrico que não fosse a lâmpada; (2) a maior parte dos consumidores lisboetas usava electricidade somente para iluminação (77%)²⁵⁴; (3) uma percentagem reduzida (16%) podia, além de iluminação, ter aparelhagem pequena (p.e. rádio e ferro); (4) apenas 8% dos consumidores domésticos podia usar grande aparelhagem (p.e. frigorífico, máquina de lavar roupa, aspirador, etc.). Estes números confirmam as tendências verificadas para o conjunto do país em que a pequena aparelhagem teve um

²⁵⁴ Estas percentagens foram apuradas sobre o total de consumidores inscritos nas tarifas degressivas. A percentagem de famílias inscritas nas tarifas degressivas foi crescendo de 60% em 1951 para 91% em 1975. (Estes dados foram apurados a partir dos consumidores de TD e do número das famílias dos recenseamentos da População). É importante não esquecer que uma parte significativa das famílias tinha electricidade por outros meios (várias famílias morando num fogo, tarifas para pobres, habitação e trabalho sob o mesmo teto, etc.), já que segundo o Recenseamento Geral da População de 1950 apenas 19% das famílias de Lisboa não tinha electricidade.

desenvolvimento anterior aos grandes aparelhos. Uma das causas deste fenómeno é o preço inferior destes aparelhos em relação aos grandes electrodomésticos.

Se em 1951 o uso de electricidade estava reservado a iluminação e pequena aparelhagem, a expansão no consumo no terceiro escalão demonstra que, num período de 25 anos, o consumo de electricidade cresceu de forma exponencial, produto do uso cada vez mais alargado dos grandes electrodomésticos. No entanto, no dealbar da democracia muitas das famílias lisboetas ainda não tinham, ou melhor não usavam, nenhum electrodoméstico. Assim sendo, em 1975 26% das famílias lisboetas (1º escalão) usavam a electricidade somente para iluminação. Este número alarga-se para 29% se considerarmos apenas o uso de pequena aparelhagem: ferro, torradeira, etc. (Ver Gráfico nº 6, capítulo 2). Estes números indicam que quase 30% dos lares lisboetas em 1975 não usava (nem tinha) aparelhagem média e grande como: frigorífico, TV, máquina de lavar roupa, aspirador, etc. Estes valores são apenas cotas mínimas, já que podiam existir famílias que, consumindo no terceiro escalão, não tivessem qualquer aparelho eléctrico; embora isto fosse pouco provável²⁵⁵.



Deste modo, o crescimento no consumo de electricidade no após guerra foi altamente significativo devido ao uso de electrodomésticos, que esteve caracterizado por: (1) o baixo ponto de partida, em 1951; (2) a rápida incorporação por uma parte importante dos lisboetas. Se como afirmámos o terceiro escalão representa o consumo dos electrodomésticos, o gráfico nº18 mostra a evolução no uso destes aparelhos em Lisboa.

²⁵⁵ Uma casa de até 3 divisões devia consumir, para atingir o terceiro escalão, mais de 14kWh por mês, ou mais de 467 watts/hora por dia (p.e. 3 lâmpadas de 40 watts durante 4 horas por dia = 480 watts), todos os dias.

CAPÍTULO 5: EM JEITO DE CONCLUSÃO

Talvez uma das conclusões mais importantes a retirar desta investigação seja o papel medular que ganham os regimes tarifários para compreender os processos de consumo doméstico de energia e dos electrodomésticos (enquanto bens necessários para um tal consumo energético). Neste sentido, a proposta para este último capítulo é retomar algumas das ideias que consideramos fundamentais no nosso estudo, no intuito de introduzir uma discussão sobre o regime tarifário do ponto de vista dos consumidores. Esta discussão levar-nos-á a observar a relação entre o regime tarifário e as políticas públicas.

Para tal, começaremos por uma fase de síntese dos capítulos precedentes, depois destacaremos a relevância do regime tarifário para as políticas públicas e, finalmente, abordaremos o caso do regime tarifário pós-25 de Abril. A decisão de acabar esta dissertação introduzindo uma análise que excede o nosso período de pesquisa justifica-se no interesse de explorar uma das possíveis linhas de reflexão (e investigação) das várias que poderão ser desenvolvidas a partir das questões colocadas no trabalho.

Ao longo do trabalho observámos o conjunto de factores que rodeiam uma situação que, por senso comum, muitos poderiam afirmar: no após guerra houve uma difusão alargada dos electrodomésticos em Lisboa. A incorporação no quotidiano e o uso cada vez mais frequente destes aparelhos foi acompanhado de mudanças na denominação, passando da forma composta, “aparelhos eléctricos de uso doméstico”, à forma simplificada, “aparelho electrodoméstico”, e, finalmente, à forma substantiva, “electrodoméstico”. O emprego alargado da identificação dos aparelhos como “electrodomésticos” coincide com a crise do petróleo, altura em que confluem outros dois processos que estiveram mutuamente condicionados com o anterior: por um lado, uma diminuição na quantidade de empregadas domésticas e mulheres dedicadas exclusivamente às tarefas domésticas; por outro lado, o ingresso das mulheres ao mercado de trabalho. Como consequência disto, a criada deixou o lugar dentro da família e foi progressivamente substituída, no após guerra, pelos electrodomésticos e, na década de '80, também pela mulher-a-dias. A dona de casa viveu um processo de transformação de “senhora” em “doméstica”, que se materializou na realização das tarefas domésticas diárias e na herança do desprestígio associado às tarefas domésticas. Em termos de vida doméstica, todo este processo transformou o lar num espaço cada vez mais privado e mais mecanizado.

Para a família (enquanto unidade de consumo), na altura da guerra, os criados eram a primeira escolha. Mais tarde, começaria uma fase em que a paulatina diminuição no número de criados iria ser de certa forma compensada pela incorporação dos electrodomésticos. Todavia, convém sublinhar que não será esta a única razão da entrada dos aparelhos nos lares, dada a relativa diversidade de funções a que podem ser associados (limpeza, alimentação, lazer, informação, etc.). Com efeito, pode dizer-se que duas variáveis foram importantes na escolha dos aparelhos: a função e o preço. Como seria de esperar os aparelhos mais baratos difundiram-se mais rápido (ferro e TSF). Quanto às funções, é importante lembrar que os aparelhos de lazer/informação (Hi-Fi, TSF e TV) foram incorporados muito mais rapidamente que os de limpeza (aspirador e máquina de lavar roupa). O quotidiano do pós guerra difundiu assim o uso alargado de electricidade, mais destinado ao lazer do que ao trabalho doméstico. De modo que, a mecanização alargada do trabalho doméstico só acontecerá depois do 25 de Abril.

Vimos que as medidas adoptadas durante a guerra possibilitaram a substituição dos antigos combustíveis pelo gás e que houve a “resistência” deste combustível face à electricidade. A mudança de interlocutor das CRGE na altura da guerra, que relegou a CML para segundo plano, fez com que neste processo de difusão das “energias modernas” fossem fundamentais dois actores: o Governo central e as CRGE. O centro do conflito esteve na relação entre os custos de produção e as tarifas de venda de energia. Os custos de produção não foram compatíveis com os desejos do Governo de manter sem alteração as tarifas (ou mesmo baixá-las). Embora as CRGE fizessem ampliações e alterações tecnológicas nas centrais, a produção energética das centrais a carvão tinha os dias contados. A solução foi a compra de energia final a terceiros²⁵⁶, ou seja, a conversão das CRGE de produtora/distribuidora em distribuidora em Lisboa e alguns concelhos circundantes (rede secundária). Isto foi possibilitado pela construção da Rede Eléctrica Nacional (rede primária), que unificou o mercado com uma infra-estrutura de transporte e um sistema de portagens.²⁵⁷ Até à crise do petróleo foi possível manter um equilíbrio entre os lucros da empresa, a queda no preço médio pago pelos consumidores e as políticas públicas.

As decisões originadas na relação Governo/CRGE foram fundamentais para a ligação entre o consumo de gás e electricidade, que se materializaram em: tarifas inferiores ao custo, multas por excesso, aumentos e descidas nas tarifas. Cada uma destas acções

²⁵⁶ As CRGE compravam a energia produzida pela Hidroeléctrica do Zêzere na Central de Castelo de Bode. A energia era entregue pela Companhia Nacional de Electricidade.

²⁵⁷ Neste período, os preços da energia que recebe Lisboa deixam de ser independentes da concorrência de preços do país coberto pela rede de alta tensão.

acabou por influenciar as tendências no consumo. Assim sendo, em Lisboa houve um crescimento excessivo do gás no começo da guerra, que foi atenuado em 1944, e um crescimento exponencial da electricidade a partir de 1944. No após guerra, todo este processo foi acompanhado por uma propaganda oficial que fomentava o consumo de electricidade e a poupança de gás na capital. À electricidade cada vez mais barata, adicionou-se a crença de que se tratava de uma fonte económica; de modo que as condições reais e as percepções iam no mesmo sentido. Todavia, a comparação com os preços da electricidade no Porto gerou um descontentamento constante na capital. O resultado de todo este processo foi a modernização dos lares lisboetas, expresso num crescimento exponencial do consumo de electricidade e aritmético do gás.

Questões formais de políticas públicas

Da análise realizada infere-se que o regime tarifário e as tarifas são o nó da articulação entre o Governo, as empresas fornecedoras de energia e os consumidores domésticos. Podemos apresentar quatro questões que mostram a relevância da escolha das tarifas e do regime tarifário para as políticas públicas:

1. O regime tarifário pode ser mais ou menos redistributivo.
2. O regime tarifário pode fomentar o consumo ou a poupança de energia.
3. A opção para alternativas energéticas de diferentes regimes tarifários (e tarifas) gera uma dependência do caminho.
4. O preço médio da unidade de energia vendida depende da tarifa e do regime tarifário.

Estas questões fazem parte dos problemas das políticas públicas porque vinculam os actores e os recursos energéticos do País. Podem afectar os consumidores (1 e 2), os recursos energéticos (2 e 3) ou as empresas (4). Assim sendo, as tarifas, e sobretudo, o regime tarifário constituem uma questão ligada às políticas públicas.

A preocupação principal das empresas é o lucro e, portanto, a relação entre o custo médio da energia (adquirida ou produzida) e valor médio pago pelos consumidores. Em situações como a actual, de crescente desregulação da economia, ou seja de uma flexibilização do mercado energético, pode acontecer que os valores das tarifas sejam definidos a partir das leis do mercado. Porém, cabe ao Estado intervir na definição do regime tarifário, já que faz parte das regras básicas e da orientação que pretende dar aos recursos energéticos e à distribuição dos ingressos. Assim sendo, até num contexto de

flexibilização, a definição do regime tarifário não pode ser estabelecida apenas pelos interesses empresariais. O regime tarifário do após 25 de Abril é paradigmático de uma situação na que tiveram excessivo peso os interesses da empresa. A política desenvolvida mostra uma contradição entre o conjunto dos objectivos e a fórmula escolhida, sendo que as intenções foram num sentido e o regime tarifário aplicado num outro. Apenas um dos objectivos estava enquadrado no regime tarifário: o equilíbrio empresarial.

1. Depois da nacionalização

Como salientámos várias vezes, o veículo fundamental para fomentar o consumo de electricidade em Lisboa foi o regime tarifário degressivo, que vigorou durante o após guerra. Em Março de 1977 foi introduzido, pela Electricidade de Portugal (EDP), um novo sistema tarifário que alterava o anterior, facturar separadamente a **potência** e a **energia consumida**. Está bastante difundida a ideia de que este novo regime tarifário teve um carácter mais “social” que as tarifas degressivas. Na altura do seu estabelecimento, um relatório justificava a sua incorporação em que o custo (para os consumidores) era directamente proporcional ao conforto. Salientava-se que, contrariamente ao que acontecia com as tarifas degressivas, penalizava os grandes consumidores e beneficiava os pequenos:

“Reparemos que esta [nova] tarifa obriga os utilizadores a pagarem apreciavelmente mais, à medida que se rodeiam de conforto, mas proporciona preços médios razoáveis, se efectivamente dão utilização ao equipamento de que dispõem.

A existência de preços independentes do consumo, isto é, não degressivos, porque reflecte a imputação dos encargos fixos pelos montantes solicitados de energia e de potência, incidindo mais fortemente sobre os maiores consumidores – e não sobre os menores, como sucederia com a consideração de parcelas independentes dos consumos ou de escalões com preços degressivos – impede a apropriação das economias de escala pelos maiores consumidores e **beneficia os mais pequenos**, geralmente de menor capacidade económica.

A facturação separada da potência e da energia, isto é, a não adopção de uma taxa fixa única, próxima do valor médio resultante, parece convir bem para o nosso país. Com efeito, **existem ainda na nossa sociedade grandes assimetrias sociais**, face às quais uma pseudo-neutralidade apenas acentua e reforça privilégios, que importa tratar desigualmente.”²⁵⁸
(sublinhado meu)

Segundo Jaime Ferreira e João Figueira este novo regime foi vivido na época como sendo mais igualitário relativamente ao anterior das tarifas degressivas. Ao descreverem as

²⁵⁸ Cf. Leite Garcia, António, "Linhas gerais do novo sistema tarifário", in *Electricidade*, vol.nº 130, 1977, p.61.

tarifas ainda existentes em 1976, e a sua alteração posterior, expressavam a relação entre as diferentes tarifas da seguinte maneira:

“Estas tarifas eram “degressivas”, ou seja, implicavam preços diferenciados para a energia consumida, baixando do primeiro até ao terceiro escalão, consoante fosse atingido um determinado consumo. Por este método de fixação dos preços, os consumidores que mais gastavam acabavam por pagar um preço progressivamente mais baixo. **Este carácter “degressivo” era fonte de desigualdades** e qualquer medida tendente a corrigir esta situação teria um enorme alcance social, alterando o princípio do sistema tarifário, dando-lhe um **carácter igualitário**, adequado ao espírito do período então vivido.”²⁵⁹ (sublinhado meu)

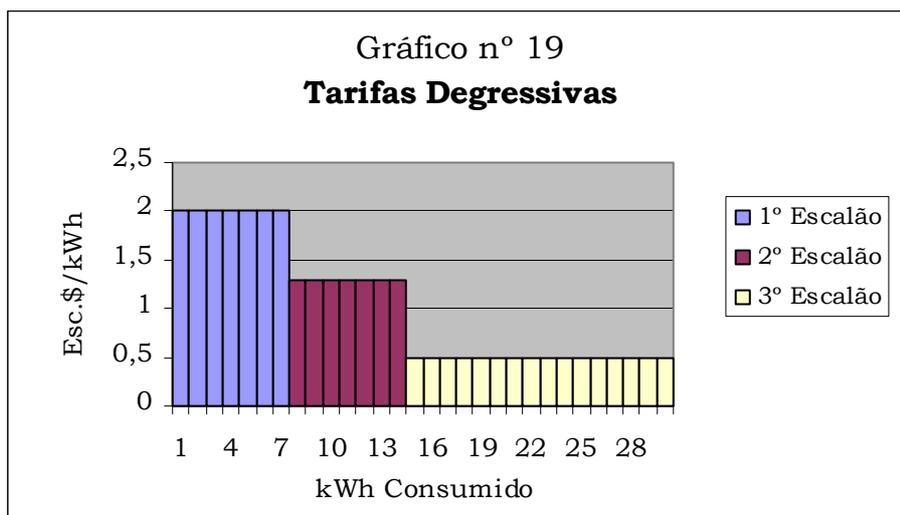
Embora restem poucas dúvidas da “desigualdade social” das tarifas degressivas, surgem algumas questões em relação às vantagens do novo sistema tarifário. Embora fossem vários os objectivos²⁶⁰ que justificavam a alteração, o novo regime aplicado serviria somente para um deles: equilibrar as contas da EDP. Apesar dos argumentos esgrimidos na época, este regime não alterou as desigualdades existentes nas tarifas degressivas e, portanto, não beneficiou os pequenos consumidores lisboetas. Assim sendo, para estes consumidores a mudança foi muito mais “estética” do que real. Até que ponto este novo regime tarifário (potência + energia) diferia do anterior (tarifas degressivas)? No caso de terem algumas diferenças, o novo sistema era de facto mais “social”?

Imaginemos um caso hipotético que represente o que sucedia entre 1958 e 1976 para 1-3 divisões. Suponhamos um pequeno consumidor que tivesse usado 30 kWh num mês²⁶¹. Para ele, a tarifa degressiva estabelecia uma cota de 7 kWh para o primeiro escalão (Esc. 2\$00) e 14 kWh (7+7) para o segundo escalão (Esc. 1\$30) e todo o resto era consumido no terceiro escalão a Esc.0\$50. A área total do gráfico nº19 representam o que deveria pagar.

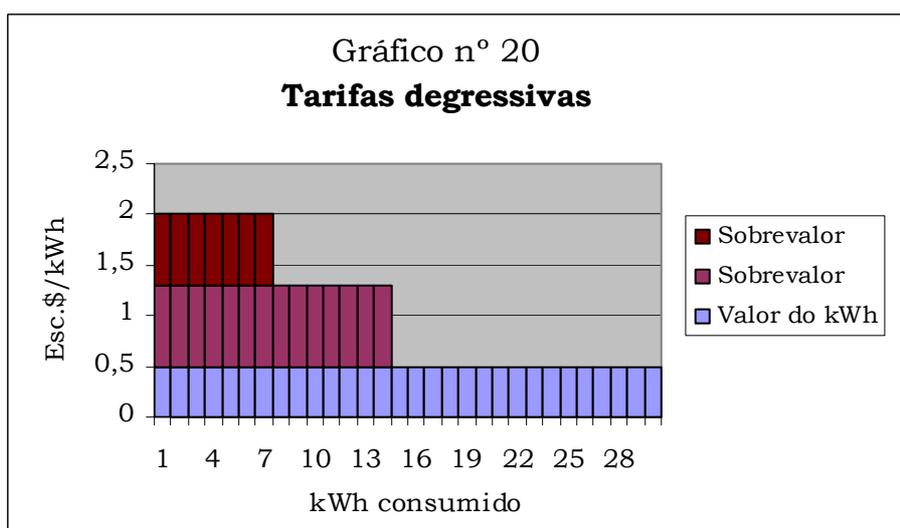
²⁵⁹ Cf. Ferreira, Jaime e Figueira, João, *A electrificação do centro de Portugal no século vinte*, Lisboa, EDP, 2001, p. 57-58.

²⁶⁰ Os objectivos das mudanças no sistema tarifário eram: (1) Unificação tarifária do País; (2) Estabelecimento de um regime tarifário “mais social”; (3) Responsabilização dos consumidores a partir de pagar tarifas que reflectissem os custos de produção; o que também induziria à poupança; (4) Equilibrar as contas da EDP. Ver: Leite Garcia, António, “Linhas gerais do novo sistema tarifário”, op. cit.

²⁶¹ Embora o número seja arbitrário podemos apontar algumas características que permitem afirmar que se trata de um pequeno consumidor. (1) Consumirá uma média de 1kWh por dia. (2) Não terá usado frigorífico (1kWh/dia), nem aquecimento eléctrico (para a água, para o ambiente ou para a cozinha). (3) Se tiver TV (100watts/hora aprox.), caso difícil num pequeno consumidor, não a terá usado durante muito tempo, já que 10 horas de uso implicariam o total a ser usado no dia. Por todas estas razões quem consome 30kWh/mês pode ser considerado um pequeno consumidor. (4) Poderá ter usado electricidade para iluminação e para pequena aparelhagem: ferro, rádio, torradeira. Um outro aspecto muito importante é que para não usar mais do que 5A de potência deverão ficar de fora muitos aparelhos: aquecimento, aspirador, máquina de lavar roupa, etc.



Se apresentarmos os mesmos valores sob um critério diferente, vemos que são poucas as diferenças entre as tarifas degressivas e o regime tarifário da potência. Se considerarmos que o preço do kWh é de Esc.0\$50 (energia), o que chamamos “sobrevalor” vem ocupar o lugar da potência no esquema tarifário após 1976 (ver gráfico n° 20). Portanto, em termos de esquema, as tarifas degressivas e o sistema da potência têm o mesmo princípio. Em primeiro lugar, um elevado custo inicial, expressado nos 1º e 2º escalões das tarifas degressivas e na potência do novo sistema tarifário; em segundo lugar, um valor constante do kWh, equivalente ao 3º escalão das tarifas degressivas e ao preço do kWh no sistema da potência.



Se em termos de esquema os dois sistemas são semelhantes, a questão que se põe é, justamente, qual seria a diferença entre eles. No exemplo hipotético (gráfico n° 19 ou 20), o utente estaria a pagar uma média de 1\$04 por kWh (a valores de 1974), 1\$17 por kWh (a

valores de 1975) e 1\$37 por kWh (a valores de 1976). Agora olhemos para este pequeno consumidor sob o regime estabelecido a partir de 1977²⁶². Imaginemos que estivesse entre os que pagavam menos potência (1,1 kVA ou 5 amperes). Se fizéssemos a mesma análise para os valores posteriores pagaria: Esc.22\$00 (potência) + Esc.30\$00 (energia). Esse consumidor pagaria uma média de 1\$73 por kWh. Se tivesse alguma aparelhagem que exigisse mais potência (p.e. aspirador) pagaria 3\$20 por kWh (3,3 kVA ou 15 amperes).

Quadro nº 5							
Consumidor de 3 divisões							
Ano	Tarifa Degressiva (Esc.\$/kWh)			Total	Total	Média	Esc.\$
	1º	2º	3º	KWh	Esc. \$	Nominal	Real ²⁶³
1974	2	1,3	0,5		31	1,04	1,04
1975	2	1,4	0,7		35	1,17	1,00
1976	2,2	1,6	0,9		41	1,37	1,02
Consumo (kWh)	7	7	16	30			
					Total	Média	Esc.\$
	Tarifa com potência			Consumo	Esc. \$	Nominal	Real
1977	1,1 kVA	5 Amperes		30	52	1,73	1,03
1977	3,3 kVA	15 Amperes		30	96	3,20	1,90

Vemos, assim, que a diferença fundamental não esteve no regime tarifário, mas nos valores efectivamente aplicados. Em termos proporcionais, no sistema da potência o “sobrevalor” foi muito maior que no sistema das tarifas degressivas, o que permitiu elevar o preço médio (no nosso caso hipotético) do kWh vendido de 1\$37 para 1\$73 (ou 3\$20). Todavia, este aumento do preço médio não é um atributo do sistema das potências, mas do seu modo de aplicação. Portanto, o pequeno consumidor não deve ter considerado (em nenhum dos casos) este regime muito “social”.

Surge, então, a questão de saber por que são semelhantes e qual seria um regime mais redistributivo. Os dois regimes são similares porque, para o consumidor, o custo marginal é sempre inferior ao custo médio do kWh²⁶⁴. Ou seja, poderiam ter continuado a vigorar as tarifas degressivas mas com cotas superiores para cada escalão²⁶⁵ e o resultado teria sido o mesmo. A consequência destes regimes é que fomentam o consumo (e não a

²⁶² O novo regime fixava o valor em Esc.1\$00/kWh e a potência em Esc.20\$00kVA/mês.

²⁶³ A preços constantes de 1974.

²⁶⁴ Isto acontece sempre que não seja necessário aumentar a potência contratada. O sistema é semelhante ao das empresas em que o custo marginal é inferior ao custo médio, até ao momento em que são necessários novos investimentos.

²⁶⁵ As cotas por escalão podem ser consultadas no Anexo I.

poupança). Um regime tarifário diferente destes dois é o de tarifas progressivas, já que nesse caso o custo marginal é sempre superior ao custo médio. Por um lado, os que mais consomem pagam valores mais elevados; isto quer dizer que uma tarifa progressiva é muito mais “social” do que qualquer um destes dois sistemas usados para a energia eléctrica. Por outro lado, o facto de o custo marginal ser superior ao médio fomenta a poupança.

Contudo, existem algumas diferenças entre os dois sistemas tarifários, embora pouco relacionadas com o seu carácter “social”. A primeira diferença é que a potência obriga a pagar uma determinada quantia mesmo sem consumir energia. A segunda diferença é o critério: por divisões da casa ou por quantidade de aparelhos.

2. Problemas do novo sistema, da perspectiva do consumidor

Como foi mostrado, as tarifas degressivas como regime tarifário eram tão “progressivas” como o sistema da potência com preços do kWh fixo. Se em algum aspecto o novo regime tarifário foi mais “social”, deveu-se ao facto de introduzir taxas elevadas para os consumidores de mais potência, o que poderia ter sido feito com as tarifas degressivas²⁶⁶. Poderíamos fazer com que estes regimes fossem quase iguais²⁶⁷ ao estabelecermos uma cota de consumo por divisões para atingir o seguinte escalão igual ao valor atribuído a cada potência²⁶⁸.

Todavia, os regimes são diferentes e o novo apresenta um problema ligado ao custo de informação que as tarifas degressivas não tinham: o consumidor deve ter a capacidade de avaliar se “necessita” de uma determinada potência. Imaginemos um consumidor racional que decide informar-se para saber de que potência necessita. Como é uma pessoa organizada guardou todos os manuais dos electrodomésticos (na mesma gaveta). Vai procurar neles a potência necessária para cada um dos aparelhos para fazer o cálculo e assim saber de que potência necessita. Infelizmente, essa informação nem sempre está (ou até quase nunca), embora seja geralmente apresentado o consumo (p.e. 800 Watts/hora). Se fizer a soma de

²⁶⁶ Por exemplo, um método poderia ter sido introduzir cotas muito mais elevadas para passar de um escalão para o seguinte (para as casas com mais de 5 divisões). Esta mudança nas cotas teria tido o mesmo efeito que o pagamento de altas taxas para determinada potência.

²⁶⁷ Todavia, existe uma diferença. Num caso o parâmetro é o número de divisões e no outro é a “potencialidade” de consumo a partir da quantidade de aparelhos. Que possa ser considerado “mais social” um ou outro parâmetro mereceria um estudo aprofundado dos modos de vida dos lisboetas. Em princípio, não há indícios sólidos que permitam considerar um deles melhor do que o outro.

²⁶⁸ Para considerar as tarifas degressivas como o sistema da potência, simplesmente temos que considerar todos os valores pagos por cima do terceiro escalão como a potência (p.e. todos os kWh consumidos no 1º e 2º). A vantagem neste caso seria que quando não se consome não se paga.

todos os aparelhos e encontrar a fórmula (que permite passar de Watts/hora a kVA), estará o problema resolvido? Nem por isso. Por exemplo, o microondas “necessita de uma chave térmica de 16A”. Somente por usar esse aparelho já se atinge 16A? Surge aqui um segundo problema: quando são ligados, os motores consomem um “pico” de potência. Deste modo um microondas de apenas 800Watts/hora de consumo faz “saltar” uma chave térmica de 10A no momento em que é ligado. Nesta situação, a solução mais simples é contratar a potência sugerida pela empresa²⁶⁹. É claro que até para um consumidor atento saber de que potência efectivamente necessita parece uma missão impossível.

A consequência é que muitos utentes devem pagar potências de que não necessitam, porque não usam todos os aparelhos ao mesmo tempo ou porque de facto não atingem nunca esse valor (utilizando todos os aparelhos ao mesmo tempo). O único indicador que têm é quando o disjuntor “salta” porque utilizaram vários aparelhos juntos (mais potência da contratada). Neste caso, sabem que estão a pagar potência a menos. Assim sendo, levanta-se uma questão ética: corresponde pagar por um uso hipotético quando o custo de informação é alto para os consumidores? E esta questão está intimamente ligada à natureza deste bem: um “monopólio natural”. Em causa estão os interesses dos consumidores relativamente às tarifas de bens complexos como são os “serviços públicos”.

Que futuro se avizinha?

As mudanças que se têm vindo a registar, tanto ao nível mundial – de liberalização do mercado de electricidade –, como ao nível europeu – da futura constituição do Mercado Ibérico de Electricidade – fazem com que estas questões mereçam uma análise mais aprofundada; sobretudo, porque a liberalização pode implicar outros preços e outros regimes tarifários. Como já foi dito, o regime tarifário mexe com questões que estão relacionadas com as políticas públicas e a intervenção do Governo nesta matéria é importante. É importante também rever estas decisões periodicamente, já que muitas vezes as soluções temporais, justificadas em determinadas conjunturas, terminam por se impor no longo prazo. Aquando da implementação do regime tarifário em Portugal, na Europa o sistema começava a estar em desuso, embora nessa altura o “atraso” do País o justificasse²⁷⁰. A solução pela

²⁶⁹ Hoje em dia existe (no site da EDP: www.edp.pt) informação sobre a potência necessária segundo a quantidade de electrodomésticos. É uma estimativa muito genérica e que tem uma margem por excesso na potência contratada. Como é evidente, esta informação é parcial e não pode ser considerada “objectiva”.

²⁷⁰ Cf. Leite Garcia, António, "Linhas gerais do novo sistema tarifário", op. cit., p.59. Este estudo é um bom resumo da justificação do novo sistema tarifário.

que se optou em Março de 1977 veio cumprir apenas um dos seus múltiplos objectivos: o aumento do preço médio do kWh. Vinte e sete anos depois continua vigente...

ANEXOS

Anexo I: Alguns problemas das revistas femininas enquanto fonte

Podemos identificar uma série de problemas relativamente às revistas femininas e ao seu uso como fonte. Em primeiro lugar, a questão da representatividade. Ou seja, qual será o público real, os verdadeiros leitores, que podem ser diferentes do público-alvo; mas também qual a dimensão da sua difusão, já que tiragem e leitores não coincidem necessariamente. Para salvar esta última dificuldade, quando tivermos dados de tiragem vamos avaliá-los em termos de evolução e não em relação à quantidade da população.

Observando especificamente o caso da revista Eva, identificamos os seguintes problemas em relação aos tipos de texto seleccionados:

Artigos – *A priori* resulta difícil encontrar a recepção das leitoras, a “voz do outro” nos artigos. Geralmente são consideradas para este fim as cartas de leitores, mas nas revistas trabalhadas havia poucas e pouco significativas cartas de leitores. O único que encontrámos foi um correio sentimental que não resultou útil para o nosso trabalho. No entanto, a sua leitura entre linhas permitiu compreender algumas destas percepções. Além desse tipo de leitura, uma série de artigos com o formato de entrevista a diferentes pessoas permitiu caracterizar essa percepção. Muitas vezes, a mesma pergunta é formulada a diferentes pessoas, mesas de discussão (p.e. mesa redonda de pais e filhos), outras têm o formato da entrevista. É importante salientar que essas entrevistas foram feitas a pessoas comuns, a leitores/as.

Editorial – Se bem que pretenda ser representativo da orientação da revista, muitas vezes este espaço está restrito ao pensamento de uma pessoa (p.e. Carolina Homem de Christo, na EVA, e Milai Bensabat, na Crónica Feminina). Contudo, os editoriais permitem estabelecer a posição oficial da revista quanto à política, à economia e à sociedade. Os de maior relevância foram os editoriais que exprimiam os interesses das mulheres ou o seu dever ser.

Publicidade – Uma primeira grande divisão temática (por tipo de produtos) foi feita entre publicidade de energia (petróleo, gás e electricidade) e de aparelhos. O problema surgiu quando uma publicidade das CRGE falava dos aparelhos, já que o fim último era vender energia (a partir da venda de aparelhos), mas a publicidade era de facto de aparelhos. Na verdade, estes exemplos são sintomáticos da complexidade do sector (bens finais que dependem de bens intermédios, sendo que, em termos de

consumo, a equação é à inversa). Por outro lado, resulta problemática a identificação da “empresa” que faz a propaganda de aparelhos: produtoras (p.e. Electrolux, Siemens), vendedoras (p.e. Casa Comercial Sida, Dardo) ou fornecedoras de electricidade (p.e. CRGE). À medida que a difusão de aparelhos eléctricos aumentou, a análise tornou-se mais complexa, já que multiplicaram-se as marcas e casas vendedoras.

Lista de prémios – Partimos da ideia de que a lista de prémios de Natal mostra qual era a ordem do valor social (histórica) desses bens. E nessa ordem, qual o lugar dos electrodomésticos, consoante o período. O primeiro problema é que não podemos extrapolar esses valores da revista como sociais. O segundo, diz respeito aos prémios oferecidos e aos anunciantes. A ordem pressuposta pela revista é dependente dos anunciantes que “oferecem/vendem/trocam” esses bens. Vemos que, por exemplo, a Casa Sida ou a Philips foram importantes contribuintes para esses prémios. A problemática da ordem das listas de prémios será desenvolvida no capítulo 4.

Anexo II: Tarifas Degressivas de Lisboa (1951-1976)

Cotas de consumo para a passagem de um escalão ao seguinte.

Número de divisões	1º Escalão (kWh)			2º Escalão (kWh)
	Dez.-Fev. (3)	Março-Maio Outubro-Novembro (5)	Junho-Setembro (4)	
1-2-3	12	10	7	7
4	15	12	9	9
5	18	15	11	11
6	22	18	13	13
7	27	21	15	15
8	32	25	17	17
9	37	29	19	19
10	42	33	21	21
11	47	36	24	24
12	52	39	26	26
13	57	42	29	29
14	62	45	31	31
15	67	48	34	34
16	72	52	36	36
17	77	56	39	39
18	82	60	41	41
19	87	64	44	44
20	92	68	46	46
mais de 20	99	75	50	50

Fonte: Folhetim das Tarifas Degressivas (Outubro de 1958) – Fundo: CRGE – Série: Acção Comercial.

Anexo III: Análise crítica das Estatísticas sobre Electricidade para o consumo doméstico em Lisboa.

No presente anexo serão apresentados alguns problemas em relação ao uso das estatísticas para o estudo do consumo doméstico de electricidade em Lisboa. Esta questão pode ser colocada porque existem dois conjuntos de estatísticas para os consumos domésticos da cidade de Lisboa. Infelizmente, nenhum deles cumpre os dois requisitos básicos para o seu uso: (a) abranger todo o período e (b) ser fiável (no sentido de representativo do conjunto escolhido). As estatísticas das DGSE¹ abarcam todo o período mas não são fiáveis e as estatísticas das CRGE² são fiáveis mas apresentam importantes lacunas. Uma análise comparativa dos diferentes conjuntos estatísticos permitirá salientar os erros de leitura que podem ser induzidos por uma escolha descuidada da série.

1. Estatísticas da DGSE

As chamadas estatísticas da DGSE são as mais utilizadas nos estudos referentes aos consumos de electricidade. Apresentam a vantagem de ter informação para o conjunto do país e individualmente para as cidades de Lisboa e Porto, começando em 1928. Todavia, para o estudo dos consumos domésticos de electricidade em Lisboa, estas estatísticas têm dois problemas: 1. As variáveis estão **agregadas** de tal forma que não permitem analisar os consumos domésticos separadamente dos industriais e comerciais; 2. As variáveis agregadas numa categoria **mudam** de ano para ano, deturpando a análise das tendências.

2. As categorias

1) Existe a categoria “**Iluminação particular e outros usos**” (ou “**Iluminação e outros usos domésticos**”) que à primeira vista seria perfeita para o nosso trabalho. Porém, uma análise comparativa com as estatísticas das CRGE mostrou que esta

¹ A designação formal é: “Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal”, Ministério de Economia, Direcção Geral dos Serviços Eléctricos.

² A designação formal é: “Elementos Estatísticos – Companhias Reunidas Gás e Electricidade”.

variável apresenta os dois problemas acima referidos (agregação de dados e mudança nas categorias de classificação).

Um primeiro aspecto do problema relativo à **agregação de dados** é que estão incluídas na categoria “Iluminação e outros usos domésticos” as seguintes **variáveis**: Iluminação e usos domésticos + Iluminação e usos industriais + Tarifas reduzidas domésticas + Avenças (Pátios + Bairros + Comerciais). Aqui o problema é que aos consumos domésticos estão agregados os comerciais e os industriais (em baixa tensão). Qualquer análise que não procure trabalhar o conjunto desses consumos poderá estar desvirtuada. Além disso, não se pode usar o conjunto como representativo de cada uma das partes, já que as tendências nos consumos domésticos, industriais e comerciais são diferentes.

Um segundo aspecto do modo como são apresentados os valores é que estão desagregados por **escalão**. A aparente vantagem de ter valores para cada um dos escalões pode induzir a erros na leitura, uma vez que as categorias agregadas em “iluminação e outros usos domésticos”³ usam diferentes tarifas para cada um dos escalões⁴. Também pode haver um erro na leitura ao confundir estes valores com as tarifas degressivas domésticas (também separadas por escalões), pois para determinados escalões coincidem (Ver Quadros I e II, nomeadamente 2º escalão de 1956).

O segundo problema é causado pelas **mudanças**, de ano para ano, nas variáveis agregadas. Aqui também uma comparação com as Estatísticas das CRGE foi fundamental para verificar a existência dessas alterações. A questão que aqui se coloca é que a leitura dos valores apresentados pelas estatísticas da DGSE teriam conduzido a conclusões lógicas, mas erradas. A título de exemplo, faremos uma comparação entre os dados das duas estatísticas para os anos 1952-56.

No quadro I vemos, de 1954 para 1955, uma queda no 1º e 2º escalão e um crescimento muito significativo no 3º. Poder-se-ia interpretar que estas mudanças foram causadas pela queda da tarifa do 3º escalão em 1955. Mas estas diferenças originaram-se pelas variações nos dados agregados. Os valores de “Iluminação e usos industriais (1º e 2º escalão)”, que em 1954 estavam distribuídos no 1º e 2º escalão, foram em 1955 para o 3º. Esses valores de “Iluminação e usos industriais (1º e 2º escalão)” já em 1956 foram excluídos. Portanto, essa variável passou de 1º e 2º escalão em 1954, para 3º

³ A categoria: “Iluminação e outros usos (domésticos)” traz o valor desagregado segundo o escalão de consumo nos períodos de vigência das tarifas degressivas. Sobre as tarifas degressivas ver: capítulo 2.

⁴ Por exemplo, as tarifas de cada um dos escalões do C1 e C2 das “Tarifas Degressivas Domésticas” são diferentes daquelas de “Iluminação e usos industriais”.

escalon em 1955 e desapareceu em 1956. Ao compararmos com o quadro II, que ilustra os valores das “Tarifas Degressivas Domésticas” (CRGE), verificamos que os três escalões continuaram a crescer em 1955 e 1956. Como se pode ver, não houve estagnação nem queda em 1954-55 do 1º e 2º escalão. Tampouco houve um salto de quase o dobro no 3º escalão.

Quadro I				Quadro II			
“Iluminação particular e usos domésticos”				“Tarifas degressivas domésticas”			
Ano	Consumo em kWh			Ano	Consumo em kWh		
	1º Escalão	2º Escalão	3º Escalão		1º Escalão	2º Escalão	3º Escalão
1952	18.567.070	4.388.394	4.726.178	1952	16.340.161	3.537.242	3.640.118
1953	19.974.601	5.003.076	6.119.967	1953	17.919.047	4.273.859	5.228.181
1954	20.572.615	6.054.113	7.997.689	1954	18.318.791	5.062.654	6.798.729
1955	20.090.812	6.007.271	13.952.706	1955	19.994.262	5.969.800	9.331.547
1956	21.050.609	6.539.023	15.228.387	1956	20.978.794	6.539.023	13.735.603
Estatísticas da DGSE				Estatística das CRGE			

O problema no uso das estatísticas da DGSE é que se poderia concluir, erradamente, que houve uma alta elasticidade preço da procura quando o que aconteceu foi um crescimento nos três escalões. O maior problema é que o resultado poderia ter sido perfeitamente lógico, demonstrando uma importante elasticidade da electricidade consumida⁵. Será que as autoridades manipularam os dados para tirar essas conclusões? Ou será que se trata apenas de uma mudança na agregação de dados ou então de erros na agregação de dados?

Para além deste caso específico, verificamos que foram mudando continuamente as variáveis agregadas em “Iluminação particular e usos domésticos”. Embora entre 1959 e 1963 a categoria “Iluminação particular e usos domésticos” da DGSE agregue as mesmas variáveis (Iluminação doméstica por contador + Iluminação doméstica por avença da CRGE), em 1975 foi impossível encontrar quais os dados agregados. Nesse ano (para o qual temos dados das CRGE) a diferença em relação ao somatório (Iluminação doméstica por contador + Iluminação doméstica por avença da CRGE) é de 13.350.709 kWh, o que representa quase 5% do total. Por esta razão – e pelo do analisado para a década de ‘50 – somente usaremos a “Iluminação e outros usos domésticos” da DGSE para mostrar graficamente a tendência geral, mas não faremos

⁵ Como demonstraremos no capítulo 2, a elasticidade preço da procura da electricidade, em Lisboa, é baixa no ano a seguir à alteração tarifária.

uma análise aprofundada dos dados. Em síntese, embora as estatísticas da DGSE sejam as que têm valores para todo o período, não as usaremos porque mudam continuamente as variáveis agregadas.

2) Outra variável com alguns problemas é “**Consumo com tarifas especiais**”, já que agrega diferentes variáveis em cada período. Entre 1951 e 1955 inclui: aquecimento doméstico + aquecimento industrial + aquecimento comercial + consumidores pobres. A partir de 1956 inclui apenas os “consumidores pobres”.

3) Há uma outra variável que também apresenta algum problema: “**Cozinha e aquecimento com contador próprio**”. Aqui a questão é bastante mais simples, já que a categoria agrega (durante quase todo o período)⁶ os valores de: aquecimento doméstico + aquecimento Comercial + aquecimento Industrial (das estatísticas das CRGE). Todavia, os valores de 1975 diferem: o somatório dá 52.081.644 kWh para 57.431.668 kWh da variável da DGSE. Isto significa que ignoramos quais os valores agregados na variável nesse ano. Esta é uma das razões pelas quais não usaremos em nenhum momento esta variável.

Como nota final é importante salientar que os valores usados pela DGSE são fornecidos pelas CRGE e, portanto, para Lisboa e os Concelhos que recebiam energia da Companhia, é melhor trabalhar com os Elementos Estatísticos das CRGE.

3. Estatísticas das CRGE

Estas estatísticas começam a ser feitas em 1942 e acabam em 1975. Não existem (no Centro de Documentação da EDP) os volumes referentes aos anos 1964 e 1966-74. Estas lacunas empobrecem a análise, já que não permitem observar os efeitos da crise do petróleo (1973) nos consumos domésticos. No entanto, para o resto do período são os dados que fornecem a melhor informação sobre os consumos domésticos. Estes “Elementos Estatísticos – CRGE” apresentam as seguintes categorias que vamos utilizar: “Iluminação Doméstica” (variável agregada), “Tarifa Degressiva” (“Iluminação

⁶ A categoria começa a estar presente a partir de 1956. Para os anos de 1956-63 contamos com os valores da DGSE e das CRGE e nesses anos os valores coincidem. É portanto lógico que o critério se tenha mantido durante todo o período do nosso estudo (1945-75), embora não possa ser demonstrado.

e usos domésticos”), “Consumidores Pobres”, “Tarifa Doméstica Reduzida” e “Aquecimento Doméstico”.

Iluminação Doméstica: trata-se dos consumos agregados de: “Iluminação e usos domésticos” (de tarifas degressivas ou normais) + “Consumidores pobres” + “Tarifas domésticas reduzidas”. Estes valores já estão agregados e somente para alguns anos contamos com todas as variáveis separadas. No entanto, o conjunto “Iluminação Doméstica” parece bastante representativo dos consumos domésticos para ver a evolução geral desses consumos. É importante referir que para esta variável temos valores entre 1942 e 1975, com lacunas em 1964 e 1966-74. Iluminação Doméstica = Tarifa doméstica + Pobres + Doméstica Reduzida

Tarifa Degressiva (“Iluminação e usos domésticos”): é a variável mais importante para o nosso estudo. Devido ao facto de que as tarifas degressivas vigoraram a partir de 1948, apenas existem valores entre 1949 e 1975 com lacunas em 1964 e 1966-1974. A partir de 1951, torna-se a variável fundamental para o estudo do consumo doméstico. As estatísticas também apresentam uma série de informações de muita relevância para o nosso estudo. Há valores bastante desagregados destas tarifas. Por um lado, por número de divisões, o que permite estabelecer uma diferença segundo o tipo de utilizador. Por outro lado, especificam aqueles que atingiram ou não o 2º e o 3º escalão. Isto permite saber se beneficiaram ou não dos seguintes escalões e o nível de consumo. Finalmente, a combinação dos casos anteriores permite analisar o modo de consumo por “tipo de consumidor”. (Ver Exemplo)

Consumidores Pobres: segundo as informações de que dispomos, esta categoria começou somente a partir de 1951. O facto de estes consumidores terem um limite de consumo anual de 100kWh fez com que, à medida que os consumos aumentavam, o número de consumidores descesse. Trabalharemos com esta variável apenas quando aprofundarmos a análise da evolução dos consumos domésticos.

Tarifa Doméstica Reduzida: não analisaremos em detalhe esta tarifa. Estará incluída na Iluminação Doméstica quando trabalharmos com essa variável. Não temos informação sobre que tipo de consumidores inclui, mas podemos supor que seria para trabalhadores das CRGE.

Aquecimento Doméstico: é a única variável do consumo doméstico não incluída em “Iluminação Doméstica”. Como apresenta lacunas nas mesmas datas que “Iluminação Doméstica”, pode ser incorporada para a análise geral dos consumos domésticos.

Exemplos de apresentação das estatísticas

1º. “Iluminação e outros usos” – 1956 – DGSE

Fonte: Estatísticas das Instalações Eléctricas em Portugal, Direcção Geral dos Serviços Eléctricos, 1956, p.466.

2º. “Iluminação particular e usos domésticos” – Mapa N° 11 – 1952 – CRGE

Fonte: Elementos Estatísticos, Companhias Reunidas Gás e Electricidade, 1952, p.123.

3º. “Tarifa Degressivas Doméstica C1 e C2” – Resumo – 1953 – CRGE

Fonte: Elementos Estatísticos, Companhias Reunidas Gás e Electricidade, 1953, p.267.

Distritos e concelhos	Distribuidores	Freguesias	Consumo nas redes públicas						
			Irrigação pública	Irrigação e outros usos					
				Domésticos			Não domésticos		
				1.º escalão	2.º escalão	Res-tante	1.º escalão	2.º escalão	Res-tante
Lisboa Cascais	CRGE	Alealdeche	58 420	70 282	15 435	33 783	20 114	3 909	—
		Carcavelos	65 488	104 481	40 915	151 538	39 591	27 607	—
		Cascais	174 094	292 087	109 896	387 062	126 020	113 959	—
		Estoril	189 950	467 373	215 033	929 969	198 046	301 002	1 971
		Parade	101 062	235 326	81 922	264 924	64 727	46 171	—
		S. Domingos de Rana	43 057	30 017	5 754	11 387	13 592	973	—
Lisboa Lisboa	CRGE	Lisboa	13 813 048	21 050 609	6 539 023	15 228 387	14 572 137	13 588 142	28 929
Lisboa Lourinhã	Sociedade Eléctri- ca do Oeste, L.ª da	Lourinhã	74 492	24 019	16 207	62 650	20 949	6 292	—
Moita dos Ferreiros		13 370	7 471	5 426	30 049	3 704	119	—	
Reguengo Grande		10 370	6 174	4 497	19 463	3 080	21	—	
Lisboa Mafrá	Câmara Municipal	Azurreira	5 122	9 017	905	274	9 145	1 012	—
Carvoeira		1 140	605	91	30	242	—	—	
Choleiros		2 562	2 494	423	212	1 915	—	—	
Encarnação		4 201	5 679	842	381	2 876	104	—	
Enxara do Bispo		1 695	1 736	384	142	939	—	—	
Eriçeira		29 505	53 578	10 046	3 349	38 453	7 042	—	
Gradil		2 269	2 408	373	97	3 788	142	—	
Igreja Nova		1 256	1 580	322	—	800	—	—	
Mafrá		44 919	46 800	12 500	4 170	61 906	4 430	242	
Malveira		22 412	34 689	5 018	1 672	40 219	4 672	—	
Milharado		10 866	34 862	7 725	2 241	21 637	10 240	—	
Sobral da Abelheira		1 544	867	74	—	515	—	—	
Santo Isidoro		840	692	27	—	669	—	—	
Santo Estêvão das Galés	942	1 576	82	—	592	—	—		
Vila Franca do Rosário	1 470	2 306	82	18	2 151	211	—		
Lisboa Oeiras	CRGE	Amadora	78 671	561 598	117 307	189 217	155 400	83 349	—
Barcelos		11 326	30 950	6 291	8 783	14 144	9 132	—	
Carnaxide		70 386	515 116	154 292	317 316	193 377	141 856	—	
Oeiras		82 343	179 014	71 550	174 500	53 805	41 980	—	
Paço de Arcos		43 755	164 659	81 924	170 270	53 134	53 750	—	
Lisboa Sintra	CRGE	Agualva-Cacém	35 827	151 264	28 258	40 315	38 075	37 806	—
Almargem do Bispo		8 420	16 653	3 880	15 761	6 302	1 410	—	
Belas		29 336	71 184	15 414	29 322	33 523	14 430	—	
Colares		52 488	80 758	23 530	79 538	49 238	37 158	—	
Montelavar		26 182	38 858	5 073	7 425	62 271	128 068	—	
Queluz		56 202	266 206	62 241	95 872	77 224	90 228	—	
Rio do Mouro		33 555	68 963	26 256	68 941	27 089	14 590	—	
Sintra		224 019	385 505	98 400	258 164	178 233	131 630	—	
Terrugem	4 418	6 016	1 769	407	9 638	15 523	—		

MAPA N. 111 DA
ESTADÍSTICA DA
D.S.S.E.

L I S B O A

COMO. LISBOA

RUBRICAS	N.º DE CON- SUMIDORES	CONSUMO EM kWh.		
		1.º ESCALÃO	2.º ESCALÃO	3.º ESCALÃO
<u>ILUMINAÇÃO PÚBLICA</u>				
ILUMINAÇÃO PÚBLICA PAGA			20.563	
" " GRATUITA			10.577.001	
AVENÇAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA }				
<u>ILUMINAÇÃO DE EDIFÍCIOS DO ESTADO</u>				
<u>CORPOS ADMINISTRATIVOS</u>				
ILUMINAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DO ESTADO E MUNICIPAIS	1.442	3.724.055		
<u>COSINHA E AQUECIMENTO</u>				
AQUECIMENTO DOMÉSTICO	34	42.529		
" " COM. E INDUSTRIAL	75	118.650		
<u>ILUM. DE CONSUMIDORES POBRES</u>				
CONSUMIDORES POBRES	5.874	431.020		
<u>ILUM. PARI. E USOS DOMÉSTICOS</u>				
ILUM. E USOS DOM. (1.º, 2.º. E 3.º. ESC.)	124.847	16.835.042	3.597.965	3.736.058
" " " IND. (1.º. E 2.º. ESC.)	2.958	1.629.721	766.717	
TARIFFAS DOM. REDUZIDAS (3.º. ESC.)	2.190			990.120
<u>AVENÇAS:</u>				
PÁTIOS (1.º. ESCALÃO)	307	72.691		
BAIRROS (2.º. ESCALÃO)	988	8.228	23.712	
COMERCIAIS (1.º. ESCALÃO)	189	21.388		
<u>ILUM. COM. E ILUM. DE ANÚNCIOS E MONTRAS</u>				
ILUM. E USOS COMERCIAIS (1.º. E 2.º. ESC.)	22.753	9.360.469	5.253.983	
RECLAMOS LUMINOSOS (2.º. ESCALÃO)	100		255.436	
BENEFICENCIA (2.º. ESCALÃO)	193		375.774	
TEATROS E CINEMAS (1.º. E 2.º. ESC.)	55	150.665	263.496	
<u>FORÇA MOTRIZ INDUSTRIAL</u>				
F.M. DE ESTAB. ESTADO E MUNICIPAIS	122	1.327.113		
F.M. DOMÉSTICA E COMERCIAL	821	1.004.685	468.959	
F.M. INDUSTRIAL	1.833	5.085.969	3.367.743	
<u>REGAS AGRICOLAS</u>				
REGAS AGRICOLAS (REGAS)	93	44.246	130.870	
TOTAL	164.874	50.454.035	14.504.655	4.726.178

RESUMO DA APLICAÇÃO DA TARIFA DEGRESSIVA DOMÉSTICA C

NO ANO DE 1953

N.º DE CONSUMIDORES QUE, EM DEZEMBRO	LISBOA	CASCAIS, OEIRAS, SINTRA E VILA FRANCA
a) NÃO EXCEDERAM O LIMITE DO 1.º ESC.	88.322	19.306
b) EXCEDERAM O 1.º ESCALÃO SEM ATINGIREM O 3.º ESCALÃO	21.728	3.334
c) ATINGIRAM O 3.º ESCALÃO	16.829	2.237
d) ESTAVAM INSCRITOS NA TARIFA C	126.879	24.877
 <u>ENERGIA CONSUMIDA:</u>		
PELOS CONSUMIDORES a) NO 1.º ESCALÃO	8.833.972	1.525.970
" " b) NO 1.º ESCALÃO	4.985.935	756.198
" " b) NO 2.º ESCALÃO	1.659.646	253.023
" " c) NO 1.º ESCALÃO	3.520.182	496.777
" " c) NO 2.º ESCALÃO	2.529.187	371.695
" " c) NO 3.º ESCALÃO	5.072.492	873.319
POR TODOS OS CONS. d) NO 1.º ESCALÃO	17.340.089	2.778.945
" " " " d) NO 2.º "	4.188.833	624.718
" " " " d) NO 3.º "	5.072.492	873.319

Anexo IV: Consumidores pobres

Os consumidores pobres são aqueles que tendo casas de 1 a 3 divisões não ultrapassam o consumo de 100 kWh ao ano. Se em determinado ano ultrapassam esse consumo pagam a diferença na tarifa reduzida, mas no ano seguinte já não beneficiam da mesma e passam a ser consumidores normais (três escalões). A consequência disto é que o número de consumidores pobres está sempre a descer, já que por mais que ingressem novos consumidores, muitos deles passam ao regime das tarifas degressivas. Portanto, a queda no número de consumidores pobres é um indicador do aumento do consumo⁷ – não de uma queda real de utentes –, uma vez que estes consumidores passaram para o regime de tarifas degressivas. Isto permite afirmar que “consumidor pobre” é um regime tarifário de transição, porque o aumento do consumo obriga à passagem para o regime normal.

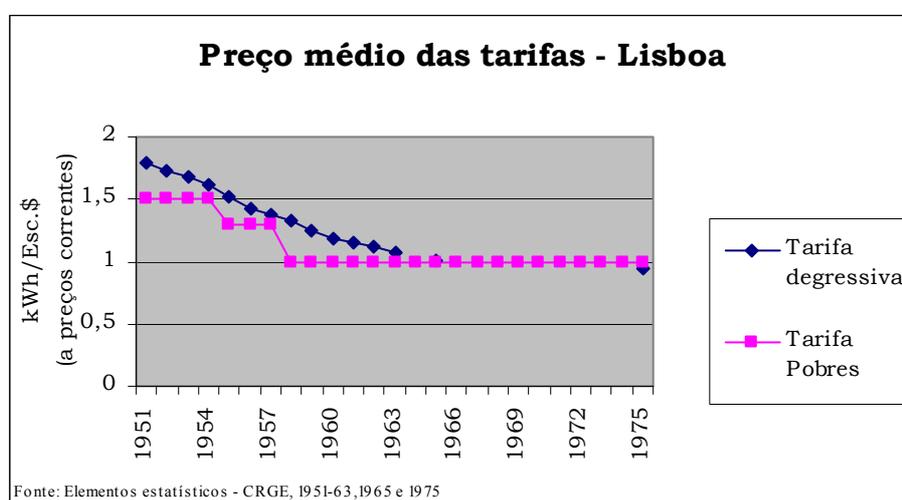
Embora a tendência seja para a queda na quantidade de consumidores pobres, em 1955 o seu número aumentou significativamente. A única explicação razoável é que isto foi produto da queda no valor da tarifa (de 1\$50 para 1\$30). A partir dessa data, a tendência no número continuou a manter-se. Isto demonstra uma elasticidade desta fatia de consumidores no curto prazo.

Pobres				
Ano	Consumo	Consumidores	Média	Tarifa
	KWh	Nº	kWh/ano	Esc.\$/kWh
1953	346.438	4.058	85	1\$50
1954	327.121	3.670	89	1\$50
1955	328.430	4.678	70	1\$30
1956	332.250	4.500	74	1\$30
1957	322.108	4.219	76	1\$30
1958	309.561	3.993	78	1\$30/1\$00
1959	309.343	3.895	79	1\$00

Fonte: Elementos Estatísticos – CRGE, 1953-59.

⁷ Facto este que também é demonstrado pelo aumento nas médias de consumo (ver quadro).

Este regime não procura beneficiar os mais desfavorecidos. O carácter degressivo das tarifas para os consumidores domésticos fazia com que a média paga por esses consumidores fosse, como já foi dito, decrescente. A relação entre estes dois tipos de consumidores, que tendiam para o mesmo valor médio, demonstra que o regime tarifário de consumidores pobres não era verdadeiramente “especial”. O resultado será que em 1975 os consumidores pobres pagarão tarifas superiores às médias dos consumidores de tarifas degressivas (ver Gráfico). Sendo essa a relação dos valores médios, muitos consumidores, nomeadamente os grandes consumidores, pagavam o kWh mais baixo que os consumidores pobres, o que demonstra a ausência do princípio redistributivo neste regime tarifário.



Anexo V: Cronologia Gás/Electricidade - Lisboa

Cronologia do Gás - Lisboa

Ano	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951
1 Tarifa gás	TU: 1\$10			TU: 1\$50		TP: 1º 1\$80; 2º 2\$20			TP: 1º 1\$60; 2º 2\$00				
2 CRGE - Gás	LUCRO		QUEDA DO LUCRO		DÉFICIT		LUCRO					DÉFICIT	
3 Consumo gás				Crescimento acelerado: 20%			Crescimento lento: 7%		Crescimento médio: 10%				
Doméstico				15%	27%	18%	9%	4%	13%	10%	9%	5%	12%
Total	-1%	13%	12%	10%	22%	17%	10%	6%	14%	7%	8%	4%	11%
4 Tarifa electricidade	TD: (1º) 1\$896; (2º) 1\$20; (3º) 0\$50			TU: 1\$896 c/multas			TU: 2\$50 c/multas		TU: 2\$50	TD: (1º) 2\$50; (2º) 1\$80			TD
5 Dependência do caminho	Primeira fase			Segunda fase			Estagnação		"Normalização"				
6 Produção gás	Belém							Matinha					

TU = Tarifa única; TP = Tarifa p progressiva; TD = Tarifa depressiva

Anexo VI: Definições do INE

1. Recenseamento Geral da População de 1940:

“**Família:** O grupo de pessoas unidas por parentesco legítimo ou ilegítimo que residiam na mesma habitação e cujas refeições fossem normalmente preparadas e tomadas em comum ou a pessoa que residia sem quaisquer parentes em habitação separada.

Em ambos os casos consideram-se como fazendo parte da família as pessoas que residiam com ela e cuja alimentação estivesse a cargo da mesma família.”

“**Convivência:** Todo o agrupamento de pessoas que se encontravam vivendo na mesma habitação por qualquer motivo que não fosse o da vida de família.”

“**Fogo:** O prédio ou parte de prédio destinados à habitação de uma só família ou convivência.”

“**Divisão:** O compartimento interior de um fogo que pudesse ser destinado a habitação ou utilização comum pelas pessoas que faziam parte da família ou da convivência a que o fogo dissesse respeito.”

“**Chefe de família:** O membro de cada família que tinha a seu cargo a responsabilidade da manutenção dos restantes, a não ser nos casos especiais em que as circunstâncias impusessem outro critério.”

“**Condição não profissional:** Condição ou ocupação susceptível de proveito económico imediato que não constituísse pròpriamente uma profissão individual.

Para efeito do ramo de actividade a condição não profissional foi equiparada à profissão.”

2. Recenseamento Geral da População de 1950:

“**Ocupação:** O encargo ou trabalho habitualmente não remunerados ou o expediente de vida susceptível de proveito material.”

3. Recenseamento Geral da População de 1960:

“Ocupação: O encargo ou trabalho habitualmente não remunerado ou expediente de vida susceptível de proveito material.

Foram consideradas as seguintes ocupações:

- a mulher que se ocupasse principalmente das lides domésticas:
 - *dona de casa* – a que, tendo a responsabilidade do arranjo do lar, tivesse serviçais remuneradas;
 - *doméstica* – a que, tendo a responsabilidade do arranjo do lar, não tivesse serviçais remuneradas;
 - *familiar* – a que não tivesse a responsabilidade do arranjo do lar;
 - *doméstica agrícola* – a mulher que se ocupasse indiferentemente ou simultâneamente de lides domésticas e trabalhos agrícolas;”

4. Recenseamento Geral da População de 1970:

“Família: Grupo de pessoas ligadas por laços de união ou parentesco, legítimos ou ilegítimos que utilizasse habitualmente o mesmo alojamento e a pessoa isolada que ocupasse um alojamento ou parte dele.

Foram incluídos na família os empregados de serviços domésticos que com ela coabitavam.”

“Núcleo familiar: Entende-se por núcleo familiar os grupos constituídos por: marido e mulher; marido, mulher e filhos solteiros e pai ou mãe com filhos solteiros.”

“População sem actividade económica: O conjunto dos recenseados que, de um modo geral, não exerciam uma actividade remunerada. (...):

- *doméstica* – recenseada que não exercendo uma profissão se ocupasse principalmente na lida doméstica;”

Anexo VII: Mulheres “domésticas” no Recenseamento Geral da População

O presente anexo visa apresentar as tendências gerais do trabalho feminino doméstico, em Portugal e Lisboa, e, ao mesmo tempo, estudar as possibilidades de análise oferecidas pelo *Recenseamento Geral da População*. No primeiro ponto estabelecer-se-á o enquadramento da tendência no país para o período 1900-1980, a partir dos dados publicados. No ponto 2 abordaremos especificamente o comportamento dos diferentes integrantes desse mundo doméstico na cidade de Lisboa, na base da desagregação da categoria “mulher com ocupação” dos censos de 1950 e 1960.

1. Os números para Portugal: trabalho doméstico (1900-1980)

O número de mulheres dedicadas às tarefas domésticas, em Portugal (1900-1980), pode ser dividido em duas fases. Estas fases estiveram condicionadas pela presença nos lares de dois actores: as donas de casa e as criadas.

O objectivo desta secção é apresentar a tendência geral, a partir dos dados publicados por Nuno Valério⁸, da presença de mão-de-obra nos lares, remunerada ou não, representada nas “criadas” e nas “domésticas” respectivamente⁹.

Na primeira metade do século XX verifica-se um crescimento constante no número de mulheres dedicadas às tarefas domésticas, quer pelo aumento das “criadas”, quer pelo crescimento no número de “domésticas”. Esta fase ascendente do ciclo permitiu a consolidação do ideal de *mulher portuguesa* como dona de casa. A maior parte delas recebia ajuda de familiares e, quando as condições económicas o permitiam, de uma ou várias criadas.

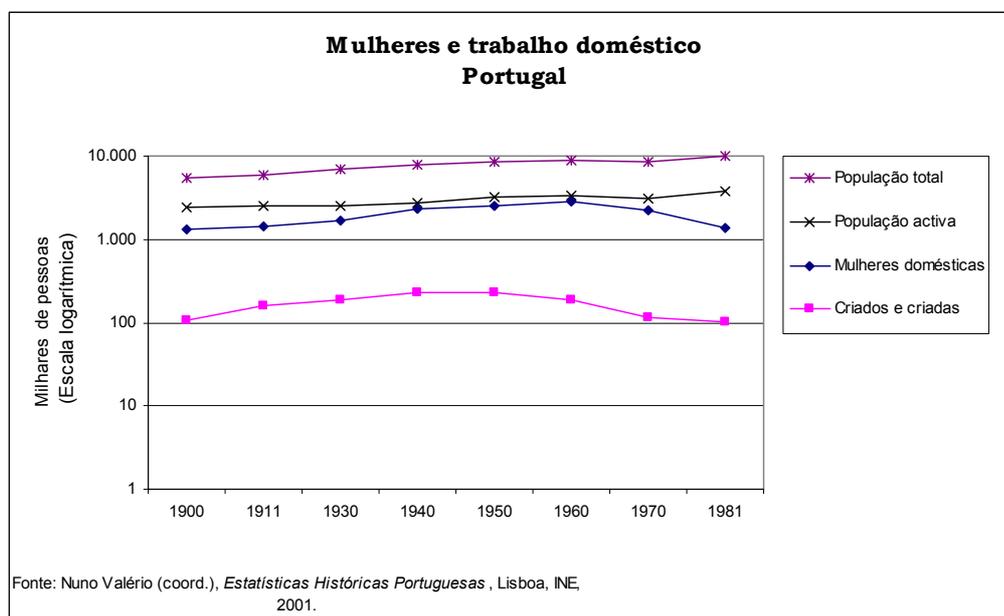
No após guerra, estas tendências começam lentamente a alterar-se provocando uma queda dos efectivos de mulheres dedicadas às lides da casa. Por um lado, houve uma diminuição no número de mulheres empregadas nos trabalhos domésticos (“criadas”) a partir da década de '50¹⁰; por outro lado, registou-se uma queda no número de donas de casa (“doméstica”) a partir de 1960. O mais relevante deste processo é o ponto de inflexão verificado em 1960, em que o peso relativo da população activa e das donas de casa é semelhante (ver gráfico). Em síntese, a fase descendente do ciclo, a

⁸ Valério, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Lisboa, INE, 2001.

⁹ O uso de aspas (“”) faz referência às categorias usadas no *Recenseamento Geral da População*.

¹⁰ Não foi analisado para Portugal, mas para Lisboa foi confirmada a queda de familiares (ver ponto II deste Anexo).

partir de 1960, esteve marcada por uma queda no número de mulheres dedicadas aos trabalhos domésticos.



Segundo Ana Bela Nunes só a partir da década de '50 se pode falar do início do moderno crescimento económico em Portugal. Um dos principais indicadores desta mudança é o aumento de homens activos no sector da indústria transformadora. Para a década de '60, a autora destaca como indicador dessa modernização a queda relativa no número de mulheres no sector de “serviços diversos”¹¹, efeito da diminuição de criadas. Portanto, do ponto de vista da população activa, em 1960 começa um novo período cuja característica central é a modernização do sector terciário. Esta transformação será acompanhada pelo ingresso das mulheres ao mundo do trabalho, nomeadamente no terciário não doméstico (Comércio e Administração pública e defesa)¹².

Assim sendo, o censo de 1960 parece o ponto mais alto de um percurso em que a mulher era identificada exclusivamente como dona de casa. Podemos avançar, a título hipotético, que a viragem de 1960 mostra que este ideal começa a ser corroído pela intensificação do trabalho das mulheres fora do lar. É precisamente nessa altura que os programas do ensino básico incorporam toda uma série de conhecimentos básicos para

¹¹ Aqui a comparação é com os homens dedicados aos serviços diversos. Enquanto que houve uma queda das mulheres, registou-se um aumento dos homens. Este seria o indicador da modernização do sector.

¹² Cf. Nunes, A. B., "A evolução da estrutura, por sexos, da população activa em Portugal - um indicador do crescimento económico (1890-1981)", em *Análise Social*, vol. XXVI, 1991, 707-722.

as mulheres constituídos pelas tarefas domésticas¹³. O objectivo principal destas alterações programáticas está apoiado na “tradição, que importa continuar, da mulher portuguesa como excelente dona de casa”.¹⁴ Será que a reprodução da mulher como dona de casa já não pode ficar nas mãos da família, devido ao desgaste do ideal salazarista¹⁵ induzido pelo incipiente ingresso das mulheres no mundo do trabalho?

Existe uma terceira fase que começa na década de '80, que tem como característica marcante o crescimento significativo das empregadas domésticas. Embora a análise deste fenómeno exceda o período deste trabalho, poderíamos avançar que se trata de um novo tipo de modernização do país, baseado no crescimento do terciário (incluído o trabalho doméstico remunerado), e que inclui o crescimento dos serviços domésticos assente num outro modelo: a mulher-a-dias. Assim, o crescimento das empregadas domésticas depois de 1980 é mais um indicador da “modernização” do que de estagnação (como foi até 1950), mas, neste caso, das condições de vida do grupo familiar.

2. Os números para Lisboa: a tendência da década de '50.

Quando comparamos, em Lisboa, os números das “domésticas” com os das “famílias”, surge um elemento surpreendente nos censos até 1950: há mais “domésticas” que “famílias”. Este fenómeno exige repensar a representatividade da “doméstica” para a análise das donas de casa. O sentido geral desta categoria, embora mude algum elemento na definição nos diferentes censos consultados, é o seguinte:

População sem actividade económica¹⁶: O conjunto dos recenseados que, de um modo geral, não exerciam uma actividade remunerada. (...):

Doméstica – recenseada que não exercendo uma profissão se ocupasse principalmente na lida doméstica;¹⁷

¹³ No Anexo IX estão enumeradas estas tarefas que foram incluídas no programa de “Educação Feminina” do Primário. Cf. Decreto-Lei nº42994, 28-5-1960.

¹⁴ Programas do Ensino Primário, Anexo do Decreto-Lei, nº42.994, 28-5-1960.

¹⁵ Para a análise do ideal salazarista da mulher como dona de casa ver: Gorjão, Vanda, *Mulheres em tempos sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo (1945-1974)*, Tese de Mestrado, ICS-UL, Lisboa, 2000, p.80-83 e Almeida Rodrigues, J., "Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares", em *Análise Social*, vol.XIX, 1983, 909-938.

¹⁶ São sinónimos: ocupação, sem actividade económica, sem profissão (com ocupação). A essência da categoria é abranger as pessoas que desenvolvem actividades não remuneradas.

¹⁷ Cf. *Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE, 1970.

Deste modo, poderíamos afirmar que as domésticas são todas aquelas mulheres maiores de 14 anos que se dedicam às tarefas domésticas: donas de casa (com ou sem criada) e familiares (filhas e parentes). Portanto, a categoria “doméstica”, por um lado, inclui muito mais do que as donas de casa, e, por outro lado, exclui às donas de casa com profissão. Assim sendo, “doméstica” e “dona de casa” não são sinónimos. Doméstica inclui às mulheres que se dedicam somente às tarefas domésticas não remuneradas. Colocam-se várias questões: Como diferenciar as donas de casa dos familiares? De entre as donas de casa, quantas contavam com a ajuda de empregadas domésticas e/ou de familiares? A tendência no crescimento das “domésticas” era produzido por um aumento de quem – de donas de casa com criadas, de donas de casa sem criadas e/ou de familiares?

Estas questões podem ser resolvidas apenas para a década de '50. O *Recenseamento Geral da População* de 1950 e o de 1960 apresentam a desagregação em quatro categorias para os valores que nos outros são apresentados sob a categoria “doméstica”. O esquema apresentado é o seguinte:

“Ocupação: O encargo ou trabalho habitualmente não remunerado ou expediente de vida susceptível de proveito material.

Foram consideradas as seguintes ocupações:

- a mulher que se ocupasse principalmente das lides domésticas:

dona de casa – a que, tendo a responsabilidade do arranjo do lar, tivesse serviços remunerados;

doméstica – a que, tendo a responsabilidade do arranjo do lar, não tivesse serviços remunerados;

familiar – a que não tivesse a responsabilidade do arranjo do lar;

doméstica agrícola – a mulher que se ocupasse indiferentemente ou simultaneamente de lides domésticas e trabalhos agrícolas.”¹⁸

Esta divisão apresenta um valor inestimável, já que permite analisar a tendência na década de '50 a partir da desagregação das mulheres destinadas às tarefas domésticas não remuneradas. Vejamos as diferentes conclusões às que chegaríamos com os dados agregados e desagregados; e, considerando a categoria agregada como representativa das donas de casa. Ao agregar os dados de 1950 e 1960 (conjunto de mulheres com ocupação), verificamos um aumento de 7%. Este valor levar-nos-ia a concluir, erradamente, que houve um crescimento fraco no número de donas de casa. Todavia, a

¹⁸ Cf. *Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE, 1960.

desagregação permite ver em detalhe qual o significado desse valor. Em primeiro lugar, o número mais importante faz referência às familiares, a registar uma queda significativa (14%). Em segundo lugar, houve uma queda das “donas de casa” (30%), que significa uma diminuição das senhoras com criadas. Finalmente, regista-se um aumento das donas de casa sem ajuda de criadas (27%). Portanto, coexistiram uma queda da quantidade de familiares e criadas, com um aumento no número de donas de casa; ou seja, para as “mulheres responsáveis pelo arranjo do lar” diminuiu a ajuda de terceiros, quer de criadas, quer de familiares (ver quadro nº1).

Se analisarmos em detalhe o que aconteceu com as mulheres responsáveis dos lares (quadro nº2) vemos que em 1950 20% das responsáveis tinham criadas, em 1960 esse número estava reduzido a 12%. Isto vem confirmar que na Lisboa dos anos '50 se consolidou a tendência do modelo de dona de casa sem ajuda externa, quer de familiares quer de criadas. Por outro lado, verificamos também, um aumento de famílias sem mulheres exclusivamente responsáveis do lar (de 86% para 77%). Embora esta análise exceda o quadro deste estudo, imaginamos que este facto pode ter-se produzido por um embrionário ingresso, na década de '50 em Lisboa, de mulheres no mundo do trabalho, nomeadamente numa parte do sector terciário não doméstico (Comércio, Administração pública e defesa)¹⁹.

Em síntese, na década de '50 no País e na cidade de Lisboa assiste-se a um aumento do total das “mulheres responsáveis pelo arranjo do lar”²⁰. Os valores desagregados permitem compreender que em Lisboa este fenómeno teve três características: (1) Uma queda significativa de donas de casa com criadas; (2) Uma queda na ajuda por parte das mulheres familiares; (3) Uma queda de famílias com mulheres responsáveis pelo arranjo do lar.

Na década seguinte, pareceria que se assiste, em Lisboa, à consolidação da dona de casa sem criados e, simultaneamente, ao ingresso da mulher no mundo do trabalho (embrionário na década anterior). O ano de 1960 assinala o começo do fim do modelo de mulher exclusivamente como dona de casa. Sucessivamente os electrodomésticos (no

¹⁹ Os números confirmam que essas foram as tendências do país. Para a evolução do trabalho por sector em Portugal ver o Anexo II-A de: Nunes, A. B., "A evolução da estrutura, por sexos, da população activa em Portugal - um indicador do crescimento económico (1890-1981)", em *Análise Social*, vol.XXVI, 1991, 707-722.

²⁰ Esta categoria “mulheres responsáveis pelo arranjo do lar”, que inclui as subcategorias “domésticas” e “donas de casa”, é a mais representativa do que geralmente chamamos *dona de casa*.

após guerra) e a mulher-a-dias (a partir dos anos '80) irão suprir a falta de mãos dedicadas aos trabalhos domésticos.

Quadros

Quadro nº 1					
Ano	Mulheres ocupadas nas lides domésticas (Lisboa)				
	Camponesas	Domésticas	Donas de casa	Familiars	Total
1950	221	130.713	32.624	65.361	228.919
1960	74	165.852	22.675	56.207	244.808
Taxa de variação (1950-60)	-67%	27%	-30%	-14%	7%

Fonte: *Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE, 1950 e 1960.

Quadro nº 2			
Ano	Mulheres com responsabilidade no arranjo do lar (Lisboa)		
	1950	1960	Taxa de Variação (50-60)
Domesticas	130.713	165.852	27%
Dona de casa	32.624	22.675	-30%
Total	163.337	188.527	15%
Famílias	190.731	245.537	29%
	Percentagem		
Domestica	80%	88%	
Dona de casa	20%	12%	
	Percentagem (Total/família)		
Família	86%	77%	

Fonte: *Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE, 1950 e 1960.

Anexo VIII: Eva do Natal

Entre 1939 e 1975 a revista Eva editou um volume especial que, todos os anos, era vendido em Dezembro: o número especial de Natal. Embora a revista mudasse o formato e a frequência (semanal, mensal ou quadrimestral), a “Eva do Natal” manteve duas características que a distinguiam da revista “normal”: ser mais cara e habilitar ao comprador a um sorteio de um conjunto de prémios. Em termos formais, consideramos que ao comprar este bem se adquiriam dois produtos: a revista (geralmente com mais páginas que o número normal) e a habilitação para um sorteio.

Consideramos que a compra da Eva do Natal está ligada ao seu carácter especial: ser uma rifa com prémios. O facto de esta revista trazer a lista dos prémios, permite construir uma série sobre a evolução desses prémios. Interessa neste anexo mostrar a fiabilidade do número especial da Eva na construção dessa série. Se a revista não tivesse sido vendida ou se a sua evolução não tivesse acompanhado a economia, dificilmente poderia ser usada para tal fim. Portanto, para saber se esta “rifa” é fiável como indicador, consideraremos o número da Eva do Natal como produto e avaliaremos as duas variáveis fundamentais: preço (valor) e tiragem (quantidade).

Apresentamos sinteticamente alguns dados que permitem categorizar a Revista Eva do Natal como um indicador fiável para a construção de uma série de prioridades sociais na Lisboa²¹ de após guerra. Na evolução no longo prazo da Eva do Natal, o preço tendeu a manter-se constante e a tiragem a crescer; isto permite afirmar que é um bom instrumento para construir uma série. Embora estas sejam as tendências no longo prazo, vamos mostrar uma periodização com diferentes épocas dentro do período 1939-1973.

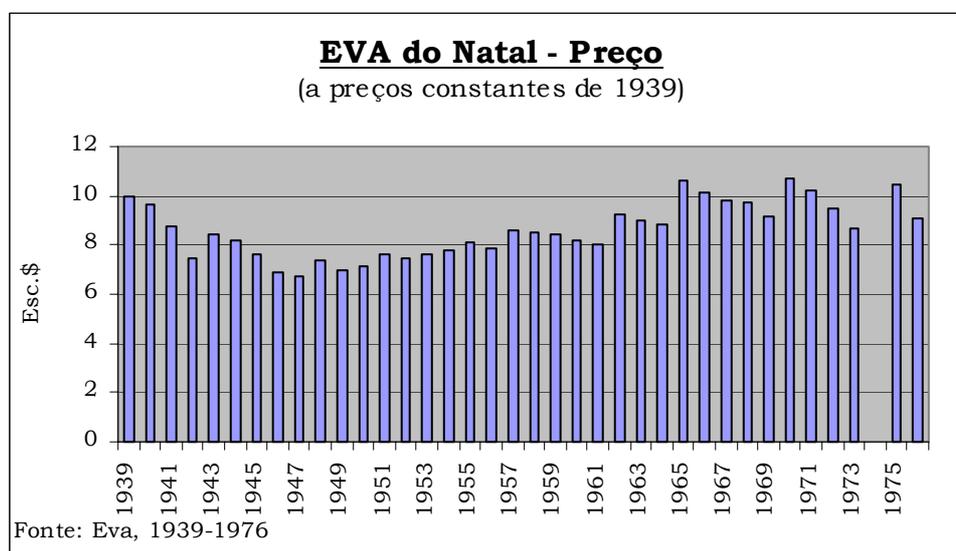
Preço

O **preço** da Eva de Natal pode ser representado em três períodos (ver gráfico):

- 1. 1939-1947:** com uma tendência decrescente do preço até atingir o seu valor mais baixo em 1947;
- 2. 1947-1965:** tendência crescente;
- 3. 1965-1975:** constante.

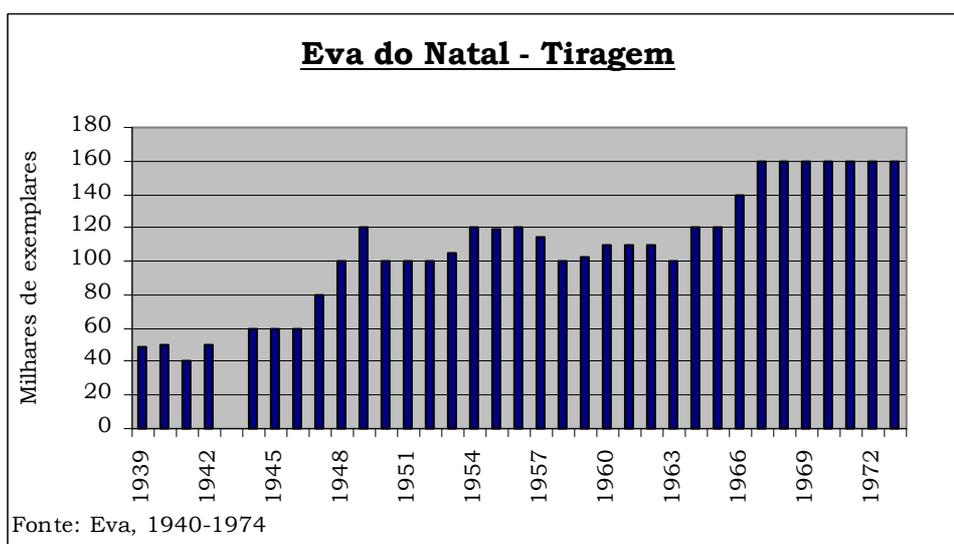
²¹ Embora a revista fosse vendida em todo o país, podemos considerá-la como predominantemente lisboeta. Produzida na capital, muitos artigos, publicidades, etc. eram *de e para* lisboetas.

O valor decrescente, provocado pela guerra, atinge a sua cota mínima em 1947. A partir desse momento, o seu valor cresce constantemente até dar um salto em 1965 atingindo os Esc.25\$00 (ultrapassando os Esc.10\$00 a preços de 1939). Inicia-se um outro ciclo de preços constantes até 1975.



Tiragem

A reconstrução da tiragem foi feita a partir de dados indirectos, já que na própria revista não há indicação da tiragem. Para isso foi construída uma tabela com a tiragem estimada por aproximação ao milhar mais próximo do maior número premiado²². Verificamos uma periodização da tiragem semelhante à verificada no preço. O espaço de análise foi assim dividido em três períodos (ver gráfico):



²² Por exemplo, se o maior número premiado era de 119.390, a tiragem estimada foi de 120.000 exemplares.

1. **1939-1946:** De crescimento lento com o seu valor mais baixo em 1942, retratando os problemas da guerra. Com uma média de 53.000 exemplares.
2. **1947-1965:** Houve um salto relativamente ao período anterior, atingindo uma média de 108.000 exemplares.
3. **1966-1973:** Outro salto que atinge a média de 158.000 exemplares.

Este crescimento acompanha, de alguma forma, o crescimento da economia. No primeiro período (1939-47), que podemos considerar de crise, houve uma queda no preço e uma estagnação na tiragem. A primeira fase do após guerra (1947-65) será uma etapa de crescimento constante e caracterizado por: uma estabilização da tiragem nos 115.000 exemplares e aumento constante do preço. Na segunda fase do após guerra (1966-1973), a revista atinge o patamar dos 160.000 exemplares e o preço mantém-se constante. É importante destacar que o crescimento da venda da revista no após guerra foi acompanhado por um melhoramento constante nos prémios.

Em síntese, as três fases que teve a revista acompanharam a evolução da economia, pelo que pode ser considerada um bom indicador do desejo dos seus compradores. No após guerra, o aumento do preço da revista foi acompanhado pelo melhoramento, em quantidade e qualidade, dos prémios; e o crescimento na tiragem vem demonstrar que os prémios oferecidos eram desejados pelos leitores.

Exemplos da Lista de prémios da Eva do Natal

1º. Lista de prémios de 1950

Fonte: Eva, Dezembro 1950, p.7.

2º. Lista de Prémios de 1973

Fonte: Eva, Natal 1973, p.9.

Lista dos prémios da "Eva" do Natal de 1950 e a sua ordem numérica

Premio n.º	
1	Automóveis «Volkswagen»
2	
3	
4	
5	
6	Duas viagens de ida e volta a Paris de avião nas carreiras dos T.A.P.
7	Um Rádio-Gramofone «Ultra», da Casa Sida.
8	Uma máquina «Sérvis» de lavar roupa, da Companhia do Gás.
9	Uma máquina de costura «Oliva», tipo Zigue-Zague.
10	Uma máquina de costura «Oliva», tipo comum.
11	Uma telefonia «Ultra», de luxo, da Casa Sida.
12 e 13	Casacos de Peles da Casa Baleasar.
14	Uma Enceradora Eléctrica «Erress», da Companhia do Gás.
15 e 16	Bonitos Relógios de Secretária.
17	Um lindo Candeeiro de Cabeceira.
18	Um elegante Isqueiro para Senhora.
19	Um Impermeável para Senhora.
20 e 21	Cafeteiras Eléctricas da Casa Sida.
23 a 30	Uma máquina de picar carne.
31	Bonito Estojos para Unhas.
32 a 40	Aparelho Fotográfico «Kodak Baby».
41	Um bonito Baixo Relevo em Bronze.
42 a 44	Uma linda Toalha de Chá de Viana do Castelo com 6 guardanapos.
45 a 56	Uma elegante Mantilha de Renda Preta.
57 a 62	Um ferro electrico da Casa Sida.
63	Uma bonita miniatura de parede.
64 a 79	Um par de meias «Nylon».
80	Um Estojos para Unhas.
81	Uma pequena biblioteca.
82 a 99	Uma série de Perfumarias «Nally».
100 a 105	Um Serviço de Tabuleiro.
106	Um Estojos de Perfumes «Nally».
107	Um Tabuleiro Japonês.
108 a 112	Uma lata de 5 litros de Azeite fino.
113 a 122	Um saco de 5 quilos de Arroz.
123 a 132	Uma assinatura da «EVA» por 1 ano.
133 a 140	Uma caixa com 6 Lenços.
141 a 142	Uma Caixa de Cristal para Toucador.
143 e 144	Jogos de Plástico para pequeno almoço.
145	Uma carteira impermeável para a praia.
146 a 150	Lindos quadrinhos com moldura de madeira.
151	Engraçado Isqueiro de Secretária.
152 a 167	Uma Toalhinha de Chá com 6 guardanapos.
168 a 179	Magníficos Cinzeiros de Bronze.
180 a 185	Lindos quadrinhos com moldura de ferro forjado.
186 a 210	Lâmpadas «Aérolux» com figuras, da Casa Sida.
211 a 216	Linda Imagem de Nossa Senhora, para a parede.
217 a 220	Cinzeiros em Bronze «Trevo de 4 folhas».
221 a 227	Esplêndido pente para carteira.
228 a 237	Elegante «Passe-Partout» em pele.
238 a 247	Bonito «lavabos» de vidro com prato.
248 a 251	Um Romance.
252 e 253	Cinzeiro de Porcelana.
254 e 255	Faca de Papel em Bronze.
256	Uma peça «Pirex».
257 a 268	Um Romance Policial.
269 a 271	Um bonito «Cache-Pot».
272	Engraçado Estendedor para roupa.
273 a 278	Bonitas Imagens de porcelana.
279 a 286	Uma Borla para Pó de Arroz.
287 a 288	Talheres para Salada.
289 a 292	Manteigueira de Baquelite.
293	Um ferro de engomar «Galo».
294 e 295	Um ferro de engomar «Galo».
296 a 310	Uma Caixa de Sabonetes.
311	Uma Raspadeira-Canivete.
312	Faca para bolos e fruta em Plástico.
313 a 322	Um quebra-nozes.
323 a 324	Uma Molheira de Vidro.
325 e 326	Um Marcador para Livros.
327 a 341	Uma lapiseira «Alexander».
342 a 345	Caixas para Sabonetes.
346 a 350	Aventais para dias de limpeza.

EXPLICAÇÃO DO SORTEIO

Dada a importância do sorteio da «Eva», visto o número de concorrentes se elevar a algumas dezenas de milhar, tornou-se necessário desde que esse sorteio se faz, empregar uma lógica combinação de algarismos, a fim de dar a todos os concorrentes as mesmas probabilidades. Desta forma, está estabelecido para o sorteio o seguinte regulamento:

1.º — Os exemplares dos números extraordinários da «Eva» do Natal são todos numerados, número que é posto no cupão inserto na última página, não tendo valor, como é óbvio, os zeros colocados à esquerda e que servem apenas para controle interno;

2.º — Os prémios são numerados a seguir, de 1 a 350, como mais adiante se indica, e a sua extracção faz-se pela mesma ordem numérica. Assim, o primeiro prémio a sortear é o número um, seguindo-se-lhe o dois, três, quatro, etc., até ao trezentos e cinquenta;

3.º — O sorteio realiza-se no dia 28 de Dezembro de 1950, pelas 15 horas, na sede da Casa da Imprensa, à Rua do Loreto, 13, s/loja, em Lisboa;

4.º — O sorteio será presidido por um representante da autoridade superior do Distrito de Lisboa (Governador Civil) e assistido pelos representantes dos portadores de exemplares do número extraordinário da «Eva» do Natal, que serão escolhidos entre os assistentes ao sorteio, e da «Editorial Organizações, L.ª», proprietária da «Eva»;

5.º — Para o sorteio serão utilizadas duas esferas, cuja função é a seguinte:

a) uma conterá bolas numeradas de zero até ao número das dezenas de milhar a que corresponder a tiragem da «Eva»;

b) outra conterá as bolas numeradas de um a novecentos e noventa e nove (1 a 999) e ainda uma bola com três zeros (000) representando as centenas, dezenas e unidades;

6.º — Metidas as bolas nas esferas, que previamente serão conferidas pelos representantes dos concorrentes, proceder-se-á então ao sorteio, o qual se faz da seguinte forma:

Gira a primeira esfera e sai uma bola que representa os milhares; gira em seguida a outra esfera e sai uma bola que representa as centenas, dezenas e unidades. A adição dos algarismos das duas bolas formam os números aos quais competem os prémios.

Exemplos:

a) O primeiro prémio a sortear é o número um;

b) Gira a primeira esfera e sai a bola com o número trinta e quatro (34).

c) Anda a segunda esfera e sai o número duzentos e quarenta e sete (247).

d) Como a primeira indica os milhares e a segunda as centenas, dezenas e unidades, adicionando-se a primeira à segunda bola, formou-se o número trinta e quatro mil duzentos e quarenta e sete (34.247).

e) Passa-se, depois, ao sorteio do prémio número dois e gira a primeira esfera, da qual sai a bola com o número quatro (4). Gira depois a segunda esfera, saindo o número cento e três (103). Adicionando o número das duas esferas, verifica-se que o prémio número dois coube ao exemplar da «Eva» que tem o número quatro mil cento e três (4.103). E assim sucessivamente até ser extraído o número que deverá competir ao prémio número trezentos e cinquenta.

7.º — Após cada uma das extracções, as bolas saídas voltam a ser metidas nas respectivas esferas, a fim de se manter sempre a perfeita combinação dos algarismos;

8.º — Caso se dê a coincidência de sair um número repetido, essa extracção será dada por nula e far-se-á nova extracção.

LISTA DOS PRÉMIOS DA "EVA" DO NATAL DE 1973 E A SUA ORDEM NUMÉRICA

- 1.º - Moradia ou andar em propriedade horizontal, que o premiado poderá escolher onde muito bem de-sejar, em qualquer ponto do continente, até ao valor de Esc.: 500.000\$00 e que será entregue completamente mobilada, decorada e equipada com toda a aparelhagem de electrodomésticos, bragal de roupa, louças, vidros, talheres, trém de cozinha, etc. (Ver descrição completa deste prémio nas páginas 64, 65 e 71).
- 2.º e 3.º - Um magnífico automóvel «Datsun» 1200, modelo duas portas
- 4.º - Um conjunto constituído por amplificador-sintonizador «Nivico», com gira-discos e colunas modelo SSL-46 E. (Sida-Sueca)
- 5.º - Uma semana de férias na neve, na famosa estância de Megeve, para 2 pessoas, incluindo viagens de avião e hotel com refeições, a realizar em Março de 1974. (Organização da Agência Abreu)
- 6.º - Máquina de lavar loiça «Ingnis», modelo Corsara (Sida-Sueca)
- 7.º e 8.º - Televisor «Ferguson», modelo 3536, com écran de 59 cms
- 9.º - Máquina de lavar roupa «Fides», modelo super 8 (Sida-Sueca)
- 10.º - Máquina de lavar roupa «Ingnis, modelo Super 8 (Sida-Sueca)
- 11.º - Estadia de 5 dias na Ilha da Madeira para 2 pessoas, incluindo viagens de avião e hotel com refeições, a realizar nas férias da Páscoa de 1974 (Organização da Agência Abreu)
- 12.º e 13.º - Gravador «Ferguson» modelo 3252, stereo
- 14.º - Máquina de costura «Bernina» modelo 717, em secretaria (Jorge M. Rodrigues, Ld.ª)
- 15.º a 17.º - Máquina de tricotar «Busch», modelo DMS420
- 18.º - Gira-discos «Ferguson» com amplificador e 2 colunas de som (Sida-Sueca)
- 19.º e 20.º - Conjunto stereo sintonizador com colunas «Ferguson», modelo 205-STA
- 21.º a 23.º - Rádio «Nivico» modelo 8500 ES (Sida-Sueca)
- 24.º a 29.º - Frigorífico «Ignis» modelo 140 lts. Lusso
- 30.º a 33.º - Calorifero «Super-Ser», modelo F 90 (Sida-Sueca)
- 34.º a 36.º - Rádio «Nivico» modelo 10-F-408-FA
- 37.º a 43.º - Máquina de cozinha «Rotel» modelo 15002, Execução A
- 44.º a 45.º - Aspirador «Rotel», modelo 77 (Sida-Sueca)
- 46.º a 56.º - Painel de pressão «Duromatic», modelo 6 lts.
- 57.º a 59.º - Serviço de jantar de 6 pessoas, modelo «Maria Cristina» de Faianças e Porcelanas Sado-Internacional, S.A.R.L.
- 60.º a 100.º - «Cabaz de consoada», contendo 1 quilo de arroz, 1 quilo de feijão, 1 quilo de grão, 1 quilo de açúcar, 1 litro de azeite extra-virgem da «Casa Agrícola Santos Jorge», 6 latas de conserva de peixe sortidas, da «Coresa», 6 sopas «Knorr» sortidas; das afamadas «Caves Aliança», 1 garrafa de aguardente velha «Antiqua», 1 garrafa de espumante natural «Super Reserva» e 1 garrafa de vinho de mesa «Casal Mendes». Da «Aveirense» 1 lata de salsichas, 1 lata de merenda de carne e 1 lata de pasta de fígado. Das famosas «Fábricas Triunfo», teremos 1 embalagem de Sortido Imperial, 1 embalagem de Wafer's de chocolate, 1 embalagem de Fruit chips e 1 embalagem de Cream Cracker. Contém ainda 1 embalagem do óptimo chá «Licungo» e também 1 embalagem do esplêndido café «Sical».
- 101.º a 103.º - Pequeno trém de cozinha dos afamados alumínio fundidos «Alba»
- 104.º e 105.º - Serviço de jantar para 6 pessoas, modelo «Carla», de Faianças e Porcelanas Sado-Internacional, S.A.R.L.
- 106.º a 108.º - Torradeira «Morphy Richards», modelo ATR
- 109.º e 110.º - Serviço de jantar de 6 pessoas, modelo «Cortiça», da Secla
- 111.º a 113.º - Serviço de peixe de 6 pessoas, de Faianças e Porcelanas Sado-Internacional, S.A.R.L.
- 114.º a 118.º - Serviço de jantar de 6 pessoas, modelo «Mediterrâneo», de Faianças e Porcelanas Sado-Internacional, S.A.R.L.
- 119.º a 129.º - Ferro eléctrico «Morphy Richards», modelo Classic (Sida-Sueca)
- 130.º a 132.º - Colcha de algodão para cama de casal
- 133.º a 134.º - Serviço de jantar de 6 pessoas, modelo «Madrid», da Secla
- 135.º a 145.º - Cobertor de cama de casal
- 146.º a 147.º - 2 bons lençóis e 2 almofadas de cama de casal
- 148.º a 150.º - Serviço de jantar (só pratos) para 6 pessoas em vidro «Arcopal»
- 151.º a 158.º - Caçarola redonda c/ tampa em vidro «Arcopal»
- 159.º a 166.º - Caçarola oval c/ tampa em vidro «Arcopal»
- 167.º a 176.º - Cobertor cama simples
- 177.º a 186.º - 2 lençóis e 1 almofada para cama simples
- 187.º a 198.º - Assadeira oval em vidro «Arcopal»
- 199.º a 204.º - Série de 3 saladeiras em vidro «Arcopal»
- 205.º a 215.º - 4 Toalhas turcas para rosto
- 216.º a 220.º - Toalha de mesa com 6 guardanapos
- 221.º a 232.º - Tabuleiro de forno em vidro «Arcopal»
- 233.º a 235.º - Toalha de chá
- 236.º a 245.º - Serviço à americana para 2 pessoas
- 246.º a 252.º - Travessa oval em vidro «Arcopal»
- 253.º a 258.º - Embalagem com 6 chávenas de café «Arcopal»
- 259.º a 270.º - 12 sopas Knorr e 12 latas de conservas de peixe sortidas
- 271.º a 280.º - Assinatura da «Eva» por 1 ano
- 281.º a 286.º - Travessa redonda em vidro «Arcopal»
- 287.º a 292.º - Tabuleiro de forno em vidro «Arcopal»
- 293.º a 300.º - Forma de soufflé em vidro «Arcopal»

EXPLICAÇÃO DO SORTEIO

Dada a importância do sorteio da «EVA» visto o número de concorrentes se elevar a muitas dezenas de milhar, tornou-se necessário desde que esse sorteio se faz, empregar uma lógica combinação de algarismos, a fim de dar a todos os concorrentes as mesmas probabilidades. Desta forma, está estabelecido para o sorteio o seguinte regulamento:

1.º - Os exemplares dos números extraordinários da «EVA» do Natal são todos numerados, número que é posto no cupão inserto na última página, não tendo valor, como é óbvio, os ZEROS colocados à esquerda e que servem apenas para controle interno;

2.º - Os prémios são numerados a seguir, de 1 a 300 como acima se indica;

3.º - O sorteio realiza-se no dia 29 de Dezembro de 1973 pelas 21 horas, na sede da Casa da Imprensa, Rua da Horta Seca, em Lisboa;

4.º - O Sorteio será presidido por um representante da autoridade e assistido pelos representantes dos portadores de exemplares do número extraordinário da «EVA» do Natal, que serão escolhidos entre os assistentes ao sorteio e da «Editorial Organizações, Ld.ª», proprietária da «EVA».

5.º - Para o sorteio serão utilizadas três esferas, cuja função é a seguinte:

a) uma conterá bolas numeradas de ZERO até ao número das dezenas de milhar a que corresponder a tiragem da «EVA»;

b) outra conterá as bolas numeradas de UM A NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE (1 a 999) e ainda uma bola com TRÊS ZEROS (000) representando as centenas, dezenas e unidades;

c) a terceira conterá bolas numeradas de 1 a 300 correspondendo aos prémios acima indicados.

6.º - Metidas as bolas nas esferas que previamente serão conferidas pelos

representantes dos concorrentes, proceder-se-á então ao sorteio, o qual se faz da seguinte forma:

Gira a primeira esfera e sai uma bola que representa os milhares, gira em seguida a outra esfera, e sai uma bola que representa as centenas, dezenas e unidades. A adição dos algarismos das duas bolas, formam os números aos quais competem os prémios:

Exemplo:

a) gira a primeira esfera e sai a bola com o número TRINTA E QUATRO (34).

b) anda a segunda esfera e sai o número DUZENTOS E QUARENTA E SETE (247).

c) como a primeira indica os milhares e a segunda as centenas, dezenas e unidades, adicionando-se a primeira à segunda bola, formou-se o número TRINTA E QUATRO MIL DUZENTOS E QUARENTA E SETE (34 247).

d) gira depois a terceira esfera, e sairá uma bola numerada correspondendo ao prémio.

Supunhamos que a bola tem o n.º 6. Como o prémio é constituído por uma máquina de lavar loiça «Ignis» Cosara, seria esse o prémio que tinha saído ao exemplar com o n.º 34 247.

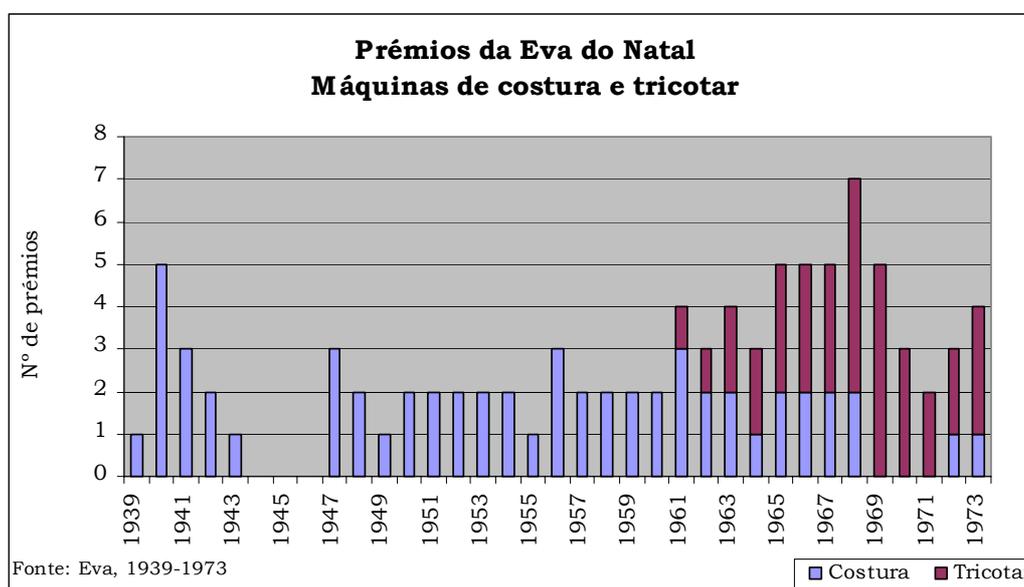
7.º - Após cada uma das extracções as bolas saídas da 1.ª e da 2.ª esfera voltam a ser metidas nas respectivas esferas, a fim de se manter sempre a perfeita combinação dos algarismos;

8.º - Caso se dê a coincidência de sair um número repetido, essa extracção será dada por nula e far-se-á nova extracção.

A LISTA COMPLETA DOS NÚMEROS PREMIADOS SERÁ PUBLICADA NO «DIÁRIO DE NOTÍCIAS» DO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 1973, NO «DIÁRIO POPULAR», DO DIA 2 DE JANEIRO E NO «PRIMEIRO DE JANEIRO» E «JORNAL DE NOTÍCIAS» DO DIA 1 DE JANEIRO DE 1974. NA «EVA» DE JANEIRO DE 1974 SERÁ PUBLICADA A LISTA OFICIAL.

Anexo IX: A tarefa feminina (não “doméstica”) por excelência: a costura

Há um prémio que surge com muita frequência na Eva do Natal, mas hoje dificilmente alguém poderia considerá-lo indispensável (ou desejável): as máquinas de costura e de tricotar. Vão ocupar alternadamente o lugar que segue aos primeiros prémios (moradia, carro, dinheiro e viagem) com os grandes electrodomésticos²³; sendo o aparelho doméstico²⁴ com presença mais constante entre os prémios ao longo de todo o período (ver Gráfico).



Por um lado, sendo aparelhos destinados exclusivamente às mulheres, representariam a tarefa ideal da dona de casa tradicional. Embora a dona de casa pudesse recorrer a uma costureira para a confecção e arranjo da vestimenta, dentro do lar estas são tarefas que ela reserva exclusivamente para si e não cede à criada. Dá-lhe a possibilidade não só de fazer arranjos na casa (toalhas, cortinas, etc.) e no vestuário (camisas, vestidos, calças, etc.) que contribuem à imagem da família, mas também de poupar algum dinheiro no orçamento familiar.

²³ As máquinas de costura ocupam a 4º-6º posição até 1949; e entre a 6º e 11º até 1961. Com o aparecimento das máquinas de tricô ocupam entre o 4º e o 33º entre 1961 e 1975. É importante referir que sempre estão junto dos electrodomésticos.

²⁴ As máquinas de costura podem ser a pedal (força humana) ou a motor (eléctricas). É difícil considerá-las, por esta razão, um electrodoméstico puro. Nunca são apresentadas como electrodoméstico nas publicidades. Todavia, é de muita utilidade analisá-las, já que permitem compreender o modelo de dona de casa existente.

Por outro lado, para muitas mulheres este aparelho representa a possibilidade de ser “proprietária dos meios de produção”. Trabalhando em casa, a mulher pode cuidar do lar e ao mesmo tempo contribuir para a receita familiar. O ingresso destas “costureiras” que faziam trabalho para fora, era variável, já que não recebiam um salário, mas uma determinada quantia por peça ou tarefa²⁵. De facto, estamos perante uma nova fase de expansão do trabalho domiciliário²⁶ das costureiras que diminuirá com a difusão alargada do *prêt-à-porter*.

O ideal de as tarefas de costura e bordados serem de necessário conhecimento de todas as mulheres, encontra-se presente nas revistas femininas e nos programas de ensino básico. Nas primeiras, os moldes para fazer vestuário, a importante publicidade dessas máquinas, etc. mostram a importância da costura no mundo feminino. Um depoimento de uma florista lisboeta, por ocasião de um inquérito realizado pela Revista Eva em 1946, vem confirmar o desejo das mulheres de ter estes aparelhos. Perante a pergunta “que faria você se tivesse 1 milhão?” essa leitora respondia: “(...) queria uma máquina de costura”²⁷. Embora a resposta possa surpreender (dada a distância entre a quantia da pergunta e o custo do aparelho), indica a importância da máquina de costura para as mulheres das classes populares.

É importante salientar que a Oliva, uma empresa nacional destinada à produção de máquinas de costura, foi um dos símbolos (se não o mais importante) da indústria portuguesa substitutiva de importações. O fabrico de precisão em série, a partir de 1948, desenvolveu-se graças à incorporação de engenheiros nos seus cargos directivos²⁸, e permitiu-lhe concorrer, no mercado nacional, com as marcas estrangeiras. Várias destas máquinas fizeram parte dos prémios da Eva de Natal a partir de 1950, sendo apresentadas da seguinte forma:

“São duas «Olivas», a nova máquina de costura nacional, que constituem o 9º e o 10º prémios que vão fazer a felicidade de quem tiver a sorte de os receber”²⁹

²⁵ Cf. Prost, Antoine, "Fronteiras e espaços do privado", em Ariès, P. and Duby, G. (dir.), *História Da Vida Privada. Da Primeira Guerra Aos Nossos Dias*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 21-26.

²⁶ Segundo Fernando Rosas, na década de '60 houve um crescimento significativo das “isoladas”, o que indica uma das formas de entrada das mulheres no mercado de trabalho. Cf. Rosas, Fernando, "O Estado Novo", em Mattoso, José (dir.), *História De Portugal*, Lisboa, Estampa, 1998, p.381-382.

²⁷ Eva, Abril de 1946, nº891, ano 21, p.22-23 e 46.

²⁸ Loureiro, João A., *Economia e sociedade: a indústria no após-guerra, anos 50 e 60*, Lisboa, Cosmos, 1991, p.310.

²⁹ Eva, Novembro 1950, nº946, p.44.

Por um lado, a grande quantidade de marcas, no mercado português, de máquinas de costura (Oliva, Mundlos, Singer, Nechi, Husqvarna, Elna, Bernina) e de tricotar (Argomágico, Busch, Singer), e, por outro lado, a excessiva quantidade de publicidade destas máquinas nas revistas femininas mostra a importância relativa destes bens para as mulheres do pós guerra.

A marcante relação das donas de casa com actividades de costura também esteve presente nos programas do ensino básico escolar que, até 1960, consideraram como tarefas femininas o tecido e a costura. A partir de 1921, na 2^{da} e 3^{ra} classes são desenvolvidos “Trabalhos manuais de costura” que são aperfeiçoados nas 4^{ta} e 5^{ta} classes na disciplina “Trabalhos manuais para o sexo feminino”³⁰. Apenas em 1960 são incorporadas outras actividades nos programas do ensino básico na disciplina “Educação Feminina”: limpeza da casa (varrer, limpar, encerar e desinfectar), limpeza do vestuário (lavagem, corar, passar a ferro, etc.), preparação e conservação de alimentos (cozer, guisar, fritar, grelhar, assar, higiene alimentar, etc.). Nestas alterações feitas aos programas de ensino primário, as directrizes que orientam a disciplina exclusiva das mulheres afirmavam:

“A disciplina de Educação Feminina tem-se limitado, até aqui, a promover a aprendizagem da costura, dos bordados, da malha e croché. Parece tal limitação incompatível com o mundo de assuntos que a própria epígrafe sugere, e até com a tradição, que importa continuar, da mulher portuguesa como excelente dona de casa. (...) excelente seria que as alunas pudessem lavar na escola algumas peças da sua roupa de uso, passá-las a ferro, remendá-las, passajá-las, cuidá-las. (...)”³¹

Em síntese, a presença nos prémios da Eva do Natal da máquina de costura é um indicador da importância destes aparelhos no mundo doméstico. As referências citadas quer nas revistas femininas, quer na indústria, indicariam que durante todo o pós guerra a confecção e o bordado foram de uma grande importância no mundo feminino apoiados na dupla vertente: arranjo do lar (e poupança) e trabalho para fora (receitas). A hegemonia nos manuais escolares destas actividades na matéria “Trabalhos femininos” vem apoiar estas ideias. Apenas em 1960, na formação escolar feminina, começam a ser consideradas também fundamentais as tarefas domésticas tradicionalmente destinadas à criação.

³⁰ Cf. Decreto nº 7311, 15-2-1921.

³¹ Cf. Decreto-Lei nº 42994, 28-5-1960.

Anexo X: Tipologia de electrodomésticos (1947-1975)

A seguinte tipologia permite estabelecer tipos de electrodomésticos para compreender o seu consumo. As duas variáveis, preço e função, parecem decisivas para compreender a evolução dos electrodomésticos em Portugal no após guerra.

PREÇO	FUNÇÃO	APARELHOS
Máximo Médio Médio Baixo	Limpeza	Máquina de lavar roupa Aspirador Enceradora Ferro
Máximo	Conservação	Frigorífico
Baixo Baixo Baixo	Alimentação	Cafeteira Batedeira Torradeira
Máximo/Médio Máximo/Médio Baixo	Lazer	Áudio Televisão TSF

O coeficiente de correlação apurado para uma série, embora limitada, de electrodomésticos parece indicar que **preço** e **função** são duas variáveis bastante determinantes na escolha³². Do trabalho resumido no gráfico nº 15, podemos afirmar que as funções mais importantes são conservação e lazer, ficando em segundo plano a limpeza. Por outro lado, os aparelhos mais baratos foram os de mais rápida incorporação, nomeadamente, o rádio e o ferro, com predomínio do primeiro.

³² Foram estabelecidas séries, a partir dos valores agregados (10 anos), para cada aparelho abarcando o período 1947-1976, que são as séries do gráfico nº15. Essas séries foram correlacionadas. Como era lógico os valores deviam estar perto de 1. A diferença na difusão da máquina de lavar roupa em relação aos outros aparelhos verificada no gráfico é indicada pelos valores mais distantes da unidade: 0,88-0,95. É de salientar que o número mais perto da unidade (dos aparelhos correlacionados com a máquina de lavar roupa) é 0,95 e pertence ao aspirador, com quem partilha a função de limpeza.

ELECTRODOMÉSTICOS	Aspirador	Ferro	Frigorífico	TSF	TV
Máquina de lavar roupa	0,95	0,88	0,89	0,89	0,90
Aspirador		0,98	0,99	0,99	0,98
Ferro			0,99	1,00	1,00
Frigorífico				0,99	1,00
TSF					1,00

BIBLIOGRAFIA E FONTES ARQUIVÍSTICAS

Fontes arquivísticas

Legislação

Legislação geral de electricidade, Porto, Livraria Lopes da Silva, 1947.

Decreto nº 7 311, Diário do Governo, Lisboa (15-2-1921)

Portaria nº 10 048, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Lisboa (20-3-1942)

Decreto-lei nº 42 994, Diário do Governo, Lisboa (28-5-1960)

Código Civil, Diário do Governo, Lisboa (25-11-1966)

Despacho, Secretaria de Estado da Indústria e Energia, Diário do Governo, Lisboa (3-3-1975)

Centro de Documentação do Museu de Electricidade

CRGE – Actas do Conselho de Administração, 1930-1975 (CDEDP, CRGE / ACA)

CRGE – Elementos Estatísticos, 1942-1963, 1965 e 1975

DGSE – Estatísticas das Instalações Eléctricas em Portugal, 1928-1975

Contracto para o fornecimento de gás e electricidade à cidade de Lisboa, Lisboa, Tipografia Municipal, 1928.

O racionamento do consumo de energia eléctrica, Lisboa, CRGE, 1944.

Consumidores domésticos, tarifas de energia eléctrica baixa tensão, Lisboa, CRGE, 1955.

CRGE, tarifas de energia eléctrica em baixa tensão, Lisboa, 1958.

“Nota sobre a conversa realizada com o Sr. Ministro da Economia, em 1/7/1958”, série CRGE – Acção Comercial

Biblioteca do Instituto Nacional de Estatística

Recenseamento Geral da População, 1940-1981

Estatísticas do Comércio Externo, 1928-1976

Estatísticas da Produção Industrial, 1962-1977

Principais Sociedades, 1970-1980

Hemeroteca da Câmara Municipal de Lisboa

Eva, 1939-1975

O Século, 1947-1958

Crónica Feminina, 1960

Revista Municipal, Câmara Municipal de Lisboa, 1939-1942

A República, 1942 e 1954

Outros

Cândido de Figueiredo, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 1978 [1939].

António de Moraes Silva, *Novo dicionário compacto da Língua Portuguesa*, vol.II, [1961]
1980.

Dicionário Universal. Língua Portuguesa, Lisboa, Texto editora, 1999.

Portal da EDP: www.edp.pt

Portal de RTP, História: <http://noticias.rtp.pt/web/historiartp>

Bibliografia

Almeida, Ana Nunes, "Trabalho feminino e estratégias familiares", in *Análise Social*, vol.XXI, pp. 7-44, 1985.

Almeida Rodrigues, Julieta, "Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares", in *Análise Social*, vol.XIX, pp. 909-938, 1983.

Archer, Maria, "Tipos populares: a porteira", in *Revista Municipal (CML)*, vol.nº2, pp. 59-61, 1939.

-----, "Tipos populares: a criada", in *Revista Municipal (CML)*, vol.nº5, pp. 49-52, 1940.

-----, "Tipos populares: o padeiro", in *Revista Municipal (CML)*, vol.nº11-12, pp. 67-70, 1942.

Baptista, Virgínia, *As mulheres no mercado de trabalho em Portugal: representações e quotidianos (1890-1940)*, ISCTE, Tese de Mestrado, 1998.

Barreto, António, *A situação social em Portugal, 1960-1999*, Lisboa, ICS, 2000.

Baudrillard, Jean, *Para uma crítica da economia política do signo*, Lisboa, Edições 70, 1995.

-----, *A sociedade de consumo*, Lisboa, Edições 70, 1995.

Beltran, Alain e Carré, Patrice, *La fée et la servante. La société française face à l'électricité XIX-XX siècle*, Paris, Belin, 1991.

Beltran, Alain et al., "L'interconnexion et le marché, 1919-1946", in Lévy-Leboyer, Maurice e Morsel, Henri (ed.), *Histoire Générale de L'électricité en France*, Paris, Fayard, vol.II, 1994.

Bernárdez, Enrique, *Teoría y epistemología del texto*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1995.

Bix, Amy Sue, "Equipped for life: gendered technical training and consumerism in home economics, 1920-1980", in *Technology and culture*, vol.43-4, pp. 728-754, 2002.

Bourdieu, Pierre, *Distinction. A social critique of the judgement of taste*, Londres, Routledge, 1992.

Briggs, Asa e Clavin, Patricia, *Historia contemporánea de Europa: 1789-1989*, Barcelona, Crítica, 1997.

Brown, Richard, "Attitudes to work, occupational identity and industrial change", in Roberts, B e et al., *New Approaches to Economic Life*, Manchester, Manchester University Press, 1985.

Burguiere, Andre et al., *História da família: O ocidente: industrialização e urbanização*,

Lisboa, Terramar, 1999.

Burke, Peter, *História e teoria social*, São Paulo, UNESP, 2000.

Burwell, Calvin e et al., *Electricity in the American Economy. Agent of Technological Progress*, Nova Iorque, Greenwood Press, 1990.

Burwell, Calvin e Swezey, Blair, "The home: evolving technologies for satisfying human wants", in Burwell, Calvin e et al. (ed.), *Electricity in the American Economy. Agent of Technological Progress*, Nova Iorque, Greenwood Press, 1990.

Bussola, Diego, "Os inventários pós-morte: consumo de livros e arte decorativa", Trabalho dactilografado, ISCTE, Abril de 2002

-----, "As publicidades de aparelhos eléctricos no pós-guerra", 2003, in URL: www.historia-energia.com

-----, "Difusão de aparelhos eléctricos de uso doméstico em Portugal (1945-1975)", Actas do XXIII Encontro APHES (em CD-Rom), 7-8 de Novembro 2003

-----, "A criação do mercado de electrodomésticos", in *Diário Económico*, pp. VII, 27-1-2004.

Campbell, Colin, "The desire of the new: its nature and social location as presented in theories of fashion and modern consumerism", in Silverstone, Roger e Hirsch, Eric (ed.), *Consuming Technologies*, Londres, Routledge, 1994.

-----, "The sociology of consumption", in Miller, Daniel (ed.), *Acknowledging Consumption*, Londres, Routledge, 1995.

Cardoso de Matos, Ana, Mendes, Fátima e Faria, Fernando, *O Porto e a electricidade*, Lisboa, Museu de electricidade, 2003.

Castoriadis, Cornelius, *A instituição imaginária da sociedade*, São Paulo, Paz e Terra, 2000.

Chartier, Roger, *A história cultural: entre práticas e representações*, Viseu, Difel, 2002.

Cockburn, Cynthia, "The circuit of technology: gender, identity and power", in Silverstone, Roger e Hirsch, Eric (ed.), *Consuming Technologies*, Londres, Routledge, 1994.

-----, "Black & Decker versus Moulinex", in Jackson, Stevi e Moores, Shaun (ed.), *The Politics of Domestic Consumption: Critical Readings*, Londres, Prentice Hall, 1995.

-----, "The material of male power", in MacKenzie, Donald e Wajcman, Judy (ed), *The Social Shaping of Technology*, Buckingham, Open University Press, 2002.

Cowan, Ruth Schwartz, *More work for mother: The ironies of household technology from the open hearth to the microwave*, USA, Basic Books, 1983.

-----, "The consumption junction", in Bijker, Hughes, e Pinch (ed.), *The Social construction of Technology*, MIT Press, 1996.

-----, "The industrial revolution in the home", in MacKenzie, Donald e Wajcman, Judy (ed),

- The Social Shaping of Technology*, Bukingham, Open University Press, 2002.
- Del Priore, Mary, "Ritos da vida privada", in Mello e Souza, Laura (org.), *História da vida privada no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, vol.1, 1997.
- Delaunay Gomes, Catarina, *O enredo conjugal: uma viagem à realidade quotidiana do consumo*, ICS-UL, Tese de Mestrado, 2000.
- Douglas, Mary e Isherwood, Baron, *The World of Goods*, Londres, Routledge, 1996.
- Elster, Jon, *Nuts and bolts for the social science*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992.
- Faria, Fernando, "Tempos difíceis: a Central Tejo e a cidade de Lisboa nos anos trinta e durante a II Guerra", II Colóquio Temático, Lisboa Ribeirinha, Câmara municipal de Lisboa, 2 a 4 de Julho de 1997.
- , "Electricidade e modernização do quotidiano", in Faria, Fernando e Maria Helena, Freitas (ed.), *Electricidade e modernidade*, Lisboa, EDP, 2000.
- Faria, Fernando e Goy, Rosa, "Electricidade e electrodomésticos", 2004, in URL: www.historia-energia.com
- Fernandes, Abílio, *Lisboa e a electricidade*, Lisboa, EDP, 1992.
- Ferreira Dias, José, "Uma casa electrificada", in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, vol.nº50, pp. 33-43; 85-94, 1941.
- , *Linha de rumo. Notas de economia portuguesa*, Lisboa, Livraria clássica, 1945.
- Ferreira, Jaime e Figueira, João, *A electrificação do centro de Portugal no século vinte*, Lisboa, EDP, 2001.
- Figueira, João, "A evolução do sistema tarifário no sector eléctrico nacional: dos primórdios da electrificação até à 'Lei de Electrificação Nacional'", in *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, vol.II, 2000.
- Fine, Ben, "From political economy to consumption", in Miller, Daniel (ed.), *Acknowledging Consumption*, Londres, Routledge, 1995.
- Flandrin, Jean Louis, *Famílias. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Lisboa, Estampa, 1991.
- Giddens, Anthony, *Dualidade da estrutura. Agência e estrutura*, Oeiras, Celta, 2000.
- Glennie, Paul, "Consumption within historical studies", in Miller, Daniel (ed.), *Acknowledging Consumption*, Londres, Routledge, 1995.
- Gorjão, Vanda, *Mulheres em tempos sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo (1945-1974)*, ICS-UL, Tese de Mestrado, 2000.
- Gray, Ann, "Technology in the Domestic Environment", in Jackson, Stevi e Moores, Shaun (ed.), *The Politics of Domestic Consumption: Critical Readings*, Londres, Prentice Hall,

1995.

Hargreaves Heap, Shaun, "Rationality", in Hargreaves Heap, Shaun et al. (ed.), *The Theory of Choice. A Critical Guide*, Oxford, Blackwell, 1992.

Hobsbawm, Eric, *Las revoluciones burguesas*, Barcelona, Guadarrama, 1982.

Hughes, Thomas, "Technological momentum", in Marx, Leo (ed.), *Does technology drive history. The dilemma of technological determinism*, MIT Press, 1994.

-----, "Edison and electric light", in MacKenzie, Donald e Wajcman, Judy (ed), *The Social Shaping of Technology*, Bukingham, Open University Press, 2002.

Jackson, Peter e Thrift, Nigel, "Geografies of consumption", in Miller, Daniel (ed.), *Acknowledging Consumption*, Londres, Routledge, 1995.

Jackson, Stevi e Moores, Shaun, "Introduction", in Jackson, Stevi e Moores, Shaun (ed.), *The Politics of Domestic Consumption: Critical Readings*, Londres, Prentice Hall, 1995.

Kumar, Krishan, *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

Leira, Arnlaug, "The mothernization of motherhood", in Drew, Eileen, Emerek, Ruth, e Mahon, Evelyn (ed), *Women, work and the family in Europe*, Londres, Routledge, 1998.

Leite Garcia, António, "Linhas gerais do novo sistema tarifário", in *Electricidade*, vol.nº 130, pp. 58-65, 1977.

Livingstone, Sonia, "The meaning of domestic technologies: a personal construct analysis of familial gender relations", in Silverstone, Roger e Hirsch, Eric (ed.), *Consuming Technologies*, Londres, Routledge, 1994.

Loureiro, João Adolfo, *Economia e sociedade: a indústria no após-guerra, anos 50 e 60*, Lisboa, Cosmos, 1991.

Lyons, Bruce, "Game Theory", in Hargreaves Heap, Shaun et al. (ed.), *The Theory of Choice. A Critical Guide*, Oxford, Blackwell, 1992.

Madureira, Nuno Luís, *Inventários: aspectos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*, FCSH-UNL, Tese dactilografada, 1989.

-----, *Lisboa, luxo e distinção*, Lisboa, Fragmentos, 1990.

-----, "Ouro e prata, os gestos na Lisboa antiga", in *Ler História*, vol.20, pp. 39-60, 1990.

-----, "Momentos tecnológicos e economias de rede", Trabalho dactilografado, Julho de 2003

-----, "O consumo de energia em Portugal", Comunicação apresentada no Seminário Fontes e Métodos para a História da Energia, ISCTE - Lisboa, Abril de 2003

-----, "Asymmetry and discrimination of the electric network. Portugal 1920-1947", Comunicação apresentada no Business History Conference, Junho de 2004

Margolis, Stephen e Liebowitz, S., "Path dependence, Lock-in and History", 1995, in URL: <http://wwwpub.utdallas.edu/~liebowit/paths.html>

-----, "Path dependence", in URL: <http://wwwpub.utdallas.edu/~liebowit/palgrave/palpd.html> (s.d.)

Mariano. Mário, *História da electricidade*, Lisboa, EDP, 1993.

Maroy, Christian et al., *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1997.

Mezan Algranti, Leila, "Famílias e vida doméstica", in Mello e Souza, Laura (org.), *História da vida privada no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, vol.1, 1997.

Miller, Daniel, *Material culture and mass consumption*, Oxford, Blackwell, 1994.

-----, "Consumption as the vanguard of History", in Miller, Daniel (ed.), *Acknowledging Consumption*, Londres, Routledge, 1995.

-----, "Consumption studies as the transformation of Anthropology", in Miller, Daniel (ed.), *Acknowledging Consumption*, Londres, Routledge, 1995.

-----, "Consumption and its consequences", in Mackay, Hugh (ed.), *Consumption and everyday life*, Londres, Sage, 1997.

-----, "Behind close doors", in Miller, Daniel (ed.), *Home possessions: material culture behind close doors*, Oxford, Berg, 2001.

-----, "Possessions", in Miller, Daniel (ed.), *Home possessions: material culture behind close doors*, Oxford, Berg, 2001.

Monteiro, Nuno Gonçalo, *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal: 1750-1832*, Lisboa, Casa da Moeda, 1998.

Morris, Lydia, *The working of the household: a US-UK comparison.*, Oxford, Polity Press, 1996.

Moyal, Ann, "The Gendered Use of the Telephone: An Australian Study Case", in Jackson, Stevi e Moores, Shaun (ed.), *The Politics of Domestic Consumption: Critical Readings*, Londres, Prentice Hall, 1995.

Nelson, Philip, "Information and consumer behavior", in *The Journal of Political Economy*, vol.78-2, pp. 311-329, 1970.

Newby, Howard et al., "From class structure to class action: British working-class politics in the 1980s", in Roberts, B. et al., *New Approaches to Economic Life*, Manchester, Manchester University Press, 1985.

Nickles, Shelley, ""Preserving women": refrigerator design as social process in the 1930s", in *Technology and culture*, vol.43-4, pp. 693-727, 2002.

North, Douglass, *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge,

Cambridge University Press, 1996.

Nunes, Ana Bela, "A população activa portuguesa segundo o recenseamento de 1981: uma análise preliminar", in *Revista de História Económica e Social*, vol.14, pp. 41-48, 1984.

-----, "A evolução da estrutura, por sexos, da população activa em Portugal - um indicador do crescimento económico (1890-1981)", in *Análise Social*, vol.XXVI, pp. 707-722, 1991.

Nye, David E., *Consuming Power. A social history of american energies*, Sabon, Massachusetts Institute of Technology, 1988.

Parr, Joy, "Modern kitchen, good home, strong nation", in *Technology and culture*, vol.43-4, pp. 657-667, 2002.

Percebois, Jacques, *Economie de l'energie*, Paris, Economica, 1989.

Perista, Heloisa, "Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens", in *Análise Social*, vol.XXXVII, pp. 447-474, 2002.

Pinto dos Santos, Norberto, *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias*, Lisboa, Colibri, 2001.

Prost, Antoine, "Fronteiras e espaços do privado", in Ariès, Philippe e Duby, Georges (dir.), *História da vida privada. Da Primeira Guerra aos nossos dias*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

Roberts, Bryan e t al., *New Approaches to Economic Life*, Manchester, Manchester University Press, 1985.

Rocha, Edgar, "Crescimento económico em Portugal nos anos de 1960-73: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho", in *Análise Social*, vol.XX, pp. 621-644, 1984.

Rosas, Fernando, (coord.), "O Estado Novo", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Estampa, vol.7, 1998.

Rowbotham, Sheila e Tate, Jane, "Homeworking: new approaches to an old problem", in Drew, Eileen, Emerek, Ruth, e Mahon, Evelyn (ed), *Women, work and the family in Europe*, Londres, Routledge, 1998.

Samuelson, Paul e Nordhaus, William, *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill, 1999.

Santos, Beja, *O livro dos consumidores*, Venda Nova, Bertrand, 1994.

Sennett, Richard, *La corrosión del carácter*, Barcelona, Anagrama, 2000.

Slater, Don, *Cultura do consumo e modernidade*, São Paulo, Nobel, 2002.

Slater, Don e Tonkiss, Fran, *Market Society*, Cambridge, Polity, 2001.

Strasser, Susan, "Making consumption conspicuous: transgressive topics go mainstream", in *Technology and culture*, vol.43-4, pp. 755-770, 2002.

Sugden, Robert, "Consumer Theory", in Hargreaves Heap, Shaun et al. (ed.), *The Theory of Choice. A Critical Guide*, Oxford, Blackwell, 1992.

-----, "How People Choose", in Hargreaves Heap, Shaun et al. (ed.), *The Theory of Choice. A Critical Guide*, Oxford, Blackwell, 1992.

Valério, Nuno, *Estatísticas históricas portuguesas*, Lisboa, INE, 2001.

Van der Woude, Ad e Schurman, Anton, *Probate Inventories*, Utrecht, HES, 1980.

Vigarello, Georges, *O limpo e o sujo*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1988.

Wajcman, Judy, "Domestic Technology: Labour-saving or enslaving?", in Jackson, Stevi e Moores, Shaun (ed.), *The Politics of Domestic Consumption: Critical Readings*, Londres, Prentice Hall, 1995.

Weale, Albert, "*Homo economicus, Homo sociologicus*", in Hargreaves Heap, Shaun et al. (ed.), *The Theory of Choice. A Critical Guide*, Oxford, Blackwell, 1992.

ABREVIATURAS UTILIZADAS

ACA	– Actas do Conselho de Administração
CDEDP	– Centro de Documentação da Electricidade de Portugal
CML	– Câmara Municipal de Lisboa
CNE	– Companhia Nacional de Electricidade
CRGE	– Companhias Reunidas Gás e Electricidade
DGSE	– Direcção Geral dos Serviços Eléctricos do Ministério da Economia
EDP	– Electricidade de Portugal
INE	– Instituto Nacional de Estatísticas
PIB	– Produto Interno Bruto

Estatísticas da DGSE – Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal, Ministério de Economia, Direcção Geral dos Serviços Eléctricos.

Estatística das CRGE – Elementos Estatísticos – Companhias Reunidas Gás e Electricidade